

UFFRS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
JUDICIÁRIO

PF IC 004	Emissão: 15/03/99	REV. Nº 05	Data: 17/12/99	Resp.: LEOBERTO BRANCHER
ORGÃO: INSTITUIÇÕES CONVENIADAS				
PROCESSO: INSUMO PROCESSO ATP/PS				

AUTO-AVALIAÇÃO DO ADOLESCENTE

EU ACHO QUE EU FUI BEM E
APRENDI BASTANTE COISAS SOB
O TRABALHO E TAMBÉM CONHECI
BASTANTES AMIGOS QUE ME
DERAM BASTANTE CONSELHO

PARECER CONCLUSIVO DO TÉCNICO DE REFERÊNCIA DO JIJ

MORTOS
OU
MORTOS

**TRAÇOS DE VIDAS JUVENIS:
Rastros em escritas de jovens na
socioeducação**

Alex da Silva Vidal



LIBERDADE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Alex da Silva Vidal

TRAÇOS DE VIDAS JUVENIS:
rastros em escritas de jovens na socioeducação

Porto Alegre
2022

Alex da Silva Vidal

TRAÇOS DE VIDAS JUVENIS:
rastros em escritas de jovens na socioeducação

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor(a) em Educação.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Maria Stephanou

Porto Alegre
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Carlos André Bulhões Mendes (Reitor)

Patricia Pranke (Vice-Reitora)

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Liliane Giordani (Diretora)

Aline Cunha (Vice-Diretora)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Sérgio Roberto Kieling Franco (Coordenador)

Samuel Edmundo Lopez Bello (Coordenador Substituto)

CIP - Catalogação na Publicação

Vidal, Alex da Silva

TRAÇOS DE VIDA JUVENIS: rastros em escritas de jovens na socioeducação / Alex da Silva Vidal. -- 2022.

305 f.

Orientadora: Maria Stephanou.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Juventude. 2. Medida Socioeducativa. 3. escrita de si. 4. socioeducação. 5. violência. I. Stephanou, Maria, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Alex da Silva Vidal

TRAÇOS DE VIDAS JUVENIS:
Escritas de jovens na socioeducação

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de “Doutor(a)” e aprovada em sua forma final/com alterações indicadas pela banca.

Porto Alegre, 30 de agosto de 2022.

Prof. Dr. Sérgio Roberto Kieling Franco
Coordenador do PPG

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Maria Stephanou
Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Leandro Rogério Pinheiro
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Maurício Perondi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Elionaldo Fernandes Julião
Universidade Federal Fluminense

AGRADECIMENTOS

A pesquisa acadêmica é sempre um trabalho coletivo, seja em companhia dos autores mobilizados, dos parceiros em trocas sobre o fazer da investigação científica e dos próprios pesquisados. Além disso, muitas pessoas passam por nossa trajetória e deixam um pouco de si em nós e de certa forma também contribuem em nossas produções. Assim, há muitas pessoas a quem agradecer, sem a qual esta tese não seria possível.

Primeiramente, agradeço a minha orientadora Maria Stephanou, uma parceira e entusiasta na construção desta investigação, obrigado por sugerir a busca pelas escritas dos jovens, pela leitura crítica, imersiva e cuidadosa desta tese. Agradeço os(as) professores(as) Gislei Lazzarotto, Leandro Pinheiro, Maurício Perondi e Elionaldo Julião, que compõe a banca por se disporem a ler e avaliar este trabalho.

Gratidão a Camila Telles, Magda Oliveira e Gislei Lazzarotto por confiarem a mim arquivos tão preciosos e sem os quais esta tese não existiria.

Gratidão a professoras(es) que me ensinaram muito enquanto companheiros de pesquisas nos últimos anos, Maurício Perondi, Carmem Craidy, Ana Paula Motta Costa, Letícia Schabbach, Marília Patta Ramos, Melissa Pimenta, Aline Hellmann, Ana Godinho, Maria Lídia Bueno Fernandes, Vanessa Ponte e Giovane Scherer. Também agradeço a pessoas incríveis que mais que parceiros em diversas pesquisas, também se tornaram grandes amigos(as), Osmar, Ana Parahyba, Ana Brock, Guilherme, Raisa e Luciana. Um agradecimento especial a Camila Chiapetti com quem me sinto seguro em enfrentar qualquer desafio de pesquisa nas políticas públicas.

Muita gratidão aos colegas e professoras do PPSC, com quem trabalhei na socioeducação, Karine Santos, Carmem Craidy, Gislei Lazzarotto, Fernando Santana, Jéssica Souza, Ana Genesini, Karine Shuzman, entre muitos outros com quem aprendi muito. Um agradecimento muito forte a Magda Martins, uma inspiração ética, de sensibilidade e de trabalho, amiga e parceira.

Agradecimento forte a linha de pesquisa História, Memória e Educação pelas discussões e trocas durante este período de doutorado, prof, Zita Possamai, Ricardo, Cássio, Naíra, Mariana, Adriana, Cláudia, Viviane, Elvis e Roberta.

Gratidão em compor o coletivo discente do PPGEDU, inclusive exercendo o cargo de representante discente, de grande responsabilidade e confiança. Agradecimento especial aos colegas que compartilharam lutas, angústias e risadas, Patrícia, Antônio, Pedro, Camila, Marta,

Bernardo, Jana, Maria Luz, Daniel, Vanessa, Vanessa Porciúncula, Tanise, Marlon, Luciana, Felipe, Mateus, Jussana, Diane e Paulina. Agradeço também ao prof. Sérgio Franco, coordenador do PPGEDU, com quem aprendi muito, agradeço os demais funcionários da FACED e UFRGS como um todo, instituição pública de qualidade muito necessária para o avanço da pesquisa e ensino no país. Estendo meu agradecimento a CAPES, pela bolsa de estudos a mim concedida e essencial para a construção desta tese.

Gratidão a minha família, meu principal suporte para a escrita desta tese. A Sabrina, parceira de vida com quem compartilho meus pequenos preciosos. Um abraço apertado em meus pais Ana e Firmo, que sempre estiveram do meu lado. A minha vó Marieta, sempre em minhas lembranças. Meu irmão Renan com quem sempre posso contar. Aos meus filhos Heitor e Elias, meus amores, minhas inspirações e alegrias do dia. E por fim a Bruna, minha primeira leitora, confidente, inspiração de trabalho e amor da minha vida.

“Escribir no significa convertir lo real en palabras sino hacer que la palabra sea real”.

(Gabriel Garcia Márquez – Cien Años de Soledad)

RESUMO

A tese tem como objetivo compreender como os jovens em medida socioeducativa se narram em práticas de escrita que resistiram em arquivos, buscando compreender, principalmente, quais discursos atravessam suas escritas, ganham força em sua experiência juvenil e compõem suas subjetividades. A empiria da pesquisa constitui-se de escritas remanescentes no sistema socioeducativo ou em projetos ligados a ele, produzidas por jovens que foram atravessados pelo aparato da socioeducação. Os principais documentos examinados foram autoavaliações, produzidas por jovens no momento da finalização da medida de meio aberto e fechado; escritas no âmbito dos projetos Virando a Página e Abrindo Caminhos; e documentos diversos encontrados no campo explorado, como cartas, bilhetes e escritas em oficinas realizadas dentro do sistema socioeducativo. As concepções teórico-metodológicas que direcionaram esta investigação foram: a) a utilização da operação historiográfica, enquanto princípio ético e enquanto caixa de ferramentas para uma análise crítica, da documentação (CHARTIER, 2010); b) A utilização das escritas de si (LARROSA, 1994; ARTIÈRES, 1998 e ARFUCH, 2010) como documentação importante do testemunho de sujeitos da margem (CASTILLO GÓMEZ, 2003); c) A opção por investigar a experiência juvenil em contexto socioeducativo, partindo de sua singularidade, suas narrativas de si e quadros de vida (PAIS, 2000); d) O caminho proposto por Armando Petrucci (1999), Ricoeur (1990), Chartier (2009) e Foucault (2014) para investigar as narrativas escritas. As escritas juvenis que resistiram à perda ou ao apagamento, são tomadas nesta tese como rastros das suas vidas, em espaços-tempos circunscritos e expressivos da situação de jovens em cumprimento de medida socioeducativa em Porto Alegre, entre os anos de 2002 e 2020. São jovens que vivenciam a periferia da capital, a violência urbana, a dificuldade em acessar direitos e uma vida precária (BUTLER, 2015). As principais conclusões da investigação apontam para o fato de que essas escritas só foram possíveis a partir do choque dos jovens com o poder, são traços breves, algumas vezes inseguros, em outros momentos ensurdecadores, que em geral não seguem a norma técnica da língua e são muito próximos da oralidade, mas que possuem como grande valor o testemunho, em diferentes formas de expressão de si, por parte de jovens estigmatizados, concebidos enquanto inimigos e de difícil apreensão na sociedade. As escritas de si revelaram-se documentos com grande heterogeneidade e riqueza de informações. Apesar dos desafios relacionados aos processos de escolarização, os jovens escrevem e se narram de formas diversas, alternando elementos como a vida afetiva e familiar, suas práticas de lazer, memórias de infância, passagem pela medida socioeducativa, trabalho, a relação com o “mundo do crime”, entre outros. Nas narrativas de si, ficam evidentes os atravessamentos sociais e da justiça, seja na estrutura da história, quanto em alguns sentidos que ecoam nas escritas.

Palavras-chave: Juventude; medida socioeducativa; escrita de si; escrita das margens.

ABSTRACT

The thesis aims to understand how young people in socio-educational measure narrate themselves in writing practices that resisted in archives, seeking to understand, mainly, which discourses cross their writings, gain strength in their youth experience and compose their subjectivities. The research empirical consists of writings remaining in the socio-educational system or in projects linked to it, produced by young people who were crossed by the socio-educational apparatus. The main documents examined were self-assessments, produced by young people at the time of completion of the open and closed medium measure; written within the scope of the projects *Virando a Página* and *Abrindo Caminhos*; and various documents found in the explored field, such as letters, notes and writings in workshops held within the socio-educational system. The theoretical-methodological concepts that guided this investigation were: a) the use of the historiographical operation, as an ethical principle and as a toolbox for a critical analysis of the documentation (CHARTIER, 2010); b) The use of self-writing (LARROSA, 1994; ARTIÈRES, 1998 and ARFUCH, 2010) as important documentation of the testimony of subjects from the margin (CASTILLO GÓMEZ, 2003); c) The option to investigate the youth experience in a socio-educational context, starting from its uniqueness, its self-narratives and life situations (PAIS, 2000); d) The path proposed by Armando Petrucci (1999), Ricoeur (1990), Chartier (2009) and Foucault (2014) to investigate written narratives. The youth writings that resisted being lost or erased are taken in this thesis as traces of their lives, in circumscribed and expressive spaces-times of the situation of young people in compliance with socio-educational measures in Porto Alegre, between the years 2002 and 2020. young people who experience the periphery of the capital, urban violence, the difficulty in accessing rights and a precarious life (BUTLER, 2015). The main conclusions of the investigation point to the fact that these writings were only possible from the young people's shock with power, they are brief traces, sometimes insecure, at other times deafening, which in general do not follow the technical norm of the language and they are very close to orality, but which have as great value the testimony, in different forms of self-expression, by stigmatized young people, conceived as enemies and difficult to apprehend in society. His writings proved to be documents with great heterogeneity and wealth of information. Despite the challenges related to schooling processes, young people write and narrate themselves in different ways, alternating elements such as affective and family life, their leisure practices, childhood memories, passage through socio-educational measures, work, the relationship with the “world of crime”, among others. In the self-narratives, the social and justice crossings are evident, whether in the structure of the story, or in some senses that echo in the writings.

Keywords: Youth; socio-educational measure; self-writing; margin writing.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução das taxas de mortalidade (por 100 mil) por causas externas de crianças e adolescentes de 0 a 19 anos. Brasil. 1980/2013	82
Figura 3 - Conjunto de publicações do projeto Virando a Página.....	105
Figura 4 - Demonstração dos Diários de Campo	122
Figura 5 - Carta de jovem em internação na FASE.....	130
Figura 7 - Carta para jovem PPSC	134
Figura 8 - Carta ao Procurador Geral da República	137
Figura 9 – Captura de Tela - Planilha de Caracterização de Documentos (Cartas)	140
Figura 10 - Exemplo de Desenho	142
Figura 11 - Captura de Tela - Planilha de Caracterização de Documentos (Letra de Música)	144
Figura 12 - Letra de Música "Ostentação"	145
Figura 13 - Captura de Tela - Planilha de Caracterização de Documentos (dimensões Tipo de Documento e Conteúdo).....	153
Figura 14 - Captura de Tela - Planilha de Caracterização de Documentos (Dimensão "Forma")	157
Figura 15 - Exemplo de Narrativa Episódica	159
Figura 16 - Exemplo de história de vida	161
Figura 17 - Exemplo de Escrita Argumentativa - PPSC	164
Figura 18 - Exemplo de escrita do tipo descritiva.....	165
Figura 19 - Exemplo de texto ficcional	169
Figura 20 – Exemplo de escrita como memória.....	170
Figura 21 - Captura de Tela – Planilha de Caracterização de Documentos (Dimensão Materialidade).....	174
Figura 22 - Escrita com mudança de grafia como forma de destaque (1).....	178
Figura 23 - Escrita com mudança de grafia como forma de destaque (2).....	178
Figura 24 - Escrita com mudança de grafia como forma de destaque (3).....	179
Figura 25 - Escrita com mudança de grafia como forma de destaque (4).....	180
Figura 26 - Escrita com mudança de grafia como forma de destaque (5).....	181
Figura 27 - Escrita com mudança de grafia como forma de destaque (6).....	182
Figura 28 - Captura de Tela - Planilha de Caracterização de Documentos (Dimensão Perfil do Escrevente)	186
Figura 29 - Escrita narrativa extensa de jovem do Projeto Virando a Página.....	197
Figura 30 - Escrita "História da Minha Vida! Liberdade"	226
Figura 31 - Trecho de Carta escrita por jovem do PPSC	230
Figura 32 - Escrita Narrativa de Jovem do Projeto Virando a Página.....	242
Figura 33 - Escrita "Meu dia".....	244
Figura 34 - Escrita "Meu Aniversário" produzida por jovem do Projeto Virando a Página .	246
Figura 35 - Escrita "O dia que eu queria esquecer". Jovem do Projeto Virando a Página....	249
Figura 36 - Narrativa de aniversário - Projeto Virando a Página	252
Figura 37 - Narrativa de aniversário (2) - Projeto Virando a Página	253
Figura 38 - Exemplo de escrita na Autoavaliação (1)	259
Figura 39 - Exemplo de escrita na Autoavaliação (2)	260
Figura 40 - Formulário de Avaliação Final PIA - PSC	263
Figura 41 - Captura de Tela - Planilha de Caracterização de Autoavaliação (Materialidade)	265
Figura 42 - Captura de Tela - Planilha de Caracterização das Autoavaliações - Conteúdo..	268

Figura 43 - Autoavaliação destacando o aprendizado da medida socioeducativa (1).....	270
Figura 44 - Autoavaliação destacando o aprendizado da medida socioeducativa (2).....	270
Figura 45 - Autoavaliação destacando o aprendizado da medida socioeducativa (3).....	271
Figura 46 - Autoavaliação destacando o aprendizado da medida socioeducativa (4).....	271
Figura 47 - Autoavaliação destacando a relação com a equipe da medida socioeducativa (1)	273
Figura 48 - Autoavaliação destacando a relação com a equipe da medida socioeducativa (2)	273
Figura 49 - Autoavaliação destacando a relação com a equipe da medida socioeducativa (3)	274
Figura 50 - Autoavaliação destacando a postura frente à medida (1)	275
Figura 51 - Autoavaliação destacando a postura frente à medida (2)	275
Figura 52 - Autoavaliação destacando o compromisso em não cometer novas infrações	276
Figura 53 - Autoavaliação destacando o “pagamento à sociedade”	277
Figura 54 - Autoavaliação voltada à avaliação da medida em si	277
Figura 55 - Escrita "Um momento de raiva"	287

LISTA DE TABELAS

Tabela 2 – Distribuição da faixa etária dos adolescentes da FASE (%).....	98
Tabela 3 - Projeto Virando a Página - Livros publicados (2011 a 2016)	103
Tabela 4 - Levantamento de registros escritos de jovens - Tipos de Documentos identificados	117
Tabela 5 - Registro do ano dos documentos	125
Tabela 6 - Levantamento dos tipos/gêneros de registros escritos de jovens	126
Tabela 7 - Incidência das Temáticas nos documentos da pesquisa	153
Tabela 8 – Incidência de documentos segundo a caracterização do texto.....	158
Tabela 9 - Dimensão tempo segundo o tipo de documento nas escritas dos jovens	166
Tabela 10 - Dimensão Tempo segundo a forma do texto.....	167
Tabela 11 - Relação escrevente/texto e número de documentos	171
Tabela 12 - Incidências de tipo de narrador nas escritas dos jovens	172
Tabela 13 - Incidência da extensão dos textos escritos dos jovens	175
Tabela 14 - Número de documentos por tipo de suporte.....	176
Tabela 15 – Incidência de documentos segundo o tipo de letra	177
Tabela 16 - Incidência de documentos segundo habilidades na escrita.....	185
Tabela 17 - Número de documentos por gênero e idade	187
Tabela 18 - Incidência de gênero pelo nº de documentos.....	258
Tabela 19 - Incidência autoavaliações segundo de tipo de letra.....	265
Tabela 20 - Incidência de autoavaliações segundo habilidades na escrita	267

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Total de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto e internação em Porto Alegre (2010 e 2013).....	98
Gráfico 2 - Escolaridade dos adolescentes da FASE-RS (%).....	99
Gráfico 3 - Período das Autoavaliações	257
Gráfico 4 – Conteúdos presentes nas autoavaliações	269

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIG - Assessoria de Informação e Gestão (FASE-RS)

AJ – Acompanhamento Juvenil

ANCED - Associação Nacional dos Centros de Defesa de Direitos de Criança e Adolescente

CASE - Centro de Atendimento Socioeducativo

CASEF - Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino

CIPCS - Centro de Internação Provisória Carlos Santos

CJ – Centro da Juventude

CONANDA - Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CSE - Comunidade Socioeducativa

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FACED – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre

FASE – Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FEBEM - Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICPAE - Internação com possibilidade de atividade externa

IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ISPAE - Internação sem possibilidade de atividade externa

MEC – Ministério da Educação

MP – Ministério Público

PET - Programa de Educação pelo Trabalho

PIA - Plano Individual de Atendimento

PIPA - Núcleo de Extensão e Pesquisa Interdepartamental de Práticas com Adolescentes e Jovens em Conflito com a Lei

PPGEDU – Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

PEMSE - Programa Municipal de Medidas Socioeducativas de Meio Aberto de Porto Alegre
PPSC - Programa de Prestação de Serviço à Comunidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
PSC – Medida de Prestação de Serviços à Comunidade
LA – Medida de Liberdade Assistida
PROEXT - Programa de Extensão Universitária
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
POA I - Centro de Atendimento Socioeducativo Regional de Porto Alegre I
POA II - Centro de Atendimento Socioeducativo Regional de Porto Alegre II
OMS - Organização Mundial de Saúde
ONG – Organização Não-governamental
SAJU - Serviço de Assessoria Jurídica Universitária
SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
TRF - Tribunal Regional Federal
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
VA – Projeto Virando a Página

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Aproximações e percursos iniciais	16
1.2	Escolhas e contornos da pesquisa.....	20
1.3	O texto e suas composições.....	27
2	AS PERTENÇAS, ESCOLHAS, CAMINHOS	29
2.1	História Cultural e a Operação Historiográfica	29
2.2	As Escritas das Margens.....	35
2.3	Emergência das Escritas de Si.....	44
2.4	Subjetividade e Escritas de Si	49
2.5	Discurso, Linguagem e a Investigação das Escritas de Si.....	54
3	JUVENTUDES E SOCIOEDUCAÇÃO: APORTES TEÓRICOS	64
3.1	Adolescência e Juventude: Dois Conceitos, Muitas Acepções	65
3.2	As Medidas Socioeducativas	71
3.3	Uma Trajetória de Riscos	76
3.4	Juventude Seleccionada pela Justiça Juvenil	83
3.5	Governamentalidade de Vidas Precárias	90
3.6	Juventude em Medida Socioeducativa em Porto Alegre.....	96
4	CAMINHOS DO CAMPO DE PESQUISA	101
4.1	Projeto Virando A Página.....	102
4.2	Programa de Prestação de Serviço à Comunidade	107
4.3	Projeto Abrindo Caminhos	110
4.4	Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande Do Sul (FASE).....	112
4.5	Documentos diversos, palavras que insistem em ser acolhidas	114
4.6	Instrumentos Metodológicos	117
5	AS ESCRITAS DOS JOVENS COMO EXPRESSÕES DAS ESCRITAS DE SI	124
5.1	Ano e Origem do Documento	124
5.2	Tipo/Gênero do Documento	126
5.3	Conteúdo do Documento.....	152
5.4	Forma do Documento	156
5.5	Materialidade.....	173
5.6	Perfil do Escrevente.....	186
6	NARRAR-SE NAS HISTÓRIAS DE VIDA	189
6.1	As Estruturas e o Caráter das Narrativas.....	192
6.2	Narrativa do Anti-Herói	196
6.3	Marcos nas Histórias de Vida.....	206
6.4	Então se Ligam Aí Na Rua... Vida Loka.....	236
7	ESCRITAS HETEROGÊNEAS: CONSTRUÇÃO DE ANÁLISE EM	
	DIFERENTES TEMÁTICAS	240

7.1	NARRAR-SE NO ANIVERSÁRIO EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	240
7.2	NARRAR-SE NAS AUTOAVALIAÇÕES.....	256
7.3	NARRAR-SE NOS PROJETOS DE FUTURO: Entre sonhos e sobrevivência.....	279
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS: Existe Vida Nestes Jovens, Existe História.....	290
9	REFERÊNCIAS	297

1 INTRODUÇÃO

A tese tem como objetivo compreender como os jovens em medida socioeducativa narram a si mesmos em práticas de escrita que resistiram esquecidas em arquivos. A empiria da pesquisa constitui-se especificamente de escritas remanescentes no sistema socioeducativo ou em projetos ligados a ele, produzidas por jovens que tiveram algum contato com a justiça juvenil e, portanto, foram atravessados pelo aparato da socioeducação. Intenta rastrear, partindo dos registros produzidos por esses jovens, os riscos que enfrentam, seus quadros de vida e de que forma experienciam a medida socioeducativa que se apresenta como ponto comum em suas trajetórias. Como desdobramento, a problemática da investigação contempla, ainda, a indagação sobre como os discursos da justiça atravessam as subjetividades de jovens que moram nas periferias de Porto Alegre e suas práticas de escrita.

Conforme consta detalhado mais adiante, os principais documentos examinados na tese consistem nas autoavaliações escritas produzidas por jovens no momento da finalização da medida de meio aberto e fechado; as escritas no âmbito do projeto Virando a Página, inserido no Programa de Educação pelo Trabalho (PET), do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, que funcionou de 2011 a 2016; as escritas produzidas na experiência do Projeto Abrindo Caminhos; documentos diversos encontrados no campo explorado, como cartas, bilhetes e escritas em oficinas realizadas dentro do sistema socioeducativo. O importante a ressaltar sobre essa documentação é que foi produzida em espaços em que os jovens têm a oportunidade de se expressar através da escrita de próprio punho enquanto vivenciam o cumprimento da medida socioeducativa.

Esses espaços que oportunizam práticas de escrita dos jovens no contexto do sistema socioeducativo em geral são raros e efêmeros. Aquelas escritas que resistiram à perda, ao esquecimento ou ao simples apagamento, são tomados nesta tese como rastros e riscos das suas vidas, como assim designa José Machado Pais (2000), em espaços-tempos circunscritos, situados historicamente e expressivos da situação de jovens em cumprimento de medida socioeducativa em Porto Alegre, entre os anos de 2002 e 2020. São jovens que vivenciam a periferia da capital, a violência urbana, a dificuldade em acessar direitos e uma vida precária (BUTLER, 2015).

Como inspiração metodológica à análise desses rastros registrados pelos jovens, a tese se serve da operação historiográfica, segundo a concepção da História Cultural, que tem como um de seus acúmulos de experiência o trabalho com os pequenos detalhes, com as singularidades, com a variedade de documentos e a busca por seus sentidos e usos no tempo.

1.1 Aproximações e percursos iniciais

A inspiração na História e na operação historiográfica como campo teórico-conceitual e para o desenho da metodologia desta tese não decorreu de uma escolha aleatória, assim como o tema da juventude e da socioeducação. Minha trajetória como pesquisador, assim como minha atuação profissional junto às juventudes, esclarece para o leitor as opções que levaram à construção dessa tese da forma como se apresenta.

Primeiramente destaco minha formação como Historiador na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), período importante em minha concepção sobre ciência e pesquisa. Ainda cursando a graduação, iniciei uma bolsa de extensão no Programa de Prestação de Serviço à Comunidade (PPSC) da UFRGS. Neste espaço atuei como educador e técnico, ao mesmo tempo em que iniciei pesquisas sobre adolescentes selecionados pela justiça juvenil, juntamente com a professora Carmem Craidy. O PPSC/ UFRGS trabalha com a execução de medidas socioeducativas de Prestação de Serviço à Comunidade, de meio aberto, e recebe adolescentes que cometeram algum ato infracional. Ou seja, passou a integrar o meu cotidiano profissional a discussão sobre os jovens que passam pela justiça juvenil, realidade que ocupou meus interesses em estudos e pesquisas.

Outra experiência importante teve lugar no Núcleo de Extensão e Pesquisa Interdepartamental de Práticas com Adolescentes e Jovens em Conflito com a Lei (PIPA), ao qual o PPSC fez parte. Também compunham este Núcleo o Estação PSI-UFRGS, onde são acompanhadas as demandas psicológicas dos adolescentes em cumprimento de medida, e ainda o G10, um grupo do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU/UFRGS) que atua na defesa de adolescentes que necessitam de assessoria jurídica em processos que envolvem um ato infracional. O objetivo principal do PIPA consistia em realizar um

acompanhamento interdisciplinar dos adolescentes selecionados pela justiça juvenil, assim como atuar politicamente nas questões relativas a essa temática. É importante este contexto de trabalho e pesquisa, pois representou a experiência na qual aprendi a importância da prática interdisciplinar.

Durante quatro anos, também integrei as equipes de defesa interdisciplinar no G10, parte do Serviço de Assistência Jurídica Universitária (SAJU/UFRGS), onde pude experimentar outro lugar dentro do sistema socioeducativo, o da defesa técnica de adolescentes. É também um espaço instigante para pensar o papel da Educação nessa intersecção com o campo do Direito. Nessa atuação, pude me aproximar do funcionamento do sistema de justiça juvenil, incluindo as audiências, a promotoria, a atuação da polícia e as práticas das Unidades de Internação, onde os jovens cumprem a medida de meio fechado¹.

Durante todo o período em que atuei no PPSC/UFRGS, o acompanhamento dos jovens foi uma prática sistemática. Nesses acompanhamentos tive a oportunidade de estar em diferentes espaços de Porto Alegre, desde um Centro de Atenção Psicossocial (CAPs) até museus, parques, ruas, ônibus, escolas e audiências da justiça, espaços que compõem e tecem o cotidiano da cidade. Fui então percebendo as relações de jovens da periferia com esses lugares e com as pessoas que os compõem. Esses jovens são diferentes uns dos outros, assim como são diferentes os espaços. No entanto, ao suspeitar, ou ficar constatado que eles se encontram em cumprimento de medida, parece haver certos padrões de comportamento das pessoas que os vêem, especialmente que consistem no distanciamento e em um certo instinto de defesa. Lembro de muitas vezes, ao acompanhar um grupo de jovens em medida pelo centro da cidade, o quanto eles provocavam olhares desconfiados, o quanto existia uma tensão no ar por onde eles passavam. Talvez o mais grave tenha sido perceber uma diferença de tratamento em relação a esses jovens pelas instituições públicas que deveriam acolhê-los, e assim, muitas vezes, depararem-se sistematicamente com seus direitos negados.

Essas inquietações me acompanharam até o Mestrado. Em 2012, ingressei na pós-graduação da Faculdade de Educação da UFRGS, na linha de pesquisa História, Memória e

¹ São consideradas medidas de meio fechado a internação e a semiliberdade, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Educação, sob orientação do professor Alceu Ravello Ferraro. Foi o professor Alceu que me apresentou a obra de Erving Goffman, *Estigma* (1988), que à época fez tanto sentido. Decidi então trabalhar o conceito de estigma na dissertação, identificando algumas ferramentas para analisar as relações entre os jovens selecionados pela justiça juvenil e as políticas públicas que os atendem, e como isso se reflete nos processos educativos, nas ditas medidas socioeducativas que tem como objetivo resgatar sua cidadania.

Assim, na dissertação intitulada “Adolescentes em medida socioeducativa: um estudo sobre estigma” (VIDAL, 2014) realizei um exame do conceito de estigma e seus efeitos práticos na vida desses jovens. Para tanto, o estigma foi abordado sob a perspectiva teórica de Erving Goffman, de Norbert Elias, de John Scotson e de Michel Foucault. A pesquisa abrangeu um grupo de 96 jovens, todos provenientes dos bairros Partenon e Lomba do Pinheiro, localizados na periferia da cidade de Porto Alegre. Com o intuito de traçar o perfil desses jovens em cumprimento de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) a pesquisa valeu-se, como material empírico, de Relatos de Acompanhamento, transcrições de Audiências e relatórios de Plano Individual de Atendimento (PIA) dos jovens acompanhados pelo PIPA. O estudo revelou que estes jovens acabam tendo muitos de seus direitos negados, tornam-se objeto de técnicas disciplinadoras e normatizadoras do Estado, processo legitimado pelo estigma de “menor infrator”. Os jovens são vistos como seres humanos inferiores, perigosos para a sociedade, descartáveis e incapazes (desacreditados). Também foi importante perceber a forma como o estigma é utilizado na manutenção de uma hierarquia social, como o estigma do jovem que passou por uma medida socioeducativa, ou como é mais conhecido, “menor infrator”, é utilizado para criminalizar os jovens da periferia com o objetivo de desacreditar, deslegitimar, inferiorizar e submeter toda uma classe social (VIDAL, 2014).

Como afirmei na dissertação (VIDAL, 2014), embora os discursos estigmatizantes simplifiquem as pessoas, isso não quer dizer que o discurso em si é simples ou raso. Geralmente, os discursos estigmatizantes se apoiam em estudos, em dados e experiências. E para que um discurso venha a ser aceito, ele deve, primeiramente, convencer, deve “cheirar” a verdade. Para Foucault os discursos de verdade são aqueles que trazem consigo efeitos de verdade, e é a partir

deles que somos julgados, condenados, classificados cotidianamente, impelidos a tarefas e destinados a certa maneira de viver, a um modo de vida (FOUCAULT, 2005, p. 29).

Entendo que o compartilhamento do espaço rico em experiências e desafios vividos no trabalho com jovens em medida socioeducativa tornou a minha decisão pelo tema de pesquisa, tanto no Mestrado, quanto no Doutorado, mais do que apenas uma escolha, também uma responsabilidade pessoal em relação a essa diversidade de jovens que conheci e que me fizeram atentar para essa problemática. O contato com eles fez com que eu vislumbrasse o mundo a partir de seus olhos, de suas histórias, que me pareciam irreais no Brasil atual, provocaram indignação e despertaram minha curiosidade em compreender a complexidade dos contextos e quadros de vida em que se inserem.

A escolha do tema desta tese é também política, movida pela indignação com a realidade que chega a mim através desses jovens e pela compaixão que acredito ser constitutiva do sentido de humanidade diante das injustiças. Além disso, mais do que testemunhar uma categoria borrada de jovens sofrendo diversas formas de violência, a partir da minha experiência vejo pessoas com rostos, nomes, pessoas com quem dividi alegrias e tristezas, que me compraram bolachas recheadas em passeios pelo centro de Porto Alegre, que me confiaram suas histórias, que me chamaram de amigo e professor. Não tenho a pretensão de falar por eles, e sim de abrir espaços e discussões onde sejam vistos e ouvidos como sujeitos de direitos, cidadãos, pessoas com uma mesma humanidade que compartilhamos. A intenção da tese é contribuir enquanto material de pesquisa e buscar outros elementos para pensar e agir acerca da problemática da violência juvenil e do campo da socioeducação. Por isso, praticar uma problemática cuja intenção é, ao invés de partir do estigma, partir das expressões de vida dos jovens. Olhar para o modo como compreendem suas trajetórias, os riscos que vivenciam e registram em suas manifestações escritas, procurar o singular, o regular e as diferentes formas de sentido e experiências face à medida socioeducativa.

Para isso, concebi que para a investigação poderia adotar algumas concepções da ciência histórica, mais especificamente da história da cultura escrita e uma metodologia inspirada na operação historiográfica, que fazem parte do meu fazer em pesquisa ao longo do itinerário até aqui. A partir do trabalho no âmbito da socioeducação pude realizar uma

circulação por outras disciplinas, como psicologia, direito, educação, serviço social, artes e sociologia. Nas minhas andanças pelas políticas para juventude, a história tornou-se meu principal instrumento de trabalho com jovens, seja na análise de casos, nas oficinas como educador, no acompanhamento individual ou na intervenção com as políticas públicas. No entanto, aprendi também que é preciso compor com outros instrumentos, com outros olhares e que isso enriquece o trabalho.

1.2 Escolhas e contornos da pesquisa

Distintas questões metodológicas foram importantes à realização da tese, seja no sentido de legitimar a pesquisa, seja na direção de definir os fios teóricos que contribuiriam a distinguir, temporalizar e analisar algumas práticas de escrita de si de jovens selecionados pela justiça juvenil na contemporaneidade. Assim, poder investigar a diversidade dos modos através dos quais os jovens em medida socioeducativa narram a si mesmos e experimentam sua condição juvenil, a partir de fragmentos de escritas realizadas durante o período vivido na socioeducação foi o escopo central da investigação. Busquei identificar e compreender, na singularidade e regularidade de suas narrativas, a presença das políticas públicas, da realidade que denominam “o mundo do crime”, suas relações com família, trabalho, os desafios identificados, as saídas encontradas ou escolhidas e possíveis, enfim, os projetos de futuro e a relação com o passado.

Assim, o corpus empírico da tese é composto por múltiplas modalidades de escritas de si, entre elas figuram principalmente as autoavaliações, as redações e as cartas. A escolha da escrita desses jovens como forma de recolher suas expressões de vida, ao invés da recolha de narrativas orais de histórias de vida, decorreu de várias motivações. Valer-me de entrevistas ou mesmo grupos focais poderia soar como metodologias mais aceitáveis ou mais adotadas, em especial tendo em vista o público juvenil na socioeducação, que supostamente o senso comum não reconhece como sujeitos que no cotidiano invistam nas práticas de escrita. Essas metodologias, supostamente, produzem um resultado mais expressivo e oferecem um material mais abundante. Em geral, quando lidamos com a história do tempo presente, essas são as principais modalidades de investigação, quando o historiador tem a oportunidade de

“interrogar” testemunhas vivas. Entendo que essa estratégia poderia facilitar meu acesso aos jovens, em especial por se tratar de uma parcela da juventude que, em geral, possui baixa escolarização e não frequenta a escola. Ou seja, antecipadamente supõe-se que os documentos escritos que possam ter sido produzidos e que ainda estejam à disposição para quem os procure, e que não tenham sido descartados, sejam escassos. Por que, então, escolher os registros escritos de jovens?

Em primeiro lugar ressalto o desafio de experimentar e contribuir com uma perspectiva de investigação no campo historiográfico, em particular os estudos de história da cultura escrita, uma corrente consistente e que permite uma diversidade de documentos e investigações. Em segundo, inquietou-me a constatação de que, de fato, persiste uma desatenção aos documentos escritos pelos próprios jovens como âmbito de investigação acerca das juventudes nas periferias e, especialmente aquelas selecionadas pela justiça juvenil, o que pode representar uma contribuição original e instigante, que diga algo diverso do que já vem sendo dito, ou sob uma perspectiva diferente. O terceiro ponto é o fato de o documento escrito oferecer indícios diferentes do documento oral. A escrita diz de um outro processo mental, narrativo e mnemônico. Ela cria uma experiência diferente da fala e, portanto, outra forma de registro e significação. A escrita se torna muito mais pesada e, conseqüentemente, ela rasga o papel e entra na materialidade, no visível, marcando uma expressão de vida, um testemunho concreto, único no tempo e no espaço, que pode ser interrogado e interpretado de diferentes formas, sob diferentes olhares, criando variações de um mesmo documento.

A materialidade dos registros escritos, potencialmente, pode anunciar ou permite entrever muitos elementos da própria cultura escrita. A escrita dos jovens permite investigar os suportes de escrita e leitura que utilizam, perceber, no contexto de avanço tecnológico e do meio digital, quais as referências de escrita desses jovens em situação infracional.

O quarto ponto é que os documentos escritos por jovens em medida socioeducativa são pouco explorados, especialmente as escritas de si. Ao realizar a busca na plataforma CAPES² com a combinação de descritores “escrita de si e socioeducação”; “escrita de si e medida socioeducativa”; “escrita de si e conflito com a lei”, não foi identificado nenhum

² O levantamento bibliográfico na Plataforma CAPES foi realizado em fevereiro de 2020.

resultado. Com o cruzamento dos descritores “escrita e socioeducação” foram encontrados três resultados, no entanto, nenhum dos estudos se vale das escritas dos jovens. Com a intersecção das palavras “medida socioeducativa e escrita”, identifiquei onze resultados, sendo que apenas um artigo³ aborda as escritas de jovens. Neste artigo, as escritas foram produzidas a partir do estímulo dos pesquisadores, diferente da presente tese que investiga aquelas escritas dos jovens que restaram no sistema socioeducativo ou projetos parceiros.⁴

Assim, os estudos de história da cultura escrita levaram-me a muitas indagações: Qual cultura escrita é acessada pelos jovens que circulam em contextos da socioeducação? Como os jovens estruturam suas narrativas e, ao mesmo tempo, marcam as temporalidades em sua existência? Como ecoam ou se fazem presentes os discursos da justiça juvenil, os discursos midiáticos sobre o mundo do crime e a própria juventude, entre outros, nas narrativas escritas dos jovens? A partir de suas narrativas de vida, registradas nas palavras escritas, que sentidos os jovens em situação infracional conferem às medidas e aos riscos de uma trajetória atravessada pelo mundo do crime?

No decorrer da investigação a reflexão sobre o presente a partir de uma perspectiva histórica passou a oferecer aspectos que facilitam e, ao mesmo tempo, desafiam o horizonte de compreensão da problemática em torno aos sentidos e efeitos da experiência da socioeducação

³ O artigo é da área da psicologia e utiliza como metodologia a pesquisa-ação. A pesquisa reúne grupos multifamiliares com adolescentes ofensores sexuais e se propõe a investigar e sistematizar a proposta metodológica de atendimento a esses sujeitos numa dimensão grupal, reunindo adolescentes e familiares numa abordagem interventiva psicossocial. A investigação é realizada a partir da escrita de textos temáticos dos jovens durante os encontros. Abaixo a referência do artigo.

Costa, Liana & Junqueira, Eika & Ribeiro, Adeli & Meneses, Fernanda. “Ministério da Obrigação adverte”: é preciso proteger os adolescentes ofensores sexuais. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 29, 2011.

⁴ Durante o percurso da tese, algumas pesquisas que utilizaram escritas com jovens em medida foram encontradas, como: a pesquisa organizada por Nilda Stecanela (2012), na área da educação, que tem como objetivo entender os processos de construção identitária de jovens, de Caxias do Sul (RS), em contexto de privação de liberdade. A investigação foi realizada a partir das narrativas escritas e orais produzidas pelos jovens nas cartas trocadas com os pesquisadores e nas entrevistas narrativas realizadas, respectivamente; A dissertação de Simone Heissler (2018), na área da psicanálise, que tinha como objetivo realizar uma escuta da escrita dos jovens em privação de liberdade em Porto Alegre (RS). Para isso se construiu o dispositivo “Roda da Escrita”, com encontros realizados com os jovens que produziam escritas e contavam suas narrativas; por fim a tese de Michele Caldeira (2020), na área da psicologia, que tinha como objetivo compreender como a medida socioeducativa de privação de liberdade repercute nos processos de subjetivação de meninas institucionalizadas em Belo Horizonte (MG). Para este fim se utilizou a pesquisa-intervenção com diferentes técnicas de produção de informações, como; análise documental, observação e diário de campo, oficinas em grupo com as jovens e a escrita de um diário com as narrativas pessoais das jovens.

para os jovens que a vivenciam. Ao tomar as escritas de jovens que se situam no tempo presente, a identificação com os sujeitos soou familiar. Pareceu mais acessível poder tentar “entrar na pele” do outro, como sugere Alain Corbin (1989), e compreender seu contexto cultural, o mundo a sua volta, prática essa importante para o pesquisador, ainda mais aquele que se inscreve nesse campo teórico-conceitual da História Cultural. Ecoaram as palavras de Corbin, para quem isso consiste em:

(...) delimitar os contornos do pensável, assimilar os mecanismos da emoção nova, a gênese dos desejos, a maneira como, em um tempo dado se experimentam os sofrimentos e os prazeres, descrever o comportamento, reencontrar a coerência dos sistemas. (CORBIN, 1989, p. 7)

Ao mesmo tempo em que estive e persisto próximo dos sujeitos jovens em medida socioeducativa, por compartilharmos o mesmo momento histórico e ter vivido muitos encontros com esses jovens em meu itinerário como educador, de outra parte, como pesquisador, há uma espécie de afastamento, a vivência em um contexto social e cultural diferente. Assim, trata-se de enfrentar o paradoxo implicação & estranhamento.

Os jovens que produziram as escritas sobre as quais me debruço nesta tese, como explicitiei antes, vivem na periferia de Porto Alegre o que torna nossas experiências de vida pouco próximas, pois estes jovens vivenciam as contingências da pobreza, da exclusão, do racismo e a opressão de classe, são jovens estigmatizados há muitas gerações, percebidos a partir do medo ou do ódio. Quando penso no estigma construído sobre a figura desses jovens, frequentemente lembro de um episódio marcante ocorrido em 2013. Juntamente a um colega, nos dirigimos, com sete jovens que cumpriam medida de PSC na UFRGS, até o Parque Morro do Osso a fim de realizarmos uma experiência de filmagem, pois se trata de um local de proteção ambiental que possui uma vista privilegiada da cidade de Porto Alegre e do Lago Guaíba. Chegando ao local de ônibus, iniciamos uma subida a pé para chegarmos até o topo. No caminho havia uma construção da administração do parque. Dois funcionários estavam à frente, conversando, e quando nos avistaram, rapidamente entraram na construção e fecharam a porta gradeada com um cadeado. Fiquei perplexo com o acontecido, mas para os jovens isso pareceu natural. Um deles ainda comentou o quanto para eles era difícil conseguir um taxi, que raramente parava quando acenavam. Tal experiência representa uma cena emblemática para

exemplificar de que modo as trajetórias desses jovens frequentemente mostraram-se distantes e distintas do pesquisador.

Entretanto, vale registrar que minha biografia está afetada por um percurso de vida de dez anos junto a jovens, principalmente aqueles em cumprimento de medida socioeducativa, e como mencionei anteriormente, meu empenho em aproximar-me de sua cultura, de suas práticas, seus discursos, uma vivência e uma proximidade inclusive afetiva, e não apenas profissional. Essa proximidade, de alguma forma, não exclui a imaginação ou a intuição, porque é uma proximidade histórica, uma proximidade geográfica, e ao mesmo tempo, é fundada no reconhecimento das diferenças substantivas entre nós, que incluem aquelas de classe social e de inserção cultural.

Na pesquisa realizada no mestrado, como referi acima, o objetivo foi perceber o funcionamento do estigma junto a jovens selecionados pela justiça juvenil e como eram vistos como um bloco, como pessoas com condutas e características previamente identificadas. Nesta tese busco um outro olhar para a vida desses jovens, não o que eles têm em comum, segundo o que é narrado sobre eles, a identidade que lhes é atribuída, o fato de terem cometido um ato infracional, mas sim o que os diferencia, como a experiência comum pode ser vivida de diversas formas.

Um dos desafios consiste em perceber como a experiência do ato infracional e da socioeducação se manifesta nos rastros de escritas que produziram no contexto do sistema socioeducativo, seus breves fragmentos narrativos, seus traços de autoria, ainda mais quando nos deparamos com documentos judiciais onde há pouco espaço para a singularização e para a transgressão. Para identificar as regularidades e singularidades nos registros de autoavaliação nas medidas de meio aberto, por exemplo, faz-se necessário um olhar voltado para o comum e para o detalhe, para o deslize, para o que escapa, pois trata-se de um documento judicial onde o jovem tem o conhecimento de que será examinado e julgado, percebe que as narrativas que possa produzir na escrita devam consistir no discurso que imagina ser o adequado e que não o condene a sofrer represálias.

Nesta tese, busco superar uma suposta característica comum entre os jovens do sistema da socioeducação, que os unificaria a partir do cometimento de uma infração, ou seja, aquela marca social que os estigmatiza. A intenção reside em buscar compreender o que dizem de si

mesmos nas escritas, como se mostra o particular, o singular, e partir do que é comum para a juventude selecionada pela justiça juvenil, compreender como esse comum é experienciado de formas variadas pela diversidade dos jovens que se encontram nessa situação.

Inspirado pelo livro *Traços e Riscos de Vida* (2000), organizado por José Machado Pais, a intenção da tese consiste em procurar nas narrativas dos jovens, traços de suas vidas.

No fundo, o que genericamente propomos é uma ruptura em relação às teorias da etiquetagem e da estigmatização centradas na noção de desvio ou de desenquadramento. Interessam-nos mais os quadros de vida juvenis e o que nesses quadros os jovens inscrevem: os seus traços de vida. (PAIS, 2000, p.10)

Segundo Pais (2000), cada vez mais a exclusão social dos jovens tem tido maior relevância, principalmente a percepção de que se colocam mais em risco. No caso do Brasil há uma grande preocupação pública com a crescente mortalidade juvenil, que nos últimos anos alcançou índices alarmantes.⁵

Dentre a população juvenil, os jovens em situação infracional que passam por medidas socioeducativas têm sido apontados como sujeitos de extrema vulnerabilidade social, com muitas violações de direitos, excluídos das políticas públicas e com uma realidade dramaticamente frágil e violenta, seja em alguns momentos como os perpetradores, seja em outros como as vítimas. Pais (2000) adverte, então, que há uma forte tendência em olhar em demasia para as situações e condutas de risco, perdendo de vista a própria vida dos jovens. Sendo assim, os estigmas ofuscam as vidas muito mais ricas que os riscos e perigos. Para entender melhor os riscos vividos pela juventude, um modo interessante é olhá-los a partir de suas vidas, de suas realidades. Nas palavras de Pais, é preciso

(...) partir dos traços de vida para compreender os seus eventuais riscos. A proposta – que é também uma aposta metodológica – vai, pois, no sentido de clarificar as condições ou determinantes sociais de jovens vivendo em trajetórias de risco ou em contextos de exclusão ou desenquadramento social mostrando e questionando as suas múltiplas formas de expressão; pesquisando as suas estratégias de sobrevivência; debatendo ações sociopolíticas que melhor poderão prevenir a exclusão desses mesmos jovens. (PAIS, 2000, p.9)

⁵ Segundo o Atlas da Violência, de cada 100 jovens entre 15 e 19 anos que morreram no país por qualquer causa, 39 foram vítimas da violência letal, colocando a violência como a principal causa de morte entre jovens (IPEA, 2021)

Para isso, o autor propõe a utilização de diferentes instrumentos metodológicos com a finalidade de retratar os diversos traços juvenis, como observação flutuante, aliado a grupos de discussão, entrevistas biográficas aprofundadas e retratos do dia a dia (anotações elaboradas em conjunto com os jovens sobre os rituais realizados no cotidiano). Segundo o autor, a utilização desses diferentes instrumentos consegue uma aproximação mais precisa da realidade juvenil pesquisada.

Nesta tese os instrumentos metodológicos diferem daqueles listados pelo autor, pois o material empírico reunido é composto por registros escritos realizados em diferentes situações e com diversos propósitos pelos jovens em medida socioeducativa, o que demanda outra abordagem. Ao mesmo tempo, persiste a inspiração que leva a focar a pesquisa nos quadros de vida dos jovens, ao invés de partir da problemática que os estigmatiza (medida socioeducativa, envolvimento no crime e ato infracional). Nesse sentido, a tese adota a proposta de Pais (2000) menos como um roteiro metodológico a ser seguido e mais como uma perspectiva que norteia a análise e a forma de olhar/interpretar a empiria da pesquisa.

Assim, a tese se debruça sobre as escritas dos jovens a partir de uma perspectiva indutiva, quando as inferências de pesquisa se constroem no campo, aberta às diferentes narrativas, identificando regularidades e singularidades de experiências juvenis na socioeducação que são situadas num tempo e espaço determinados. Mesmo naqueles elementos em comum, expressos em categorias que possibilitam aproximar as histórias dos jovens, a intenção da tese apresenta como estes pontos similares são vividos de maneiras distintas, de modo a desconstruir uma ideia de história única de uma massa disforme de jovens estigmatizados enquanto “menores infratores”. Explora, assim, as singularidades de suas experiências a partir de escritas de si, dos modos como narram a si mesmos e compreendem suas histórias de vida.

Para isso, adota dois instrumentos metodológicos principais para caracterização e análise dos documentos. O primeiro consiste na Planilha de Caracterização de Documentos, uma planilha elaborada especificamente para a tese e que adota o aplicativo de criação de

planilhas eletrônicas Excel, no qual os documentos foram sistematizados em seis dimensões⁶. Este instrumento tem como propósito principal tabular as características materiais e de conteúdo de cada documento, leia-se de cada registro escrito, além de proporcionar uma perspectiva do conjunto. O segundo instrumento elaborado no percurso da pesquisa consiste no Caderno de Campo, um diário em que foram registradas as sínteses e reflexões que acompanharam a leitura dos documentos. Seu objetivo consistiu em provocar a atenção sobre cada escrita dos jovens, de modo a formular uma perspectiva singular.

Assim, o caminho metodológico da pesquisa que sustenta a tese se pauta pelos traços de vida de jovens escreventes de textos sobre si mesmos ou com traços autobiográficos, produzidos nos tempos em que se encontravam em medida socioeducativa. O conjunto dos registros escritos produzidos pelos jovens constitui a principal empiria da tese, que considera que tais registros são expressivos para compreender os modos como os jovens se narram e os discursos que os atravessam. Ainda, a partir das escritas indaga se e como os discursos da justiça atravessam sua situação de jovens em medida, e como se apresenta a apropriação da cultura escrita em suas práticas escriturísticas (CERTEAU, 1998). A tese adota o entendimento de que as escritas juvenis permitem uma compreensão das culturas juvenis possíveis de serem vivenciadas por jovens que têm em sua trajetória a marca da vivência da socioeducação.

1.3 O texto e suas composições

A tese está organizada em oito capítulos, sendo que o primeiro é essa introdução, que apresenta em linhas gerais a pesquisa, a minha relação com a temática e a organização da tese. O segundo capítulo percorre as concepções teóricas e desenhos metodológicos utilizados na investigação para responder à pergunta central da tese: Como os jovens em medida socioeducativa narram a si mesmos em rastros de escritas que resistiram em arquivos? Aborda a operação historiográfica, o campo das escritas das margens e o conceito de escrita de si.

⁶ As seis dimensões são: o Ano do Documento; o Tipo de Documento; o Conteúdo do Documento; a Forma do Documento; a Materialidade do Documento e o Perfil do Escrevente.

O terceiro capítulo apresenta os conceitos de juventude, o campo das medidas socioeducativas, procedimentos e concepções, além de delinear o perfil dos jovens que, em geral, passam pela socioeducação. O quarto capítulo destaca os caminhos percorridos no campo empírico da pesquisa, quais foram os espaços em que foi realizado a coleta das escritas dos jovens em medida socioeducativa, uma breve descrição dos documentos e a apresentação dos instrumentos metodológicos utilizados para a investigação.

O quinto capítulo aprofunda a caracterização das escritas dos jovens em medida socioeducativa, a partir da sistematização realizada pelos instrumentos metodológicos de pesquisa. Dirige uma maior atenção ao gênero dos textos, sua materialidade e conteúdo. O sexto capítulo apresenta uma investigação realizada sobre o conjunto de documentos com as narrativas dos jovens sobre suas histórias de vida. Nelas os jovens selecionam e costumam acontecimentos de forma a trazer significado a sua experiência de vida no presente.

O sétimo capítulo realizou uma investigação sobre três conjuntos de documentos com temáticas diferentes, de modo a promover o aprofundamento de temáticas específicas que comparecem nos registros escritos pelos jovens e diferentes formas de narrarem-se. A primeira seção investiga as narrativas sobre como os jovens passaram o seu último aniversário. A segunda seção apresenta a análise sobre as autoavaliações, principalmente a partir da utilização da Planilha de Caracterização de Autoavaliação enquanto instrumento de investigação. A terceira e última seção investiga as escritas sobre os projetos de futuro dos jovens em medida socioeducativa. Dessa forma, se selecionou trechos em que os jovens escrevem sobre suas perspectivas para o período após a medida socioeducativa. No oitavo e último capítulo são tecidas algumas considerações finais.

2 AS PERTENÇAS, ESCOLHAS, CAMINHOS

Esse capítulo é destinado à apresentação das escolhas teóricas e metodológicas mobilizadas com o objetivo de responder à pergunta central da tese: Como os jovens em medida socioeducativa narram a si mesmos em rastros de escritas que resistiram em arquivos?

Busco ler e compreender os infames ou sem fama, a que se refere Foucault (2003), através da investigação de um conjunto de escritos de jovens em medida socioeducativa. As escritas produzidas pelos jovens enquanto sujeitos e assujeitados à socioeducação muitas vezes são relegadas ao esquecimento, deixadas de lado, vistas como sem importância, destruídas, descartadas ou abandonado em algum lugar, e foram por mim recolhidas para compor a empiria da investigação. Minha intenção foi reunir e dar visibilidade a esses documentos, explorando seus possíveis significados com o intuito de compreender como os jovens narram a si próprios.

Este capítulo possui três seções principais. Na primeira seção disserto sobre a História Cultural como corrente historiográfica que inspira a tese e seu design investigativo. Na segunda seção discorro sobre as escritas das margens e a opção em realizar a investigação a partir de rastros de vida nas escritas de jovens e suas singularidades. Por fim, na última seção, apresento conceitualmente as escritas de si, seus significados e limites, assim como os desafios e possibilidades na análise das escritas de jovens em cumprimento de medida socioeducativa.

2.1 História Cultural e a Operação Historiográfica

Nesta seção apresento as concepções da História Cultural que inspiram meu fazer como pesquisador e como concebo a operação historiográfica fundada nessa corrente teórica da História, compreendida como perspectiva de análise dos escritos de jovens que vivenciam e são subjetivados, em algum momento de suas vidas, pelo sistema socioeducativo.

Segundo Hunt (1992) a emergência da história cultural aconteceu principalmente nos anos 1980, a partir dos trabalhos de Edward P. Thompson, Roger Chartier e Jaques Revel, e aqui acrescento Michel Foucault, que embora não tenha sido historiador de ofício, examinou questões cruciais à produção do conhecimento histórico na direção, como os demais autores mencionados, da investigação das práticas culturais do passado e do presente.

A história cultural abrange um território vasto de pesquisas, com um grande leque de campos temáticos e uma diversidade de objetos, sobretudo por suas especiais interações com a Antropologia, a Literatura, a Psicanálise, dentre outros campos do saber. A história cultural se distingue da história tradicional, centrada no aspecto econômico ou em grandes eventos e personagens políticas. Ao invés disso, conforme destaca Burke (2005), investiga o cotidiano, os detalhes, as pessoas comuns e suas histórias de vida. Segundo o autor, o desafio é realizar isto de forma crítica, sem conceder a história como um enredo triunfalista, enfatizando o conflito e o sentido de cada narrativa (BURKE, 2005, p. 157).

Chartier critica os objetivos de uma história tradicional total e linear. São muitas as exigências que regem o conhecimento histórico e é necessária a análise das fontes primárias, o domínio das línguas, o conhecimento profundo do contexto em que se situa o fenômeno (CHARTIER, 2009, p. 54). Assim, o autor aponta que seria muito difícil construir uma história com qualidade sobre períodos e aspectos muito extensos. As concepções da história cultural rompem com a noção de uma história linear e total. O mesmo sentido é objeto de reflexão de Michel de Certeau, que afirma:

Com efeito, é preciso constatar um fenômeno estranho na historiografia contemporânea. O historiador não é mais o homem capaz de constituir um império. Não visa mais ao paraíso de uma história global. Circula em torno das racionalizações adquiridas. Trabalha nas margens. (CERTEAU, 1982, p.78).

Para Jeanne Marie Gagnebin (2006), um dos trabalhos do historiador é lutar, por um lado contra o esquecimento e, por outro, pelos esquecidos, aqueles que não estão na história oficial. Em sua concepção, o papel de lembrar do historiador torna-se imprescindível, pois o historiador é um narrador de histórias, que também se assemelha à figura do catador de sucata e de lixo:

Esse narrador sucateiro (o historiador também é um *Lumpensammler*) não tem por alvo recolher os grandes feitos. Deve muito mais apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter nem importância nem sentido, algo com que a história oficial não sabe o que fazer. (GAGNEBIN, 2006, p. 53)

O historiador enquanto narrador sucateiro procura recolher o que é descartado e esquecido. Trata esses materiais como indícios e procura investigar em seus detalhes os rastros

de histórias esquecidas, por serem consideradas de pouca importância, sem fama, incriminadoras ou constrangedoras, e por isso ignoradas. Assim, levando em conta que a história cultural representa uma corrente teórica que trabalha a partir das margens, que se volta para os esquecidos, que investiga os detalhes, o cotidiano e as práticas culturais, ela serve de inspiração e contribui como perspectiva de análise das escritas dos jovens em medida socioeducativa.

Para Corbin (2005), como anunciei brevemente antes, um dos métodos utilizados na história cultural para entender a consciência de uma determinada época, é o exercício de “colocar-se na pele” dos atores investigados, o que significa que o historiador precisa se basear na análise dos sistemas de representação de mundo do grupo social e do período histórico em que se insere o fenômeno que investiga. De outra parte, as diferentes ações de sujeitos e grupos podem ser compreendidas por meio de uma análise que leve em conta uma série de critérios como gênero, idade, geração, categoria social, geografia, tradição etc. (CORBIN, 2005, p. 16).

Nas Ciências Humanas uma das funções⁷ do historiador é encontrar as diferentes linhas do tempo que compõem determinado momento, entender quais linhas vem de longe e permanecem, quais se transformaram ou foram interrompidas. Mas estes fios não estão todos separados, à disposição do pesquisador que consegue claramente distinguir onde termina um e começa o outro. O tempo é algo complexo, os fios das distintas temporalidades estão todos embaralhados, se soltam e apertam deixando muitos nós. Chartier (2010) ressalta que uma das funções da história é tornar “inteligíveis as heranças acumuladas e as discontinuidades fundadoras que nos fizeram o que somos” (2010, p. 14).

Para transitar entre os diferentes tempos, cumpre ao historiador “mapear o passado”, cartografá-lo, destacar pontos de referência, fazer costuras, criar caminhos. Como escreveu John Gaddis (2003), o historiador acaba deformando o passado a partir de sua atuação, tornando-o controlável, mas ao mesmo tempo legível, “tudo com a intenção de tornar o passado acessível ao presente e ao futuro” (GADDIS, 2003, p. 154 - 155). Ou seja, em realidade, é o historiador que constrói os múltiplos fios do tempo. A partir de vestígios, de pesquisas afins e

⁷ Como pontuou Marc Bloch (2001) em seu livro inacabado, *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*, a história não é a ciência que estuda o passado, seu objetivo é estudar os seres humanos no tempo.

de uma análise crítica o historiador deforma, martela, estica, recorta e costura construindo um artesanato temporal.

A construção dos fios que constituem a história segue uma metodologia científica. Chartier (2010) afirma que o historiador perdeu o monopólio do passado com a “insurreição da memória” e com a proliferação da ficção, e por isso destaca que a história deve marcar a sua diferença e assumir a sua responsabilidade como ciência, com o “exercício da crítica”, a “confrontação entre as razões dos atores” e a produção de um saber, possibilitado por operações controladas por uma comunidade científica (CHARTIER, 2010, p. 14). A história, diferente da literatura ou da memória, se baseia fundamentalmente no exercício de uma investigação que parte de uma análise crítica da documentação que constitui o campo empírico do historiador. Para isso, impõe-se o conhecimento profundo do contexto que pesquisa, o domínio do léxico de uma época, a verificação, questionamento e confrontação da documentação encontrada. Segundo Chartier, a história submete ao regime do “refutável e do verificável os vestígios do passado” (2009, p. 22). E aqui a discussão que prossegue é de fundamental importância para a tese, pois nenhum documento é a expressão da verdade do passado, mas vestígio, produção sociocultural dos atores. A tarefa do pesquisador consiste, então, na leitura dos vestígios, a busca por compreender seus significados, segundo as lentes e o tempo em que foram produzidos e na intersecção com as lentes e o tempo do historiador, como antes destaquei a partir de Corbin (2005). Eis mais um aspecto das temporalidades em jogo.

Os inúmeros rastros dos acontecimentos do passado e atuais, como ressalta Arlette Farge (2009), tornam-se documentos quando confrontados com algumas indagações, caso contrário “permanecem vestígios brutos” (2009, p. 18 - 19). É trabalho do pesquisador identificar, eleger e selecionar os “vestígios brutos” que irá indagar (no caso desta tese as escritas dos jovens) e transformá-los em documentos que utiliza para sustentar sua compreensão e narrativa acerca dos fenômenos investigados. Para Farge, disso decorre a importância da triagem no trabalho do pesquisador, que consiste em “despojar, depois recolher um certo gênero de documento: a série, assim organizada, serve de objeto de pesquisa” (FARGE, 2009, p. 65). Diante do material recolhido pode-se observar as semelhanças para encontrar o dessemelhante, o singular. Da análise documental decorre o conhecimento sobre o tema e a sua escrita, quando o historiador tece os fios do tempo, seleciona, corta, amarra e costura, construindo uma

cartografia temporal de um determinado período histórico, tornando o passado legível e passível de ser apreendido. Na mesma direção, Chartier afirma:

(...) aquilo que é particular da história, dentro das Ciências Humanas, é a sua habilidade de distinguir e articular os diferentes tempos que se sobrepõem em todo momento histórico. Uma compreensão das diferentes temporalidades que se tornam presentes naquilo que é – igualmente herança e ruptura, invenção e inércia – continua sendo a tarefa essencial do historiador e sua responsabilidade primordial para com seus contemporâneos. (CHARTIER, 2014, p.78)

No caso da tese são algumas temporalidades em jogo, aquelas ditas e não-ditas, que reverberam nas escritas dos jovens, como: a concepção de “menor infrator”, de classes periféricas como perigosas, os discursos de estigmatização, punitivos e assistencialistas, assim como de as concepções de cidadania, democracia e direitos humanos, a decadência das comunidades tradicionais e a emergência do individualismo, os tempos da escrita de si, o aumento da exposição do mundo privado no espaço público, a consolidação de coletivos criminais nas grandes cidades, a construção das medidas socioeducativas como política de gestão dos jovens que supostamente praticaram ato infracional, etc. – ou seja, diferentes temporalidades que se imbricam e se sobrepõem.

Acresce outro princípio da história cultural que consiste em compreender a história como uma representação da realidade investigada e não uma produção que “revela” a verdade. As representações não se afastam da realidade e nem do social, elas têm o papel de questionar ou desestruturar a ideia do real. Isso não quer dizer que as representações são vazias, verídicas ou enganosas. Elas possuem uma energia própria e provocam um efeito de verdade (CHARTIER, 2010, p. 26).

Certeau (1982) destaca que o historiador investiga os fatos enquanto indícios e um dos seus trabalhos é organizá-los e relacioná-los, construindo um discurso, uma narrativa que estabelece um processo de significação que visa preencher o sentido da história. “O discurso historiográfico não segue o real, não fazendo senão significá-lo (...)” (CERTEAU, 1982, p.51). De certa forma, meu trabalho como pesquisador nesta tese consiste em reunir os registros que os jovens escreveram, buscar o que escreveram sobre si mesmos, construir uma organização que permita compreender, investigar e ressignificar essas escritas/rastros a partir da interpretação e da narrativa.

Chartier (2009) em seu livro *A História ou a Leitura do Tempo* retoma Paul Ricoeur para conceituar a história como representação de uma época. O autor se vale da ficção e da memória para delimitar melhor o papel da história. A primeira é de afirmar que a história é um discurso que informa o real, mas não pretende representá-lo; seu compromisso não é com a verdade e nem com a literalidade dos documentos. A segunda, é essencial para a construção coletiva, funciona como um “fiador” da existência do passado, mas ao mesmo tempo pode ser reduzida a um documento ao sofrer a intervenção da operação historiográfica. A memória, embora possa ter a presunção de representar o passado, é parcial e limitada, sua legitimidade está no fato de ser um testemunho de determinado fenômeno. A história, por sua vez, constrói a sua legitimidade de representação do passado, utiliza a verificação, a crítica e a confrontação documental (dentro os documentos, a memória pode fazer parte) como método de investigação. Farge (2009) adverte acerca da natureza dos documentos, constituídos de discursos inacabados que falam da verdade e tem efeitos de verdade, elementos que dizem do real, mas que não são a realidade em si (FARGE, 2009, p. 24). Segundo Chartier, a história pretende dar representação adequada da realidade que já foi e já não é (2009, p. 24).

Com as questões expostas até aqui, partindo dos autores evocados, afirmo que cumpre ao historiador a busca da veracidade, o intento de alcançar os fenômenos que está investigando valendo-se da operação historiográfica, embora, ao mesmo tempo, precise reconhecer que a verdade e a realidade supostamente imutáveis e estáticas são inalcançáveis. Para Gagnebin (2006) trata-se de “lutar contra o esquecimento e a denegação, lutar, em suma, contra a mentira, mas sem cair em uma definição dogmática de verdade” (GAGNEBIN, 2006, p. 44). Seguindo essa premissa, a responsabilidade e a ética do historiador (pesquisador) estão em saber que, mesmo fracassando na elaboração de uma narrativa, distante do real, o seu trabalho, mesmo assim, adquire uma aura de verdade. Nesse sentido, cumpre assumir uma atitude de cuidado e clareza no que escreve, seja para derrubar monstros ou erguer mitos, pois o trabalho do historiador, além de compor uma rede de disputas de poder que intervém no presente, também pode se transformar em um documento sujeito a julgamentos no futuro.

Ao assumir a história cultural como horizonte teórico e valer-me da operação historiográfica como lugar de exercício da análise do objeto, reafirmo que a tese se constitui a partir da importante inspiração da história como ciência a partir de quatro pontos principais: 1.

a noção de documento, que consiste em pensar as escritas dos jovens como vestígios de suas experiências e leituras do mundo, o que pensam e não o que são ou o que foi, atravessados pelos discursos de múltiplas temporalidades em jogo; 2. o trabalho compreensivo e interpretativo do pesquisador, segundo suas lentes e teorias, e portanto provisório e inacabado; 3. o necessário empenho para colocar-se no lugar do outro, procurar compreender suas lógicas, seus sentidos e tempos; 4. as múltiplas temporalidades em jogo na análise de quaisquer fenômenos do tempo presente ou do passado.

2.2 As Escritas das Margens

Na diversidade dos domínios da História Cultural essa pesquisa se situa, especialmente, no terreno da história da cultura escrita e, mais especificamente, no campo da escrita popular ou, como a adjetivam alguns autores, as escritas das margens. Nesta seção que servem como direcionamentos fundamentais à análise do corpus empírico da tese. Situar os fundamentos que embasam a pesquisa, os pontos construídos a partir da experiência acumulada de muitos pesquisadores, são necessários para situar o leitor das premissas dos percursos e horizontes de reflexão como pesquisador.

A cultura escrita é uma prática social. Nessa perspectiva, “a escritura adquire pleno valor como categoria de análise histórica, cujo estudo deve atender às consequências sociais e culturais derivados da implantação e extensão do código escrito” (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 96). A história da cultura escrita tem como um de seus objetivos analisar as diferentes formas de materialidade da grafia e compreender seu “significado global em uma determinada sociedade” (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 108).

Castillo Gómez (2003) estrutura os domínios da história da cultura escrita em três direções principais a partir das pesquisas desenvolvidas. A primeira é o discurso, que abrange investigações sobre uma doutrina ou ideologia que regulamenta o funcionamento da sociedade. O discurso possui um poder de normatização onde são construídos o que pode ser legitimado e aceito, e o que é excluído ou restringido. A segunda direção são as práticas, em que se expressam os usos e funções atribuídas à escrita. A valorização das práticas culturais trouxe novamente o sujeito para a análise. Nas práticas podemos ter indícios das ações das pessoas,

que embora sejam atravessadas por discursos, podem acatá-los ou não. “As práticas corrigem a lógica dos discursos e situam a análise da cultura escrita no plano dos usos da mesma, das competências efetivas do ler e escrever” (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 111). A terceira direção são as representações. O autor as divide segundo suas duas funções: a primeira consiste em fazer presente uma ausência; a segunda em exibir sua presença como imagem. O autor declara fundamentar-se em Pierre Bourdieu para afirmar que as representações que os indivíduos revelam através de suas práticas e suas propriedades partem de sua realidade social. “Cada produção cultural, um quadro ou um livro, enuncia também uma determinada imagem daquilo que representa” (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 113).

Embora Castillo Gómez aponte, acertadamente, as três direções distintas apresentadas acima, é importante ressaltar que elas se relacionam e potencializam-se entre si. As pesquisas podem seguir uma ou outra direção, mas isso não exclui a utilização de ferramentas e dados das outras direções, que só tem a enriquecer e complexificar o trabalho.

No caso desta tese a pesquisa analisa como os jovens em medida socioeducativa narram a si mesmos, constituem sua subjetividade e quais discursos atravessam suas narrativas. No entanto, entender as práticas de escrita desses jovens e as representações que fazem de si, assim como a utilização de expressões simbólicas relevantes que indiciam seu entorno social e cultural, são pontos de apoio importantes para costurar a pesquisa.

O campo de escritas populares⁸ é definido por Castillo Gómez (2003) como aquele que se debruça sobre as produções escritas das classes subalternas, e, portanto, tem como um dos principais delimitadores, a classe social, evitando que as escritas dos sujeitos das classes populares se dissolvam em estudos sobre escritas de si de caráter mais amplo e interclassistas. Ou seja, a condição social do escrevente é a principal característica do campo, focando nos sujeitos que ocupam posições vulneráveis nas relações de poder e na estrutura social.

Tal delimitação, escritas populares, tem como objetos de pesquisa diários, memórias, testemunhos, autobiografias, documentos institucionais, escritas escolares e outras materialidades que acolhem registros escritos. No entanto, o interesse do campo não está apenas

⁸ Castillo Gómez (2003) resalta serem válidas outras expressões para definir o *campo de escritas populares*, como *escrituras de la gente común* ou *escrituras del margen*.

na tipologia dos documentos, mas no grupo social dos sujeitos que as produzem (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 227). Dessa forma, embora os registros escritos sejam produzidos em grande volume pelas elites, intelectuais e agentes do Estado, não são estes os atores que interessam o campo, mas sim as escrituras populares, que dificilmente são publicadas, arquivadas ou preservadas, pois consistem em registros rarefeitos que evidenciam o comum, o cotidiano, assim como o conflito, a resistência e a desigualdade social.

Um dos objetivos dos estudos acerca das escritas populares é evidenciar os testemunhos de sujeitos que estão nas margens da sociedade e da história, aqueles que não utilizam a prática da escrita para uma função profissional, seja jurídica, administrativa, científica, de comunicação ou da literatura, e sim por motivos pessoais (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 228). Por esse motivo as escritas tendem a não seguir as normas da língua, se expressam em um limite com a oralidade e o semianalfabetismo⁹ (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 229), sobretudo em um país como o Brasil. Em geral, são escritas produzidas a partir de uma demanda externa (burocrática, administrativa, judicial, pedagógica etc.), o que restringe a autonomia¹⁰ dos sujeitos escreventes. Um dos exemplos no campo empírico desta tese são as autoavaliações realizadas pelos jovens ao final do cumprimento da medida de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC). Aos jovens é exigida a escrita em um espaço em branco delimitado em formulário padrão e sua assinatura como finalização da medida, e desse modo essa escrita apresenta-se como normativa. Também se apresenta como burocrática, com a temática da autoavaliação durante a medida já estabelecida e um espaço em branco previsto seja quanto à extensão, seja quanto aos seus

⁹ "Gráficamente, las escrituras populares dejan ver unos rasgos comunes que, incluso, tienden a mantenerse a lo largo de los siglos. Se trata de una competencia gráfica inexperta o inhábil, señalada por elementos tales como la ausencia de un trazado continuo de las letras, el empleo de un módulo normalmente grande, la incapacidad para respetar el «pautado mental» y seguir una alineación regular, el trazo inseguro, las irregularidades en la compaginación del texto y las letras monolíticas sin distinción aunque comparezcan al principio, en medio o al final de palabra. Y junto a esas peculiaridades gráficas, otras de carácter morfo-sintáctico que dan a los textos una apariencia de flujo continuo sin pausa, típica de la lengua hablada; y léxico, en concreto las notables interferencias dialectales y coloquiales." (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 229).

¹⁰ "En todas esas situaciones de escritura, el individuo comparece, por él mismo o a través de un intermediario, para firmar, completar los espacios dejados en blanco o para redactar algunas líneas; pero las mismas realmente no comportan un ejercicio voluntario de la capacidad de escribir como tampoco una reivindicación auténtica de la palabra escrita." (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 235).

propósitos. Ou seja, as escritas nesses documentos judiciais e burocráticos acabam sendo breves e protocolares.

Ainda no campo da escrita popular, diferente dos registros burocráticos, as escritas de si podem romper com uma escrita meramente protocolar ou funcional e agregam o desejo de se expressar como um elemento central. Essa prática de escrita permite a articulação da memória pessoal com a experiência familiar e social. Uma narrativa que deixa rastros da identidade e da experiência de mundo de seu escrevente.

As escritas autobiográficas ou com traços biográficos das camadas populares, segundo Castillo Gómez (2003), são atos em que os sujeitos se inscrevem nos registros sociais com o objetivo de “*combatir los silencios del olvido*”¹¹ (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 236), atos de vida, de memória e de pertencimento¹². No caso das escritas de jovens selecionados pela justiça juvenil, pode-se dizer que são lampejos de luz numa tempestade. Iluminam pouco, por pouco tempo, mas com uma intensidade de cegar os olhos. São escritas movidas pela força das experiências de vida e a vontade de quebrar o silêncio, de efetivamente existir.

Castillo Gómez (2003) destaca uma dupla incompreensão que afeta as classes populares quanto às práticas de escrita. Por um lado, os próprios sujeitos são levados a entender que os seus testemunhos não são relevantes social e historicamente. E, de outro, os pesquisadores e estudiosos da escrita ignoraram por muito tempo as escritas populares e apenas recentemente começaram a rastrear seus vestígios e a escutar suas vozes (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 244).

O autor sintetiza a importância dessas escritas:

En suma, dichos testimonios sacan a la luz otras experiencias, otras visiones, otras maneras de entender la realidad; otras vidas, que, conformes o no con los usos oficiales, ayudan a democratizar la historia. Con ellos se hace historia y se hace vida. (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 247)

O autor destaca também os poucos registros escritos das camadas populares, muito em razão de uma desvalorização e dos critérios de conservação que privilegiam outras escritas. Mesmo os testemunhos que sobreviveram, deve-se ter claro que foram selecionados por uma

¹¹ Combater os silêncios do esquecimento (tradução nossa).

¹² "Entonces, el hecho de escribir contiene mucho de conjura contra el olvido así como una elevada dosis terapéutica: escribir, en fin, para no morir y para vivir." (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 239).

estrutura produzida por sujeitos letrados e pertencentes às classes sociais mais elevadas (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 245).

Assim, são muitos os desafios enfrentados na investigação dos registros escritos das classes populares, ainda mais dos que vivem nas margens. Talvez a maior dificuldade seja a sua raridade, sua dispersão e sua pouca durabilidade. Armando Petrucci (1999) ressalta que além do material e técnica utilizados pelas e para as classes subalternas serem de péssima qualidade, também existe a ausência de uma mentalidade de conservação dessas produções gráficas. O autor acrescenta que esses materiais, em particular o livro, “sempre tem sido e segue sendo, um valor ideológico e um indispensável instrumento de hegemonia (...)”. Os principais locais que abrigam escritas de segmentos sociais populares são o judiciário, os arquivos privados, a administração pública, além do grafitti ou inscrições em paredes e monumentos pelas cidades (PETRUCCI, 1999, p. 29).

No caso do campo empírico desta tese as escritas de jovens em medida socioeducativa foram de difícil obtenção. Por um lado, os documentos judiciais ou administrativos não preveem nenhum espaço para a escrita dos jovens, a não ser a breve autoavaliação e mais frequente, a assinatura. Por outro as oficinas, cursos ou atividades realizadas com os jovens em medida poucas vezes utilizam a escrita (entre os motivos apresentados, referências à baixa escolaridade e uma impressão de que os jovens não gostam de escrever), e quando a utilizam, o material depois é descartado ou permanece em posse dos próprios jovens. Assim, apresentou-se muito desafiador encontrar tais registros gráficos em volume significativo. O volume mais expressivo dos documentos do campo de pesquisa pertence a dois arquivos pessoais, de servidoras públicas que coordenaram projetos com jovens em medida. Assim, a preservação das escritas decorreu, principalmente, de ações pessoais, seja devido aos vínculos de afeto, seja pela projeção de alguma utilização dos documentos no futuro.

Importa pontuar que embora as escritas dos sujeitos analisados nessa tese integrem o campo popular, podemos pensá-las, ainda, como relacionadas à vida dos infames, no sentido de sem fama, pessoas comuns. Segundo Foucault (2003), muitas histórias esquecidas só chegam até nós a partir do seu encontro com o poder. Entendo que as escritas de jovens as quais tive acesso podem ser pensadas a partir dessa designação de escritas de sujeitos infames, aqueles sem fama a que se refere Foucault (2003). São jovens que dificilmente seriam percebidos se

não tivessem cometido algum crime e, por conta disso, se não tivessem entrado em choque com o poder. As notícias sobre a sua existência são resultado de um processo alimentado por um conjunto de discursos e saberes que se instalam para examinar e julgar suas condutas e suas vidas a partir da ideia de infração. Os indícios que temos sobre a vida desses jovens tem como premissas o crime, a violência, o desrespeito às regras, a passagem pelo cárcere, a desordem e o ócio. Ou seja, o que os torna evidentes para a história é a sua infâmia.

Nas palavras de Foucault:

O ponto mais intenso das vidas, aquele em que se concentra sua energia, é bem ali onde elas se chocam com o poder, se debatem com ele, tentam utilizar suas forças ou escapar de suas armadilhas. As falas breves e estridentes que vão e vêm entre o poder e as existências as mais essenciais, sem dúvida, são para estas o único momento que jamais lhes foi concedido; é o que lhes dá, para atravessar o tempo, o pouco de ruído, o breve clarão que as traz até nós. (FOUCAULT, 2003, p.207).

Cabe, então, ao pesquisador recolher essas narrativas, essas “vidas de algumas linhas ou algumas páginas, desditas e aventuras sem número, recolhidas numa mão-cheia de palavras” (FOUCAULT, 2003, p. 203). Registros em documentos que são sistematicamente considerados como detritos e restos e aos quais se espera que sejam esquecidos. E são essas escritas, ruidosas, breves como um clarão que a pesquisa recolheu e analisa, escritas que configuram um rápido lampejo da existência dos jovens, só possíveis devido ao choque com o poder. Traços breves, algumas vezes inseguros, em outros momentos ensurdecadores, que em geral não seguem a norma técnica da língua e são muito próximos da oralidade, mas que possuem como grande valor diferentes formas de expressão de si de jovens, embora de difícil apreensão na sociedade.

Para que alguma coisa delas [das vidas dos jovens] chegue até nós, foi preciso, no entanto, que um feixe de luz, ao menos por um instante, viesse iluminá-las. Luz que vem de outro lugar. O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido, permanecer é o encontro com o poder: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugidio trajeto. O poder que espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras, foi ele que suscitou as poucas palavras que disso nos restam; seja por se ter querido dirigir a ele para denunciar, queixar-se, solicitar, suplicar, seja por ele ter querido intervir e tenha, em poucas palavras, julgado e decidido. Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – breves, incisivos, com frequência

enigmáticos – a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder. (FOUCAULT, 2003, p. 206)

Foucault destaca as vidas infames que dificilmente desempenham qualquer atuação na história, marcadas pelo esquecimento, que não deixam vestígio sobre suas trajetórias, exceto no encontro com o poder. As vidas infames não possuem qualquer tipo de ingerência sobre suas histórias, os vestígios que nos chegam foram produzidos pelas instituições, burocracias e técnicas que se debruçam sobre os sujeitos. Assim, a perspectiva de seus registros é a infâmia que as levou ao encontro com o poder, é o que marca a sua história.

Os sujeitos infames são também categorias estigmatizadas, visto que é a partir de sua anormalidade, do seu desvio social, que são considerados e avaliados. O estigma é uma marca social vista como negativa, segundo a qual o seu portador é considerado como um ser humano inferior (GOFFMAN, 1988). Essa consideração é muito importante nesta tese, pois a subjetividade dos jovens em medida socioeducativa é construída em processos de estigmatização, no encontro com as narrativas que os definem como “menores infratores”. Para os jovens em medida socioeducativa, a infração à lei é a marca social que os inferioriza enquanto sujeitos. Os mesmos jovens são examinados a partir de processos judiciais acerca dos atos infracionais e suas existências se transformam em notícias nos documentos do sistema socioeducativo. Vestígios da história que os documenta a partir da infâmia. Nos argumentos de Foucault:

Aparentemente infames, por causa das lembranças abomináveis que deixaram, dos delitos que lhes atribuem, do horror respeitoso que inspiraram, eles de fato são homens da lenda gloriosa, mesmo se as razões dessa fama são inversas àquelas que fazem ou deveriam fazer a grandeza dos homens. Sua infâmia não é senão uma modalidade da universal fama. Mas o recoleto apóstata, mas os pobres espíritos perdidos pelos caminhos desconhecidos, estes são infames com a máxima exatidão; eles não mais existem senão através das poucas palavras terríveis que eram destinadas a torná-los indignos para sempre da memória dos homens. E o acaso quis que fossem essas palavras, essas palavras somente, que subsistissem. Seu retomo agora no real se faz na própria forma segundo a qual os expulsaram do mundo. (FOUCAULT, 2003, p. 208)

Diante dessa representação de abomináveis, indignos, expulsos do mundo, Foucault (2003) apresenta a importância de lutar sistematicamente contra o esquecimento, assim como

voltar-se para aqueles que são esquecidos. Uma de minhas intenções com esta tese é dar visibilidade, compreender e preservar os rastros de grupos sociais que, em geral, são preteridos e condenados ao apagamento.

Destaca-se que enquanto as escritas de jovens em medida são rarefeitas, os documentos produzidos sobre eles pelo aparato socioeducativo, atualmente, são de farto volume. No prontuário de um interno de uma unidade de internação encontraremos os relatórios policiais, os documentos produzidos nas audiências, os argumentos da promotoria, da defesa e da decisão do juiz, documentos com dados gerais do jovem (como RG, CPF, nome, idade, cor/raça, escolaridade, território, etc.) e seu responsável (geralmente a mãe) produzidos no judiciário, na delegacia e na unidade socioeducativa. Ali se encontra o histórico das passagens do jovem pela justiça e as medidas socioeducativas aplicadas, a certidão de nascimento, os relatórios dos técnicos da unidade no âmbito da pedagogia, assistência social e psicologia, as questões de saúde física e mental, além de informações sobre suas atividades na unidade. Ou seja, a socioeducação concentra um grande volume de informações, inclusive muito maior que qualquer outra política pública¹³. De certa forma, esse fato demonstra o quanto, durante a medida socioeducativa, o poder se debruça e produz sobre os jovens.

Nesta tese, ao invés de investigar os vestígios produzidos pelo aparato jurídico e burocrático do Estado, que atualmente produz uma documentação farta sobre os sujeitos da socioeducação, concentro a investigação na garimpagem das escritas produzidas pelos próprios jovens em medida. Assim, ao investigar as escritas desses jovens, almejo que possamos ficar mais próximos para compreender o choque do poder com os sujeitos a partir de suas narrativas. Não apenas os discursos e processos dominantes de subjetivação, mas também as estratégias dos sujeitos em assimilar, utilizar, reconfigurar e resistir a partir da escrita. Foucault (2012) nos lembra que onde existe poder, existe resistência, ou melhor, diversos pontos de resistências.

¹³ Em pesquisa realizada sobre a mortalidade juvenil em Porto Alegre em que participei entre os anos de 2021 e 2022, foram selecionados de forma aleatória 18 jovens assassinados entre os anos de 2015 e 2018, nos três bairros com maior mortalidade na capital, para analisar suas trajetórias no contexto das políticas públicas. Durante a pesquisa que realizei junto a dois colegas da pesquisa para um dos capítulos, a documentação sobre os jovens encontrada na socioeducação era de longe muito maior do que nas políticas da educação, assistência social e saúde (SCHERER, Giovane (ORG.). Juvenicídio, território e políticas públicas: rastros de sangue na cidade de Porto Alegre. Editora Cirkula, Porto Alegre, 2022).

Petrucci (2000) destaca que quando estamos trabalhando com escritas de grupos que ficam à margem, ou que são considerados infames, existe uma grande possibilidade de uma escrita de contestação (PETRUCCI, 2000, p.68).

Nesse sentido, a escolha em trabalhar com as escritas de sujeitos que ocupam as margens, aqueles que são submetidos ao poder de forma mais violenta, os que estão excluídos do projeto de cidadania e dos privilégios da sociedade moderna, situa a tese na proximidade onde o poder se apresenta mais claramente, onde seu efeito de verdade e convencimento se torna mais frágil e os pontos de resistência mais evidentes. Com uma análise das escritas de si, temos a oportunidade de apreender estas disputas em torno das subjetividades dos jovens em medida no momento em que eles podem ser os próprios escreventes das escritas de suas histórias.

No entanto, é preciso apontar alguns limites e cuidados ao pesquisar e expor as escritas de grupos que estão nas margens sociais. O pesquisador realiza uma busca por essas escritas, depois as seleciona, classifica e organiza conforme a sua narrativa. É o pesquisador que constrói os sentidos das escritas enquanto as narra e as coloca em um determinado ordenamento. Concordo com a crítica de Farge (2011) aos usos dos “dizeres” dos sujeitos, principalmente quando constroem um relato que apresenta uma história homogeneizadora, sem rupturas, acidentes, contradições ou descontinuidades. Dessa forma, minha iniciativa como pesquisador não consiste em apenas selecionar os documentos (as escritas dos jovens) que corroboram nossas expectativas ou cortar os aspectos que desafiam a uniformidade. Ao apreender as singularidades, volto-me a perceber uma história com muitos acidentes e descontinuidades, ou nas palavras de Arlette Farge, “o que dizem de inaudito, de insólito, de tão particular e estranho desfigura a unidade das semelhanças e arranha, desfigurando o rosto liso da construção histórica” (FARGE, 2011, p. 63).

Ao mesmo tempo, cumpre estar atento para não “ser afogado sob as singularidades”, sucumbindo aos encantos do individualismo que ascendem na contemporaneidade. Ater-se apenas às singularidades pode produzir um relato pulverizado, esmigalhado, “incapaz de sentido”. As singularidades só constroem sentido a partir dos grupos sociais e acontecimentos coletivos. Analisar as escritas ou falas dos sujeitos é investigar também as relações sociais, a cultura e as formas de poder que os cercam (FARGE, 2011, p. 64 e 65).

Farge (2011) destaca dois desafios no momento de o pesquisador construir a narrativa de sua pesquisa apresentando as palavras dos sujeitos. O primeiro é cuidar para não apagar as escritas colhidas a partir da centralidade, na escrita do pesquisador, da exposição de sua pesquisa, de modo que a ordem da argumentação, a uniformidade e a narrativa do pesquisador sejam privilegiadas e as vozes dos sujeitos desapareçam. O segundo desafio é cuidar a forma de apresentar a singularidade para não a tornar pitoresca, “tão espantosa, tão áspera que se torna objeto de fascinação e lugar de estetização abusiva” (FARGE, 2011, p. 66).

É preciso manter essa tensão extrema para fazer da fala aquela de uma alteridade a um só tempo separada e igual, desconcertante e familiar, fruto do singular e buscando de qualquer modo a fronteira com o conjunto organizado pelos outros seres falantes (FARGE, 2011, p. 66).

Ou seja, ao pesquisador incumbe trabalhar nessa tensão onde a singularidade não pode ser vista como algo tão separado que se torna exótico. Essa preocupação apresentou-se de forma muito intensa em alguns momentos da pesquisa para esta tese, em especial na escrita da análise de campo, devido ao fato de que as escritas examinadas foram produzidas por jovens em medida socioeducativa. Assim, havia um grande risco de que, dependendo da forma de narração da pesquisa, as escritas dos jovens se destacassem de forma inusitada e pitoresca, e de certa forma levasse a inferiorizar os sujeitos que já carregam um estigma que sobre eles se abate nas inúmeras histórias que contam quem são e como se passam suas vidas.

2.3 Emergência das Escritas de Si

Nesta seção exponho alguns movimentos históricos que tornaram possíveis as escritas de si que constituem os sujeitos na modernidade. Aqui reconhecemos essas como escritas também dos jovens em medida socioeducativa. Importa considerar como a escrita de si é um fenômeno que muda durante a história e com o território. Para isso, apresentam-se, brevemente, movimentos importantes da história para a emergência da escrita de si como a concebemos no tempo presente.

Certeau (1998) estabelece a escrita como uma das principais práticas que transformaram o Ocidente na modernidade, em especial nos últimos quatro séculos. Para o autor, existe uma relação intrínseca entre o *progresso* e a *escrita*, chegando a afirmar que “o

progresso é de tipo escriturístico”. Nesse sentido, o autor diferencia a escrita e a oralidade ao afirmar que enquanto essa marca a tradição, aquela marca o progresso (CERTEAU, 1998, p.224).

O autor aponta três elementos importantes da prática escrita. Primeiro a “página em branco”, espaço à espera da produção do sujeito. É um lugar que oferece a possibilidade de uma operação controlável, na qual o sujeito pode materializar sua vontade, um “campo de fazer próprio”. O segundo elemento é o texto, materialidade decifrável que possui um conjunto de regras. O texto é a articulação de palavras e frases que constroem um sentido, um sistema. O terceiro elemento é uma característica fundamental da escrita, de referenciar a realidade na perspectiva de transformá-la. “As coisas que entram na página são sinais de uma passividade do sujeito em face de uma tradição; aquelas que saem dela são as marcas do seu poder de fabricar objetos”. A prática escrita tem como função apreender a sua exterioridade, significá-la, classificá-la e organizá-la num sistema, ao mesmo tempo que seus modelos, criados e desenvolvidos em seu interior, podem agir no exterior e transformá-lo (CERTEAU, 1998, p.225 e 226).

O movimento escriturístico estabelece um modelo de progresso. Para Certeau (1998), a prática escrita que inaugura o capitalismo e a modernidade, a capacidade de “acumular o passado”, de sistematizar a realidade, escrevendo a si mesmo e produzindo novos modelos, tem a capacidade de “refazer a história”. No entanto, essa prática se disseminou em tantos campos da vida e organização humana que se tornou “auto-móvel”, automática, “tecnocrática”. Os sujeitos que antes dominavam a maquinaria da escrita, agora se submetem a ela e a sua organização. Organiza-se toda a sociedade a partir de leis escritas. Todos os corpos são submetidos pela lei, a escritura define, inscreve e organiza os corpos.

Do nascimento ao luto, o direito se apodera dos corpos para fazê-los seu texto. Mediante toda sorte de iniciações (ritual, escolar etc.), ele os transforma em tábuas da lei, em quadros vivos das regras e dos costumes, em atores do teatro organizado por uma ordem social. (CERTEAU, 1998, p.231).

Dessa forma, a maquinaria da escrita ajuda a manter os sujeitos dentro de uma norma, de um determinado modo de viver. Para o autor, a prática da escrita tem tanto a potencialidade de manutenção de uma normatividade, com a classificação e organização do exterior, quanto da transformação, a partir da invenção e ressignificação. Na escrita dos jovens, percebe-se o

quanto a lei está inscrita nesses sujeitos, os faz dizer a lei e inclusive defendê-la. No entanto, resistências e ressignificações também se apresentam como possibilidade, as singularidades apresentam pequenas variações, pequenas invenções do mundo e de si mesmos.

Enquanto Certeau (1998) apresenta a prática da escrita como uma técnica essencial para a organização social moderna e a normatização da vida, Contardo Calligaris (1998), Delory-Monberger (2011), Lejeune (2008) e Leonor Arfuch (2010) destacam a emergência, a partir do Renascimento, do individualismo moderno, que de certa forma abriu caminho para a ideia de interiorização dos sujeitos. A queda da monarquia, a centralização da organização em torno do poder estatal, o desenvolvimento de uma economia industrial e a dominação da elite burguesa inauguram o capitalismo, assim como os marcos de uma mudança profunda nas relações sociais e nas práticas culturais¹⁴. Emerge nos tempos modernos um sujeito que não é mais um súdito de algum senhor ou monarca, mas um cidadão regido pela lei. O sujeito moderno deve refletir sobre si, fazer a sua história no mundo e encontrar o seu papel na sociedade.

Dessa forma, há um enfraquecimento dos coletivos tradicionais e o indivíduo se sobressai como centro do seu mundo. Produz-se o entendimento de que todo sujeito possui uma história própria que pode ser narrada e inventada e seu destino não está mais necessariamente ligado ao da comunidade a que ele pertence (CALLIGARIS, 1998, p. 46).

Ora, se para o sujeito moderno falar de si responde à necessidade cultural imperiosa de reconstruir ao mundo e a si mesmo no silêncio deixado pelo ocaso da sociedade tradicional, a série das fórmulas de seus atos autobiográficos deve nos informar de maneira privilegiada sobre seu devir, sobre os caminhos pelos quais ele se constituiu e, quem sabe, sobre o seu futuro. Nesse sentido, uma história da subjetividade moderna é impensável sem o auxílio dos atos autobiográficos (CALLIGARIS, 1998, p. 51).

Os atos autobiográficos que Calligaris (1998) evoca consistem nas diversas formas de expressão de si possíveis na modernidade. Conforme o autor, a produção de si traz elementos

¹⁴ “A sociedade burguesa, fundada sobre o capital e sobre a transformação do mundo pelo capital, não se define somente pelas relações de produção e relações de poder que ela instala, mas também por um conjunto de representações atinentes à relação do indivíduo com a sociedade, determinante para uma estrutura particular da consciência de si” (DELORY-MOMBERGER, 2011, p. 42).

que constituem a subjetividade dos sujeitos, como se veem e projetam sua vida. No entanto, embora na modernidade se acentue uma relação mais distante entre indivíduo e sociedade, esse movimento é complexo e contraditório, conforme sinaliza Arfuch (2010). Para a autora, no mesmo momento em que buscamos o eu, a “consciência de si”, também nos movimentamos para encontrar nossa “identificação com os outros” dentro do mesmo contexto social (ARFUCH, 2010, p. 49).

Norbert Elias (2011), em suas obras, trata da emergência do individualismo moderno, mostrando que no decorrer do tempo há um processo civilizacional em curso no Ocidente com a interiorização de normas e costumes. Segundo o autor, a crítica aos castigos corporais e suplícios públicos e a adoção de uma maneira mais administrativa, burocrática, “limpa” e organizadora, são o reflexo das transformações dos costumes e hábitos que cada vez mais reprimem agressividades ostensivas e violências ao corpo. O controle passa a ser internalizado pelo próprio sujeito e para isso desenvolvem-se estratégias que possam agir de forma subjetiva. Distintamente, mas em direção semelhante, Foucault (2010b) mostra como a modernidade gestou o autogoverno, ou a máxima “governar ensinando a governar a si próprio”. O governo como forma de poder sobre todos e cada um.

Outra dimensão importante a destacar para compreender as escritas de si na modernidade é a prática de arquivar a própria vida, na expressão formulada por Philippe Artières (1998). Para o autor, o arquivamento do eu é a prática de triagem constante que realizamos diante das materialidades produzidas em nossas vidas. É a seleção de documentos, fotos, diários, escritas, objetos pessoais que escolhemos guardar por diferentes motivos e que, de certa forma, são também registros de nossa passagem no mundo. Segundo Artières, essa prática se relaciona com o “progresso escriturário” proposto por Certeau (1998), em que a escrita se estende pelo nosso cotidiano, e “para existir, é preciso inscrever-se: inscrever-se nos registros civis, nas fichas médicas, escolares, bancárias” (ARTIÈRES, 1998, p.12). Ao mesmo tempo, é preciso organizar essas escritas, arquivar nossos documentos para apresentá-los quando necessário.

Embora seja uma injunção tanto do Estado quanto uma prática social, Artières (1998) aponta que a responsabilidade é individual. Aquele que não arquivar sua vida está fora da

normalidade¹⁵. Não apenas o Estado, mas em geral a sociedade, desconfia daqueles que não têm os arquivos que comprovam sua história, que comprovam quem ele é. O autor destaca que não é apenas uma prática formal na relação com o Estado, mas uma prática importante para a existência moderna.

O indivíduo deve manter seus arquivos pessoais para ver sua identidade reconhecida. Devemos controlar as nossas vidas. Nada pode ser deixado ao acaso; devemos manter arquivos para recordar e tirar lições do passado, para preparar o futuro, mas sobretudo para existir no cotidiano (ARTIÈRES, 1998, p.14).

Arquivar a própria vida é uma prática de si¹⁶, uma forma de produção do eu na qual as escritas autorreferenciais se inserem. É uma prática possível a partir do desenvolvimento do individualismo moderno, das bases de uma política mais democrática e do movimento do sujeito que pode olhar para si mesmo, para o que o constitui. Dessa forma, atualmente, aprendemos desde cedo a falar de nós mesmos aos outros, seja nas relações no interior da família ou nas atividades na escola.

Um dos discursos que ganha força na modernidade, sustentado pelos saberes da pedagogia e da psicologia, é de que as práticas de si são importantes para a produção, reflexão, aprendizado e transformação do sujeito¹⁷. Assim, essas servem para a percepção do eu, como também são técnicas para transformá-lo (LARROSA, 2002). Tanto a escrita, quanto o dizer de si são técnicas utilizadas para alcançar a mudança no sujeito e talvez a escola seja a instituição moderna que possui a maior responsabilidade nessa realização. Não apenas é a maior difusora da escrita como um valor e uma necessidade social a todas as classes sociais (embora de forma desigual), como das técnicas de si.

Aqui é importante pontuar que as práticas de si também atravessam a justiça moderna. Na pesquisa que sustenta esta tese apuram-se vestígios das técnicas de si normativas na socioeducação, e para além, em outras escritas de jovens em medida socioeducativa. Percebidos

¹⁵ “O anormal é o sem-papéis. O indivíduo perigoso é o homem que escapa ao controle gráfico” (ARTIÈRES, 1998, p.11).

¹⁶ “Arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência” (ARTIÈRES, 1998, p.11).

¹⁷ Ideias que, inclusive, são defendidas nesta pesquisa.

como indivíduos fora da normalidade e sujeitos perigosos, um conjunto de técnicas é organizado pela justiça e instituições prisionais para uma investigação de si por parte de seus alvos, para apreender e constatar o que faz com que esses sujeitos cometam delitos.

As considerações até aqui desenvolvidas acerca da escrita de si são importantes para contextualizar os jovens em medida socioeducativa, atravessados por esses movimentos que constituem os sujeitos modernos e suas relações com as escritas de si. Esse é um processo histórico complexo, com muitos outros aspectos, mas que nesta tese procedi a um recorte daquelas questões mais atinentes à problemática investigada. Importa para a pesquisa apresentar a escrita de si como uma técnica que se transformou ao longo do tempo e que atualmente está incorporada no cotidiano da sociedade Ocidental. Apenas nos últimos séculos vem assumindo as modalidades que reconhecemos hoje, com uma multiplicidade de tipologias de escritas autorreferentes (cartas, diários, autobiografias, memórias, pichações, autoavaliações). Recentemente temos todo um campo na internet e mídias sociais que já vem sendo investigado.

2.4 Subjetividade e Escritas de Si

O sujeito está longe de ser um produto acabado. Ao contrário, vive em permanente construção, que acontece na articulação entre os discursos que, na modernidade, estão ancorados em uma diversidade de saberes “que instauram modos de conhecimento sobre si” (STEPHANOU, 2006, p.36). Segundo Larrosa (1994), subjetividade é a experiência¹⁸ que a pessoa tem de si, enquanto subjetivação é o processo de sua constituição. Assim, a subjetividade é atravessada por uma rede complexa de discursos descontinuados, difusos e em disputa que interpelam os sujeitos e estabelecem um processo de subjetivação, modificam a forma como os sujeitos experienciam a si mesmos.

A constituição de uma rede de discursos se transforma ao longo do tempo e do espaço através de lutas pela legitimidade. Se os discursos ajudam a construir, em parte, como nos

¹⁸ (...), mas que a própria experiência de si não é senão o resultado de um complexo processo histórico de fabricação no qual se entrecruzam os discursos que definem a verdade do sujeito, as práticas que regulam seu comportamento e as formas de subjetividade nas quais se constitui sua própria interioridade (LARROSA, 1994, p. 43).

entendemos enquanto seres humanos, como percebemos o mundo e no que acreditamos como verdade, percebe-se por que estão sempre em disputa¹⁹. Por isso, a tentativa de controle sobre as palavras, as lutas para significá-las ou ressignificá-las, para silenciar ou transformar (LARROSA, 1994, p.21).

É importante destacar também que a subjetivação não é apenas um processo externo, “o sujeito contribui ativamente, desde si, na produção de uma verdade sobre si mesmo” (STEPHANOU, 2006, p.36). A escrita de si é uma prática que pode servir à experiência de si, pois possibilita a reflexão pessoal dos sujeitos. Dessa forma, representa uma maneira de transformar a subjetividade, pois não são simples descrições que os sujeitos realizam sobre como se veem, mas se constituem enquanto narram a si mesmos. O próprio ato de escrever sobre si é uma forma de subjetivação e, portanto, produz a subjetividade.

Para Calligaris (1998), a modernidade suscitou um espaço maior para a expressão do mundo pessoal no espaço público. E a escrita do indivíduo se inscreve nesse sentido, como a busca por eternizar uma imagem, não só para si, mas à convivência social. Ao mesmo tempo, é através desse registro que se configura “a modalidade pela qual, naquele momento e lugar, o sujeito moderno consegue se dar um pouco de consistência” (CALLIGARIS, 1998, p. 54-55). Isto é, consegue dar “conteúdo” à própria existência, que consiste em um dos principais aspectos que investigo nas produções escritas realizadas por jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Para Larrosa (2002), a escrita de si é uma técnica de assimilação de discursos, de subjetivação, registra no papel, mas também inscreve no corpo. Ao mesmo tempo, um emissor, um meio que permite a difusão de discursos. Nós apenas conseguimos traçar, organizar e submeter discursos no papel, aos quais fomos submetidos anteriormente. Ou seja, como destaca o autor, as palavras têm poder, “creio que fazemos coisas com as palavras e, também, que as palavras fazem coisas conosco. As palavras determinam nosso pensamento porque não

¹⁹ “As palavras com que nomeamos o que somos, o que fazemos, o que pensamos, o que percebemos ou o que sentimos são mais do que simplesmente palavras. E, por isso, as lutas pelas palavras, pelo significado e pelo controle das palavras, pela imposição de certas palavras e pelo silenciamento ou desativação de outras palavras são lutas em que se joga algo mais do que simplesmente palavras, algo mais que somente palavras” (LARROSA, 1994, p.21).

pensamos com pensamentos, mas com palavras (...)” (LARROSA, 2002, p.21). Aquele que escreve transforma o que foi escutado, visto ou sentido em traços que materializam expressões de si.

Uma investigação em torno às narrativas de jovens em medida socioeducativa é também uma investigação acerca da produção de subjetividades desses jovens no momento em que são autores de (suas) histórias. As escritas, algumas claramente como escritas de si, não apenas transformam a subjetividade, como também constituem uma performance para si e para o leitor. É o momento em que a singularidade pode ganhar potência, embora com muitas limitações, para expressar-se sobre a experiência social e cultural de seu entorno. Vidas infames que traçam as relações sociais, as práticas e instituições a partir de perspectivas únicas. Traçam através do olhar dos que ocupam as margens da história, muitas vezes representados desde o lugar de inimigos da sociedade, aqueles que precisam ser reeducados, punidos ou mortos.

O movimento histórico que produziu o entendimento do sujeito como ser singular no mundo é essencial para o desenvolvimento da escrita de si. Para conseguir narrar a si mesmo é importante o entendimento de certo individualismo, da possibilidade de reconhecer-se como ator na história. Arfuch (2010) afirma que as escritas de si, enquanto uma técnica de autorreflexão, consolidam o individualismo como um dos traços do Ocidente. Quando se narram, os jovens também contemplam a si mesmos, ao mesmo tempo que se colocam no lugar de serem contemplados (SILVA, 2017, p. 162). Castillo Gómez (2003) faz a ressalva de que os sujeitos das margens, muitas vezes, não consideram seus testemunhos relevantes para o coletivo e isso produz uma espécie de silenciamento ou recusa em escrever. Portanto, é importante estar atento na análise das narrativas de jovens quais aspectos de suas vidas selecionam e consideram como relevantes socialmente, mas também o que podem ter silenciado.

Nesta tese busco analisar as escritas de jovens fundamentalmente do ponto de vista da produção de si, da subjetivação. Mesmo partindo do pressuposto de que a socioeducação tem uma presença insidiosa como mediadora do jovem em medida socioeducativa, inclusive nas relações que trava consigo mesmo, não considero os sujeitos, nessa pesquisa, como silenciosos ou passivos, mas atuantes. Seguindo orientação de Larrosa (1994), concebo os sujeitos como “confessantes, não em relação a uma verdade sobre si mesmos que lhes é imposta de fora, mas

em relação a uma verdade sobre si mesmos que eles mesmos devem contribuir ativamente para produzir” (LARROSA, 1994, p. 54).

Potencializar a singularidade constitui outro desafio, pois ela também diz do outro, do social, embora sob uma perspectiva diferente. Nesse sentido, é importante complexificar a noção de sujeito, não como uma unidade autorreferenciada, mas como uma vida que se produz na relação com outras vidas. A constituição como sujeito só é possível na vida social e através da linguagem. Os discursos que atravessam e constroem as subjetividades dos sujeitos não caem do céu, estão nos conselhos do avô, no cuidado da mãe, nos gritos do vizinho, no olhar do policial, no bilhete do professor, na receita da médica, na voz do cantor, nas pinceladas da artista, enfim, quando falamos de nós mesmos, em realidade, também falamos do outro. E, ainda, contamos nossas vidas incluindo as histórias que os outros contam a nosso respeito.

Conforme Arfuch (2010), “não há possibilidade de afirmação da subjetividade sem intersubjetividade”, uma vez que toda narrativa individual é também coletiva, “expressão de uma época, de um grupo, de uma geração, de uma classe, de uma narrativa comum de identidade”. Assim, é essa essência coletiva nas narrativas que faz as histórias de vida tão valiosas (ARFUCH, 2010, p. 100).

Seguindo essa perspectiva, Farge (2011) destaca que ao utilizar as palavras de um sujeito como documento, também estamos interrogando outros sujeitos que estão em diferentes relações com ele. Ao mesmo tempo, interrogamos as formas de poder que cercam o sujeito, que refletem em seus discursos (FARGE, 2011, p. 65). Com isso, destaco que outro ponto importante para a tese é a compreensão do papel de dispositivos e instituições, respaldados em diversos saberes, que organizam e controlam as práticas de subjetivação. Para Butler (2015), principalmente em se tratando de grupos que estão à margem, não podemos concebê-los fora das operações do poder e “devemos tornar mais precisos os mecanismos específicos de poder mediante os quais a vida é produzida” (BUTLER, 2015, p. 14). Aqui, destaco a socioeducação como conjunto de práticas que constituem e fazem a mediação das relações dos jovens consigo mesmos, em geral ancoradas nos saberes da pedagogia, da psicologia e do campo jurídico.

Artières (1998) apresenta outro aspecto importante à produção de si, ampliando a discussão empreendida até aqui. O sujeito se produz enquanto está em busca de conhecer a si mesmo. Nesse processo de construção de si, sempre inacabada, organiza um arquivo de sua

vida, seleciona documentos, fotos, escritas, por imposição social, do Estado ou por afetividade. No sentido proposto pelo autor, a escrita de si é uma forma de arquivamento do eu, aspecto que referi anteriormente. Como movimento de produção de nós mesmos, selecionamos e organizamos os acontecimentos numa narrativa que possa conferir um sentido que desejamos ou suportamos para nossa vida. Buscamos uma acolhida pública às nossas narrativas, mesmo quando somos os outros estigmatizados.

Artières (1998) pesquisa os escritos de um prisioneiro que viveu em fins do século XIX, e a partir de seu caso demonstra que o arquivamento do eu não é uma prática neutra. O autor compara essa prática de organizar a escrita de si com a preparação para um julgamento. Desse modo, o sujeito reúne os fatos e acontecimentos para sua defesa perante um público. “Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo” (ARTIÈRES, 1998, p. 31).

No caso das escritas de jovens em medida socioeducativa, as contribuições de Artières (1998) ganham força especialmente naquelas escritas que foram publicadas em livro como parte das atividades do projeto Virando a Página. Algumas pistas possibilitam entrever que alguns jovens vislumbraram nas escritas com traços autobiográficos uma oportunidade para se colocarem perante o público, justificarem suas ações, apresentarem suas motivações, se desculparem e organizarem sua defesa. Na produção de si exposta ao público os jovens mobilizam os discursos que os interpelam para construírem uma imagem de si, tanto para alcançar a compreensão do leitor, quanto para enfrentá-lo diante dos estigmas e preconceitos.

Na perspectiva de Josso (2007), a escrita de si é um processo tanto de investigação como educativo. Ao narrarem suas experiências os sujeitos não apenas criam consciência de si, mas de suas transformações e aprendizagens. Dessa forma, a autora destaca a função pedagógica que o narrar a si mesmo pode ter. Tal perspectiva, presente na sociedade moderna²⁰, também atravessa a socioeducação, embora nesse contexto assuma um propósito mais confessional. Como exemplo emblemático, tive acesso a diversas autoavaliações escritas por jovens ao final da medida de meio aberto, provocados a formular uma reflexão sobre suas aprendizagens durante o período de cumprimento da medida.

²⁰ Como aponta Artières (1998).

2.5 Discurso, Linguagem e a Investigação das Escritas de Si

A tese parte do entendimento de que é no discurso que ocorre a articulação entre poder²¹ e saber. Nessa perspectiva, o poder é exercido em rede, ele circula, os indivíduos estão sempre em posição de serem submetidos pelo poder, assim como também podem exercê-lo. O poder transita pelos indivíduos que ele mesmo constituiu, não se aplica a eles (FOUCAULT, 2005, p. 35). O discurso, de certa forma, materializa o poder, a partir do recurso da linguagem, possibilitando a articulação com os saberes que legitimam um enunciado.

Foucault (2012) destaca que o discurso é uma série de segmentos descontínuos, aos quais as funções estratégicas têm muitas variações. É uma rede muito complexa que tanto pode veicular e reforçar o poder, como resistir e enfraquecê-lo. Inclusive, o mesmo discurso pode ser utilizado de duas formas, em determinado momento servir para consolidar o poder, e em outro para afrouxá-lo. Assim, não existem discursos a favor e outros opostos, mas unidades táticas que podem ser mobilizadas de acordo com diferentes estratégias (FOUCAULT, 2012, p. 111). Nesse sentido, é importante atentar para os modos como os jovens escreventes cujas escritas foram reunidas, mobilizam diferentes discursos em suas narrativas. Inclusive, como podem utilizar discursos sociais que circulam fartamente e mobilizá-los a seu favor, a fim de produzirem uma imagem positiva de si mesmos frente aos outros.

A linguagem tem um papel importante no discurso, fornece os códigos pelos quais a comunicação se baseia. O discurso faz emergir a linguagem no mundo e a linguagem possibilita a expressão do mundo segundo um discurso. Paul Ricoeur destaca que o discurso expressa algo que tem referência no mundo, “refere-se a um mundo que pretende descrever, exprimir ou representar” (RICOEUR, 1990, p. 46).

²¹ “Não se deve, acho eu, conceber o indivíduo como uma espécie de núcleo elementar, átomo primitivo, matéria múltipla e muda na qual viria aplicar-se, contra a qual viria bater o poder, que submeteria os indivíduos ou os quebrantaria. Na realidade, o que faz que um corpo, gestos, discursos, desejos sejam identificados e constituídos como indivíduos, é precisamente isso um dos efeitos primeiros do poder. Quer dizer, o indivíduo não é o vis à vis do poder; é, acho eu, um de seus efeitos primeiros. O indivíduo é um efeito do poder e é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constituiu” (FOUCAULT, 2005, p. 35).

Para Chartier (2009) a linguagem é um sistema de signos que produzem significados múltiplos e instáveis. Ricoeur (1990) também aborda a linguagem nessa mesma direção e ressalta o cuidado necessário diante da polissemia das palavras. Para fazer face à multiplicidade de significados da linguagem é preciso considerar seu contexto de enunciação, seu locutor e receptor, e desse modo melhor determinar o sentido utilizado (RICOEUR, 1990, p. 18 e 19).

A estrutura do discurso²² pode ser sintetizada em: alguém diz alguma coisa sobre algo a alguém. São quatro elementos que compõem essa estrutura: o locutor, que é quem se expressa; o que é dito ou escrito, materializado na linguagem e que trata do sentido do discurso; a referência no mundo, sobre o qual é construída uma representação a partir da linguagem (ao que está se referindo quando é dito); e, por fim, o interlocutor ou receptor da mensagem. Para uma melhor interpretação das escritas dos jovens, na análise, os contextos desses quatro elementos precisam ser considerados e avaliados.

Compartilho com Chartier (2009) de que a realidade não é externa ao discurso, “mas construída na e pela linguagem”. Toda a prática se situa na ordem do discurso. Inclusive, o autor ressalta que o principal desafio da história cultural consiste em “como pensar a articulação entre discursos e práticas” (CHARTIER, 2009, p. 47 e 48). Assim, é pela linguagem que construímos o mundo, mediados por ela expressamos nossos medos e desejos, manifestamos a compreensão que temos da realidade, assim como de nós mesmos. Por isso a linguagem também é uma abertura ao mundo dos sujeitos.

Ricoeur (1990), entretanto, adverte que nem tudo é linguagem e, para ele, há excesso em algumas concepções, embora toda a experiência humana só adquira sentido por meio da linguagem. Para o autor, a linguagem não é um reflexo da realidade, mas funciona como uma mediação, e é a partir dela que a experiência privada se torna pública. Portanto, a experiência

²² Ricoeur (1990) divide o discurso, enquanto ação, em três níveis diferentes. Primeiro o ato locucionário ou proposital, que se refere ao que é dito. O que é dito (ou escrito, no caso desta tese) pode ser identificado pela ação (verbo) e os argumentos (o agente e o paciente). O segundo é o ato ilocucionário ou da força que identifica como eu digo, qual a intenção ou sentimento comunicado. Na fala, o tom de voz pode expressar a forma de dizer. Esta forma, na escrita, pode ser identificada pelos paradigmas gramaticais (modo indicativo, interpretativo etc.) ou outros recursos que constroem a frase permitindo identificar a sua força (sentimento) ou intenção. A terceira ação, segundo Ricoeur, é o ato perlocucionário que trata dos efeitos do discurso, ou seja, os sentimentos ou estímulos provocados pelo discurso. Segundo o autor, esse aspecto é o mais difícil de ser apreendido (RICOEUR, 1990, p. 47 e 48).

de vida de cada sujeito, aqui considerado o jovem em medida socioeducativa, encontra no discurso uma forma de ser compartilhada, assim como instrumentaliza a compreensão de si (LARROSA, 1994).

Tanto Ricoeur (1990), Chartier (2009), Larrosa (1994) quanto Foucault (2014) abrem a possibilidade de analisar, a partir da escrita, como os jovens em medida socioeducativa representam o mundo, como se expressam sobre suas vidas, suas relações sociais e afetivas, seus conflitos. Na expressão do mundo, a partir da escrita, os jovens podem mobilizar diferentes elementos que constituem seu mundo e a forma como se veem. Enunciam diferentes discursos de acordo com seus interesses, embora moldados pela subjetividade e experiência.

O discurso nada mais é do que o reflexo de uma verdade que está sempre a nascer diante dos seus olhos; e por fim, quando tudo pode tomar a forma do discurso, quando tudo se pode dizer e o discurso se pode dizer a propósito de tudo, é porque todas as coisas que manifestaram e ofereceram o seu sentido podem reentrar na interioridade silenciosa da consciência de si. (FOUCAULT, 2014, p.46).

Foucault (2014) estabelece, desse modo, a compreensão de que quando mobilizamos alguns discursos para nos expressarmos, é porque eles nos mobilizaram anteriormente. Nos tornamos sujeitos em um emaranhado de discursos, que são construídos e reconstruídos por outros, assim como por nós mesmos. E são esses discursos que tecem os aprendizados sobre nosso contexto, sobre nós mesmos e sobre os outros. As subjetividades são produzidas no encontro entre a cultura, as instituições, os poderes e as práticas discursivas. Ou seja, os sujeitos não estão inteiramente livres de amarras e tampouco os discursos estão inteiramente soltos. Existem muitas variáveis e limites a serem considerados para uma análise das narrativas escritas de jovens e esses elementos são importantes para praticar a problematização e uma compreensão mais consistentes.

Dessa forma, dificilmente pode-se ter certeza de que as escritas dos jovens (assim como de qualquer outra pessoa) abordadas nesta investigação são fatos concretos. No entanto, pode-se assegurar que os elementos utilizados compõem a sua experiência de vida e os discursos mobilizados os atingiram anteriormente.

Se, como assinala Foucault (2014), o discurso é controlado, selecionado e redistribuído por diversos procedimentos, impõe-se considerar três limites importantes dessa ordem, que se entrelaçam a todo momento, que o autor designa como sistemas de exclusão. Primeiro temos

os limites do próprio objeto, daquilo que se pode dizer. A língua, os sinais são também limitadores, pois trazem possibilidades finitas de como dizer, como traduzir.

No caso dos jovens em medida socioeducativa, a escrita pode ensejar algumas limitações, pois são sujeitos com baixa escolaridade e aparentemente com pouco exercício da prática escriturística. No entanto, percebe-se na prática escrita desses jovens a inventividade, as linhas de fuga, as reinvenções da escrita e de si mesmos, embora eventualmente possa lhes faltar o domínio mais amplo dos signos linguísticos formais. Outras estratégias são acionadas, como a forte presença da oralidade para elaborar palavras e frases com um sentido claro ou cifrado ou metafórico, marcado pelas expressões culturais de seus grupos de pertencimento.

O segundo interdito, segundo Foucault (2014), é a circunstância. O contexto ou a instituição em que nos encontramos pode limitar o que podemos e como podemos dizer ou escrever. Cada circunstância diferente possui rituais que constroem, organizam e direcionam o conteúdo da escrita. Os rituais de fala ou escrita em um ambiente do tribunal judiciário, por exemplo, são diferentes de uma igreja, escola ou do foro privado da casa ou entre outros jovens. As escritas analisadas nesta tese foram construídas em diferentes espaços do sistema socioeducativo, o que precisa ser considerado, pois se apresenta como um contexto decisivo. Existem diferenças substantivas em escrever uma carta a uma pessoa querida de dentro de uma unidade de privação de liberdade ou escrever uma autoavaliação em um documento oficial a ser dirigido ao juiz, ou ainda, escrever uma história de vida em um espaço educativo que tem uma relação formal com a medida socioeducativa. As circunstâncias são, assim, decisivas.

Para Foucault (2014), o terceiro limite externo é o próprio sujeito, pois os discursos também são limitados a quem pode proferi-los. Obviamente, existem muitos discursos que podem ser expressos por todos, no entanto, outros são limitados a sujeitos autorizados, legítimos de acordo com sua posição social ou experiência pessoal. Na sociedade contemporânea, a enunciação pode ser tão ou mais importante que a mensagem, numa cultura que, dependendo de quem fala ou escreve, o argumento ganha mais força e autoridade.

Calligaris destaca que a autoridade de quem fala pode ser inclusive tão forte quanto a tradição e os fatos (1998, p. 144). Nesse sentido, as escritas das pessoas comuns perdem importância, podem acabar sendo percebidas como uma visão de mundo sem qualquer contribuição e pouco relevante. Lejeune (1997), por exemplo, afirma que os pesquisadores

privilegiam as histórias de vida oral, que eles podem provocar, e desconfiam de relatos escritos fora de seu controle. “Os escritos de homens comuns só interessam se eles estiverem mortos há muito tempo” (LEJEUNE, 1997, p.113).

O que dizer das escritas aqui examinadas? O que jovens selecionados pela justiça juvenil são autorizados a falar no contexto das escritas produzidas? Quais aspectos evocam quando o tema proposto é a rua, a periferia, o crime e a violência? Deles se espera a escrita sobre as grades, algemas, armas, “facções”, sangue e drogas?

Além disso, certamente os discursos que produzem encontram-se sob suspeita, pois o estigma da figura do “menor infrator” os coloca como sujeitos do discurso nessa condição. É interessante perceber nas escritas o quanto os jovens conseguem resistir e se esquivar de algumas representações e dispositivos de controle, de modo a produzirem narrativas sobre temas diferentes daqueles que se espera que escrevam. Desenvolvo esse argumento adiante, quando da apresentação das escritas dos jovens.

As múltiplas relações de poder que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social, estão todas atreladas aos discursos de verdade que funcionam a partir e através do poder (FOUCAULT, 2005). Tal dimensão é particularmente expressiva aqui, pois é exatamente o efeito de verdade presente nos discursos que estabelece, inclusive, uma hierarquia entre os sujeitos e propaga que algumas vidas “valem” mais que outras, que possibilita que alguns corpos possam ser expostos a condições vulneráveis e de risco, enquanto outros são protegidos e cuidados (BUTLER, 2015).

Nesta tese, quando da análise das escritas dos jovens, muitos cuidados precisaram ser tomados e retomados, principalmente no que concerne à interpretação dos textos produzidos. Suposições estavam presentes a todo momento, muitas perguntas surgiram, ao mesmo tempo que as respostas concebidas estavam presentes apenas na mente do pesquisador, mas não nos documentos. A ânsia em saber ou poder explicar muitas questões que surgiram na investigação foi e permanece intensa, no entanto foi preciso conter os dedos para que não digitassem uma explicação fácil ou oculta.

Tanto Foucault (2014) quanto Ricoeur²³ (1990) ponderam que não se tente buscar as intenções ocultas do autor em sua escrita, mas propõem realizar a análise sobre o que está explicitado no texto e seus efeitos, seguir para as margens e não para um interior obscuro. Decorre que, nesta tese, não importa tanto conjecturar as intenções escusas dos jovens e buscar mensagens escondidas, mas investigar não apenas como os jovens em medida socioeducativa se narram, mas como podem se narrar. Considerando o contexto socioeducativo, como se apresentam em documentos judiciais, em escritas geradas nas oficinas educativas ou em cartas enviadas para pessoas queridas, supõem um contexto de controle e julgamento, onde as atitudes são vigiadas a todo momento, estas podem ter um efeito considerável sobre a possibilidade de permanecerem mais tempo institucionalizados ou não. Podemos duvidar da sinceridade nas escritas dos jovens e tomá-las apenas como estratégia de sobrevivência. Contudo, esse constrangimento, esse controle e incidência no sujeito, também interessa a essa tese, assim como as estratégias de resistência. Ao invés da busca interior do sujeito, aqui investigo como os jovens se expressam, e entendo que as narrativas são compostas por uma diversidade de elementos e discursos que compõem o mundo do escrevente, mobilizados de acordo com os contextos e os objetivos dos atos escriturísticos.

No trabalho com as escritas dos jovens mostra-se importante aquela discursividade que emerge das escritas com força. Captar os discursos que aparecem com maior regularidade é um desafio da tese, de modo a evidenciar aqueles aspectos que ganham potência no sistema socioeducativo. Um olhar atento identifica indícios dos efeitos desses discursos, que interpelam os jovens no período em que vivenciam a medida socioeducativa, e ecoam nos modos como se veem, como se narram, como avaliam suas trajetórias, como projetam o futuro pessoal.

Ao mesmo tempo, é preciso cuidar em não considerar a força dos modelos culturais dominantes como totais. Segundo Chartier (2009) “sempre existe uma brecha entre a norma e o vivido, o dogma e a crença (...). Nessa brecha se insinuam as reformulações, os desvios, as apropriações e as resistências” (CHARTIER, 2009, p. 46). Os indivíduos inventam formas

²³ “Se não podemos definir a hermenêutica pela procura de um outro e de suas intenções psicológicas que se dissimulam por detrás do texto; e se não pretendemos reduzir a interpretação à desmontagem das estruturas, o que permanece para ser interpretado? Responderei: interpretar é explicitar o tipo de ser-no-mundo manifestado diante do texto” (RICOEUR, 1990, p.56).

originais de construírem para si mesmos uma narrativa a partir e em torno das representações que são feitas deles. Como desenvolvi na seção anterior, trata-se de analisar a prática de arquivar a si mesmo não como um processo restrito ou uma sujeição, mas como prática que provoca a subjetivação produtiva e um gesto de resistência (ARTIÈRES, 1998, p.32).

Embora o objetivo na análise das escritas nesta tese seja o de reconhecer os significados das narrativas sem julgar suas ambiguidades, incoerências, imprecisões, forçoso é reconhecer os limites da interpretação de todos os elementos no discurso. Dificilmente podemos ter convicção a ponto de determinar que uma mensagem específica tem um significado preciso. Locutor, contexto, mensagem, receptor, são muitas variantes singulares e dificilmente podemos determinar com certeza como cada uma delas funciona e esses são alguns dos limites com os quais também me deparei na análise da empiria da tese.

Os desafios acompanharam todo o percurso da investigação. A própria posição dos jovens e suas escolhas quanto às escritas deixa muitas dúvidas sobre suas motivações e os significados de suas narrativas. Pode-se elencar pelo menos seis pontos variáveis que certamente atravessam as práticas escritas dos jovens. Em primeiro, a vontade de verdade, quando materializam a narrativa no papel, potencializam a escrita de si como uma prática confessional (FOUCAULT, 2014; CALLIGARIS, 1998; ARFUCH, 2010 e LEJEUNE, 2008). Assim, o impulso de expor o privado ao público, produzir o seu íntimo no papel, mesmo que isso possa gerar consequências ruins, é uma prática muito presente na sociedade moderna e que se percebe nas escritas dos jovens, o que representa uma preocupação presente nos documentos.

O segundo ponto é a escrita de si enquanto testemunho (ARTIÈRES, 1998; GÓMEZ, 2003; ARFUCH, 2010), ou seja, a percepção dos jovens escreventes de que suas escritas poderiam funcionar como um espaço para marcar-se na história, quanto para expor seus aprendizados e “dar conselhos” a outros jovens. Nessa perspectiva, os jovens se colocam no lugar de quem transmite seus aprendizados a partir da experiência da própria vida.

O terceiro ponto é a preocupação acerca do leitor a quem se escreve. Em alguns momentos fica muito evidente para qual público os jovens escrevem, principalmente nas autoavaliações de medida, em que o destinatário é o juiz de execução, assim como nas cartas que possuem um destinatário nomeado. Nas escritas realizadas em oficinas essa percepção fica mais difícil. De fato, em alguns momentos o leitor presumido é alguém da família, a namorada

ou namorado, ou o público em geral. No entanto, principalmente quando o texto será publicado, os jovens podem estar escrevendo, ao mesmo tempo ou em momentos diferentes do texto, para públicos diferentes. Ou seja, em determinado momento um jovem pode estar escrevendo tendo a namorada como interlocutora, mas em outro momento a preocupação dele pode ser com seus amigos que seguem na organização do tráfico, por exemplo. Assim, muitas vezes fica muito difícil determinar a quem os jovens se dirigem, quem são os interlocutores e essa percepção é importante, pois pode mudar muito a compreensão dos sentidos da narrativa.

O quarto ponto a considerar é o fato de serem jovens que estão cumprindo uma medida socioeducativa. Assim, todo esse processo de escrita também pode ser visto como uma possível geração de prova contra si mesmo. Nesse sentido, o silenciamento e a distorção de acontecimentos tem como motivação a própria defesa (ARTIÈRES, 1998), seja perante o juiz, os profissionais da socioeducação ou o público.

O quinto ponto é o contexto no momento da escrita. Seja no espaço da oficina de escrita ou na unidade de PSC produzindo a autoavaliação, não é possível avaliar ou perceber como atuaram os profissionais que estavam em uma posição de autoridade e orientação junto ao jovem escrevente. Para as escritas no ambiente pedagógico, não sabemos se houve uma exploração oral prévia dos temas a abordar, que formas de incentivo mobilizaram a escrita (assistiram a um documentário ou filme? leitura de um poema ou de um conto? Apreciação de uma notícia de jornal? etc.). Além disso, existe a possibilidade da própria interação entre os jovens, um realizando a leitura do texto do outro para formular a sua própria escrita.

O sexto ponto a ser destacado é que o texto escrito possui uma autonomia²⁴ relativa ao seu autor (RICOEUR, 1990). Muitas interpretações podem surgir de um texto e todas elas podem ser diferentes daquela que o escrevente quis expressar. Assim, o texto escrito, quando materializado pela linguagem, sai do controle do seu autor, adquire autonomia e está sujeito a diversas interpretações de acordo como se apresenta e se relaciona com cada leitor. Embora o texto escrito fuja do controle de quem o produziu, ele permanece como produção da visão de

²⁴ Segundo Ricoeur a autonomia do texto tem três condições: aquela da intenção do autor, relativa às condições culturais e sociais de produção e ao destinatário primitivo (1990, p.135).

mundo do escrevente. “Graças à escrita, o mundo do texto pode fazer explodir o mundo do autor” (RICOEUR, 1990, p. 53).

Os seis pontos constituem as atenções que me acompanharam durante a leitura e análise das escritas dos jovens, provocaram incertezas a todo momento. Embora os desafios persistam, as aproximações aconteceram e para isso, procurei caracterizar quem escreve, em que contexto, o que escreve, quando e para quem, de modo a reconhecer o mundo do escrevente e os significados de sua narrativa.

Para a finalização do capítulo, retomo brevemente algumas ideias centrais expostas até o momento e que direcionam esta investigação, assim como contribuíram à seleção do campo de pesquisa e sua análise: 1) a utilização da operação historiográfica, naquilo que concerne a um princípio ético e algumas obrigações, como a análise crítica, o conhecimento do contexto pesquisado, o domínio da linguagem, assim como a prática de verificar, questionar e confrontar a documentação (CHARTIER, 2010); 2) A utilização das escritas de si (LARROSA, 1994; ARTIÈRES, 1998; JOSSO, 2007; ARFUCH, 2010) como documentação importante do testemunho de sujeitos das margens (CASTILLO GÓMEZ, 2003); 3) A opção por investigar a experiência juvenil em contexto socioeducativo, partindo de sua singularidade, suas narrativas de si e quadros de vida (PAIS, 2000); 4) Segue-se o caminho proposto por Armando Petrucci (1999), Ricoeur (1990), Jorge Larrosa (1994), Chartier (2009) e Foucault (2009; 2014) para investigar as narrativas escritas dos jovens; 5) E, por fim, a principal questão que orienta a pesquisa é: **Como os jovens em medida socioeducativa narram a si mesmos em rastros de escritas que resistiram esquecidas em arquivos?**

Da questão principal derivam outras que orientam a investigação: Ao narrarem-se, como são produzidas as subjetividades dos jovens no contexto da socioeducação? Quais discursos atravessam suas escritas, ganham força em sua experiência juvenil e compõem suas subjetividades? Quais os riscos que enfrentam, seus quadros de vida e de que forma experienciam a medida socioeducativa que se apresenta como ponto comum em suas trajetórias?

Vale ressaltar que esta pesquisa não tem a intenção de investigar o ato infracional, as instituições de privação e restrição de liberdade, os projetos que fomentaram as escritas dos jovens, o mundo do crime, a família, a justiça juvenil, a polícia, a escola ou o território, mas

como os jovens se narram em suas relações com esses cenários. As narrativas escritas dos jovens apresentam-se cifradas em muitos níveis, são produzidas a partir de um emaranhado de discursos, o que as torna irredutíveis a uma única explicação. As regularidades nas narrativas juvenis, no contexto da socioeducação, são uma constante e há pistas do que é, não apenas possível, mas estimulado.

No capítulo seguinte apresento outros conceitos importantes às investigações que interseccionam juventudes e socioeducação, como é o caso desta tese.

3 JUVENTUDES E SOCIOEDUCAÇÃO: APORTES TEÓRICOS

Esse capítulo é destinado a apresentar as discussões acerca das temáticas juventudes e socioeducação. Para um melhor esclarecimento ao leitor sobre a juventude selecionada pela justiça juvenil, é necessário situar as concepções e os conceitos utilizados para a construção da problemática e que servem como fundamentos à investigação.

O conceito de juventude tem sido objeto de várias elaborações e problematizações nas últimas décadas (ABRAMO, 2005; FEIXA, 2006; MARGULIS, 2000; DAYREL, 2003). Algumas concepções são recorrentes entre os autores e aqui adotadas: o entendimento do jovem como sujeito social, que está em relação com os outros, com o mundo a sua volta e consigo mesmo; o jovem como sujeito ativo, que age no e sobre o mundo, e nessa ação se produz, ao mesmo tempo que é produzido no conjunto das relações sociais em que se insere. Essas duas concepções são essenciais, pois a partir delas os jovens são percebidos como sujeitos de direitos, assim como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Juventude. São sujeitos capazes de fazer escolhas e tomar decisões em relação ao seu futuro. Para Dayrell (2003), “tomar os jovens como sujeitos não se reduz a uma opção teórica. Diz respeito a uma postura metodológica e ética, não apenas durante o processo de pesquisa, mas também em meu cotidiano como educador” (DAYRELL, 2003, p. 44).

A juventude é um fenômeno histórico, social e cultural que aporta constantemente questões a serem encaradas pelas instituições educacionais, pelas políticas públicas e pelas pesquisas acadêmicas. Em diferentes momentos históricos, foram formuladas no país diferentes concepções que atravessam, hoje, a situação de jovens em cumprimento de medida socioeducativa.

Na primeira seção apresento como utilizo o conceito de juventude e cultura juvenil. Na segunda seção tematizo a situação juvenil e como essa noção contribui para compreender um aspecto central à problemática da tese, pois reconhece as especificidades da juventude que passa pela socioeducação. Destaco os riscos e marcadores vividos por jovens em medida socioeducativa e, em seguida, descrevo algumas características como as marcas de seletividade encontradas no sistema de justiça juvenil.

3.1 Adolescência e Juventude: Dois Conceitos, Muitas Acepções

Nesta seção a intenção é abordar o conceito de juventude de modo a diferenciá-lo do conceito de adolescência. Como trabalhador nas políticas públicas voltadas para adolescência e juventude, observei que os dois termos frequentemente geram confusões e dificilmente sabemos ao certo quando utilizar um ou outro, especialmente no tocante ao sistema socioeducativo.

Primeiro temos que ter em conta que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina que a adolescência vai dos 12 aos 18 anos incompletos e que o Estatuto da Juventude abrange as pessoas entre 15 e 29 anos. Ou seja, existe, entre os 15 e os 18 anos, uma intersecção de marcos legais. No caso da socioeducação, que está ancorada pelo ECA, essa intersecção se amplia, visto que os jovens podem cumprir uma medida socioeducativa até os 21 anos incompletos. O sistema socioeducativo, então, tem a abrangência legal do público exclusivamente adolescente, dos 12 aos 14 anos; da intersecção compartilhada entre os dois Estatutos, dos 15 anos aos 17 anos, e finalmente unicamente pelo público juvenil, dos 18 anos aos 21 anos.

O fato de a socioeducação atravessar esses dois marcos legais acaba gerando algumas confusões entre os trabalhadores das políticas, tanto em relação aos instrumentos legais que podem ser utilizados, quanto na forma de olhar e trabalhar com esse público. Nesse sentido, mostra-se relevante diferenciar as concepções de adolescência e juventude, pois essas repercutem nas opções de abordagem da tese. O melhor entendimento entre esses termos é de extrema importância para a pesquisa, pois na documentação oficial, as legislações, os documentos do judiciário, os escritos dos jovens e a bibliografia sobre o campo, a todo o momento consta uma certa alternância no uso desses dois conceitos.

Como referi antes, adolescência e juventude, embora sendo conceitos distintos, são formas de reportar-se a uma etapa da vida similar. A discussão sobre concepções de juventude e adolescência fundamentam e determinam como esses momentos da vida são percebidos, narrados e “vividos”. Assim também, como trabalhamos com eles, quais políticas públicas são ou precisam ser desenvolvidas, quais são seus direitos e deveres. Ou seja, existe uma disputa

de conceitos que oscila entre adolescência e juventude, pois se reportam a uma suposta fase da vida, a transição para a vida adulta.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), a adolescência constitui um processo fundamentalmente biológico, durante o qual se aceleraria o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade. Abrangeria as idades de 10 a 19 anos, divididas nas etapas da pré-adolescência (dos 10 aos 14 anos) e de adolescência propriamente dita (de 15 a 19 anos). O conceito de adolescência foi elaborado, principalmente, pelas áreas biológicas e psíquicas, concebendo esse momento sob uma perspectiva individual e de desenvolvimento.

O sociólogo Pierre Bourdieu, em sua entrevista "*Juventude*" é apenas uma palavra, acertadamente aponta que a "classificação das idades é arbitrária", pois decorre de um jogo de poder que determina ou pretende determinar o lugar de cada um na sociedade. "De fato, a fronteira entre a juventude e a velhice é objeto de disputas em todas as sociedades" (BOURDIEU, 1983, p.112). Bourdieu afirma ainda:

O que quero lembrar é simplesmente que a juventude e a velhice não são dadas, mas construídas socialmente na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas. (BOURDIEU, 1983, p.113).

O esforço para definir a adolescência como uma etapa do desenvolvimento do ser humano inicia no século XVIII, mas começa a ser efetivamente estudada no século XIX e início do século XX por pesquisadores da psicologia do desenvolvimento infantil. A intenção de investigar melhor essa fase de desenvolvimento decorreu da preocupação face ao que consideravam como os perigos que rondavam esse tempo da vida, como a descoberta da sexualidade e, do que se acreditava ser, uma tendência à delinquência ou a quebra de regras. A primeira formulação sobre a adolescência acontece em 1904, atribuída à G. Stanley Hall, psicólogo estadunidense. Segundo Carles Feixa (2006), para Hall a adolescência se caracterizava como etapa de tempestade e estresse, uma turbulência emocional que tem como base biológica um estágio do desenvolvimento humano. Para o autor, a adolescência se estendia dos 12 aos 25 anos. Sua obra teve grande impacto e difundiu a adolescência como uma etapa de "moratória social e de crise", convencendo os educadores a deixarem os jovens serem jovens (FEIXA, 2006, p. 26).

Com a “descoberta” da adolescência entre as décadas de 1870 e 1900, ou seja, a constatação do fenômeno do prolongamento da juventude, o que antes era limitado para os homens da burguesia, na primeira metade do século XX, se estende às outras classes sociais e às mulheres do Ocidente (FEIXA, 2006). Também proliferam as teorias psicológicas e sociológicas sobre a instabilidade e a vulnerabilidade da adolescência, o que serve para justificar a separação dos jovens do mundo adulto, assim como a construção de uma legislação especial. No Brasil, por exemplo, o Código de Menores, primeira legislação voltada para a criança e a adolescência é criada em 1927, como Código que abrange exclusivamente os delinquentes e abandonados, como apontei em minha dissertação (VIDAL, 2014).

Diferente de uma concepção ligada às áreas da saúde, a juventude como conceito tem como suporte os marcadores sociais e culturais. Carla Regina Silva e Roseli Esquerdo Lopes (2009), em *Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas*, sustentam que as teorias sociais fundamentam a concepção de juventude, compreendida como o resultado de “tensões e pressões que vem do contexto social” (2009, p.91). Nesse sentido, diferente da adolescência, que parte do biológico e do psicológico para explicar e analisar os indivíduos, a concepção social de juventude considera as relações sociais e históricas e como elas atravessam e constituem os sujeitos. Dessa forma, enquanto a concepção de adolescência olha para o indivíduo e seu desenvolvimento orgânico e psicológico, a concepção de juventude mira o coletivo e a produção do sujeito a partir do lugar social que ocupa.

Silva e Lopes (2009) inspiram-se nos estudos de José Machado Pais que examina as transições geracionais e para quem a concepção de juventude na sociologia pode ser vista de duas maneiras: de um lado como uma “fase de transição que pode ser compreendida em relação à trajetória biográfica, e vai da infância à idade adulta”, ou seja, com ênfase nos aspectos geracionais, e a “transição considerada como processo (de reprodução social), quando as trajetórias dos jovens são reflexos das estruturas e dos processos sociais”, buscando entender, então, a juventude como uma categoria social a partir de uma diversidade de outras dimensões da vida social (2009, p.91).

Aprofundando o conceito de juventude, conforme Camarano (2006), os estudos na área têm demonstrado que os processos de transição para a vida adulta vivenciados pela atual geração são mais complexos e menos previsíveis se comparados aos processos das gerações

anteriores. Essa complexidade não permite uma visão linear dos fatores entendidos como fundamentais da passagem para a vida adulta. Ainda conforme a autora, três são os eventos principais encarados como marcadores dessa transição, quais sejam: independência econômica, saída da casa dos pais e constituição de família. Não há consensos sobre qual desses eventos é o definidor da passagem para a vida adulta, assim como não há consensos sobre o que exatamente define esses eventos. Entretanto, boa parte da literatura aceita que se encontram interligados e se relacionam intimamente com outros, como a saída da escola e o fato de ter um(a) filho(a). Adiante, a tese discute a presença desses marcadores sociais nas escritas de alguns jovens, seja como realidades vividas ou como projetos de futuro.

Nas últimas décadas outro campo de pesquisa sobre juventude despontou e examina a dimensão cultural, as diversas formas de expressão identificadas como juvenis, assim como a representação e o imaginário do que é ser jovem, e ao invés do uso do termo juventude, defende-se o uso de juventudes, no plural, frente aos vários modos de ser jovem e a diversidade das “culturas juvenis”. Nesse sentido, ao invés de partir da condição juvenil e das estruturas sociais que a estabelecem, prioriza as formas de “experimentar” a juventude. Também emerge a distinção entre condição e situação juvenil. Segundo Abramo (2005) e Trancoso e Oliveira (2016), a condição juvenil expressa o significado histórico, geracional, atribuído por uma sociedade específica (em determinado momento histórico) à juventude. Ou seja, cada período histórico produz uma condição juvenil com características diferentes, que estão atreladas às representações sociais e culturais.

As culturas juvenis são um grande desafio, pois são dinâmicas e heterogêneas, com intercâmbio entre os diversos estilos. Para Feixa (2006), as culturas juvenis podem ser analisadas a partir de duas perspectivas: a primeira consiste nas condições sociais, um conjunto de direitos e obrigações que definem a identidade do jovem em uma estrutura social determinada. Assim, as culturas juvenis se constroem com as identidades geracionais de gênero, classe, etnia e território. A segunda perspectiva consiste nas imagens culturais, um conjunto de atributos ideológicos e simbólicos criados ou apropriado pelos jovens. Estilos, mais ou menos visíveis com elementos materiais e imateriais, provenientes da moda, da música, da linguagem, das práticas culturais. Estes estilos têm uma existência histórica concreta (FEIXA, 2006, p. 109).

Margulis (2000) chama atenção para o cuidado de não sobrevalorizar o aspecto cultural dos grupos juvenis, deixando de lado outros enfoques importantes que poderiam enriquecer a pesquisa. Nas palavras de Margulis:

La juventud, como toda categoría socialmente constituida, que alude a fenómenos existentes, tiene una dimensión simbólica, pero también debe ser analizada desde otras dimensiones: se debe atender a los aspectos fácticos, materiales, históricos y políticos en que toda producción social se desenvuelve. (MARGULIS, 2000, p.17).

Outro ponto importante sobre as culturas juvenis é que o “primeiro fator estruturador” é a geração. Feixa destaca que é a identidade de um mesmo grupo geracional socializado em um mesmo período histórico (FEIXA, 2006, p. 109). Cada geração tem diferentes referenciais culturais, socialização e momentos históricos. Nas palavras de Margulis:

Cada generación puede ser considerada, hasta cierto punto, como perteneciente a una cultura diferente, en la medida en que incorpora en su socialización nuevos códigos y destrezas, lenguajes y formas de percibir, de apreciar, clasificar y distinguir. (MARGULIS, 2000, p. 18).

Sendo assim, para a análise da juventude, além da condição biológica característica da idade, da posição que ocupa no corpo social, se destaca o período geracional em que se constituiu e conseqüentemente as circunstâncias culturais nas quais ocorre a socialização, com seus códigos, signos e práticas (MARGULIS, 2000, p.19). Inclusive porque cada geração diferente herda uma memória social e comunitária específica. Entretanto, segundo Margulis (2000, p. 19), ter acesso à memória social das gerações anteriores é diferente de vivenciá-las. Assim, os jovens, sendo recém-chegados a um tempo que se transforma e que possui elementos singulares, apresentam-se “abertos as suas próprias experiências”, constituem seus próprios impulsos, problemáticas e desejos.

As ideias de Feixa (2006) e Margulis (2000) desenvolvidas acima, oferecem ferramentas conceituais importantes para a análise das escritas dos jovens em medida socioeducativa, porque possibilitam uma maior precisão ao buscar a identificação de referenciais, signos e códigos culturais da juventude nos registros produzidos pelos jovens.

A juventude, como conceito e categoria social, não constitui um todo unificado, homogêneo, ou ainda, uma etapa da vida experienciada do mesmo modo por todos os jovens. Nas palavras de Margulis:

Es necesario, entonces, acompañar la referencia a la juventud con la multiplicidad de situaciones sociales en que esta etapa de la vida se desenvuelve; presentar los marcos sociales historicamente desarrollados que condicionan las distintas maneras de ser joven. (MARGULIS, 2000, p. 14).

A condição juvenil é entendida como o período de transição entre a infância e o mundo adulto, que possui diferentes significados no tempo e espaço, no entanto, existem distintas formas de realizar esse percurso, inclusive muitas vezes ele pode ser mais curto ou mais longo, aspecto que repercute nesta tese. Para Abramo:

O abandono da ideia de um padrão único de trajetória de transição para a vida adulta, e de vivência da condição juvenil, faz aumentar a percepção da heterogeneidade das situações - e das desigualdades - que atravessam essa condição que, por isso mesmo (por se alargar, no seu conteúdo e comportar várias dimensões, sem que uma delas se imponha como exclusiva) se afirma como geral: todos os jovens do país cabem na categoria, e a todos eles têm que ser garantidos os direitos fundamentais referentes a essa condição. (ABRAMO, 2005, p.35).

Diferente da condição juvenil, que de certa forma tem um caráter mais homogêneo, a situação juvenil, segundo Abramo (2005), Margulis (2000) e Weisheimer (2009), se refere aos diferentes percursos concretos experimentados pela condição juvenil. Ou seja, é uma noção utilizada como referência para considerar os variados processos empíricos da multiplicidade juvenil a partir de recortes como gênero, classe, cor/raça, região, religião, local de moradia, escolaridade etc. A partir da situação juvenil podemos nos aproximar das distintas maneiras de experimentar a condição juvenil, o que implica considerar as especificidades dos jovens dessa tese em relação a outros jovens, mas também entre si, segundo suas singularidades. Se o que os aproxima é a situação de estarem cumprindo uma medida socioeducativa, ou o contato, em maior ou menor grau, com o mundo do crime, ou ainda a vivência em uma periferia urbana e de vulnerabilidade social, mesmo assim é fundamental considerar suas histórias de vida e os modos como cada um experimenta essa situação juvenil.

Para Juarez Dayrell (2003), os jovens são sujeitos sociais e “constroem um determinado modo de ser jovem, baseados em seu cotidiano”, no sentido formulado por Angelina Teixeira Peralva, que considera a juventude, ao mesmo tempo, como “uma condição social e um tipo de representação” (DAYRELL, 2003, p.41).

Superando uma certa ambivalência no uso de adolescência e juventude, Dayrell propõe uma composição dos termos, situando a adolescência no início da juventude, o que para o autor parte de uma maturação psicológica e física que permite o início de uma transição para a vida adulta (DAYRELL, 2003, p.42).

Assim, a adolescência não pode ser entendida como um tempo que termina, como a fase da crise ou de trânsito entre a infância e a vida adulta, entendida como a última meta da maturidade. Mas representa o momento do início da juventude, um momento cujo núcleo central é constituído de mudanças do corpo, dos afetos, das referências sociais e relacionais. (DAYRELL, 2003, p.42).

A juventude, desse modo, representa o período situado entre a infância e a adultez, sendo que a adolescência marca o seu início. Isso não encerra a discussão e muito menos resolve as tensões teóricas e sociais nos usos de um ou outro conceito. Ao contrário, há uma disputa de poder, como afirma Bourdieu (1983), e a definição de juventude, assim como o período de idade a que se refere, não é algo natural, mas uma construção histórica. Concluo assumindo a definição de Carles Feixa, que considero a mais acertada, em que a juventude é uma “construção cultural relativa no tempo e espaço” (FEIXA, 2006, p. 28). Cada sociedade organiza as formas de transição da infância para a vida adulta, e assim, variam seus significados, formatos, conteúdos e disputas.

Além disso, destaco, que a noção de situação juvenil se mostra uma ferramenta analítica importante para a investigação das escritas de jovens em medida socioeducativa. A definição de que existe uma diversidade de formas de viver a condição juvenil, permite uma aproximação com a problemática e a singularidade das experiências dos jovens.

3.2 As Medidas Socioeducativas

Nessa seção, minha intenção é contextualizar as medidas socioeducativas de acordo com os marcos legais e sua concepção. Essas definições são importantes para a contextualização do tempo vivido pelos jovens escreventes no momento de suas escritas. Deter-se nessas políticas, permite compreender o investimento que o Estado fez junto a essa parcela da população, embasado no discurso da proteção, mas que, na prática, organiza uma engrenagem de controle, que pode estar centrada na criminalização de algumas situações juvenis específicas.

Para o caso do Brasil, Veronese (1996) propõe uma periodização²⁵ das políticas voltadas às crianças e adolescentes em quatro etapas. A primeira é a caritativa-religiosa, que se estende do Descobrimento até o final do Império, em 1889. Tal período é marcado pela caridade cristã, quando a atuação junto às crianças e adolescentes acontece principalmente por meio de instituições religiosas. O segundo período, segundo a autora, está compreendido entre o início da República até os primeiros meses de 1964, e é denominado filantrópico-científico-higienista. O Estado começa a desenvolver sua forma de intervenção junto a essa população, imbuído de ideias científicas da época, como o higienismo, o eugenismo e o positivismo, com o objetivo de moralizar e moldar os futuros cidadãos. A ação do Estado se limita às crianças e adolescentes das classes pobres. Por fim, o terceiro período se passa durante a Ditadura Civil-Militar e é designado militar-científico, pois mantém-se a intervenção racional e científica, mas com ampliação da atuação do Estado, e se elege o “menor abandonado” e o “menor infrator” como um problema de segurança nacional consolidando a Doutrina da Situação Irregular (que apresento adiante). O último período (VERONESE, 1996), conhecido como democrático-humanista ou da proteção integral, é inaugurado com a redemocratização e a Constituição de 1988 e, para a autora, se estende até o presente momento. Nele, temos a vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que passa a legislar sobre toda a população de 0 a 18 anos, considerando-a como sujeito de direitos e em condição peculiar de desenvolvimento²⁶.

Dessa forma, é preciso destacar a relevância da Constituição Federal no que diz respeito ao reconhecimento legal da garantia dos direitos e da proteção da criança e do adolescente. Essa Constituição tem como marco identificar crianças e jovens como sujeitos de direitos, e como destaca Zapater:

[...] representa uma ruptura jurídica com a ideia de crianças e adolescentes como objeto de intervenção e tutela do mundo adulto, substituída pela

²⁵ Essa periodização serve para organizar e lançar um olhar longitudinal a esse processo, embora possa incorrer em uma generalização. Os períodos não são estáticos e bem definidos, ao contrário, são muitos discursos que cada vez mais, principalmente a partir do final do século XIX, permanecem em disputa quanto às verdades legítimas acerca da juventude e da adolescência. As práticas dirigidas a esse público são variáveis em todo o Brasil, e a legislação e as disputas para construí-la, apontam tendências tensionadas pelo Estado, embora observadas de diferentes formas em diferentes contextos e tempos no país.

²⁶ Para maior aprofundamento do histórico das políticas para a infância e juventude e os resquícios da menoridade no pós ECA, ver Vidal (2014); Vidal e Koerich (2020); Rizzini (2007); Cifali; Chies-Santos; Alvarez (2020).

proposta de sua proteção integral, extinguindo a distinção entre ‘menores em situação irregular’ e os ‘regulares’. (ZAPATER, 2019, p. 55)

Na esteira desses avanços constitucionais em 13 de julho de 1990 foi sancionado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com o objetivo, entre outros, de concretizar o artigo 227²⁷ da Constituição Federal, que prevê o compartilhamento da responsabilidade de garantir os direitos da criança e do adolescente entre o Estado, a família e a sociedade, referendando o previsto na Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas. A ruptura jurídica que a CF e o ECA proporcionam é com o antigo modelo embasado no Código de Menores de 1927, renovado no período da Ditadura Militar com o Código de Menores de 1979, que instituiu a chamada Doutrina da Situação Irregular. Segundo Saraiva (2006), essa doutrina criava uma distinção legal, ou seja, uma divisão entre os regulares e irregulares no público infantojuvenil. O objeto da lei eram as crianças e adolescentes em situação irregular, os que não o eram, mantinham-se invisibilizados, tidos como incapazes e sem condição de cidadania plena. A inclusão na situação irregular poderia “derivar de sua conduta pessoal (caso de infrações por eles praticadas ou de desvio de conduta), da família (maus tratos) ou da própria sociedade (abandono, exploração e violências)” (SARAIVA, 2006, p. 24). Às crianças e aos adolescentes que eram identificados pelas autoridades em situação irregular, cabia intervenção violenta do Estado, sendo que a dissolução do pátrio poder e a institucionalização eram os seus principais instrumentos.

Para a Doutrina da Situação Irregular, a proteção e o desenvolvimento do público infantojuvenil eram de responsabilidade apenas da família, eximindo a obrigação do Estado e da sociedade de atendimento a esse público. Dessa forma, tal doutrina criminalizava a pobreza e a falta de condições de parte da população brasileira para criar seus filhos. O ECA rompe com a Doutrina da Situação Irregular, inaugura a Doutrina de Proteção Integral, reconhece crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos e de protagonismo, sendo a sua proteção de

²⁷ “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura, à profissionalização, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1988, art. 227).

responsabilidade compartilhada pela família, sociedade e Estado, além de prioridade no uso dos recursos públicos para a garantia de provimento e efetivação dessa proteção.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

Uma grande inovação do ECA foi a previsão de políticas públicas para garantir e efetivar os direitos das famílias, concebendo a violência ou violação de direitos contra crianças e adolescentes como problema social e de responsabilidade também do Estado. Nesse contexto, as políticas públicas preveem atuação dos órgãos no sentido de trabalhar tanto na prevenção como no encaminhamento dos que sofrem violências em suas diferentes dimensões (violência física, violência psicológica, violência sexual e violência institucional) às autoridades competentes, principalmente aquelas que trabalham de forma mais próxima dessa população. Assim, o ECA inicia a articulação de um Sistema de Garantias de Direitos para as crianças e os adolescentes (SGDCA).

Passam a ser corresponsabilizadas, solidariamente, as instituições do SGDCA, seja de caráter público ou não governamental, em situações em que o público infantojuvenil se encontre com seu direito ameaçado ou violado. Nesse escopo de proteção, o Estado e a sociedade civil necessitam da integração de outras instâncias para a promoção efetiva dessas garantias. Para isso, os Conselhos de Direitos (que possuem representantes da sociedade civil e do governo), sejam estaduais, municipais ou federais, agem em conjunto para o controle das políticas públicas, sendo considerados atores importantes na fiscalização do SGDCA. A articulação destes, juntamente com os fóruns, movimentos, associações, ongs, é fundamental para que o SGDCA seja plenamente efetivado, de modo a respeitar e zelar por crianças e adolescentes em suas diferenças regionais, de idade, sexo, etnia, religião ou crença, deficiência, condição econômica e outras que os coloquem em condição de menos-valia.

Outros capítulos especiais do ECA dispõem sobre a garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, seja em decorrência de omissão/ação de seus responsáveis ou familiares, da sociedade, ou do Estado, seja em decorrência da prática de ato infracional (ZAPATER, 2019, p. 146). O ECA estabelece uma distinção importante entre

medidas de proteção e medidas socioeducativas, pois distingue os adolescentes que cumprem medida devido ao cometimento de ato infracional e os que vivem em risco pessoal e social. No Código de Menores, existia uma junção das duas categorias e uma mesma medida se aplicava a todas as crianças e adolescentes, pois tudo era considerado proteção, o que é desfeito com o ECA (SCHUCH, 2009, p. 129).

Do ponto de vista infracional, de acordo com o ECA, as crianças (0 a 12 anos) são consideradas inimputáveis, e os adolescentes de 12 a 18 anos são penalmente responsáveis caso cometam algum ato infracional. Para a execução das medidas de responsabilização penal previstas para essa faixa etária é criado um aparato envolvendo o sistema de justiça, assistência social e outras instituições públicas que compõe o SGDCA. As medidas socioeducativas são regidas pelo ECA, pela Resolução CONANDA nº 119/2006 e pela Lei Federal nº 12.594/2012 (Lei do SINASE), que constituem a normatização, conceitual e jurídica necessária à implementação em todo o território nacional, à execução das medidas socioeducativas destinadas aos adolescentes a quem se atribui a prática do ato infracional. Podemos conceituar ato infracional como toda conduta, praticada por criança ou adolescente, definida como crime ou contravenção pelo Código Penal brasileiro. Para a configuração do ato infracional, é necessária a presença de indícios suficientes de autoria e materialidade do fato.

O ECA prevê dois tipos de medidas: as medidas de meio fechado, que envolvem a privação de liberdade (internação e semiliberdade) e são de responsabilidade dos estados, ou as medidas de meio aberto (Advertência; Obrigação de reparar o dano; Prestação de serviços à comunidade e Liberdade Assistida), supervisionadas pelos órgãos municipais de assistência social. Os objetivos das medidas socioeducativas inscritos na legislação são: responsabilização do adolescente quanto ao ato infracional cometido; a sua integração social; a garantia de seus direitos; e o cumprimento da medida socioeducativa como desaprovação da conduta infracional (BRASIL, 2012).

Assim, as medidas socioeducativas apostam, principalmente, em três vias para enfrentar a criminalidade juvenil: a garantia de direitos, a punição centrada na privação ou a restrição de liberdade e a intervenção pedagógica como meio de mudar sua trajetória. A primeira parece estar baseada na concepção de que a falta de condições e de direitos garantidos expõem os jovens ao cometimento de crimes, e a socioeducação seria uma oportunidade de

“retomar” esses direitos. Já a punição aparece como uma resposta social de desaprovação da ação praticada pelo sujeito. Ela está inscrita na privação de alguns direitos, sendo principalmente cerceada a liberdade. A pedagogia dentro do sistema socioeducativo é um campo em disputa. Por um lado, o sujeito se torna alvo de técnicas disciplinares e controle do corpo²⁸, e por outro é convocado a refletir sobre sua vida e desenvolver um senso crítico sobre o mundo.

Contudo, conforme apresento em minha dissertação (VIDAL 2014), autores como Saraiva (2006) e Mendéz (2006) apontam que resquícios de uma concepção “menorista” dos jovens autores de ato infracional persistem no cotidiano do sistema socioeducativo e podem, inclusive, assumir ares de um “neomenorismo” (SARAIVA, 2006), quando concepções tutelares são mobilizadas por operadores do sistema de justiça juvenil na intenção de fazer o que imaginam ser melhor para esses adolescentes.

Entretanto, os elementos que constituem a situação juvenil no caso de uma trajetória marcada pela medida socioeducativa, exigem ainda uma maior discussão. Apresento, na sequência, algumas características e dados dos jovens em situação de medida socioeducativa, fundamentados em pesquisas que demonstram que a juventude em situação de medida socioeducativa, no Brasil, vivencia um contexto de maior risco do que o público juvenil em geral, acrescido de uma trajetória de exclusão e dificuldades para acesso a seus direitos. Essa exposição do perfil de jovens selecionados pela justiça juvenil tem como objetivo explicitar a situação juvenil dos jovens escreventes da tese.

3.3 Uma Trajetória de Riscos

A discussão sobre juventude após o ECA deriva de uma preocupação crescente fundamentada em dados que demonstram que a juventude brasileira encontra-se cada vez mais exposta a riscos sob muitos aspectos, desde o aumento da mortalidade juvenil devido à violência social e policial, o abuso e a exploração sexual, a depressão e outras questões de saúde mental,

²⁸ Ver FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

a escolarização precária, a exclusão da escola e a falta de oportunidades de trabalho e geração de renda, ou a inserção em trabalhos precários, informais e transitórios. Com a crescente percepção da fragilidade em que se encontra esse contingente populacional, muitos olhares se voltaram para a juventude, assim como alguns esforços nas políticas públicas foram realizados. Nesse contexto, o próprio Estatuto da Juventude (2013) somou-se a outras motivações, de modo que foi possível estender um pouco mais algumas proteções para esse grupo, uma vez que o ECA (1990) abrange o público até os 18 anos.

Para aprofundar a problemática da tese, destaco a escola, a maior política pública a atravessar as vidas dos jovens, e a mortalidade juvenil como aspectos de risco que têm expressivo impacto na trajetória juvenil. A escola, por ser um direito subjetivo e representar a política pública com maior abrangência para infância e juventude; e a mortalidade juvenil porque se apresenta como o risco mais extremo que a juventude brasileira vive, e cujos índices aumentam a cada ano. Além disso, como apresento abaixo, estes dois aspectos constituem marcas importantes nas trajetórias dos jovens em medidas socioeducativas.

Quando analisadas as pesquisas²⁹ sobre a escolarização, sobressai que a situação dos jovens, principalmente acima de 14 anos, é bastante complexa. Dados da Pnad demonstram que vivemos no Brasil um lento, mas significativo avanço nas últimas décadas quanto à universalização do ensino para todas as crianças e adolescentes. Censos do IBGE - Pnad 2004 a 2015³⁰ mostram que 98,2% da população de 06 a 14 anos estão matriculadas nas escolas. No entanto, na faixa etária de 15 a 17 anos, a taxa de matriculados na escola no Brasil cai para 84,2%, e no Rio Grande do Sul (RS) a taxa é ainda menor, de 83,7%. Os números de matriculados no Brasil caem ainda mais, para 30,1%, quando a faixa etária é de 18 a 24 anos. No mesmo Estado a taxa é de 31%.

Além de um percentual significativo de jovens fora da escola, os que a frequentam, em geral, vivem uma distorção quanto à idade e à série equivalente.

²⁹ Sobre as pesquisas utilizadas nesta seção sobre escolaridade e mortalidade e na tese como um todo, priorizei as realizadas entre 2010 e 2015, pois são referentes ao período em que foram produzidas a grande maioria dos documentos empíricos pesquisados nesta tese (escritas dos jovens). Desta forma, busca-se contextualizar o momento em que as escritas foram realizadas.

³⁰ Fonte: IBGE - Pnad 2004 a 2015; elaborado por MEC/Inep/DEED.

Os dados da IBGE/PNAD (2013) mostram que 41% dos jovens no Brasil, entre 13 e 16 anos, tinham distorção idade – série. Ou seja, quase metade dos jovens nessas idades não está cursando o ano que lhe corresponderia no sistema de ensino brasileiro. Segundo a mesma pesquisa, o processo de escolarização dos jovens se agrava ainda mais quando estão no meio rural, quando são negros ou pardos, quando são homens, quando provém de uma família mais pobre e, finalmente, quando estão estudando em escola pública. Esses dados nos ajudam a refletir sobre quem são os jovens que as escolas e os conselhos tutelares, assim como outras políticas públicas, estão falhando ao não conseguirem mantê-los na instituição escolar, menos ainda que avancem na sua escolarização.

No contexto das medidas socioeducativas, a escolarização dos jovens é uma das principais preocupações das equipes de trabalho. Em minha experiência de dez anos na execução de medida socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), em geral apenas metade dos jovens que acompanhava estava matriculada em escola, e dentre os matriculados, poucos realmente frequentavam a escola. Mesmo quando os jovens vinham com medidas protetivas aplicadas pelo juiz que incluía a exigência de frequência à escola, a dificuldade era imensa. Primeiro pela resistência dos jovens em voltarem à escola, e segundo porque havia também uma resistência da escola em aceitá-los.

Os dados dos jovens marcados pela medida socioeducativa em sua trajetória condizem essa impressão. Numa pesquisa realizada em 2014 junto a jovens privados de liberdade no Rio Grande do Sul (NARDI et al, 2014), constatou-se que a maioria estava entre as 5ª e 7ª séries, o que demonstra uma defasagem escolar quando observada a média de idade dos participantes. Essa defasagem pode ser explicada pelo percentual de expulsão da escola (31,5%) e, mais ainda, pela reprovação escolar (91,6%). Nas palavras dos autores:

Esses dados revelam características que já vêm sendo apontadas por diversos outros estudos, que mostram a baixa escolaridade dos adolescentes em conflito com a lei (DAVOGLIO & GAUER, 2011; GALLO & WILLIAMS, 2005; OLIVEIRA & ASSIS, 1999). Segundo relatório que avaliou a escolaridade dos adolescentes em cumprimento de medida em meio fechado no Brasil, 51% dos jovens não frequentavam a escola quando praticaram o ato infracional e metade dos internos não tinha concluído o ensino fundamental. (NARDI et al, 2014, p.122).

A FASE³¹ possui alguns dados disponíveis sobre os internos, atualizada a cada trimestre. Ao consultar as informações de 07/05/2019, constata-se que a grande maioria dos jovens (78,2%) não havia completado o ensino fundamental; boa parte estava no sexto e sétimo ano, 39,9%, mesmo que 89,7% deles tenham mais de 15 anos e o Ensino Médio seja a etapa prevista a partir dessa idade. Ou seja, a defasagem escolar tem um índice alto entre os jovens em cumprimento de medida de internação. Inclusive existem mais internos nos anos iniciais do Ensino Fundamental, 17,8%, do que no Ensino Médio, 14,2%.

Ressalto também que realizei uma busca por dados nacionais durante o período entre 2002 e 2019 sobre a escolarização dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa, mas existe pouco material sistematizado sobre o assunto. O levantamento anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), está atrasado (o último Levantamento foi publicado em 2019 e se refere ao ano de 2017³²) e é extremamente precário. Além disso, apresentam poucas informações, se restringindo aos atos infracionais, os números totais, a questão cor/raça e a mortalidade dentro das unidades, entre outros. Os dados de escolaridade estão contemplados apenas nos Levantamentos do SINASE referentes a 2013³³ e 2017, utilizando dados do censo escolar. A precarização de informações do sistema socioeducativo é uma realidade, seja no âmbito nacional, estadual ou municipal. Importa destacar, porém, que no caso do estado do Rio Grande do Sul, a FASE mantém um sistema básico de dados sistematizado e atualizado. No município de Porto Alegre, os dados sobre o meio aberto³⁴ praticamente são inexistentes e o que existe é pouco confiável, segundo conversas que tive, nos últimos anos, com funcionários da Secretária Municipal de Assistência Social de Porto Alegre que realiza algum levantamento.

Os dados expostos acima demonstram que a permanência dos jovens no sistema formal de ensino apresenta-se como um dos principais ‘nós’ na educação contemporânea. E que

³¹ Os dados estão em estado bruto, as porcentagens foram calculadas pelo autor. Fonte consultada em 15/07/2019. <http://www.fase.rs.gov.br/wp/populacao-diaria/>

³² <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf>

³³ https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/Levantamento_2013_junho2015_Verso_RestricaoPrivadaeLiberdade.pdf

³⁴ Segundo o ECA (1990) e o SINASE (2012), as medidas de meio aberto são de responsabilidades dos municípios.

algumas parcelas dessa juventude são particularmente mais afetadas pela evasão do sistema escolar, chamando a atenção para os jovens em medida socioeducativa.

Apesar do avanço na escolarização nas últimas décadas muitos jovens seguem tendo seu direito à educação negligenciado. Quando falamos em jovens que estão em medida socioeducativa, vimos que os dados são ainda mais preocupantes. Conforme constatei em minha dissertação de mestrado (VIDAL, 2014), os jovens que passaram pela socioeducação são estigmatizados como “menores infratores”, o que dificulta a sua circulação na cidade e o acesso às políticas públicas, incluindo a escola. Nesse sentido, a medida socioeducativa pode funcionar também como um movimento de ruptura do jovem com a escola, seja por ele ser internado provisoriamente³⁵, seja por uma condenação à medida de internação³⁶, ou por ser marcado pelo estigma de “infrator”.

Tanto a educação quanto a socioeducação³⁷ são desenvolvidas segundo uma perspectiva de Proteção Integral com o objetivo de formar cidadãos. No entanto, vivemos ainda sob a égide de um passado recente que segue se reproduzindo sob supostamente novos discursos e práticas. Mesmo a educação constituindo um direito público subjetivo garantido na Constituição Cidadã (1988), são esses jovens das periferias que seguem tendo seu direito negligenciado e terminam fora da escola e com baixa escolaridade.

O sociólogo Marcos Rolim, em seu livro *A formação de jovens violentos: estudo sobre a etiologia da violência extrema* (2016), pesquisa as histórias de vida de jovens com o mesmo contexto social, mas que seguiram caminhos diferentes. Um grupo cujos jovens havia cometido homicídios e estava cumprindo medida de internação na FASE; outro grupo que estava fora da vida do crime. O autor examina os marcos que diferenciam a vida dos jovens de ambos os

³⁵ A medida de internação provisória é realizada enquanto o jovem aguarda a sentença, caso o juiz veja indícios suficientes de autoria e materialidade e pode durar até 45 dias conforme Art. 108 do ECA, 1990.

³⁶ Nas medidas de internação, é prevista a garantia de escola na unidade, no entanto, no Brasil isso não é uma realidade em todos os locais. No caso da FASE existe a garantia da escola, no entanto, ela é interrompida sistematicamente por uma variedade de motivações como, falta de luz, falta de funcionários para segurança, falta de professor, além de ser excluída das atividades do jovem temporariamente como castigo ou por estar em isolamento. Ressalto que o espaço escolar fica dentro das unidades, ou seja, há uma ruptura durante alguns meses ou anos com a escola em que o jovem frequentava em sua comunidade.

³⁷ Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), de 2012.

grupos buscando entender a formação violenta de alguns, que os levam a cometer homicídio. Nas entrevistas com os jovens com identificação com a vida criminal, o autor observa que existe uma dinâmica social que exclui jovens da periferia da escola entre os 10 e 12 anos. Esses jovens aproximam-se de grupos armados e do crime organizado, obtendo uma socialização violenta e “perversa”. Segundo Rolim (2016), o jovem do sexo masculino, ao fazer parte de um grupo armado, constitui uma identidade e sente-se respeitado, visibilizado pela comunidade, obtém recurso financeiro para realizar compras de artefatos da moda, recurso esse que seus pais não têm. O autor sugere, ainda, que não há como tratar o tema da diminuição da violência extrema no Brasil, sem abordar a evasão escolar.

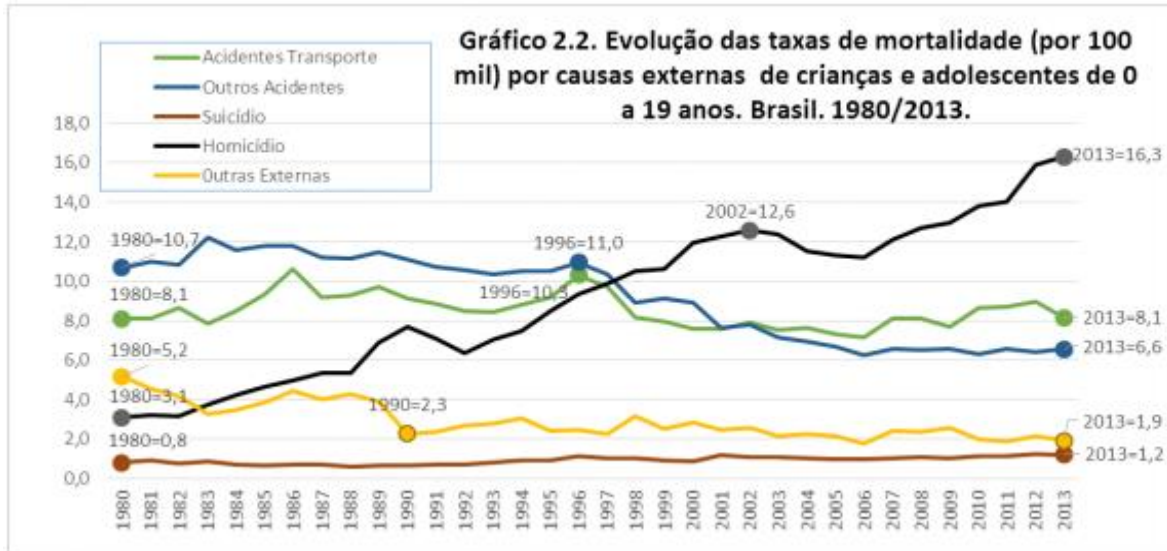
A exposição acima leva a destacar o quanto a trajetória dos jovens em situação de medida socioeducativa parece estar em conflito com a instituição escolar. Ao mesmo tempo, esse movimento errático de entrar e sair da escola, ou o seu abandono em definitivo, parece colocar essa situação juvenil numa exposição ainda maior aos riscos. Daí que a escola, mesmo com seus problemas complexos, exerce um importante papel de proteção.

Outro dado extremamente preocupante é o alto índice dos homicídios que atinge a população mais jovem. Segundo o Mapa da Violência de 2015, de autoria do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, o homicídio é a principal causa de mortes de adolescentes de 16 e 17 anos no Brasil.

Homicídios representam quase metade das causas de mortes de jovens de 16 e 17 anos no Brasil. As principais vítimas são adolescentes do sexo masculino, negros e com baixa escolaridade. Cerca de 3.749 jovens nessa faixa etária foram vítimas de homicídios em 2013, o que representa 46% dos 8.153 óbitos de pessoas com 16 e 17 anos. Os dados indicam que a cada dia foram assassinados 10,3 adolescentes no país. (WAISELFISZ, 2015, p. 136)

O estudo apresenta ainda o perfil das vítimas: 93% eram do sexo masculino e, proporcionalmente, morreram quase três vezes mais negros que brancos. Também existe uma elevada concentração de vítimas jovens com escolaridade bem inferior em relação ao conjunto da população dessa faixa etária. O principal instrumento utilizado nas agressões é a arma de fogo, presente em 81,9% dos homicídios de adolescentes de 16 anos e em 84,1% dos homicídios de 17 anos.

Figura 1 – Evolução das taxas de mortalidade (por 100 mil) por causas externas de crianças e adolescentes de 0 a 19 anos. Brasil. 1980/2013



Fonte: WAISELFISZ, 2015.

Os dados das taxas de mortalidade de crianças e adolescentes por causas externas nos mostra que, enquanto todos os outros fatores que ocasionam a morte de jovens estagnaram ou diminuíram, os homicídios aumentaram de forma espantosa e preocupante. São os homicídios que explicam integralmente o crescimento das taxas de mortalidade por causas externas. Segundo Waiselfisz (2015), é a mortalidade da faixa dos 16 e 17 anos o índice que pressiona para cima os números das causas externas. Os homicídios têm centralidade nesse contexto, representando 46% do total de óbitos de jovens no ano de 2013 – um crescimento de 372,9% em relação ao ano de 1980. No período de 1980 a 2013, as taxas de óbito (por 100 mil) por acidentes de transporte e suicídio, nessa faixa etária, cresceram 38,3% e 45,5%, respectivamente; a taxa por homicídio cresceu 496,4%. Nas palavras de Waiselfisz:

Hoje, 17 anos depois da divulgação do primeiro Mapa da Violência, em 1998, vemos com enorme preocupação que os mesmos argumentos de culpabilização são esgrimidos na tentativa de fundamentar a diminuição da maioria penal, alavancados pela fúria de certa mídia sensacionalista e pela enorme inquietação da população diante de uma realidade cotidiana cada dia mais complicada e violenta. Esquece-se, de forma intencional, que não foram os adolescentes que construíram esse mundo de violências e corrupção. Esse está sendo nosso legado. Devem ser eles a pagar a conta? (WAISELFISZ, 2015, p.140).

Ao identificar o perfil das vítimas de homicídios apresentado acima, podemos constatar que é o mesmo perfil dos jovens em medida socioeducativa. O gênero, a cor, a idade, a região em que mora, o fato de ter baixa escolaridade e de, em geral, estar em contato com organizações criminosas violentas, tudo isso pode nos levar à conclusão de que estamos falando de um público muito similar.

3.4 Juventude Selecionada pela Justiça Juvenil

Definir conceitualmente e traçar um perfil do jovem em situação de cumprimento de medida socioeducativa que é o jovem escrevente cujos registros escritos integram esta tese é o propósito desta seção.

Em primeiro lugar, para que um jovem esteja cumprindo uma medida socioeducativa é necessário que seja autor de um ato infracional e por isso tenha sido condenado pela autoridade competente após a conclusão de um processo legal. O Estatuto da Criança e do Adolescente considera ato infracional “a conduta descrita como crime ou contravenção penal” (BRASIL, 1990, art. 103). Ou seja, o jovem autor de ato infracional é aquele que comete algum crime previsto no Código Penal. O ECA, como indicado antes, é uma legislação especial para a infância e juventude até os 18 anos incompletos. Os jovens entre 12 e 18 anos incompletos são inimputáveis, embora possam ser responsabilizados de acordo com as diretrizes presentes no ECA. Nas palavras de Carmem Craidy:

O adolescente é autor de ato infracional e não criminoso. Isto significa que mesmo tendo cometido um crime, ele será avaliado (julgado) como pessoa em desenvolvimento, com direitos específicos e não simplesmente pelo ato cometido. Mesmo assim, ele deverá ser submetido ao devido processo legal com todos os direitos correspondentes ao mesmo, ou seja, direito à prova, à defesa qualificada, direito a não produzir provas contra si mesmo etc. (CRAIDY, 2014, p.34).

Condenado em primeira instância o jovem inicia o cumprimento de sua medida, mesmo que o seu processo siga para outras instâncias. O ECA prevê como medidas socioeducativas aquelas de meio aberto, que podem ser cumpridas em liberdade (como no caso da advertência, reparação do dano, prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida) e

as de meio fechado, nas quais o jovem é internado numa instituição de privação de liberdade (por um período máximo de três anos) (BRASIL, 1990, art. 112).

O jovem em cumprimento de medida socioeducativa tem como principal característica o fato de ter passado pela instituição policial, pela justiça juvenil e pelo sistema socioeducativo. Entretanto, nas diversas pesquisas sobre o tema a vivência no contexto das medidas e os dados do sistema socioeducativo divulgados mostram outras condições que aproximam esses jovens, além do fato de terem cumprido uma medida socioeducativa.

O levantamento do SINASE referente ao ano de 2015, sobre os jovens cumprindo medida de privação de liberdade no Brasil, revela que 96% do total é do sexo masculino, sendo apenas 4% feminino e 61% foram considerados negros ou pardos, enquanto o índice de brancos é de 23%, e 14% não tiveram registradas sua cor ou raça. Do total de jovens cumprindo pena, 57% têm entre 16 e 17 anos, 17% entre 14 e 15 anos e 23% dos internos têm entre 18 e 21 anos. Com 49%, os atos análogos a roubo e furto são a principal causa que leva os jovens a cumprirem medidas socioeducativas em unidades de internação. A segunda causa são infrações análogas ao tráfico de drogas, com 24%, e o homicídio é responsável por 10% dos crimes praticados (SINASE, 2018).³⁸

Um dos destaques é a insidiosa presença do gênero masculino no cumprimento da medida, o expressivo número de jovens negros ou pardos e os crimes contra o patrimônio constituírem metade dos atos infracionais. Como mencionado acima, os dados do levantamento do SINASE são precários e contribuem com poucos elementos para compreender a situação dos jovens nessa condição.

Com poucas pesquisas sobre a situação dos jovens no meio aberto, acrescento o levantamento que realizei para a dissertação junto ao banco de dados do PPSC/UFRGS sobre os 96 jovens que cumpriram medida de Prestação de Serviço à Comunidade nessa instituição, nos anos de 2009 e 2010.

O que podemos concluir deste perfil, é que os jovens selecionados pela justiça são os que habitam a periferia, vêm de famílias trabalhadoras que têm

³⁸https://www.mdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/sistema-nacional-de-medidas-socioeducativas/Levantamento_2015.pdf. Acessado pela última vez em 30/07/2019.

empregos que exigem muita força física e pouca qualificação. Mais da metade destes jovens são negros, tem escolaridade precária, estão fora da escola, têm entre 15 e 17 anos e devido a pouca idade e a pouca qualificação, tem poucas chances de empregos. Isso acaba por empurrá-los para o mercado informal ou para os bicos. Esses jovens são envolvidos pela violência e criminalidade que existe nas periferias das grandes cidades, e suas infrações à lei são, principalmente, contra a propriedade, lesões corporais e tráfico de drogas ilícitas. (VIDAL, 2014 p. 57)

Sendo assim, traços como a baixa escolarização, a exclusão da escola, o habitar as periferias urbanas, ser do gênero masculino e o fato de ter a cor/raça negra ou parda, fazem parte do contexto da grande maioria dos jovens em medida socioeducativa.

Além desses aspectos recorrentes, os jovens em cumprimento de medida sofrem uma seleção da justiça. No Brasil, o investimento em investigação policial é muito pequeno, sendo assim a grande maioria das apreensões são feitas pelo policiamento ostensivo. Esse policiamento realiza, geralmente, a abordagem de pessoas suspeitas nas ruas das grandes cidades. A partir de um estigma construído historicamente, os jovens das periferias com as características que descrevi acima são, em geral, os alvos abordados. Muitos estudos têm convergido destacando que o aprisionamento no Brasil “têm como tônica o foco da punição de jovens e negros e, ainda, crimes específicos, principalmente contra o patrimônio e relacionados ao comércio e uso de drogas” (OLIVEIRA, et. Al, 2018, p.89). Nesse sentido, existe no país uma seleção da justiça juvenil que inicia na polícia e segue durante o processo judicial. Em um artigo que publiquei em 2015, desenvolvo esse tema.

No caso do estigma do “menor infrator”, todos os jovens da periferia acabam sendo vistos como criminosos em potencial. Alguns mais, outros menos, dependendo do seu comportamento. Essa suspeição sustenta a permanência da polícia nessas regiões. O fato dela, ocasionalmente, aprisionar alguns desses jovens, sejam culpados ou não, impulsiona a necessidade de se manter a vigilância e a repressão, ao mesmo tempo que fortalece o estigma do “menor infrator”, com as características ou informações sociais idênticas às do jovem da periferia. É um ciclo por onde o poder flui e reforça tanto o estigma quanto os mecanismos de controle e vigilância por ele legitimados. (VIDAL, 2015, p. 140).

Trata-se aqui de evidenciar que não é todo jovem que comete infrações que possui essas características, assim como existem outros jovens cometendo crimes, mas que não se enquadram nessa descrição. Os jovens em cumprimento de medida socioeducativa são jovens selecionados pela polícia e pela justiça e dificilmente podemos caracterizá-los como um grupo

consistente e definitivo que comete infrações. Os jovens que cometem crimes podem ser parte de um universo maior, diversificado, e apresentar muitas outras características. Na socioeducação o que podemos definir é que os jovens em cumprimento de medida são aqueles selecionados pela justiça, inclusive porque muitos jovens que ingressaram na justiça juvenil são inocentes ou não têm o delito como uma prática sistemática. Por isso a denominação que utilizo nesta tese é aquela de jovens em medida socioeducativa ou jovens selecionados pela justiça juvenil.

Outro ponto a ser destacado é considerar o jovem em cumprimento de medida em seu contexto histórico, social e cultural, em sua situação juvenil, mas de modo a não simplificar o debate. Nas palavras de Volpi:

(...) frequentemente as concepções mais veiculadas estão ligadas a uma explicação do infrator como um reflexo das injustiças sociais e, portanto, uma vítima do sistema, ou então a prática do delito é atribuída à índole má do indivíduo, o qual deve ser submetido a um processo de recuperação e punição (...). (VOLPI, 2001, p. 58)

Insisto na necessidade de considerar o contexto, as relações, as estruturas políticas, econômicas e sociais, embora isso não signifique focalizar apenas a sociedade e negar ao jovem a capacidade de construir e influenciar a sua história. Ou seja, evitar uma discursividade que individualiza e atribui exclusivamente o ato infracional e outras marcas sobre o jovem, como se ele tivesse introduzido o delito na sociedade, mas também não reforçar o discurso do jovem como vítima, como apenas um reproduzidor das práticas sociais e culturais, tirando-lhe o seu protagonismo.

Outro cuidado relevante é não reduzir o jovem em medida socioeducativa ao seu ato infracional. Nesse sentido é importante reconhecer outros aspectos e relações de sua vida, inclusive para poder redimensionar e ressignificar o próprio delito cometido a partir dos quadros de vida do jovem.

Estar em conflito com a lei é apenas uma das dimensões desses adolescentes. Todos têm uma história única e complexa. Mas o estigma imposto parece lhes deformar, suprimir todas suas potencialidades, reduzindo-os apenas ao ato infracional. (VIDAL, 2014, p. 28)

Tatiana Yokoy de Souza (2008) aponta, a partir do relato de jovens em privação de liberdade, que as motivações para iniciar as práticas de delitos foram a condição

socioeconômica, a violência doméstica, o envolvimento com outros jovens que cometiam infrações e a ideia de predestinação ao crime. Souza (2008), Castro (2002) e Rolim (2016) destacam que os jovens que cometeram algum ato infracional, buscavam visibilidade, reconhecimento e pertencimento. Rolim (2016) analisa nas falas dos jovens a memória do crime como façanha e autoria, embora a grande maioria relate, depois de estar em privação de liberdade, essa experiência como uma ilusão e consequência de opções erradas. Nas palavras do autor:

O tema não se reduz às oportunidades de ganho fácil ou de acúmulo de bens materiais. O tráfico oferece aos jovens pobres mais do que a promessa do consumo ou da inclusão no mundo glamoroso dos carros de luxo e das mulheres encantadoras. O tráfico dá aos meninos a possibilidade da autoria, do respeito e do poder; tudo aquilo que o Estado sequer cogita como elementos de políticas públicas eficientes. (ROLIM, 2016, p. 264)

De fato, essa percepção também é compartilhada por grande parte dos profissionais que atuam no sistema socioeducativo. Lembro de muitos jovens que, ao relatarem o seu ato infracional ou outra situação de violência, geralmente ligada ao tráfico, ficavam com os olhos brilhando de emoção. As narrativas eram muitas vezes detalhadas e evocadas com excitação. A fuga dos policiais, a troca de tiros, a adrenalina do assalto, as horas de trabalho no tráfico, em todas essas histórias eles eram os grandes protagonistas, envolvidos em situações que demonstravam coragem, honra, humildade, determinação e resistência. Em uma entrevista para um documentário³⁹ que dirigi sobre socioeducação (VIDAL, et al, 2013), um dos jovens relata: “se eu sou um trabalhador, eu passo batido. O que o jovem quer é fama, é glória, é isso”. Adiante, na descrição das escritas dos jovens, identifico essa mesma narrativa de vidas infames que encontram momentos de êxito e reconhecimento.

Rolim (2016) identifica em suas entrevistas que em muitos jovens “o crime aparece como um horizonte insuperável”. Outros afirmam que não saberiam fazer outra coisa, e enxergam muitos desafios para mudar de vida, pois teriam que retomar os estudos para se

³⁹ O documentário é *Traços e Murmúrios* de 2013, com direção, roteiro e produção de Alex da Silva Vidal, Natália Chaves Bandeira e Fernando Santana. Produzido pelo Programa Interdepartamental de Práticas com Adolescentes e Jovens em conflito com a lei (PIPA), a partir do Edital PROEXT-MEC/2013.

qualificar para um emprego, o que demandaria muito investimento e tempo. Outros, ainda, se mantêm por segurança, para ficarem vivos e terem o “apoio” dos seus pares. Para aqueles que querem mudar de vida, as relações amorosas, o nascimento de um filho, são as motivações mais fortes. Em diversos registros dos documentos desta tese, os jovens escreventes referem a importância da família como apoio e motivação para a saída da vida no crime.

A violência cotidiana é outro traço da vida desses jovens. O alto índice de mortalidade juvenil está presente no dia a dia e conseqüentemente repercute na perspectiva de um futuro inseguro, juntamente com a incerteza do mercado de trabalho e inclusive quanto às dinâmicas do tráfico. Viver ou aproveitar o presente se apresenta como a alternativa mais viável. Além disso, a naturalização da morte como parte da trajetória juvenil pode provocar o sentimento de uma existência descartável. Ainda nas palavras de Rolim:

(...) as dinâmicas violentas vividas por esses jovens desde antes da adolescência produzem mortes sucessivas, um processo pelo qual descobrem que a vida, em si mesmo, pode não valer nada. Sobreviver, num lugar onde todos parecem destinados a morrer jovens, é o único desafio com sentido. (ROLIM, 2016, p. 170).

Sendo assim, a violência é um aspecto crucial que caracteriza a cultura brasileira em geral, de múltiplas formas. Nos trabalhos de Rolim (2016) e Souza (2008), no caso dos jovens em medida de internação, muitos relatam a violência doméstica e as agressões físicas e psicológicas, em geral por parte do pai, padrasto ou namorado da mãe. Segundo o autor,

Em suas múltiplas formas, a violência é, assim, uma experiência anterior ao crime para quase todos os internos. De alguma maneira, os jovens vivenciaram dinâmicas de agressão física, desrespeito e injustiça entre seus familiares em ambientes de hostilidade e tensionamento prolongados. Não apenas no núcleo familiar, mas nas relações mais amplas com outros parentes, frequentemente conectadas com o abuso do álcool. (ROLIM, 2016, p. 170)

Como mostrarei adiante, a violência faz-se muito presente nas escritas dos jovens, principalmente nas narrativas de histórias de vida, quando referem o período da infância, marcada pela pobreza, vulnerabilidade e violência, tema desenvolvido no capítulo 7.

A figura da mãe, por sua vez, é referida com muito respeito, é a provedora da casa, a pessoa na família que segue apoiando os filhos durante todo o processo judicial e o cumprimento da medida socioeducativa, a principal mediadora entre o jovem, o poder

judiciário, as técnicas da medida e a comunidade (PRIULI e MORAES, 2007). Adiante esse aspecto será mais bem discutido por suas evidências nos documentos escritos examinados nesta tese, pois as narrativas evocam a figura da mãe em distintas situações narradas pelos jovens.

Nos casos dos jovens em medida socioeducativa, há de se complexificar a sua relação com o Estado, pois os discursos de que são excluídos da sociedade e de que não têm as políticas públicas presentes, precisam ser revistos. A esse respeito, Gabriel Feltran afirma:

(...) os meninos e meninas em questão não carecem de Estado, mas ao contrário, eles o têm de sobra: na adolescência já conheceram bastante repressão policial, e até por isso possuem pastas repletas de fichas, cadastros, documentos, atestados, perfis, laudos, prontuários e perícias. Missivas oficiais, visitas de agentes estatais e audiências também lhes são conhecidas. A presença estatal, entretanto, não é exatamente garantidora de direitos: em todos esses documentos, políticas e programas, ao mesmo tempo em que se oferece oportunidades, produz-se histórias de vida típicas de tudo o que falta para que um sujeito esteja apto a desfrutar do convívio de cidadãos. (FELTRAN, 2011, p. 261)

Ou seja, na trajetória de vida dos jovens em situação de medida socioeducativa, encontramos junto a muitos uma intensa presença do Estado, seja na escola, no conselho tutelar, no posto de saúde, no CAPS, na assistência social, na polícia, nos projetos sociais de ONGs conveniadas etc. Sendo assim, existe um aparato estatal voltado à população da periferia e aos seus jovens. O que Feltran (2011) destaca, tanto quanto o fazem outras pesquisas, é como essas políticas públicas se relacionam com a juventude da periferia, em especial, os jovens em medida socioeducativa, cujas narrativas escritas são lidas e pensadas nesta tese. Com um olhar que parte do estigma “jovem infrator”, essas políticas têm em geral uma intervenção precária, de descaso, violência e desrespeito, produzindo entre o jovem e o Estado uma relação de tensão e desconfiança.

Concluo a seção apontando que ter cumprido uma medida socioeducativa é apenas um marcador, entre outros tantos, na vida de uma parcela da juventude. No entanto, como expus no desenvolvimento desse capítulo, é uma parcela específica e com características similares, que não são aleatórias. Minha intenção é, então, partindo de uma atenção às escritas dos jovens em medida socioeducativa, identificar e compreender, na singularidade de suas narrativas, como experienciam a sua condição juvenil, a presença da violência, do Estado, da família, do

trabalho, suas existências marcadas pelo encontro com a justiça juvenil, os desafios enfrentados, as saídas escolhidas e possíveis, os projetos de futuro e a relação com o passado.

3.5 Governamentalidade de Vidas Precárias

O objetivo da seção é praticar a problemática da tese movendo as questões contextuais em direção a uma discussão quanto às formas de governmentação e como elas atravessam a vida dos jovens selecionados pela justiça juvenil. Assim, apresento os conceitos de poder, norma, biopolítica (FOUCAULT, 2005), necropolítica (MBEMBE, 2016), vidas precárias (BUTLER, 2006 e 2015), direitos do homem e direitos do cidadão (AGAMBEN, 2002), que se costumam para uma discussão sobre os governmentos das populações nas sociedades modernas. O propósito é contribuir à composição de um cenário cujos mecanismos estão em constante disputa, estabelecem uma hierarquia de quais vidas são importantes e de que modo devem ser vividas.

Foucault, entre seus principais objetos de investigação, aborda os mecanismos de poder, estuda a intenção do poder concentrada nas práticas reais e efetivas, sua face externa no ponto em que está em relação direta com seu objeto, com seu campo de aplicação, em que ele produz seus efeitos reais. Para o autor o poder não é algo a ser obtido ou que se possui, mas algo que flui e circula. Estamos todos em posição de ser submetidos por ele assim como de exercê-lo. Foucault destaca que isso não quer dizer que o poder é democrático e tampouco que todos o exerçam na mesma medida. Desde que nascemos, nosso corpo é bombardeado por discursos e técnicas de poder, que nos vão produzindo enquanto sujeitos. É nesse sentido que o autor concebe os indivíduos como alvos e como sujeitos do poder. As técnicas de poder que nos produzem como sujeitos, acabamos por reproduzir, seguir e repassar. Os discursos que nos constituem, assim como o comportamento a que fomos sujeitados, nós acabamos por propagar cotidianamente (FOUCAULT, 2005, p. 35).

Assim, o poder é pensado como os atos que nos submetem a um governo, mas ao mesmo tempo, a sermos governados por uma vontade. Exatamente por essa característica de ter de convencer, para Foucault o poder não pode existir “nem estabelecer-se, nem funcionar sem uma

produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento do discurso verdadeiro” (FOUCAULT, 2005, p. 28).

Somos igualmente submetidos à verdade, no sentido de que a verdade é a norma, é o discurso verdadeiro que, ao menos em parte, decide, ele veicula, ele próprio propulsa efeitos de poder. (FOUCAULT, 2005, p.29)

As múltiplas relações de poder que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social estão ligadas aos discursos de verdade que funcionam a partir e através do poder. Esta dimensão é importante, pois é exatamente o efeito de verdade nos discursos que estabelecem uma hierarquia entre indivíduos que possibilita que a sociedade chore mais por algumas mortes do que por outras, ou ainda que alguns corpos possam ser expostos a condições vulneráveis e de risco, enquanto outros são protegidos e cuidados.

Segundo Foucault, “a norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar.” A norma é o elemento que consegue circular entre o disciplinar e o regulamentar, que se aplica tanto ao corpo individual quanto à população (FOUCAULT, 2005. p. 302).

Um dos mecanismos de poder que Foucault descreve é a biopolítica. Segundo o autor, trata-se de uma forma de governo da sociedade que apreende o seu objeto, o ser humano, enquanto multidão (FOUCAULT, 2005, p. 289). Uma das características da biopolítica, que tem no saber da estatística uma de suas principais fontes de legitimidade, é o de fazer viver. Sendo assim, políticas de governo da sociedade como vacinação, controle da natalidade, previdência social, escolarização, concessão de seguro-desemprego, políticas de polícia, estatísticas de crimes e encarceramento etc., são desenvolvidas pensando na sociedade expressa em números, assim como em um corpo social com “múltiplas cabeças”, como refere o autor. Giorgio Agamben (2002) reforça os argumentos de Foucault e segundo o autor a biopolítica é a “implicação da vida natural do homem nos mecanismos e nos cálculos do poder” (2002. p. 123). No entanto, é preciso regulamentar a vida, intervir junto à população com o objetivo de “fazer viver”, indicar o caminho de como viver. Ou seja, institui-se um certo modo de ser, prioriza-se um determinado comportamento, ou ainda, se estabelece uma norma. (FOUCAULT, 2005, p. 294).

No conjunto da costura que nós pesquisadores realizamos entre as teorias e o campo de nossas pesquisas, é importante fazer um ponto. O conceito de norma desenvolvido por Foucault mostra-se potente para refletirmos sobre os mecanismos de subjetivação dos sujeitos e como somos constantemente são “empurrados” para um modo de como viver. Os jovens escreventes desta tese vivenciam esse processo, embora o fato de terem cometido alguma ação contra a lei, os coloca muito distantes do que é concebido como norma social, e por isso são estigmatizados como desviantes, bandidos, “menores infratores” ou delinquentes, sujeitos que não apenas devem ser excluídos, mas passíveis de serem eliminados.

Agamben (2002) ilumina esse debate e argumenta que os direitos, ao mesmo tempo que podem garantir algumas liberdades, também agem como mecanismos de controle. Essa politização da vida nos mínimos aspectos, segundo o autor, produz inclusive uma relação de proximidade entre a democracia de massas e o totalitarismo. A biopolítica, então, constitui o principal ponto de aproximação entre os dois sistemas e por isso a facilidade de transição entre um e outro (AGAMBEN, 2002, p. 130).

É como se, a partir de um certo ponto, todo evento político decisivo tivesse sempre uma dupla face: os espaços, as liberdades e os direitos que os indivíduos adquirem no seu conflito com os poderes centrais simultaneamente preparam, a cada vez, uma tácita, porém crescente inscrição de suas vidas na ordem estatal, oferecendo assim uma nova e mais temível instância ao poder soberano do qual desejaria liberar-se. (AGAMBEN, 2002, p. 127).

Agamben traça uma narrativa sobre como ocorreram muitas mudanças em relação aos direitos do homem e do cidadão celebrados na Revolução Francesa e que vieram a ser vinculados ao Estado-nação moderno. Esses princípios tinham como efeito eleger algumas garantias e direitos que seriam “naturais” a todo ser humano. Entretanto, o autor identifica que, principalmente a partir dos regimes nazistas e fascistas da Europa, introduz-se um princípio “segundo o qual a cidadania era algo de que é preciso mostrar-se digno e que podia, portanto, ser sempre colocada em questionamento” (AGAMBEN, 2002, p. 139).

Nesse sentido, Agamben (2002) identifica dois fenômenos correlatos. Por um lado, os Estados-nação operam investimentos que discriminam em seu interior quem é cidadão e quais vidas estão privadas de valor político. De outro lado os direitos do homem (1789), que servem

como pressuposto dos direitos do cidadão, se separam deste e passam a ser progressivamente utilizados “com o suposto fim de representar e proteger uma vida nua que vem a encontrar-se, em proporção crescente, expulsa às margens dos Estados-nação (...)” (AGAMBEN, 2002, p. 139).

Se a biopolítica está centrada na extensão da vida, Achille Mbembe (2016) desenvolve o conceito de necropolítica e ambas são formas de governo que funcionam a partir do biopoder. Para o autor, “o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer.” Estabelece que a necropolítica tem como origem os territórios colonizados. Nesse sentido, os colonizados não fazem parte de um Estado soberano, de cidadãos em condições igualitárias, mesmo enquanto inimigos, como ressalta o autor, mas são territórios de “guerra” e “desordem”, são locais “em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos - a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da civilização” (MBEMBE, 2016, p. 133). O autor afirma ainda que essa dinâmica foi atualizada hoje, embora com algumas diferenças.

No Brasil, os escritos de Mbembe (2016) fazem muito sentido. Temos uma Estado-nação em que colonizadores, colonizados e escravizados convivem em extrema tensão. Um dos discursos que legitimam, e de alguma forma mantêm todos sob a mesma bandeira, é o de que todos são cidadãos e possuem os mesmos direitos. No entanto, outros discursos, que tem seus princípios muito semelhantes ao período colonial, fixam os territórios pobres, negros e indígenas sob diferentes suspeitas, sendo que uma delas é a de que nessas localidades não há respeito à lei. Tal discurso serve como apoio para estabelecer que os sujeitos das periferias das cidades não merecem sua cidadania.

A cidade do povo colonizado (...) é um lugar de má fama, povoado por homens de má reputação. Lá eles nascem, pouco importa onde ou como; morrem lá, não importa onde ou como. É um mundo sem espaço; os homens vivem uns sobre os outros. A cidade do colonizado é uma cidade com fome, fome de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma vila agachada, com uma cidade sobre seus joelhos. (FANON apud MBEMBE, 2016, p.135)

Judith Butler (2015) contribui com a discussão sob a perspectiva do luto. A autora vê no luto uma potência para pensar as mortes e o ciclo de violência que as produz. A autora

argumenta que a capacidade de apreender uma vida está relacionada ao fato de que essa vida seja produzida a partir de normas⁴⁰ estabelecidas que a caracterizam enquanto tal. Em seus escritos define e diferencia os conceitos de “precariedade” e “condição precária”. O primeiro fala de uma condição natural da vida, que não está de modo algum garantida. A autora concebe um mundo de relações de coexistência e interdependência, onde sempre estamos expostos ao outro. Afirma que a vida do ser humano é frágil e para ser mantida requer várias condições sociais e econômicas. Sendo assim, somos “vidas precárias” e a “precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro” (BUTLER, 2015, p. 31). Ou seja, estamos expostos às pessoas que conhecemos e que não conhecemos e esse fator constitui relações de obrigações entre as pessoas. O segundo conceito designa uma “condição politicamente induzida, na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte” (BUTLER, 2015, p. 46).

Dessa forma, alguns sujeitos estão em condições de maior exposição que outros. Os discursos que inspiram violência e estabelecem uma hierarquia em que uns são “mais humanos” que outros, legitimam ações de estados, governos e outros grupos que utilizam a morte como prática de controle. Sabe-se que a identidade marcada por uma passagem pela justiça juvenil produz um efeito negativo nas biografias dos jovens, não apenas estigmatizando esses sujeitos perante a sociedade, mas também estabelecendo-os como não merecedores da cidadania – conforme desenvolvido por Agamben (2002). E Butler acrescenta:

Essa distribuição diferencial da condição de precariedade é, a um só tempo, uma questão material e perceptual, visto que aqueles cujas vidas não são consideradas potencialmente lamentáveis e, por conseguinte, valiosas, são obrigados a suportar a carga da fome, do subemprego, da

⁴⁰ Para Butler (2015), os sujeitos são produzidos mediante normas, e as condições normativas “para a produção do sujeito produzem uma ontologia historicamente contingente, de modo que nossa própria capacidade de discernir e nomear o ser do sujeito depende de normas que facilitem esse reconhecimento” (BUTLER, 2015, p.17). Ou seja, a capacidade de se apreender uma vida está relacionada com o fato de que essa vida seja produzida a partir de normas que a caracterizam como uma vida (BUTLER, 2015, p.16). A autora destaca ainda a importância de entendermos como essas normas operam para “tornar certos sujeitos pessoas reconhecíveis e tornar outros decididamente mais difíceis de reconhecer” (BUTLER, 2015, p.20).

privação de direitos legais e da exposição diferenciada à violência e à morte (BUTLER, 2015, p. 45).

O cenário costurado nesta seção a partir dos autores acima, é de um Estado-nação onde as vidas são hierarquizadas. E através de operações referenciadas na biopolítica e na disciplina, configura-se uma sociedade com dispositivos de controle em praticamente todos os aspectos da vida. Os direitos e a legislação operam essa função de politização da vida com eficiência. Todos os dispositivos constroem uma norma a ser seguida, e quem não conseguir enquadrar-se dentro de suas fronteiras, seja pelo que pensa, deseja, ou por alguma ação realizada, ou ainda por alguma inscrição de seu corpo ou de seu comportamento, pode perder os seus direitos de cidadão. Nesse sentido, podemos entender a importância que as leis assumem no âmbito do Estado-nação e a intensificação das disputas judiciais, ou de judicialização da vida. Essa luta jurídica, seja no âmbito político-partidário, seja na ampliação de direitos coletivos ou individuais, embora possa alargar ou não as liberdades, inscrevem também a forma, os limites e os entendimentos para que elas sejam consideradas legítimas, estabelecendo, assim dispositivos de controle (que não constituem um controle absoluto).

Os jovens em conflito com a lei são sujeitos inscritos nesse cenário. Estão, em sua maioria, nas periferias urbanas, em regiões descritas por Mbembe como estados de exceção, onde inclusive as leis podem ser suspensas e se trava uma guerra por poder entre grupos armados, seja do Estado ou não. São jovens estigmatizados e expostos e sobre os quais os discursos de verdade os produzem como grandes inimigos da “sociedade de bem”, passíveis de serem violentados e matados. Vivem o desafio de estar em “condição precária”, expostos nas vielas e nas esquinas. Se a vida humana é tão precária e dependente do outro, como afirma Butler (2015), quem “estenderá a mão” ou oferecerá ajuda a um jovem negro da periferia? Quem o poupará? São jovens para os quais não é possível o luto, e de quem muitas vezes, só temos notícias por terem tido contato com o poder da polícia ou da justiça que os colhe da invisibilidade.

A marca de ter sido selecionado pela justiça nunca é apagada, nem mesmo depois da morte. Basta evocar as repercussões da mídia quando um jovem da periferia é morto. Um dos primeiros procedimentos é averiguar se ele possuía uma ficha criminal. A constatação do jovem

já ter passado pelo sistema de justiça, em geral produz um alívio social, pois caso contrário, alguém “inocente” teria sido morto. Quais vidas são lamentadas?

Jovens, que por terem se colocado em conflito com a lei, ou também por habitarem as margens do estado, são vistos como inimigos internos. Jovens que sentem de alguma forma na medida socioeducativa a oportunidade de serem reconhecidos como cidadãos.

3.6 Juventude em Medida Socioeducativa em Porto Alegre

De acordo com o exposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL,1990), uma das diretrizes da política de atenção aos direitos de crianças e adolescentes no país é a municipalização do atendimento. A municipalização está ancorada no processo de descentralização política em curso a partir da Constituição Federal (BRASIL,1988), que entende a necessidade do fortalecimento das capacidades locais, uma vez que é “no âmbito local que emergem os conflitos, as contradições e as necessidades, sendo também nele onde estão as soluções mais apropriadas” (UNICEF, 2014).

Nessa direção, o processo de municipalização das medidas socioeducativas de meio aberto ocorreu de maneira gradual no país, consolidando-se a partir das Resolução nº 119 do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA, 2006) e, posteriormente, na Lei que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (BRASIL, 2012).

O município de Porto Alegre é considerado bastante inovador nesse aspecto, tendo sido um dos primeiros a iniciar o processo de municipalização da execução das medidas socioeducativas de meio aberto. De acordo com os registros, o processo de municipalização dessas medidas teria iniciado em 1998, a partir da 3ª Vara da Infância e da Juventude, visando a descentralização e desjudicialização total das medidas até então executadas na integralidade pelo Poder Judiciário (PORTO ALEGRE, 2010).

Assim, em 2000 tem início a execução do Programa Municipal de Medidas Socioeducativas de Meio Aberto – PEMSE, idealizado por um Grupo de Trabalho composto por diferentes atores, como o Poder Judiciário e os Conselhos Municipais de Direito da Criança e do Adolescente e da Assistência Social.

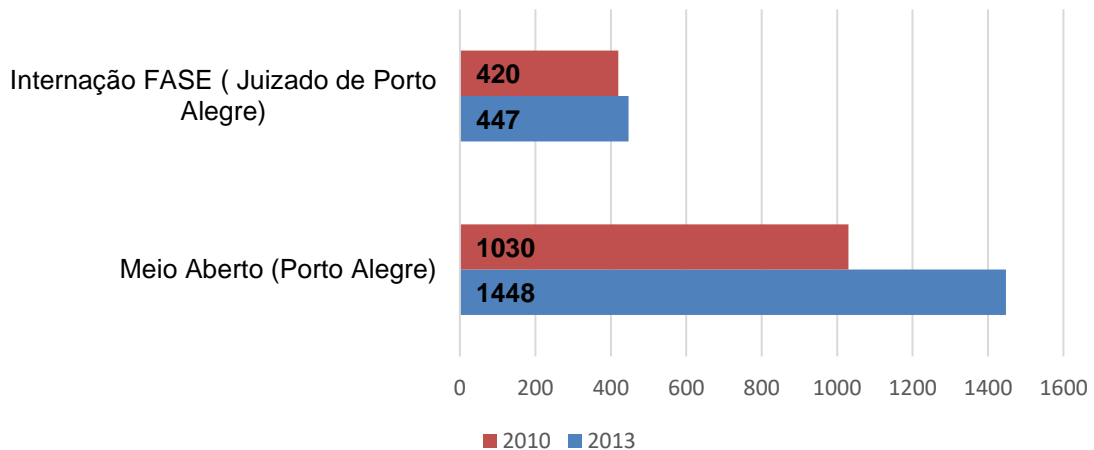
A partir de então, o PEMSE é o Programa responsável pela gestão das medidas socioeducativas de meio aberto (Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida). Além dos equipamentos de Assistência Social responsáveis pela execução do Programa nos territórios (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), o Programa também conta com a parceria de diferentes unidades para a execução das medidas de prestação de serviços à comunidade, como é o caso do PPSC/UFRGS, uma das instituições onde foram coletadas escritas de jovens, conforme mencionei antes e detalho adiante.

Simultaneamente ao processo de municipalização das medidas de meio aberto em Porto Alegre, ocorria em âmbito estadual a reestruturação do atendimento socioeducativo de meio fechado (medidas que envolvem a privação ou restrição de liberdade), com a mudança da extinta FEBEM (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor) para a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (FASE/RS), criada em 2002 (RIO GRANDE DO SUL, 2002), fundamentada nos princípios de atendimento preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente e, posteriormente, nos marcos legais do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Para a execução das medidas de semiliberdade, a Fundação conta com a parceria de instituições conveniadas. Nenhuma das escritas que compõem o corpus empírico desta tese se refere a jovens em cumprimento de medida de semiliberdade.

A tese, como referi anteriormente, recolhe e analisa escritas de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto e/ou de meio fechado em Porto Alegre. A seguir apresento alguns dados e informações sobre esses jovens no contexto do município de Porto Alegre, especialmente no que diz respeito ao momento histórico em que a maior parte das escritas analisadas foi produzida (2010 a 2015).

Em relação ao número de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, o Gráfico 1 representa o total de adolescentes em cumprimento de medidas de meio aberto em Porto Alegre nos anos 2010 e 2013, bem como o total de adolescentes pertencentes ao Juizado de Porto Alegre encaminhados para a privação de liberdade na FASE/RS no mesmo período.

Gráfico 1 -Total de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto e internação em Porto Alegre (2010 e 2013)



Fonte: Elaboração do autor com dados do Plano Municipal Decenal Socioeducativo do Município de Porto Alegre (2015) e do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (2015).

Conforme os dados acima, existe um aumento do número de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa entre os anos de 2010 e 2013. Não foi possível observar a continuação da série histórica, uma vez que o Plano Municipal apresenta dados de 2014 e o Plano Estadual, os dados de 2015. Contudo, o que se constata é uma redução de jovens em cumprimento de meio aberto (que em 2014 caiu para o total de 1225 adolescentes) e uma tendência de ampliação das medidas de internação (que em 2015 chegaram a um total de 516 para o Juizado de Porto Alegre).

Em relação aos jovens em cumprimento de medidas em meio fechado nesse mesmo período, ainda conseguimos apontar algumas informações sobre seu perfil, como a sua distribuição etária, conforme demonstra a Tabela 2, abaixo:

Tabela 1 – Distribuição da faixa etária dos adolescentes da FASE (%)

Faixa Etária	2010	2013	2015
12-14 anos	3,3%	5,8%	4,4%
15 – 17 anos	58,3%	64,0%	64,9%

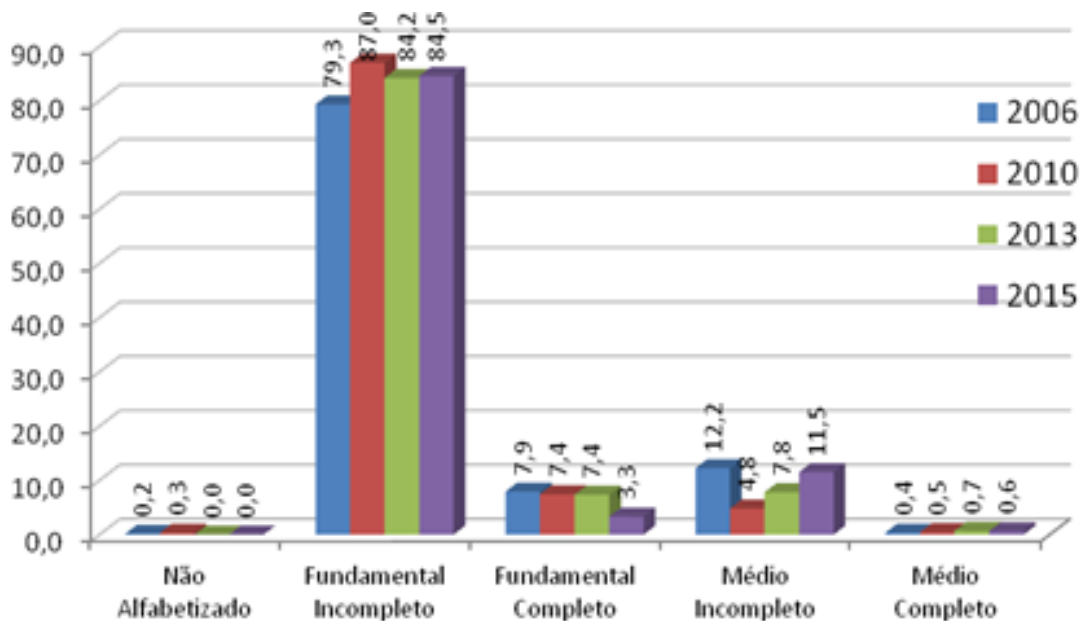
18 – 20 anos	38,3%	30,2%	30,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração do autor com dados do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (2015).

Dessa forma, podemos constatar uma maior concentração desse perfil de jovens na faixa etária dos 15 aos 17 anos, mesmo que a faixa dos 18 a 20 anos também tenha uma representação expressiva.

Ademais, é possível identificar um perfil bastante constante no que diz respeito à escolaridade dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas na FASE/RS, como demonstra o Gráfico 2, a seguir:

Gráfico 2 – Escolaridade dos adolescentes da FASE-RS (%)



Fonte: Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2015)

Como fica expresso no gráfico acima, ao longo da série histórica analisada a maioria dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa apresentavam como escolaridade o ensino fundamental incompleto. Essa informação, quando analisada juntamente aos dados da

faixa etária, apontam para a existência de altas taxas de distorção idade-ano/nível de ensino no caso desses adolescentes, uma vez que a escolaridade esperada para a faixa etária predominante na FASE (15 a 17 anos) é de Ensino Médio incompleto.

Longe de dar conta de compreender essa problemática complexa em suas intersecções com o contexto da execução de medidas socioeducativas em Porto Alegre, aqui procuro a contextualização dos dados empíricos coletados para a pesquisa.

4 CAMINHOS DO CAMPO DE PESQUISA

Minha intenção neste capítulo é narrar os caminhos percorridos pela pesquisa que embasa a tese, a exposição dos procedimentos metodológicos e a caracterização dos documentos examinados.

O corpus documental reunido, sistematizado e que fundamenta a investigação que gera esta tese é composto por 207 documentos com escritas de jovens que estavam ou já tinham cumprido medida socioeducativa em Porto Alegre. A seleção dos documentos a integrar o acervo da pesquisa foi sendo feita ao longo do processo, de acordo com os contatos realizados com instituições e pessoas que possuíam guardadas diversas escritas de jovens. Da mesma forma, a definição de critérios para delimitar o conjunto de registros escritos a ser utilizado foi sendo elaborada no mesmo movimento de reunião e decisões quanto à inclusão ou não no corpus empírico.

No contexto institucional do SINASE são poucos os momentos e lugares onde os jovens têm algum espaço para a produção de escritas. As instituições policiais ou de justiça dificilmente implementam algum procedimento que exija ou fomente a escrita dos jovens, excetuando-se alguma assinatura. Uma primeira investigação foi realizada em 2018 e início de 2019, abordando técnicos e educadores do sistema socioeducativo de modo a identificar quais os espaços possíveis de terem oportunizado experiências de escritas dos jovens. Em conversa com alguns profissionais da FASE, foi relatado que dificilmente haveria espaços assim na socioeducação de meio fechado. Uma das informações que eu possuía era de que em procedimentos disciplinares dentro da instituição, o jovem registrava, através da escrita de próprio punho, sua defesa, e, no entanto, essa prática foi negada nas primeiras sondagens. Em alguns documentos judiciais a que tive acesso, a única escrita de jovem figurava em sua assinatura.

Outra tentativa foi sondar quais eram as atividades desenvolvidas em oficinas realizadas no meio aberto. Muitos CREAS, em Porto Alegre, realizam atividades coletivas de cunho pedagógico com os jovens e em algumas oportunidades são produzidas escritas, assim como ocorria no âmbito do PPSC/UFRGS. No entanto, muito pouco restara da produção dos jovens, pois, segundo explicações apresentadas, o espaço físico era limitado e dessa forma os

materiais eram descartados periodicamente. Além disso, geralmente os jovens levavam consigo suas produções. A boa notícia, naquele momento, era que ao final da medida de meio aberto o jovem escrevia uma autoavaliação em um espaço delimitado na folha de PIA. Infelizmente, o isolamento social decorrente da pandemia de Covid-19, entre 2020 e 2021, não permitiu uma maior consulta presencial aos arquivos, tanto dos CREAS, no âmbito do meio aberto, quanto da FASE, no meio fechado.

Sendo assim, indícios de práticas de escritas no SINASE⁴¹ foram encontradas apenas aquelas realizadas no período da execução da medida socioeducativa. Mesmo assim, dificilmente encontram-se registros nas instituições que realizam a execução, e aquelas encontradas dizem respeito a projetos desenvolvidos a partir de parcerias ou em um programa interinstitucional como o PPSC/UFRGS que possuem objetivos pedagógicos e de reflexão.

Nas seções a seguir apresento os espaços que serviram como contextos de produção das escritas dos jovens, assim como de sua guarda, mesmo que inusitada, e logo em seguida exponho o caminho trilhado para obtê-las e incorporá-las como documentos da tese.

4.1 Projeto Virando A Página

Dentre os projetos desenvolvidos, um deles propiciou o registro de escritas dos jovens. Trata-se do **Projeto Virando a Página**, que consistiu em oficinas de escrita e leitura para jovens em privação de liberdade na FASE, jovens que realizavam seus estágios em algum dos setores

⁴¹ Uma primeira investigação foi realizada, em 2018 e início de 2019, abordando técnicos e educadores do sistema socioeducativo de modo a identificar quais os espaços possíveis de terem oportunizado experiências de escritas dos jovens. Em conversa com alguns profissionais da FASE, foi relatado que dificilmente haveria espaços assim na socioeducação de meio fechado. Uma das informações que eu possuía, era de que em procedimentos disciplinares dentro da instituição, o jovem registrava, através da escrita de próprio punho, sua defesa, e, no entanto, essa prática foi negada nas primeiras sondagens. Em alguns documentos judiciais a que tive acesso, a única escrita de jovem figurava em sua assinatura.

Outra tentativa foi sondar quais eram as atividades desenvolvidas em oficinas realizadas no meio aberto. Muitos CREAS, em Porto Alegre, realizam atividades coletivas de cunho pedagógico com os jovens e em algumas oportunidades eram produzidas escritas, assim como ocorria no âmbito do PPSC/UFRGS. No entanto, muito pouco restara da produção dos jovens, pois, segundo explicações apresentadas, o espaço físico era limitado, e dessa forma os materiais eram descartados periodicamente. Além disso, em geral, os jovens levavam consigo suas produções. A boa notícia, naquele momento, era que, ao final da medida de meio aberto, o jovem escrevia uma autoavaliação em um espaço delimitado na folha de PIA. Infelizmente a pandemia, entre 2020 e 2021, não permitiu uma maior investigação nos arquivos, tanto dos CREAS, no âmbito do meio aberto, quanto da FASE, no meio fechado.

do Tribunal Regional Federal da 4^o Região (TRF4). Abaixo a apresentação do convênio de estágio que consta em livros publicados a partir do projeto:

Desde 2004, o Programa de Educação pelo Trabalho (PET) do Tribunal Regional Federal da 4^o Região desenvolveu-se a partir de um convênio firmado com a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE/RS). As ações do programa, voltado aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa privativa de liberdade, visam propiciar o desenvolvimento de novas atitudes e habilidades; o incentivo à busca de informação e construção do conhecimento; a percepção da necessidade de adequação; a distinção das formas de relacionamento nos diferentes espaços pelos quais transita e a tomada de decisão frente às diversas situações da vida pessoal e social. (TELLES, 2015, p. 4)

Embora o convênio existente entre a FASE e o TRF4 tenha iniciado em 2004, o projeto Virando a Página foi realizado entre os anos de 2011 e 2017, com oficinas semanais de escrita e leitura, sendo que algumas das produções, a cada ano, compunham um livro, na forma de coletânea lançada na Feira do Livro em Porto Alegre ao final desse ano. São seis edições de livros do projeto, publicados entre 2011 e 2016, com textos livres, contos temáticos, autobiografias e poesias produzidas por jovens. A primeira edição, em 2011, conta com 40 páginas, tendo 40 textos de autoria de 12 jovens, sendo seis do gênero masculino e seis do gênero feminino. A segunda edição, em 2012, possui 46 páginas contendo 66 textos, de 24 jovens, sendo 16 do gênero masculino e 8 do gênero feminino. A terceira edição, de 2013, conta com 38 páginas, 41 textos de 15 jovens, sendo 11 do gênero masculino e 4 do gênero feminino. A quarta edição, de 2014, contém 48 páginas, com 33 textos, de 16 jovens, sendo 8 do gênero masculino, 4 do gênero feminino e 4 não identificados. A quinta edição, em 2015, contém 71 páginas, contendo 52 textos, de 13 jovens, sendo 2 do gênero masculino, 9 do gênero feminino e 2 não identificados. A sexta e última edição, ocorrida em 2016, contém 40 páginas, com 24 textos, de autoria de 9 jovens, todas do gênero feminino. Essas informações constam na tabela abaixo:

Tabela 2 - Projeto Virando a Página - Livros publicados (2011 a 2016)

ANO	Número de textos	Número páginas	AUTORIA			Total
			Gênero masc	Gênero fem	Gênero não ident.	
2011	40	40	6	6	0	12

2012	66	46	16	8	0	24
2013	41	38	11	4	0	15
2014	33	48	8	4	4	16
2015	52	71	2	9	2	13
2016	24	40	0	9	0	9

Fonte: Elaborada pelo autor.

Como se pode observar acima, durante os seis anos de desenvolvimento do projeto mais de 60 jovens tiveram oportunidade de registrar suas escritas e suas narrativas sobre suas experiências de vida e sobre a situação de jovens em medida socioeducativa.

Quanto aos temas abordados, constatei uma grande variedade nos textos, sendo que se destacam: as narrativas de inspirações autobiográficas, quando os jovens realizam uma escrita sobre suas trajetórias de vida; as escritas sobre relacionamentos amorosos, bem ou mal sucedidos; sobre as experiências no “mundo do crime”; sobre o cotidiano e os sentimentos vividos na privação de liberdade; sobre as expectativas e projetos de futuro; sobre relações familiares, violência de Estado e outros aspectos sociais; e ainda, amizades; memórias da infância e lazer.

Com isso quero mostrar que esses são documentos muito ricos, que tratam de temas heterogêneos e que fornecem uma oportunidade rara de acessar as escritas registradas pelos próprios jovens de uma forma mais livre e pessoal. Representam documentos em que podemos perceber como narram suas trajetórias, suas motivações, desafios, códigos culturais da sua situação juvenil, além de podermos identificar como outros discursos, da justiça, da mídia e toda uma carga histórica, materializada na figura do “menor infrator”, os atravessa. Espaços como do projeto Virando a Página, que aconteceram longe do território da instituição (FASE), em princípio propiciaram um contexto de escrita menos atrelado às medidas socioeducativas, e nesse sentido mobilizaram com menos imposição de força alguns temas ligados ao crime e à infração, abrindo espaços para que outros aspectos da vida pudessem ser explorados e narrados pelos jovens.

Figura 2 - Conjunto de publicações do projeto Virando a Página



Fonte: Acervo do projeto Virando a Página.

Quanto à articulação com interlocutor do projeto Virando a Página, após definir o escopo da pesquisa em torno às escritas de jovens em medida socioeducativa, como relatei anteriormente, iniciei a busca por acervos ou espaços que pudessem ter conservado registros escritos dos jovens. Conheci o Virando a Página ainda em 2013, quando trabalhava no PPSC/UFRGS. Naquele ano estive em duas oportunidades, uma com a coordenadora do PPSC, Magda Oliveira, e outra com minha colega, Jessica Freitas, para realizarmos encontros de

formação sobre educação e medida socioeducativa. Nesses momentos, pude conhecer um pouco do trabalho no TRF4. Ao lembrar desse projeto, retomei o contato no final de 2018, a partir da mediação da professora da Faculdade de Educação da UFRGS, Ana Godinho, que havia realizado um trabalho de escrita e leitura com jovens do projeto em 2017. Iniciei, então, minha aproximação com a servidora do TRF4, Camila Thomaz Telles, coordenadora do projeto Virando a Página.

Após algumas trocas de mensagens e explicações sobre minha pretensão em trabalhar com as escritas de jovens na tese, combinamos um encontro no TRF4 para nos conhecermos e podermos olhar juntos o material do projeto. O encontro aconteceu em uma tarde quente de novembro de 2018, dentro do TRF4. Ao chegar em sua sala no horário combinado, Camila me cumprimentou e logo me levou até um banco que fica no corredor, onde nos sentamos para conversar. Explicou-me, então, que o projeto Virando a Página estava “parado”, que existia naquele momento um desinteresse da instituição em prosseguir com o mesmo, e isso já há algum tempo. Relatou que se tornara difícil sustentar a permanência do trabalho, mas diante dos acontecimentos políticos daquele momento, o discurso conservador ganhara peso, e o projeto havia se tornado insustentável. Contou que sem os jovens, tem realizado um projeto de escrita e reflexão com as mulheres trabalhadoras da empresa terceirizada, que se ocupam dos serviços gerais do prédio do Tribunal.

Camila me presenteou com todos os seis livros produzidos e publicados pelo projeto. Relatou que os escritos dos jovens foram editados e organizados para publicação como livro. Nessa direção, indaguei se os materiais escritos a mão haviam sido conservados, o que me foi confirmado quanto a alguns. Expliquei que para minha pesquisa seria mais interessante poder contar com as escritas executadas como manuscritos pelos próprios jovens, mesmo com erros gramaticais, rasuras e outras intervenções que possam ter realizado no papel. Ressaltei, inclusive, que esses detalhes poderiam ser parte dos pontos a serem analisados em minha investigação. Ficamos, então, de combinar um dia em que eu pudesse manusear e fotografar as escritas.

No início do ano de 2019 encontrei Camila novamente, quando está me presenteou com três pastas de arquivo contendo as escritas originais dos jovens, realizadas nas oficinas,

inclusive com textos que não haviam sido publicados. Os documentos referem-se aos anos de 2011 a 2013. A partir dessa cedência, pude levar todo o material para casa.

4.2 Programa de Prestação de Serviço à Comunidade

A PSC é uma medida de meio aberto, onde o jovem realiza trabalhos comunitários em Unidades de Execução de Medida de PSC, que são espaços e instituições que não visam ao lucro (em geral ligadas ao Estado). A medida tem a previsão máxima de seis meses, com jornada que não pode ultrapassar oito horas semanais⁴². O trabalho comunitário é entendido como uma oportunidade educativa para reflexão do jovem, além de possuir também um aspecto punitivo, que está na obrigação do cumprimento da medida sentenciada pelo juiz. Os trabalhos realizados pelos jovens são diversos, a depender de cada Unidade de Execução (UE), embora em grande parte consista em trabalhos físicos, principalmente ligados aos serviços gerais da instituição.

As Unidades de execução são supervisionadas pelos CREAS, que também devem acompanhar o jovem em medida socioeducativa e desenvolver o seu Plano Individual de Atendimento (PIA). Conforme apresentei em minha dissertação (VIDAL, 2014), o PIA é um instrumento estabelecido pela lei do SINASE de 2012, como forma de reforçar o caráter educativo e de acompanhamento do jovem em medida socioeducativa.

O PPSC funciona como uma unidade de medida de PSC da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e caracteriza-se como programa de extensão da Universidade. Existe desde 1997 junto à Faculdade de Educação (FACED), quando a UFRGS assinou convênio com a 3ª Vara de Infância e Juventude de Porto Alegre. Com a municipalização das medidas de meio aberto⁴³, se estabeleceu o Programa Municipal de Execução de Medida Socioeducativa de Meio Aberto (PEMSE), inserido na Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) com quem o PPSC firmou novo convênio para atendimento de jovens em medida de PSC.

⁴² Segundo Art. 117 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990).

⁴³ Prevista pelo Estatuto da Criança e do adolescente (1990)

O PPSC conta com a parceria de diversos setores da UFRGS, onde os jovens cumprem a sua medida trabalhando quatro horas semanais. Dessa forma, o programa realiza a supervisão dos setores onde os jovens executam tarefas acompanhadas por um orientador da medida, função exercida por um profissional do setor. A equipe do programa é composta por professores, técnicos, estudantes de graduação e pós-graduação, sendo ainda espaço de estágios da Pedagogia, Psicologia e residência multiprofissional de Saúde Coletiva. No espaço, além do acompanhamento individual dos jovens no trabalho e políticas públicas, realizam-se oficinas socioeducativas com temáticas diversas.

Os principais objetivos do PPSC são oportunizar experiências positivas de trabalho e relações humanas; encaminhar e acompanhar os jovens às políticas públicas, conforme a necessidade; gerar na UFRGS o debate e novo olhar sobre os jovens selecionados pela justiça juvenil, violência e exclusão social; desenvolver pesquisas sobre o tema; privilegiar o aspecto educativo da medida socioeducativa (FLORES; OLIVEIRA, 2012, p. 40 e 41).

É um espaço no qual possuo um fácil acesso devido a minha trajetória profissional junto ao programa. Nesse, no decorrer dos anos de 2010 a 2018, desenvolvi os trabalhos de educador, técnico em educação e, por fim, fiz parte da coordenação compartilhada, juntamente com a técnica da Faculdade, Magda Oliveira e a professora Karine Santos. Ao me aproximar novamente do PPSC, em dezembro de 2018, me foi concedido acesso aos arquivos que possuem os prontuários de jovens que cumpriram medida. Entre os meses de dezembro de 2018 e janeiro de 2019, estive no espaço em três oportunidades olhando os materiais e arquivos que poderiam ser interessantes para a pesquisa. Muitos materiais que esperava encontrar, com escritas dos jovens produzidos em oficinas nos anos anteriores, haviam sido descartados devido a uma necessidade de espaço físico. Dessa forma, restavam guardados poucos registros remanescentes. Voltei-me, então, para os arquivos com os prontuários dos jovens que passaram pelo PPSC durante os anos de existência do programa. O único espaço para suas escritas consistia na autoavaliação, registrada no documento de conclusão da medida socioeducativa. Trata-se de documento judicial onde os jovens realizam uma autoavaliação sobre a experiência na medida. Essas escritas de autoavaliação estão marcadas pela tensão de que passam obrigatoriamente pelo judiciário, materializado na figura do juiz.

A autoavaliação faz parte do Plano Individual de Atendimento (PIA). O objetivo do desenvolvimento do PIA é realizar uma pactuação de metas da equipe técnica com o jovem e sua família. Ou seja, a intenção desse instrumento é que o jovem seja envolvido na construção do seu plano individual. O PIA é o instrumento que materializa a articulação de diferentes instituições, atores e dimensões da vida do adolescente com o objetivo de efetivar os seus direitos e promover seu desenvolvimento pessoal e social.

A responsabilidade do plano fica a cargo da equipe técnica, em geral composta pelos saberes da Assistência Social, Psicologia e Pedagogia. É dever desses profissionais estarem articulados às políticas públicas, seja para contextualizar o histórico do adolescente, traçando a sua trajetória por diferentes instituições, seja para elaborar uma rotina de atividades que leve em conta o seu desejo e seu planejamento para o futuro; e por fim, desenvolver uma rede no território do adolescente, que possa acolhê-lo de acordo com a sua necessidade e demandas.

Na etapa de conclusão da medida socioeducativa são pontuados os movimentos que a equipe técnica realizou junto ao jovem, nas mais diferentes áreas das políticas públicas. Também são realizadas as avaliações do técnico do CREAS que serve de referência e do orientador da medida de PSC acerca do jovem. Neste mesmo documento há um espaço para registro da autoavaliação pelo próprio jovem.

Além dos momentos de buscas da pesquisa em 2018 e 2019, no início de 2020 novamente estive no PPSC algumas vezes para registrar as escritas de autoavaliações e outros materiais interessantes. Junto ao arquivo havia iniciado o registro dos prontuários em ordem alfabética. No entanto, muitos não tinham o documento de conclusão, onde fica a autoavaliação, alguns porque haviam evadido da medida de PSC antes da sua conclusão e outros que concluíram, mas não constava a cópia do documento arquivado. O documento original de conclusão é enviado ao CREAS e depois ao juizado.

Durante o procedimento realizado nos arquivos do PPSC/UFRGS, ao ir abrindo e analisando os prontuários em sua ordem alfabética, inicialmente eu me concentrei em procurar os documentos de conclusão da medida, onde estavam as escritas de autoavaliação dos jovens, com o objetivo de acelerar o processo. No entanto, no sexto prontuário aberto, olhando levemente entre os papéis, encontrei a carta de um jovem, enviada enquanto estava em privação de liberdade na FASE, e dirigida para outra jovem que estava grávida e na época era

acompanhada pelo PPSC. Este fato foi de grande comemoração, pois diferente de outros documentos da pesquisa, em que os jovens ou são estimulados ou são obrigados judicialmente a escrever, no caso da carta a escrita foi produzida por uma vontade pessoal. Ou seja, tratava-se de escrita que não possui uma intervenção nem pedagógica, nem judicial; o jovem é movido por um desejo da ordem do privado. Em decorrência desse achado, passei a analisar todo o conteúdo de cada prontuário, com a esperança de encontrar outras escritas interessantes para a pesquisa. Foram encontradas quatro cartas e outras escritas realizadas em oficinas, manuscritas pelos próprios jovens, que foram integradas ao conjunto total de 207 documentos que constituem o corpus empírico da tese.

Infelizmente, devido ao início da pandemia mundial provocada pelo COVID-19, a necessidade de distanciamento social e o fechamento da UFRGS, não foi possível concluir a busca pelas autoavaliações e outros materiais no arquivo do PPSC. Da mesma forma, a pandemia inviabilizou a busca por registros de escritas de jovens em medida em outros espaços que haviam sido sondados, como os CREAS.

4.3 Projeto Abrindo Caminhos

O projeto Abrindo Caminhos iniciou em 2003 a partir de uma grande articulação da Faculdade de Psicologia da UFRGS com a Procuradoria da República do Rio Grande do Sul (PR/RS), a FASE e o PEMSE/FASC. A Procuradoria estabeleceu um convênio com a FASE, que executa medidas de meio fechado, e com o PEMSE, que executa medidas de meio aberto em Porto Alegre, oferecendo vagas de trabalho educativo⁴⁴ para jovens em medida socioeducativa. Os jovens trabalhariam nos setores da Procuradoria. Dessa forma, foi realizado um pedido ao Departamento de Psicologia Social e Institucional da UFRGS para que fizesse uma assessoria ao projeto. Uma equipe de extensão, coordenada pela professora Gislei Lazzarotto, que já possuía experiência com projeto semelhante, assumiu as negociações e

⁴⁴ De acordo com o ECA, artigo 68 § 1º, “o trabalho educativo se refere a uma atividade na qual privilegia-se o aspecto de aprendizagem e o desenvolvimento pessoal e social sobre o aspecto produtivo, mesmo quando haja remuneração pelo trabalho efetuado.”

elaborou o projeto de extensão intitulado “Abrindo Caminhos”, que mais tarde tornou-se um Programa de Extensão e desenvolveu as ações do projeto (LAZZAROTTO, 2009).

Fernanda Bocco, que trabalhou e utilizou o programa como campo de sua tese, descreve o perfil das vagas oferecidas aos jovens em medida socioeducativa.

As vagas oferecidas aos jovens estão condicionadas ao cumprimento de alguns requisitos definidos no início do Abrindo Caminhos pela própria PR/RS e são utilizados pelas unidades ou pelos técnicos ao fazerem a seleção dos candidatos: a) ter entre 16 e 18 anos incompletos, b) estar cursando no mínimo a quinta série do ensino fundamental, c) ter disponibilidade no turno da tarde e d) conciliar período de cumprimento da medida e a data de finalização de estágio (para evitar de o jovem ser desligado da internação antes do término do estágio e não poder continuar até o final). (BOCCO, 2006, p. 28)

A atuação da equipe da psicologia, formada pela estagiária no local, por bolsistas de extensão e pela professora orientadora acontecia em muitos âmbitos, como discussões com as instituições envolvidas para qualificação das ações, encontros coletivos semanais com os jovens, oferta de espaços de escuta individual, acompanhamentos e encaminhamentos a outras políticas. O projeto teve a duração de seis anos, tendo sido finalizado em 2009 (BOCCO, 2006).

Acerca da articulação com interlocutor do campo, registro que não conheci diretamente o programa Abrindo Caminhos, pois quando iniciei meu trabalho no campo da socioeducação, ele já havia sido concluído. Mas fui influenciado pelas ações desenvolvidas principalmente a partir do trabalho junto a professora Gislei Lazzarotto e o projeto de extensão Estudos e Ações em Políticas de Subjetivar e Inventar - Estação PSI, que manteve uma parceria com o PPSC/UFRGS. O encontro entre a expertise dessas duas ações e os campos de saber representados (Psicologia Social e Educação) produziu muitas reflexões e invenções nas formas de acompanhar jovens em medida socioeducativa e intervir nas políticas públicas.

Algumas escritas de jovens que integraram o projeto Abrindo Caminhos chegaram a mim de forma um tanto inusitada. Sendo referência na área da socioeducação e políticas públicas para juventude, convidei a professora Gislei Lazzarotto para ser membro de minha banca de qualificação do projeto de tese. Após o processo de qualificação, em junho de 2019, ela me presenteou com escritas de jovens realizadas no âmbito do projeto, que ela tinha guardadas e que me cedeu para que fizesse cópia. Dessa forma, obtive mais vinte documentos que passaram a integrar o corpus documental da tese.

4.4 Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande Do Sul (FASE)

A instituição, que desde 1969 denominava-se Fundação do Bem-Estar do Menor (Febem), sob inspiração do Código de Menores, mudou de nome no ano de 2002 para Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE), como parte de um processo de adequação e consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A FASE é a instituição pública responsável pela execução de medidas socioeducativas do meio fechado: internação e semiliberdade. Segundo o ECA, enquanto as medidas de meio aberto são de responsabilidade dos municípios, as medidas de meio fechado estão sob a gestão dos governos estaduais. Dessa forma, a instituição possui treze unidades socioeducativas em todo o Estado, sendo que seis⁴⁵ delas se situam em Porto Alegre.

Minha relação com a FASE inicia em torno de 2011 quando trabalhava no PPSC/UFRGS. Durante muitos anos realizei visitas ou acompanhamentos de jovens, que depois de passarem pelo Programa, em medida de PSC, ao reincidirem em atos infracionais passavam a cumprir medida no meio fechado e, portanto, na FASE. Essa é uma prática do PPSC que mantém o acompanhamento, caso fosse desejo do jovem, mesmo quando este encontra-se em cumprimento de outra medida. Dessa forma, principalmente em períodos em que realizava algum Acompanhamento Juvenil (AJ), com algum jovem em medida de internação, frequentava a FASE semanalmente, desenvolvendo relações com muitos técnicos e socioeducadores da instituição. Outra ação que realizei, entre 2014 e 2017, que me colocou em contato direto com a instituição, foi o trabalho no G10 – Assessoria à Juventude Criminalizada⁴⁶, grupo do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU) da UFRGS. Este grupo, caracterizado como ação de extensão da universidade, realiza a defesa de jovens na justiça juvenil e acompanha a medida

⁴⁵ São elas: Centro de Atendimento Socioeducativo Regional de Porto Alegre I (POA I); Centro de Atendimento Socioeducativo Regional de Porto Alegre II (POA II); CASE PC - Centro de Atendimento Socioeducativo Padre Cacique (situado na capital, mas atende jovens da região metropolitana); CASEF - Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino (CASEF); Centro de Internação Provisória Carlos Santos (CIPCS) ; Comunidade Socioeducativa (CSE – unidade para jovens maiores de 18 anos e casos mais agravados).

⁴⁶ O G10 é um projeto de extensão que atua na defesa de adolescentes selecionados pelo sistema penal juvenil desde 2011.

socioeducativa de modo a promover o interesse dos jovens e das famílias na construção do PIA. A partir desse trabalho, realizei visitas sistemáticas aos jovens acompanhados, bem como reuniões com as equipes técnicas da FASE.

Durante o ano de 2018 entrei em contato com duas técnicas da FASE e consultei-as sobre documentos da instituição em que poderiam constar escritas de jovens em medida socioeducativa. Elas responderam não lembrar de nenhum em particular, mas que alguns escreviam muitas cartas a serem enviadas para fora da instituição. Também procurei alguns colegas advogados a quem dirigi a mesma pergunta, e estes informaram que a única escrita dos jovens nos processos e documentos da medida socioeducativa de internação eram suas assinaturas. No caso do meio aberto há o espaço da autoavaliação, mas é a única exceção. De posse dessas informações, desisti de levar adiante a investigação contemplando escritas de jovens na FASE.

No entanto, no final do ano de 2021, realizei um levantamento nos arquivos da FASE para a pesquisa *Mortalidade Juvenil em Porto Alegre*⁴⁷ e, após alguns dias explorando prontuários antigos de jovens, encontrei em dois deles documentos de autoavaliação escritos à mão por jovens. Provavelmente tenha sido uma metodologia adotada durante algum período breve (o prontuário referido é de 2016) e inclusive restrito a alguma unidade. Ao analisar o documento identifiquei que a autoavaliação fazia parte do PIA e, no entanto, diferente de como ocorre no meio aberto, quando o jovem produz a escrita com o término da medida, nesses casos acontecia antes da reavaliação realizada pelo juiz de execução. Dessa forma, selecionei cinco autoavaliações encontradas, sendo quatro do meio fechado e uma do meio aberto, que passaram a integrar o corpus da tese.

Uma vez apresentados os espaços onde identifiquei e recolhi escritas de jovens, em alguns casos quase subtraídas ao esquecimento, e após ter contextualizado as condições de produção e enunciação dessas escritas, na próxima seção passo a descrever pormenorizadamente os documentos reunidos.

⁴⁷ Pesquisa referida anteriormente organizada por Giovane Scherer que deu origem ao livro: *Juvenicídio, território e políticas públicas: rastros de sangue na cidade de Porto Alegre* em 2022.

4.5 Documentos diversos, palavras que insistem em ser acolhidas

Toda pesquisa é um recorte, seleciona documentos que considera relevantes para análise, descarta outros por exclusão ou por não os abarcar. Com esta tese não é diferente, o campo empírico não se resume aos 207 documentos que ao final do processo de pesquisa foram efetivamente selecionados. Mostrou-se mais extenso a partir da reunião de diversos materiais que, contudo, a partir de alguns critérios formulados ao longo dos percursos de aproximação e estudo, nortearam as escolhas das instituições, projetos e registros escritos incluídos para análise.

O design de toda investigação implica algumas decisões coerentes com o problema de pesquisa definido, o que repercute também na seleção da documentação. Uma vez definida a escolha pelas escritas de jovens em medida socioeducativa, mostrou-se importante conhecer a história do grupo de jovens que produziu as escritas, inclusive para delimitar os tempos e os territórios a que pertenciam quando da realização dessas escritas. Mostrou-se importante restringir a documentação a determinadas tipologias, acompanhando os achados, como cartas, documentos oficiais, relatos autobiográficos etc. Ou seja, como sugere Petrucci (2000), é preciso determinar a unidade de território, o tempo e a materialidade a ser selecionada, de acordo com a investigação que se pretende empreender.

Os principais critérios definidos para a seleção nesta tese foram: que os documentos se caracterizassem como escritas de jovens em medida socioeducativa; que fossem produzidos dentro da vigência do ECA como marco legal, realizados em Porto Alegre como limite territorial; produzidos com a menor intervenção possível de pessoas externas à escrita, seja editores ou corretores ortográficos, além da priorização de escritas narrativas e manuscritas. Abaixo, justifico as motivações para utilização destes critérios.

Primeiramente o objetivo da pesquisa é a compreensão de como os jovens em medida socioeducativa narram a si mesmos em suas escritas, e desse modo o primeiro critério é o que produz a possibilidade desta tese. A exigência de que a escrita tenha sido realizada a partir da implementação do ECA tem como principal argumento a mudança na concepção e execução das ações do Estado em relação aos jovens que praticam algum ato infracional.

Dessa forma, misturar documentos do período atual, baseado na Doutrina da Proteção Integral, com aqueles do período da Doutrina da Situação Irregular poderia causar prejuízo à interpretação e análise das escritas. Os períodos da vigência do ECA ou do Código de Menores são diferentes, não apenas devido à legislação voltada à criança e ao adolescente, mas como tempo histórico no Brasil, com diferenças no âmbito político, econômico, social e cultural. Assim, o recorte temporal é decisivo para uma efetiva aproximação ao contexto histórico experienciado pelos jovens em medida socioeducativa, escreventes dos documentos aqui examinados.

A definição de um critério territorial tem um objetivo semelhante ao recorte temporal. Da mesma forma que o contexto definido pelo tratamento conferido aos jovens pelo Estado em relação à prática de algum ato infracional antes e depois do ECA, as medidas socioeducativas também sofrem uma variação contextual a partir da região onde são executadas⁴⁸. Mesmo com a busca de uma padronização após o estabelecimento da lei do SINASE (2012), as medidas socioeducativas têm algumas especificidades de acordo com o território onde são aplicadas.

Além disso, existem também diferentes realidades vividas por jovens no lugar em que estão inseridos. Há algumas diferenças na experiência de jovens das regiões sul e norte, por exemplo, diferenças para aqueles das capitais, regiões metropolitanas ou do interior. Diferenças dos jovens que vivem no litoral face àqueles que estão em florestas, campos ou regiões de fronteira. Diferenças de jovens que vivem no contexto urbano, dos que moram no campo em comunidades indígenas, ribeirinhas ou quilombolas. Dessa forma, a opção por delimitar a cidade de Porto Alegre como território tem como intenção estabelecer os limites da pesquisa, reconhecendo a impossibilidade de abranger todas as diferenças socioculturais da juventude brasileira.

Mais ainda, forçoso é reconhecer que em um mesmo território, ainda assim não significa que exista uma homogeneidade na cultura juvenil da capital, e, ao contrário, aí também reside uma grande diversidade. Contudo, a delimitação do território permite uma maior aproximação da realidade dos sujeitos da pesquisa e dos contextos institucionais em que houve espaço para a produção de narrativas escritas. Importa destacar que a investigação foi realizada

⁴⁸ Conforme Levantamento do SINASE 2020.

circunscrevendo as escritas de jovens em medida socioeducativa, o que restringiu ainda mais o campo empírico.

Quanto à definição do critério de busca por escritas de jovens em que houvesse pouca ou nenhuma intervenção externa no texto, o objetivo foi apreender as narrativas mais próximas daquelas concebidas e elaboradas pelos próprios jovens. Essa decisão excluiu do corpus a ser analisado os livros que havia reunido com publicações de jovens em medida socioeducativa do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (também pela questão territorial). Nesse sentido, ao invés de trabalhar com as seis publicações dos livros do projeto Virando a Página, por exemplo, decidi me concentrar nas primeiras versões das escritas realizadas pelos jovens (algumas escritas possuíam de duas a quatro versões nas quais o texto ia sendo trabalhado para publicação), ainda sem tanta intervenção dos educadores ou editores. No entanto, este critério não resultou absoluto, pois inseri no conjunto a ser analisado alguns documentos que já haviam sofrido a intervenção de educadores, uma vez que observei a riqueza do material para a pesquisa.

Dessa forma, priorizei os rastros de escritas dos jovens não apenas quanto ao conteúdo, mas considerando também sua materialidade, ou seja, o suporte e a grafia como indícios que podem dizer muito sobre o sujeito e o contexto em que as escritas foram produzidas.

Sobre o critério de que as escritas escolhidas constituíssem escritas narrativas, a intenção da pesquisa consistiu em analisar como os jovens em medida socioeducativa contam suas vidas, quais eventos destacam, que sentidos expressam etc. Por isso o gênero narrativo foi priorizado, sendo excluídos documentos com exercícios ortográficos, exercícios de redação, questionários de literatura, alguns desenhos e poesias. Só foram incluídas no corpus de análise as produções em que os jovens, de alguma forma, escrevem sobre si, principalmente, mas não exclusivamente, como gênero narrativo.

Diante desses critérios o corpus da pesquisa é composto por 207 documentos com escritas de jovens enquanto cumpriam medida socioeducativa em Porto Alegre, produzidos entre os anos de 2002 e 2020. Os documentos têm como contexto de produção quatro instituições e projetos relacionados ao sistema socioeducativo, e foram por mim categorizados em oito tipologias diferentes, conforme a tabela abaixo.

Tabela 3 - Levantamento de registros escritos de jovens - Tipos de Documentos identificados

Origem	Auto-avaliação	Redação	Carta	Desenho	Letra de Música	Poema	Quest	TOTAL
PPSC	38	12	4	1	0	0	8	63
MP	0	7	12	0	1	0	0	20
VP	0	102	1	3	2	4	7	119
FASE	5	0	0	0	0	0	0	5
TOTAL	43	121	17	4	3	4	15	207

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme a tabela acima, percebe-se que pouco mais da metade (119) dos documentos da tese provém do projeto Virando a Página do TRF4, principalmente devido à especificidade quanto a abrir espaço e estimular a escrita dos jovens que realizavam estágio, em convênio com a FASE, com a possibilidade de publicação. De acordo com o que já expus até aqui, uma das organizadoras do projeto conservou guardados os manuscritos produzidos pelos jovens nas oficinas dos anos de 2011 até 2013, representando um volume de documentos importante.

A tabela 4 informa, ainda, que do PPSC/UFRGS são 63 documentos, em torno de um quarto do total do corpus. Mais da metade dos documentos fornecidos pelo Programa são autoavaliações de medida de PSC, devido à sua função como unidade de medida socioeducativa. No entanto, também foram encontradas nesse arquivo quatro cartas e outras escritas das oficinas socioeducativas realizadas e ambas interessaram esta pesquisa.

Do projeto Abrindo Caminhos, realizados no MP, são 20 documentos, sendo que 12 deles consistem em cartas e os outros são escritas narrativas realizadas em oficinas. Os documentos são cópias guardadas também por uma das coordenadoras do projeto. Da FASE são apenas cinco documentos, todos autoavaliações, sendo apenas quatro realizadas durante o cumprimento de medida de internação e uma em medida de PSC.

4.6 Instrumentos Metodológicos

Para a abordagem do corpus empírico me vali de dois instrumentos metodológicos principais para caracterização e análise dos documentos. Eles foram confeccionados nos movimentos da própria pesquisa, não tendo adotado instrumentos elaborados em outros estudos ou por outros pesquisadores. São dois instrumentos, a saber: a Planilha de Caracterização de Documentos (desdobrada em duas, como explico adiante) e o Diário de Campo. A Planilha tem como foco principal as características materiais e de conteúdo do documento, além de uma perspectiva de conjunto do corpus empírico. O Diário de Campo consiste em um diário de leitura dos documentos, elaborado em caderno pautado, com reflexões manuscritas do pesquisador e tem o objetivo de registrar as reflexões sobre cada escrita dos jovens, de modo a elaborar uma perspectiva singular.

A seguir, são apresentados detalhadamente e exponho como os elaborei, suas possibilidades de geração de dados e como se articulam aos objetivos da pesquisa. Primeiramente apresento a Planilha e, na sequência, o Diário. Os dados gerados, as constatações de conjunto e as análises são apresentadas no capítulo seguinte.

4.6.1 Planilha de Caracterização de Documentos

A Planilha de Caracterização de Documentos foi desenvolvida como um recurso de organização dos achados, um instrumento metodológico que possibilita gerar dados quantitativos para abordar os registros escritos dos jovens de forma conjunta. Essa dimensão quantitativa consiste em contabilizar as recorrências das categorias construídas ao longo da investigação. As características contabilizadas apresentam indícios tanto sobre quais as práticas escritas de jovens em cumprimento de medida socioeducativa quanto sobre os temas abordados, sobre a escolarização dos jovens, as competências de uso da escrita, os suportes utilizados.

Para elaborá-la, fiz uso de uma planilha gerada no Microsoft Excel, onde os documentos foram numerados, catalogados e caracterizados de acordo com seis dimensões: Ano do Documento; Tipo de Documento; Conteúdo/s do Documento; Forma do Documento; Materialidade do Documento e o Perfil do Escrevente. Foram registrados 164 documentos nesse instrumento, dentre o total de 207, uma vez que os demais foram inseridos na Planilha de Caracterização da Autoavaliação, como explico adiante. Desse modo, a Planilha está composta pela maior parte do corpus empírico.

O processo para caracterização de cada documento na Planilha seguiu a seguinte ordem: leitura do documento; atribuição de um código (composição de uma abreviação respectiva à origem⁴⁹ e número de acordo com a ordem de leitura)⁵⁰; caracterização segundo as seis dimensões da planilha, tendo como referência seu código; captura de imagem do documento com uma câmera de celular⁵¹; nomeação da foto de acordo com o código respectivo e armazenamento em pasta no Dropbox. Vale reforçar que a sistematização dos achados a partir da Planilha oportuniza uma imersão nos documentos e evidencia seus diferentes aspectos de forma mais detalhada. Dessa forma, além de uma análise a partir das classificações segundo as categorias construídas e seus cruzamentos, das constatações de regularidades e singularidades, esses movimentos oferecem uma descrição mais exaustiva dos documentos em seu conjunto.

Outra observação importante é que a Planilha concerne aos documentos reunidos como campo empírico da tese, não sendo necessariamente um apanhado de todas as escritas de jovens em medida socioeducativa de modo geral. A investigação realizada para a tese reuniu um conjunto documental delimitado, contudo expressivo em termos de pistas acerca dessas práticas de escrita no âmbito da socioeducação em Porto Alegre, num tempo também circunscrito. Desse modo, não foram levadas em conta escritas de outras cidades ou estados para fins comparativos ou exemplares de uma determinada região.

Ressalto, ainda, que a tese se concentra nessas escritas de si produzidas em diferentes situações por jovens em medida socioeducativa, sem que, como pesquisador, tenha realizado qualquer tipo de grupo de controle com jovens que não estivessem cumprindo medida socioeducativa para demarcar fronteiras ou comparar práticas de diferentes grupos. Tais foram as opções definidas de acordo com os objetivos da tese, o seu tempo de realização e o design metodológico escolhido.

Durante a classificação dos documentos, identifiquei a necessidade de elaboração de duas planilhas distintas, ou seja, de desdobrar a planilha inicial em duas. A primeira delas, *Planilha de Caracterização de Documentos* volta-se às escritas de si que podemos caracterizar

⁴⁹ As origens poderiam ser, Virando a Página, PPSC, FASE e Abrindo Caminhos.

⁵⁰ Exemplo de código: VA10 – documento do projeto Virando a Página (VA) e décimo abordado.

⁵¹ Essa etapa não ocorreu com os documentos do PPSC e da FASE, pois as fotos foram tiradas no local.

como “mais livres”, segundo a própria narrativa, realizadas em oficinas pedagógicas ou nas cartas. A segunda, *Planilha de Caracterização de Autoavaliação*⁵² tem como escopo as autoavaliações, escritas de si efetuadas de forma oficial e protocolar no contexto do sistema socioeducativo. Em muitos aspectos a classificação dos documentos é a mesma para os dois conjuntos, principalmente quanto à grafia, materialidade do documento, perfil do escrevente e forma da escrita. A diferença fundamental reside na caracterização do conteúdo, pois suas características, objetivos e contextos apresentam-se muito distintos. Assim, as escritas nas autoavaliações poderiam repercutir em uma espécie de desvio muito significativo, principalmente na análise das regularidades dos conteúdos. Dessa forma, foi necessário utilizar categorias diferentes para classificar o conteúdo das escritas, sendo mais elucidativa para fins da pesquisa a distinção em duas planilhas.

As dimensões sobre o Tipo de Documento, Conteúdo do Documento e Forma do Documento possuem uma exploração muito mais detalhada devido ao principal interesse desta pesquisa em analisar como os jovens em medida narram ou escrevem sobre si. Dessa forma, estas três dimensões trazem contribuições mais interessantes para esse objetivo. No entanto, isso não significa que as outras dimensões não sejam expressivas, apenas que devido aos objetivos e a necessidade de priorizar alguns aspectos dos documentos em relação a outros, elas servem como apoio e contextualização para entendermos mais sobre os sujeitos escreventes e suas práticas de escrita.

Dentre os 164 documentos referidos acima, 19 serão considerados nas contabilidades realizadas, embora não estejam detalhados especificamente, nem analisados em separado. Tais documentos consistem em quatro poesias e 15 questionários, que foram considerados na primeira rodada de caracterização do corpus, permanecem na Planilha, mas numa segunda rodada, quando foram detalhados os tipos e categorias construídas, além da utilização do Diário de Campo, decidi que esses documentos não seriam incluídos na análise devido à especificidade e o recorte da pesquisa, além do tempo necessário para elaboração da tese.

Como anunciei anteriormente, no capítulo seguinte, são apresentados pormenorizadamente, desdobrados e interpretados os achados, gerados a partir dos dados das

⁵² A Planilha de Caracterização de Autoavaliação é abordada especificamente no capítulo 7.

duas planilhas, em especial a partir das dimensões observadas - Ano do Documento; Tipo de Documento; Conteúdo/s; Forma do Documento; Materialidade e Perfil do Escrevente - de acordo com a ordem de sua inserção. Na sequência, apresento o Diário de Campo elaborado ao longo da investigação.

4.6.2 Diário de Campo

O Diário de Campo é um instrumento de registro escrito, mas igualmente de leitura. Como registro escrito, metodicamente como pesquisador, anotei sob forma manuscrita as reflexões e insights que me foram suscitados no decorrer da leitura de cada registro escrito dos jovens. Para o Diário, exercitei um olhar mais demorado sobre cada documento e a apreensão de detalhes, por vezes quase imperceptíveis. Como exercício de leitura, ou releitura, pude revisitá-lo diversas vezes, nas quais me deparava com meus próprios registros e formulava as análises qualitativas da tese.

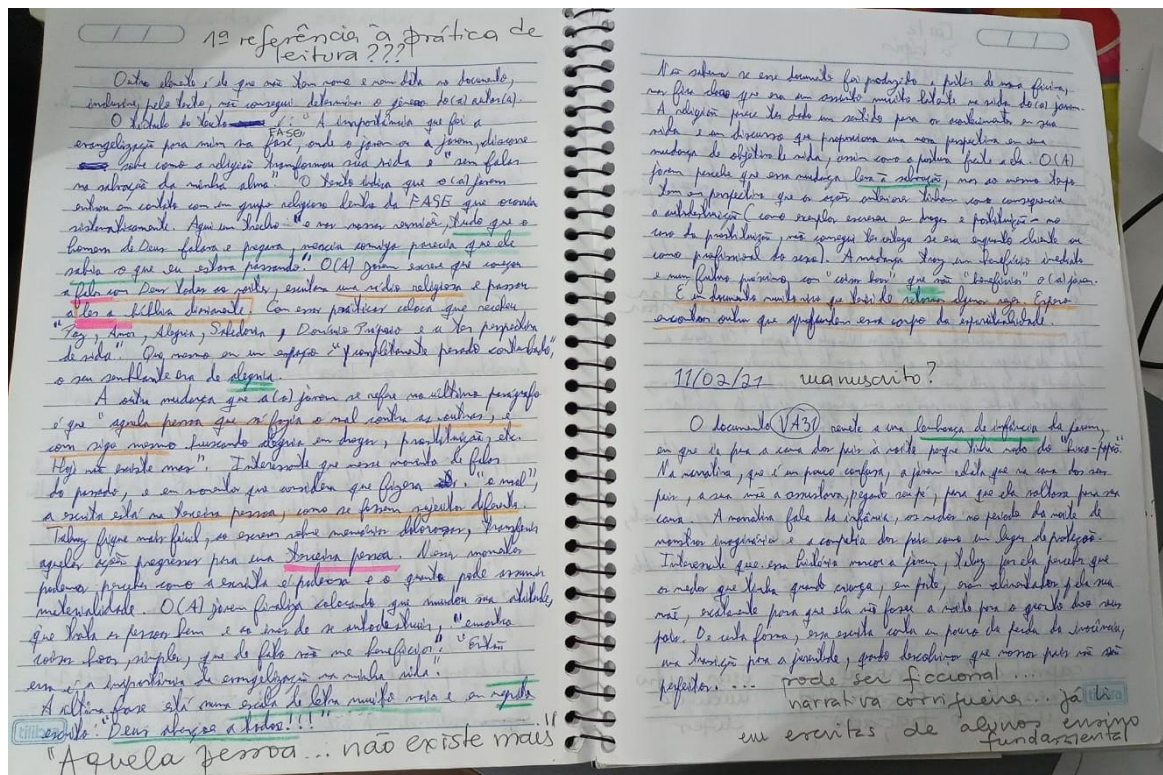
Assim, enquanto a Planilha de Caracterização possibilitou um olhar quantitativo e para as características do conjunto, o Diário de Campo mostrou-se um procedimento que singulariza cada documento, oferece um guia de leitura e reflexão sobre cada uma das escritas dos jovens. A escrita do diário constrói uma narrativa do pesquisador sobre a experiência de leitura dos documentos. Segundo Farge (2009), tanto o manuseio do arquivo vivo, quanto a cópia ou anotações a mão, são como “gestos de artesão”, que ajudam na aproximação com o documento e a descobrir seu sentido (FARGE, 2009, p. 223).

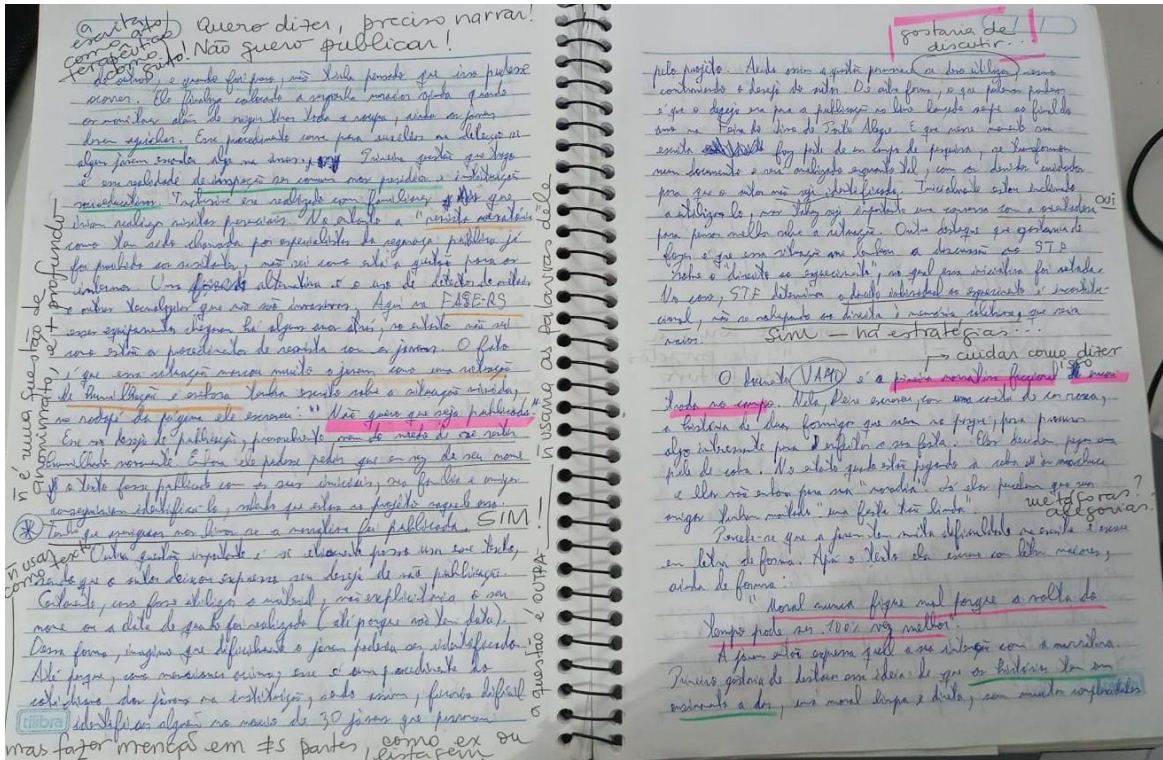
O Diário de Campo foi escrito a caneta em um caderno de 80 folhas com formato de 200mm x 275mm. No procedimento para a escrita no Diário de Campo o fluxo seguia, em geral, a seguinte ordem: registro da data; realização de uma primeira leitura do documento; registro do código do documento; acréscimo de informações materiais do documento (data, suporte, nome e contexto); realização de uma segunda leitura, mais atenta aos detalhes, com registros simultâneos no diário de um resumo sobre o conteúdo, ressaltando detalhes que chamaram a atenção; e por fim, uma breve apreciação do conteúdo, com impressões acerca do documento, interpretações e destaques.

Outro aspecto da composição do Diário consiste na interlocução que ocorreu, através da leitura compartilhada e da escrita, entre o pesquisador e sua orientadora. De tempos em

tempos, durante o período da pandemia, o caderno era enviado para a orientadora que fez uso das margens das páginas, anexou bilhetes de papel ou marcações com caneta salientadora em passagens dos registros manuscritos, de modo a ressaltar suas impressões sobre o conteúdo. Isso permitiu uma maior ruminação do pesquisador sobre seu diário após as releituras e discussões mais demoradas sobre os documentos. Abaixo reproduzo imagens do Diário de Campo.

Figura 3 - Demonstração dos Diários de Campo





Fonte: Arquivo do Autor

O Diário de Campo também foi utilizado como um mapa de memória por seu caráter narrativo dos documentos. Durante a análise, após a seleção dos documentos, em geral a partir da Planilha, utilizando os códigos era possível encontrar de forma célere os documentos a serem utilizados. A leitura do Diário possibilitou uma rememoração do conteúdo das escritas dos jovens e seus aspectos principais, muitas vezes não sendo necessário recorrer diretamente ao documento. Além disso, permitiu uma maior imersão na linguagem gráfica utilizada pelos jovens, o ritmo de escrita, as expressões e grafia, aproximando o pesquisador e possibilitando maior compreensão sobre o documento.

Dessa forma, os dois instrumentos metodológicos, com suas características e funções diferentes, se complementam. Enquanto um dos instrumentos tem como foco maior o conjunto, o controle, os aspectos gerais e a caracterização, podendo selecionar grupos de documentos a partir de características e categorias construídas, o outro instrumento tem como objeto examinar a singularidade e os detalhes, possibilitando um mergulho em cada narrativa dos jovens e criando uma narrativa própria de leitura e reflexão sobre os documentos, o registro do trabalho intelectual do pesquisador.

5 AS ESCRITAS DOS JOVENS COMO EXPRESSÕES DAS ESCRITAS DE SI

Este capítulo aprofunda a caracterização das escritas dos jovens em medida socioeducativa reunidas nesta tese com um maior detalhamento dos instrumentos de pesquisa – Planilha de Caracterização de Documentos e Diário de Campo, apresentando os achados a partir das informações compiladas nos diferentes itens da Planilha e das reflexões registradas acerca de cada documento no Diário de Campo, como expus no capítulo anterior. Dirige uma maior atenção ao gênero dos textos, sua materialidade e conteúdo. Discute como esses aspectos sugerem significados particulares e, ao mesmo tempo, práticas de escrita aprendidas e compartilhadas, embora apresentem uma significativa heterogeneidade. Assim, propõe uma mirada aos documentos a partir de uma abordagem específica, para “lançar mais luz” sobre o problema de pesquisa de modo a compreender os diversos aspectos de sua complexidade.

No capítulo anterior, consta que nas Planilhas de Caracterização (de documentos e autoavaliações), os documentos foram lançados com a descrição das seguintes dimensões observadas - Ano do Documento; Tipo de Documento; Conteúdo/s; Forma do Documento; Materialidade e Perfil do Escrevente - de acordo com a ordem de sua inserção na planilha. Apresento, a seguir o detalhamento de cada uma dessas dimensões e o que as planilhas permitem constatar a partir de todos os documentos lançados e caracterizados.

5.1 Ano e Origem do Documento

Conforme expus anteriormente, os documentos que integram o *corpus* empírico da tese provêm de quatro fontes: o Projeto Virando a Página, o projeto Abrindo Caminhos, o PPSC/UFRGS e a FASE. Como a Planilha de Caracterização de Documentos não contempla as autoavaliações, não abrange tabulado nenhum documento da FASE. Dessa forma, estão presentes as escritas dos três primeiros contextos referidos.

Dentre os 164 documentos, em 94 documentos não foi possível identificar a data de realização. Assim, esse registro consta em 70 documentos, conforme o quadro abaixo.

Tabela 4 - Registro do ano dos documentos

Ano	2004	2008	2011	2012	2013	2014	2015	2019	Total
Virando a Página	0	0	10	10	30	0	0	0	50
Abrindo Caminhos	3	3	0	0	0	0	0	0	6
PPSC	0	0	0	10	0	2	1	1	14
Total	3	3	10	20	30	2	1	1	70

Fonte: Elaboração do autor.

Os documentos preenchem o intervalo entre os anos de 2004 e 2019, totalizando um período de aproximadamente quinze anos. Dentre os setenta documentos, sessenta se concentram entre 2011 e 2013. Embora a maioria dos documentos não tenha a data identificada, é bastante provável que eles correspondam a um período similar. No caso do projeto Abrindo Caminhos, por exemplo, sua execução inicia em 2003 e finaliza em 2009. O Projeto Virando a Página teve seu funcionamento entre 2011 e 2016, sendo que os manuscritos que fazem parte do corpus empírico, datam entre 2011 e 2014. No caso do PPSC, que inicia em 1997, os documentos de oficinas pedagógicas, cartas e outros registros escritos, são todos da última década, entre 2010 e 2019. Antes desse período, os únicos registros dos jovens encontrados são as autoavaliações.

O período em que foram realizadas as escritas dos jovens aqui reunidas corresponde ao contexto de consolidação do ECA em Porto Alegre. Isso devido a uma reestruturação ocorrida, a partir de 2000, com o processo de municipalização das medidas de meio aberto e a criação do Programa Municipal de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (PEMSE), vinculado à Secretaria de Assistência Social⁵³ do município, como expus anteriormente. Também coincide com a reestruturação da antiga FEBEM que passa a ser denominada de

⁵³ Porto Alegre. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana. Avaliação do programa municipal de execução de medidas Socioeducativas em meio aberto (PEMSE). Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2010.

FASE, em 2002, visando a adequação ao ECA⁵⁴. Nesse período, são elaborados a normativa do SINASE na Resolução nº 119 do CONANDA⁵⁵ em 2006, que culmina na promulgação da Lei do SINASE em 2012⁵⁶, que tem como objetivo regulamentar a execução das medidas socioeducativas no território nacional.

Como afirmei no capítulo anterior quanto à origem dos documentos, 119 escritas são do projeto Virando a Página, 20 escritas são do Projeto Abrindo Caminhos e 25 escritas são do PPSC/UFRGS, totalizando os 164 documentos do *corpus* empírico. Os gêneros dos textos são apresentados a seguir.

5.2 Tipo/Gênero do Documento

Os documentos foram categorizados em seis tipos diferentes, conforme desenvolvido na apresentação do campo, exposta anteriormente no capítulo 4 e, para fins didáticos, reproduzida novamente na Tabela 6, excluindo o número de documentos que consistem em autoavaliação, pois foram caracterizados em planilha separada, conforme já mencionei.

Tabela 5 - Levantamento dos tipos/gêneros de registros escritos de jovens

Origem	Redação	Carta	Desenho	Letra de Música	Poema	Questionário	TOTAL
PPSC	12	4	1	0	0	8	25
MP	7	12	0	1	0	0	20

⁵⁴ Brasil. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Governo do Rio Grande do Sul. Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos. Fundação de Atendimento Sócio – Educativo do Rio Grande do Sul. / PEMSEIS: Programa de Execução de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade do Rio Grande do Sul. – Porto Alegre: SDH; FASE, 2014.

⁵⁵ Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo -SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006.

⁵⁶ Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.

VP	102	1	3	2	4	7	119
FASE	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	121	17	4	3	4	15	164

Fonte: Elaboração do autor.

Os significados de cada tipo de documento - redação, carta, desenho, letra de música, poema, questionário – concernem a diferentes naturezas dos documentos, com estrutura, finalidade e linguagem próprias. Os diferentes tipos de documentos da pesquisa são aprofundados a seguir, quando explicito como os defino e apresento alguns exemplos deles nos documentos da tese, e teço comentários e procuro demonstrar a heterogeneidade das escritas de si realizadas pelos jovens em medida socioeducativa.

5.2.1 Redação

O gênero *Redação* é abrangente e contém uma diversidade de formas de narrativas de si identificadas nas escritas dos jovens como histórias de vida, memórias, narrativas de episódios significativos, textos mais descritivos, fábulas e textos argumentativos.

As redações constituem a tipologia dos principais documentos do campo de pesquisa, pois representam 121 documentos escritos por jovens em medida socioeducativa, correspondendo a 73,8% do total (excluindo as autoavaliações) sendo a maioria (102) realizada no âmbito do projeto Virando a Página, acrescidas de sete do projeto Abrindo Caminhos e doze do PPSC/UFRGS.

Inicialmente houve muitas dúvidas em como caracterizar esse conjunto de manuscritos dos jovens, que em geral possuem características narrativas, mas em algumas outras apresentam também forte característica descritiva. A intenção principal da tese não é discutir as produções dos jovens segundo os gêneros ou segundo as tipologias da escrita de si para estabelecer classificações precisas e restritivas. O que busco é um modo de compreensão segundo o qual a caracterização mais geral dos registros de escritas dos jovens, reunidos na pesquisa, possa abranger diversas formas de narrativas e propiciar a identificação de aspectos comuns e recorrentes, que permitam aproximar e contrastar essas escritas para observar suas

regularidades e especificidades. Assim, opto pelo termo *redação* para agrupar um conjunto importante do corpus empírico.

Segundo o dicionário Silveira Bueno (2016), *redação* significa “Ato de redigir; maneira de redigir; conjunto de redatores; local onde se redige; conteúdo narrado ou descrito”. Então, entende-se aqui a *redação* tanto como o ato de escrever, de materializar e organizar um discurso escrito, como a própria materialidade da narrativa ou descrição. Concebo, então, os documentos classificados como *redação* como aqueles que consistem em escritas em que se articulam características descritivas, argumentativas e narrativas. Dessa forma, o corpus da pesquisa é constituído por uma variedade de tipos de *redação*, como memórias da infância, o cotidiano na internação, o envolvimento com o mundo do crime, as relações afetivas, a vida em família, as histórias de vida, a descrição de cenas experienciadas, acrescidas de escritas argumentativas, em que são expostos pontos de vista dos jovens sobre questões sociais, além de contos e fábulas.

Uma consideração importante sobre as *redações* é que em sua maioria são escritas realizadas em atividades pedagógicas dirigidas a esses jovens em medida socioeducativa. Os projetos *Virando a Página* e *Abrindo Caminhos* e as *Oficinas Socioeducativas do PPSC/UFRGS*, tiveram como uma das atividades estruturantes o estímulo às práticas de escrita dos jovens como formas de expressão, aprendizado e reflexão sobre si. No caso do *Virando a Página* a experiência da escrita constituiu o fio pedagógico central, sendo que alguns textos produzidos foram selecionados para compor os livros publicados pelo projeto, como mencionei anteriormente.

Diante do exposto, é importante sublinhar que os documentos classificados como *redações* são escritas incentivadas por temas, textos ou filmes discutidos previamente. Não constituem escritas íntimas, no sentido de que não são produções para os olhos do seu escrevente exclusivamente, mas escritas para si e para os outros, que sabidamente passam pelos olhos de educadores e colegas, sendo que, no caso do Projeto *Virando a Página*, poderiam ser selecionadas para compor um livro, o que supunha passar à condição de serem avaliadas e julgadas pelo público leitor em geral. A produção de si, nesse caso, tem também muitos elementos de como se quer narrar a sua história para os outros.

5.2.2 Carta

A carta é um gênero que possui uma longa história como meio de comunicação escrita entre interlocutores. Na pós-modernidade existe uma diversidade de formas para a troca de mensagens escritas, como e-mail, mensagens por aplicativos, mensagens de telefone celular ou as que são disseminadas nas diferentes redes sociais. No entanto, a comunicação por carta ainda persiste e como gênero textual é reconhecida pelos jovens como uma forma de comunicação utilizada, embora seja pouco associada à cultura juvenil contemporânea.

Vale frisar que no caso dos jovens em medida de internação em unidades em Porto Alegre, ela é um dos principais meios utilizados para comunicação com o mundo exterior, já que as ligações telefônicas são restritas e os meios que utilizam internet (como redes sociais e aplicativos de mensagem) são proibidos. Dessa forma, os jovens recebem e enviam cartas, que são distribuídas pelas pessoas que os visitam ou pela correspondência oficial. É de amplo conhecimento que as cartas que entram e saem das instituições de internamento são lidas e avaliadas por agentes dessas instituições, que justificam esse controle por questões de segurança. Há no horizonte de todos a possibilidade de que essas cartas sejam retidas. Assim, embora a escrita de cartas possa constituir uma iniciativa dos jovens para se comunicarem com um familiar ou amigos, eles têm consciência que não podem se expressar sobre determinados conteúdos livremente.

Os registros conforme o gênero carta que obtive durante a coleta de dados, constituem escritas de jovens em medida socioeducativa que se caracterizam por três tipos de destinatários⁵⁷. O destinatário mais comum é representado pelos técnicos ou educadores junto aos quais os jovens desenvolveram uma relação forte de amizade e para quem os jovens enviam notícias de suas vidas, seja durante o período de internação⁵⁸, ou após a conclusão de medida.

⁵⁷ Encontrei nos arquivos da FASE, em um dos prontuários pesquisados, a carta de uma prima para um interno na instituição. Embora fosse muito interessante, não selecionei para o campo, pois fugia dos critérios estabelecidos.

⁵⁸ No caso da internação, algumas vezes aproveitam para pedirem para serem visitados. Nas cartas encontradas no PPSC, os jovens escreviam para os técnicos que seguiam acompanhando-os mesmo no meio fechado e aproveitavam as cartas também para agradecer o “apoio”.

Esses documentos foram mais comuns provavelmente porque os destinatários guardaram as cartas em arquivos do programa ou dos projetos.

O segundo tipo de destinatário é um outro jovem. Infelizmente só foi encontrada uma carta dessa natureza no arquivo do PPSC/UFRGS. Um jovem em internação envia uma carta para uma outra jovem, sua amiga que está grávida. Este tipo de documento é muito difícil de ser obtido, pois caso não tenha sido descartado, está no arquivo pessoal de familiares dos jovens ou daqueles com quem possuem relações afetivas e de amizade, sendo assim muito difícil de serem encontradas.

Outro conjunto de cartas concerne ao projeto Abrindo Caminhos, em que o destinatário é o diretor do Ministério Público, pessoa responsável pela manutenção do projeto. As cartas identificadas têm o objetivo de agradecer a oportunidade de participação no projeto e os jovens contam um pouco de como essa experiência estava afetando suas vidas. Dessa forma, de forma diversa dos dois destinatários acima caracterizados, em que as cartas podem assumir um caráter pessoal e afetivo, no caso das cartas do projeto Abrindo Caminhos trata-se de um movimento coletivo, provavelmente discutido e avaliado com a equipe do projeto.

Os registros conforme o gênero carta que dirigem a técnicos e educadores, como descrevi acima, têm como principais características a manifestação de agradecimento acerca do que foi vivenciado durante o período de acompanhamento e a transmissão de notícias de sua vida. Abaixo, consta reproduzida uma das cartas de jovem em internação na FASE, que busca estabelecer diálogo com o exterior, comunicando-se com a técnica que o acompanha.

Figura 4 - Carta de jovem em internação na FASE

MAGDA

Oi MAGDA COMO QUE TU TA
TUDO BEM CONTIGO COMO QUE
TA PSC AI TA LEGAL AINDA
COMO ERA!!!
BAH EM MAGDA SE A LEMBRA
QUE SEMPRE QUE TU FALA
COMIGO TU SEMPRE PERGUNTA COMO
QUE EU TOU ESTOU BEM
TO SÓ ESPERANDO ANO QUE VEM DU
VEZ E TA QUASE ACABANDO O ANO
LOGO LOGO VAÍ CHEGA MINHA HORA
DE SAÍ PRA RUA EM MAGDA AGORA É
OUTUBRO VOU TE AVIAÇÃO E VÔ VÊ MAIS
QUANTOS MESES EU VÔ PEGA!!!
EM MAGDA É MUITO BOM SABE QUE
VOCÊ TAMBÉM SE PREOCUPA COMIGO E
EU TAMBÉM ESTOU COM MUITA SAUDADE
DE TI E DA PAULA QUE SÃO MINHAS
AMIGAS QUE QUANDO EU SAÍ E EU
TIVE NA RUA EU VÔ SEMPRE ME
ALEMBRA DE VOCÊS TODOS QUE TÃO
ME ACOMPANHANDO ESSE TEMPO

QUE EU TOU PRESO!!!
EM MAGDA SE A LEMBRA QUE QUANDO
NÓS CONVERSAMOS LÁ NO CS ATÉ QUE
TU ME FALOU QUE TÚ JÁ VIU GURI
CHORANDO PRA VOLTA PRO EQUIPA EU
ACHO QUE EU VÔ PEGA ISSO AI TAMBÉM
MAIS NÃO SEI SE VÔ ACEITA ACHO QUE VÔ
ACEITA SÓ SE EU FOR PRO EQUIPA COM
10 MESES SE EU FOR COM 1 ANO VÔ
TERMINA TUDO NO FECHADO QUE QUI TU
ACHA QUERO CONVERSA CONTIGO DIREITO
SOBRE ISTO!!!
EM MAGDA NAÍ UNS DIAS VOU MANDAR
UMA AMOFADA PRA VOCÊS A GABRIELE NÃO
TE MOSTROU O CORAÇÃO QUE EU FIZ
PRA ELA FICOU BONITO EM MAGDA FALA
PRA GABRIELE QUANDO ELA VIM SEXTA
PRA ELA VÊ SE TEM COMO ELA ME TRAZER
DOIS PACOTE DE FOLHAS IGUAL AQUELE QUE
ELA ME TROU-SE QUE EU VOU FASE
TRABALHO PRA VOCÊS UM BEIJO MAGDA
E MANDA UM ABRAÇO PRA PAULA!!!

Fonte: Arquivo PPSC

A carta, escrita no final de 2014, tem como destinatária a coordenadora do PPSC que acompanhava o caso do jovem. O documento é composto por duas folhas pautadas, na primeira a identificação, com a data, o destinatário e o remetente. A composição lembra a capa de um trabalho de escola, instituição que certamente atravessa a experiência de escritas dos jovens. Na primeira folha, no verso da identificação, o jovem inicia sua carta que é finalizada em uma segunda folha.

Nas primeiras linhas, o jovem propõe um diálogo com sua leitora através da formulação: “Oi Magda, como que tu ta tudo bem contigo como que ta PSC ai ta legal ainda como era!!!” O jovem segue o diálogo, supondo qual a pergunta que a leitora faria, “sempre que tu fala comigo tu sempre pergunta como que eu tou”, ao que imediatamente responde:

“estou bem to só esperando ano que vem duma vez (...) logo logo vai chegar minha hora de sai pra rua” (Arquivo PPSC).

O jovem, então, expressa sua ansiedade para a avaliação da medida que irá ocorrer em um mês: “outubro vou te avaliação e vou vê mais quantos meses eu vou pega”. Aqui o jovem apresenta um dos objetivos da carta, refletir sobre suas opções e estratégias para finalizar a medida. “(...) tu já me falou que tu já viu guri chorando pra volta pro ICPAE eu acho que vou pegar isso ai também, mas não sei se vo aceita (...) só se eu for pro ICPAE com 10 meses se eu for com 1 ano vou termina tudo no fechado.” À medida que o jovem destaca é a Internação com Possibilidade de Atividade Externa (ICPAE). Nela, o interno pode passar alguns finais de semana em casa e realizar algumas atividades fora da unidade durante o dia. No entanto, o jovem se mostra receoso em aceitar, pois é muito difícil, estando na rua ou em casa, voltar por vontade própria para a internação. Assim, dependendo do tempo sondado na reavaliação⁵⁹, o jovem pensa em terminar a medida em ISPAE, ou seja, sem possibilidade de atividade externa, assim não teria grande risco de fugir ou se “atrapalhar” na rua, o que poderia acarretar aumento de seu tempo de medida (Arquivo PPSC).

Após expor na carta suas considerações, o jovem pede uma conversa com a técnica, como apoio para decidir: “o que tu acha quero conversar contigo direito sobre isso!!!” (sic) (Arquivo PPSC).

Na segunda parte da carta, o jovem agradece a equipe por seguir com o acompanhamento, nos seguintes termos: “muito bom sabe que você se preocupa comigo e eu também estou com muita saudade de ti e da Paula que são minhas amigas (...) vou sempre lembrar de vocês todos que tão me acompanhando esse tempo que eu to preso!!!” (sic). Aqui percebe-se a manifestação de afeto⁶⁰ para com a equipe, principalmente com as profissionais que acompanham diretamente o jovem, em especial por perceber que há pessoas que se preocupam com ele (Arquivo PPSC).

⁵⁹ Na reavaliação não se estipula tempo de cumprimento, mas existe uma negociação informal, em grande parte não anunciada, realizada na discussão nas audiências entre os jovens, técnicos, juízes, promotores e defensores.

⁶⁰ Em minha experiência, quando o acompanhamento é realizado durante esse período em meio fechado, o vínculo costuma se estreitar bastante. Inclusive com jovens, que durante o meio aberto, eram muito difíceis de construir um diálogo. Isso aponta para a vulnerabilidade dos jovens durante o período de meio fechado e a importância que assumem os vínculos afetivos com técnicos ou educadores.

Nessa carta o jovem narra sua ansiedade em voltar a ser livre, sair da prisão, assim como avalia as estratégias de ação para conseguir alcançar seu objetivo mais rapidamente. Constrói sua narrativa como uma conversa consigo mesmo, na qual a leitora assume o lugar de interlocução e questionamento. Uma narrativa em primeira pessoa do singular, com características argumentativas, em que o jovem apresenta aspectos do cotidiano da medida, mais precisamente sobre a aproximação do momento de reavaliação e como isso pode ser elaborado pelos jovens. A narrativa é sobre a sua situação presente, mas avalia ações que impactam em seu futuro.

O segundo destinatário do tipo de escrita carta identificado pela pesquisa é outro jovem. Apenas uma carta dessa natureza foi encontrada no arquivo do PPSC/UFRGS, em que um jovem em internação envia uma carta para uma outra jovem, sua amiga que está grávida e cumpria uma medida de PSC no Programa da UFRGS. Este tipo de documento é muito difícil de ser obtido, pois caso não tenha sido descartado, possivelmente encontra-se em algum arquivo pessoal (de um familiar dos jovens ou de alguém com quem mantinha relações afetivas e de amizade) muito difícil de ser acessado.

A imagem da carta para destinatário jovem está reproduzida a seguir.

Figura 5 - Carta para jovem PPSC

de : [REDACTED] : Para [REDACTED]

[REDACTED] eu estou com saudades de vc muito mesmo e tambem estou feliz em saber que minha melhor amiga esta grávida po eu não consigo acreditar mais eu acredito em vc ta. Pesse desculpas por não estar aí com vc pra ter um a foto nessa luta a te por que a dor do parto e forte ve deve ta si perguntando como eu sei disso por que eu tenho um filho e o seu e menino ou menina quando tiver o resultado me escreva tu eu estarei esperando te não penso que saia de mim ta a criança aine eu quando eu sair vou te ligar mais eu espero que nenhum homem a tenha ta por favor não me da numero de cuca mais isso não vem au casa de eu fico pensando no que aconteceu lá na redenção na que te dia de sol eu gostei evc não mais isso não vem au casa ne ate porque e passado de mais o que e bom fica na memoria thau melhor não esquece de me escrever ta eu [REDACTED]

Beijos

Beijos

a.s.s [REDACTED]

Fonte: Arquivo PPSC

A suposição é que essa carta foi enviada por meio de alguma técnica, mesmo que a jovem destinatária já tivesse finalizado a medida e o documento, por esse motivo tenha ficado junto a seu prontuário, caso a mesma, por algum motivo, regressasse ao PPSC/UFRGS⁶¹. Uma escrita/carta que provavelmente nunca chegou ao seu destinatário.

Essa carta foi escrita em uma folha destacada de caderno e está um pouco rasgada em um dos lados. Apresenta-se muito amassada e as marcas no papel indicam que ela foi dobrada de forma a adquirir um tamanho bem pequeno. Na parte de cima da página, o jovem colocou a identificação da carta, cuja escrita aparece dentro de um balão desenhado, indicando o remetente e a destinatária. No nome da jovem, consta desenhada uma estrela ao lado. A carta é escrita na primeira pessoa do singular, tem uma característica argumentativa, trata do tempo presente e a grafia adota a letra de forma.

Sobre o conteúdo da carta, o jovem não trata sobre a medida, mas sobre as preocupações com sua amiga e busca uma forma de manter contato. No documento, o escrevente aborda vários assuntos, que nos oferecem pistas ou pequenas notícias de suas vidas (tanto do remetente quanto da destinatária). A saudade de sua amiga; a gravidez dela; o fato dele também ter um filho; a ansiedade em poder entrar em contato com ela e ter notícias; um momento que foi especial para ele no Parque da Redenção, e a sua impressão de que ela não sentiu a mesma coisa; e o silêncio ao final da carta, a interrupção no meio da escrita ao se despedir, “Thau Beijos não esquece de me escrever ta eu”. Depois do pronome “eu”, o jovem fez uma rasura na palavra seguinte. Pode-se supor que o jovem teve a intenção de sugerir algo deliberadamente, pois poderia ter rasurado também o pronome “eu”, e assim não iniciaria outra sentença. No entanto, ela é mantida, fazendo uma insinuação e a impressão de uma intenção de declarar algo, que foi interrompido, permanecendo apenas a sugestão.

Outro conjunto de cartas concerne ao projeto Abrindo Caminhos, e o destinatário é o Procurador Geral do Ministério Público, pessoa responsável pela manutenção do projeto. As

⁶¹ O PPSC/UFRGS possui oficinas socioeducativas semanais em que os jovens, mesmo tendo finalizado a medida socioeducativa, podem seguir frequentando. Dessa forma, era comum muitos dos jovens atendidos voltar ao espaço.

cartas dos jovens tiveram o objetivo de agradecer a oportunidade de estarem no projeto e relatarem um pouco de como essa experiência estava afetando suas vidas. Dessa forma, diferente dos dois casos de destinatários antes caracterizados, em que as cartas podem assumir um caráter pessoal e afetivo, no caso das cartas do projeto Abrindo Caminhos trata-se de um movimento coletivo, provavelmente discutido e avaliado com a equipe do projeto, com o objetivo de sensibilizar o Procurador para a sua importância na vida dos jovens atendidos.

Trata-se de um conjunto de dez (10) cartas que integram esse movimento coletivo de agradecimento ao Procurador Geral da República, sendo que dois desses documentos são de 2004, em que constam agradecimentos pelo início do projeto, e os outros oito documentos são de 2008, cujo objetivo foi o de agradecer a manutenção do mesmo. Abaixo consta uma das cartas enviadas.

Figura 6 - Carta ao Procurador Geral da República

Não sei como iniciar esta carta nem como encerrar
 que penso agradecer ao Senhor que não só ouvi
 em mim mas nos meus colegas desculpe os meus erros
 de português mas acho o que importa agora é
 o que eu penso das coisas que palei.

Agradeço ao Senhor pela oportunidade que deu
 pra gente, por que hoje eu trabalho e estudo eu
 comecei no Ministério Público em janeiro deste ano
 termina agora em agosto e quero agradecer pela
 oportunidade de um trabalho gostei muito das
 coisas que fiz por mim ficaria a vida toda trabalhando
 no ministério por que é sempre bom saber que tem pessoas
 que confiam e sabe que no fundo somos pessoas
 de bem só queremos uma oportunidade nos tempos
 de sorte hoje penso muito melhor no meu futuro
 e na minha família que são meus irmãos.

Agradeço do coração por este projeto criado
 e sustentado pelo Senhor tendo dado tudo
 de mim para aprender neste lugar que me deu
 uma chance na vida por que acho que nem
 quem me dava iam pensar eu sei pensar logo di-
 ziam que não teria mais com só tero agradecer.

Acho que este seu projeto poderia ter na minha
 visão estendido para cada um por mais ou menos
 uns dois anos para a gente sair mais con-
 fiança um mais mesmo. Sei que é abuso da
 minha parte eu pedir isso mas encaminharo
 direto para um trabalho acho que teria uma
 benção para aqueles que quer ter alguém na vida
 não posso esquecer os educadores das pessoas
 que aqui trabalham no Ministério Público. São pessoas
 não seria possível essa experiência são pessoas
 que também acreditam na gente e querem mesmo
 bem pois eu pelo menos sinto isso pela atenção e
 vontade de mostrar o tanto agradeço todo os dias
 para que Deus me ilumina e os meus colegas também
 considero no Ministério Público e o Senhor como
 minha família já que perdi meu pai e minha mãe. Sei
 que não sei o que vai ter de mim quando tiver
 que abandonar esta casa que me acolheu pois
 não tenho nenhum equipamento de trabalho há
 para, tenho muito medo o que possa acontecer
 comigo.

Hoje eu agradeço aos meus erros sei que não
 posso errar, por que se não tudo o que fiz foi
 de nada, apesar de ter só 17 anos sei que posso
 riscos. Quem não agradecer e apesar que pode
 mudar a postura numa pessoa que passava pela
 faz tem muito preconceito das pessoas, se todo

Fonte: Arquivo Projeto Abrindo Caminhos

Primeiramente é importante reforçar que o destinatário é o Procurador Geral, e as cartas têm o intuito de promover uma sensibilização para a importância do projeto Abrindo Caminhos na vida dos jovens em medida socioeducativa. Por isso, os escreventes mobilizam argumentos, que entendem adequados, para convencer o destinatário de que o projeto está cumprindo seu propósito. Assim, no início da carta reproduzida acima, o jovem expressa seu receio na prática escrita e com seu português que não seria adequado. No entanto, embora a escrita se reporte à linguagem oral, o texto está desenvolvido com volume e é expressivo na argumentação. Embora receoso em conseguir escrever o que pensa, um dos jovens considera que o importante é “o que eu penso das coisa que pazei” (sic). Nesse momento, destaca o desafio de materializar as formas de ver a si e ao mundo. Ao mesmo tempo, o jovem distingue o que ele pensa ou sua interpretação, da experiência que viveu ou passou e delimita o que é o acontecimento e o que é sua narrativa, ou seja, o que ele pensa acerca do que ocorreu não é necessariamente o que aconteceu de fato.

Em seu discurso de convencimento dirigido ao Procurador, o jovem agradece muitas vezes a oportunidade de estagiar no TRF, pois tem sorte pela chance de estar no projeto e por ter pessoas que sabem que “no fundo somos pessoas de bem só queremos uma oportunidade”. O jovem ressalta seu esforço no trabalho, “tenho dado tudo de mim para aprender neste lugar que me deu uma chance na vida”. Inclusive, faz uma sugestão para que o estágio fosse de dois anos para que os jovens obtivessem maior confiança e ao final saíssem encaminhados direto para o mundo do trabalho. O fato de ter a possibilidade de conseguir um trabalho ao final do projeto é destacado na escrita como “uma benção”. Dessa forma, o trabalho inscreve-se como um elemento central na narrativa, central também na mudança de vida, além da projeção de futuro e saída do mundo do crime.

O jovem escrevente dessa carta, ainda, elogia os educadores e trabalhadores do projeto, com a expressão “acreditam na gente”. Destaca que considera “o Ministério Público e o senhor como minha família já que perdi meu pai e minha mãe” e se refere ao MP como “casa”. Por um lado, percebe-se o lugar que o projeto ocupa na vida do jovem e sua importância na projeção de outro futuro, mas por outro, sobressai uma dramaticidade utilizada pelo escrevente ao vincular o destinatário como parte de sua família e como responsável por manter o espaço de

tamanha importância em sua vida. Descontinuar o projeto seria como tirar sua “casa”, seu espaço de segurança.

Ao final, o jovem explicita sentir muita insegurança quanto ao seu futuro, “não sei o que vai ser de mim (...) pois não tenho nenhuma expectativa de trabalho. Lá fora tenho muito medo o que possa acontecer comigo.” Finaliza afirmando que dificilmente a sociedade “acredita” e “aposta” em “uma pessoa que passou pela FASE tem muito preconceito das pessoas.” O jovem expõe seus medos ao final do projeto, a dificuldade de conseguir trabalho devido ao estigma de ter passado pela medida socioeducativa e os riscos que corre, mesmo tendo apenas 17 anos. Assim, o jovem escreve que não apenas teme ficar sem um trabalho, mas também pela sua vida. Em consequência, apresenta ao Procurador Geral um projeto que não apenas qualifica para o trabalho e possibilita projetar um futuro diferente, mas que para ele também representa um espaço de segurança, financeira e de vida. O jovem escrevente não se intimida em apresentar dramaticamente sua vida para mobilizar o destinatário na manutenção do projeto.

No conjunto das cartas ao Procurador, em geral, os argumentos expostos pelos jovens são muito similares. Está presente a afirmação do projeto como uma oportunidade de aprendizado para o trabalho (sendo que a falta de oportunidade leva à vida do crime); o projeto como um espaço de reflexão de si e de mudança de trajetória – este é sempre um discurso esperado dos jovens em medida socioeducativa; o projeto como forma de se manter ocupado, ou seja, a concepção de que o tempo ocioso é perigoso e pode aproximar do mundo do crime; e o trabalho como um elemento estruturador da vida, na condição de cidadão que segue as normas sociais e legais (o projeto elevaria o jovem ao status de cidadão).

Investigando as cartas, a partir da planilha elaborada como instrumento de caracterização e análise como conjunto de documentos, observam-se algumas regularidades, como se pode constatar abaixo:

Figura 7 – Captura de Tela - Planilha de Caracterização de Documentos (Cartas)

Tipo de Documento		Forma			
Origem de Docu	Tipo	Narrativa	Tempo	Apresentação	Narrador
Virando a Página	Carta	argumentativa	Presente	autobiográfico	1° pessoa do Singular
Abrindo Caminhos	Carta	argumentativa	Presente	autobiográfico	1° pessoa do Singular
Abrindo Caminhos	Carta	argumentativa	Presente	autobiográfico	1° pessoa do Singular
Abrindo Caminhos	Carta	argumentativa	Presente	autobiográfico	1° pessoa do Singular
Abrindo Caminhos	Carta	argumentativa	Presente	autobiográfico	Impessoal
Abrindo Caminhos	Carta	argumentativa	Presente	autobiográfico	Misto de 1° singular com 1° Plural
Abrindo Caminhos	Carta	argumentativa	Presente	autobiográfico	1° pessoa do Singular
Abrindo Caminhos	Carta	argumentativa	Presente	autobiográfico	1° pessoa do Singular
Abrindo Caminhos	Carta	argumentativa	Presente	autobiográfico	1° pessoa do Singular
Abrindo Caminhos	Carta	argumentativa	Presente	autobiográfico	1° pessoa do Singular
Abrindo Caminhos	Carta	argumentativa	Presente	autobiográfico	1° pessoa do Singular
Abrindo Caminhos	Carta	argumentativa	Presente	autobiográfico	1° pessoa do Singular
Abrindo Caminhos	Carta	argumentativa	Presente	autobiográfico	1° pessoa do Plural
PPSC	Carta	argumentativa	Presente	autobiográfico	1° pessoa do Singular
PPSC	Carta	argumentativa	Presente	autobiográfico	1° pessoa do Singular
PPSC	Carta	História de Vida	Misto	autobiográfico	1° pessoa do Singular
PPSC	Carta	argumentativa	Presente	autobiográfico	1° pessoa do Singular

Fonte: Elaboração do autor.

A partir da planilha, cruzando outras categorias, observo que praticamente todas as cartas (exceto uma) são escritas de forma argumentativa e se referem ao presente. Assim, não narram episódios da vida ou memórias – exceto a carta na qual o jovem narra sua história de vida⁶². Nessas cartas, os jovens escrevem em primeira pessoa, apresentam notícias de como estão, sua condição atual, durante a execução da medida ou após essa. Com isso, verifica-se que a carta é percebida pelos jovens como um instrumento de comunicação, de troca de mensagens e notícias. O diálogo, inclusive, em algumas situações configura-se como um pedido dos jovens expresso no conteúdo das cartas, quando requisitam um retorno da mesma para dar seguimento na troca de mensagens.

5.2.3 Desenho

⁶² Mesmo nessa carta em que o jovem narra sua história de vida, em sua primeira metade, o escrevente constrói um texto argumentativo de agradecimento para a técnica e discorre sobre o que aprendeu durante o período em medida. Ou seja, a narrativa possui tanto a característica argumentativa, quanto mostra-se como história de vida. No entanto, este é um dos limites de planilhas que necessitam de definições objetivas para cumprir sua função.

O desenho é uma expressão simbólica, polissêmica, cifrada, muitas vezes repleta de opacidades, e ainda assim importante porque pode revelar muito sobre seu criador. Foram poucos os desenhos encontrados nos arquivos investigados, apenas quatro (4), embora possamos inferir que os jovens, em geral, apreciam desenhar. Observei que mesmo os escassos desenhos que identifiquei e reuni, esses associam a ilustração com elementos de escrita. Um dos desenhos é coletivo, e está todo atravessado pela escrita.

Outro elemento a destacar é que além do desenho estar acompanhado por escritas, de outra parte também os desenhos se fazem presentes em documentos de redação e poesia, por exemplo, embora não sejam o elemento preponderante. Os desenhos estão nas margens das páginas, na abertura de algum texto, ao final do mesmo, enfim, em algumas narrativas eles acabam compondo o texto. Em outras, apresentam-se como brincadeiras para passar o tempo.

Dentre os quatro registros na forma de **desenho**, como referi, três deles foram identificados junto ao projeto Vidando a Página e um do PPSC/UFRGS. Todos os desenhos têm um contexto diferente. Em um deles consta o desenho de um coração com uma coroa acima e as palavras Amor e Liberdade, produção que consta no verso de um exercício de gramática. No segundo documento o desenho também apresenta um coração atravessado com uma flexa, uma coroa acima e a palavra Liberdade. O terceiro registro é de uma escrita estilizada, similar àquela realizada por grafiteiros, com o desenho de uma menina de óculos com uma lata de spray nas mãos. O último registro de desenho é uma produção coletiva, na tampa de papelão de uma caixa, realizada pelos jovens que frequentavam as oficinas do PPSC/UFRGS em 2015.

Abaixo a imagem do segundo documento citado acima.

Figura 8 - Exemplo de Desenho

Fonte: Arquivo – Projeto Virando a Página

Como descrito anteriormente, o desenho, sem identificação de autoria, expressa um coração atravessado por uma flecha, com uma coroa acima. Abaixo está manuscrita a palavra Liberdade, com reticências no final (palavra registrada com regularidade nos documentos). O desenho possui cores roxa e verde. O coração flechado em geral se refere à paixão, enquanto a coroa simboliza o poder. Percebe-se a associação do amor, ou paixão com a liberdade. Pode-se supor que para se viver o amor de forma plena é necessário estar em liberdade. A ânsia de liberdade como condição para viver o amor. De outra parte, estar apaixonado pode trazer a sensação de liberdade para quem está em privação de liberdade. A paixão pode ser um elo com o mundo externo, um sentimento positivo em um contexto de muitas restrições e vulnerabilidades. Dessa forma, em um contexto de internação, as relações afetivas podem ter

sua importância aumentada ou ressignificada de modo diferente do contexto em liberdade. Ou ainda, fora do espaço da internação pode-se experimentar o poder e o amor.

Dentre os quatro desenhos, os três que foram produzidos de forma livre e individual, tem como temática a relação amorosa. A quarta produção, realizada de forma coletiva, tem como principal temática o território, com referências a grupos, lazer e elementos culturais também compartilhados no mundo do crime.

5.2.4 Letra de Música

Foram encontradas apenas três letras de música em meio a todo o conjunto de escritas reunidas. As três letras registradas têm como característica estarem compostas na primeira pessoa do singular. Uma delas é claramente um rap, inclusive o próprio conteúdo deixa evidente que seu autor/a integra o movimento como um espaço de expressão da periferia e aponta as desigualdades sociais. As outras duas músicas aparentemente são do gênero Funk, pois suas evidências não se circunscrevem apenas ao conteúdo da letra, mas também pelas expressões e marcação de ritmo. As duas abordam o mundo do crime, mas enquanto uma traz elementos do Funk Ostentação, a outra conta uma história de vida, em primeira pessoa, de um jovem que se envolve no mundo do crime, é preso, se arrepende e volta para a família. Curiosamente, o ciclo que aparece em outras narrativas.

Não estão identificados os autores das músicas. Busquei no Google alguma pista para verificar se essas músicas eram de autoria de algum artista conhecido, e, portanto, apenas transcritas pelos jovens em seus manuscritos, mas não encontrei nenhum indício para afirmar que sim, ou que não. Também não há indícios para assegurar que a letra tenha autoria de algum dos jovens dos projetos, ou apenas tenha sido copiada pelo escrevente. Algumas vezes os jovens criam músicas dentro da instituição e estas são passadas e decoradas por outros⁶³. No entanto,

⁶³ Em algumas oficinas que realizei com jovens em medida de internação, percebi essa prática. Lembro de uma saída que fizemos com um grupo para filmar um documentário no Morro do Osso em Porto Alegre. Após terminarmos o trabalho, sentamo-nos numa pedra (de difícil escalada) onde podíamos ter uma visão de grande parte da cidade junto ao Lago Guaíba. Um dos jovens começa a cantar um Funk, ao que outros seguem. Todos com a letra na ponta da língua. Pergunto para um deles de quem era a música, porque não conhecia e ele aponta para um dos jovens do grupo dizendo que ele tinha escrito no “brete” (cela ou dormitório na FASE).

embora essas músicas provavelmente tenham sido escritas por jovens em medida, o relevante é o quanto suas letras narram, de diferentes formas, suas experiências, e os jovens que as registraram no papel o fizeram porque elas fazem sentido para suas vidas.

As três **letras de músicas** consistem em duas do projeto Virando a Página e uma do projeto Abrindo Caminhos. Observando a planilha de organização dos documentos, identifica-se que essas três letras de música foram escritas por jovens do sexo masculino e tem como temática recorrente, repito, contar a experiência no mundo do crime, como se percebe na imagem abaixo.

Figura 9 - Captura de Tela - Planilha de Caracterização de Documentos (Letra de Música)

Tipo de Documento		Conteúdo			
Origem de Doc	Tipo	Principal	Sec. 1	Sec. 2	Sec. 3
Virando a Página	Música	Consumo	mundo do crime	Lazer	Projetos de futuro
Virando a Página	Música	mundo do crime	Família	Relacionamento amoroso	
Abrindo Caminhos	Música	mundo do crime	Trabalho	Projetos de futuro	

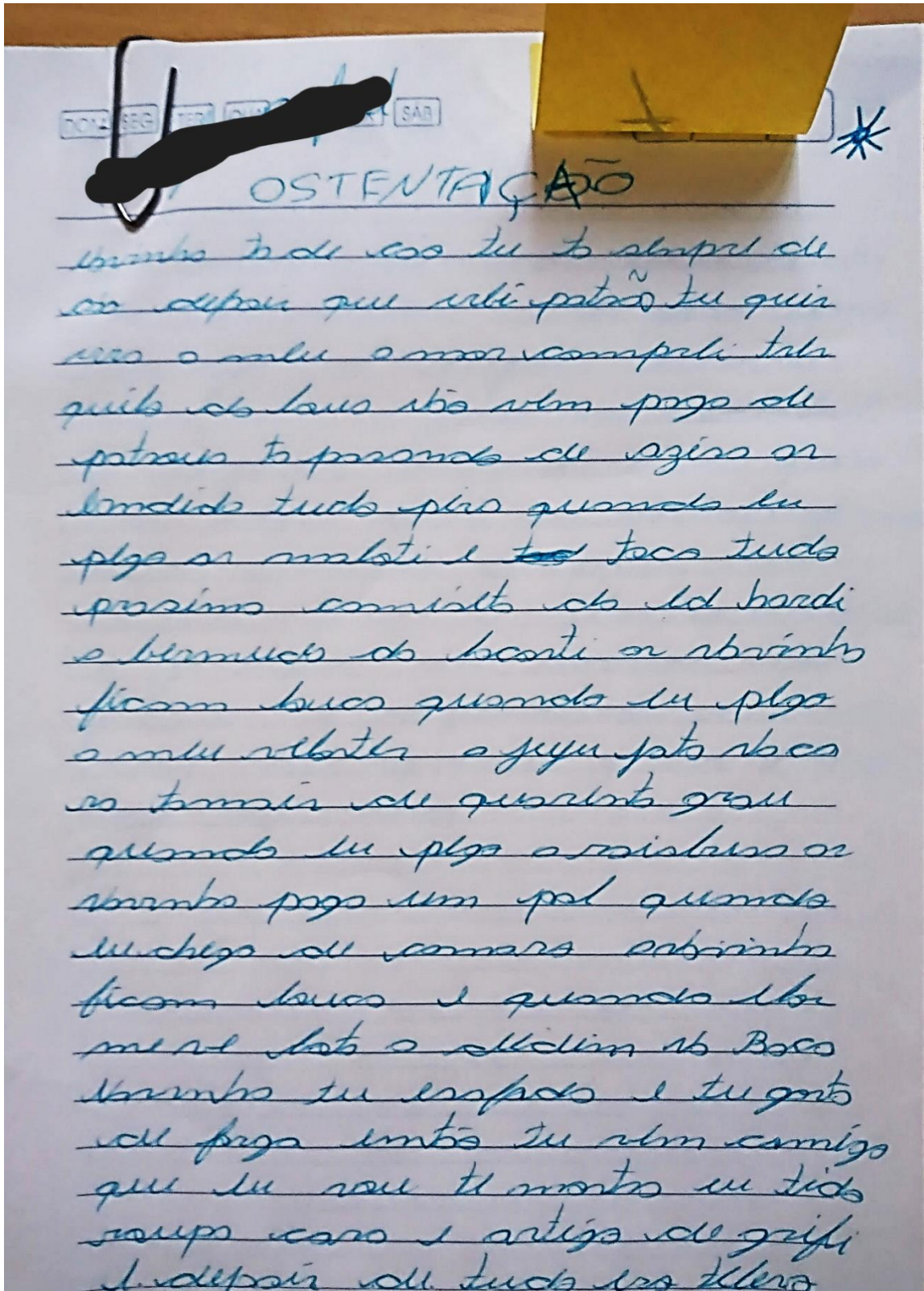
Fonte: Elaboração do autor.

Na imagem da Planilha observa-se o tipo de documento, com as colunas de origem do documento e o seu tipo (nesse caso foram selecionadas as letras de música). Na parte do conteúdo, foram estruturadas quatro colunas para serem preenchidas com as categorias correspondente às temáticas abordadas nas escritas de letras de música pelos jovens em medida socioeducativa. Muitas escritas abordam mais de uma temática por vez. No caso das letras de música, todas abordam a experiência no mundo do crime e duas abordam projetos de futuro. As outras temáticas presentes nessas escritas são o consumo, o lazer, a família, o relacionamento amoroso e o trabalho.

Como referi antes, as três letras de música expressam narrativas diferentes sobre a experiência no mundo do crime, e evidenciam diversos discursos que reverberam e atravessam os jovens em medida socioeducativa. Apresento as três músicas para uma breve análise.

A primeira tem o título Ostentação, como se pode observar abaixo.

Figura 10 - Letra de Música "Ostentação"



DOM SEG TER QUA QUI SEX SAB

1 1

pe minha ~~so~~ auto tida Bomba
 de dromedari e tu fizo uma
 massage e depois tu sou
 de como e fizo no socialista
 to depois saboni e no passo
 um aqui hite or brinco ficam
 buco quando tu passo como
 minha brul tu abcho ovidro
 e jo tres um sorriso lbe
 fiam se perguntando onde
 um lbe brinco e iso brinco
 sob com abis

SÃO DOMINGOS

Essa letra é assinada por um dos jovens do projeto Virando a Página. Os indícios apontam que é um funk, não apenas por ser uma marca cultural dos jovens da periferia, mas pelo ritmo encadeado e expressões utilizadas. Na busca pela letra da música, na plataforma Google⁶⁴, para verificar se a mesma música tinha outra autoria, encontrei muitas músicas de funk que utilizam as mesmas expressões como: “pagam pau”; patrão; novinha; malote; bandido tudo pira; boca; nave etc. A letra também possui várias referências a marcas no estilo do Funk Ostentação.

A música conta a história de um jovem que virou patrão de uma boca e que impressiona as “novinhas” quando ostenta sua riqueza. Ao mesmo tempo, impressiona os “bandido” quando “pega os malotes e joga tudo para cima”, ou seja, faz a distribuição do dinheiro. A letra da música também narra a situação de uma “novinha” que antes desprezava o jovem, e que só quis saber dele quando ascendeu na hierarquia do tráfico.

A música é bem sexualizada e expõe uma narrativa em que os jovens que alcançam, na vida do crime, o cargo de patrão, conseguem o que desejam, com uma vida de facilidades, luxo e mulheres. De um lado manifesta um desejo dos jovens, não necessariamente em possuir dinheiro, mas em obter o respeito e admiração dos amigos, o fato de ser desejado pelas mulheres por ser um vencedor e gozar de uma vida sem dificuldades, além do poder de consumo.

Pode-se supor, inicialmente, que a narrativa de facilidades e de posse de muitos bens de consumo contrasta com a experiência pessoal que temos imaginado acerca dos jovens da periferia. Contudo, essa escrita fala de desejo e de um exercício ficcional da existência, pois constrói e projeta histórias sobre si mesmo. E, de outra parte, a narrativa apresenta um aspecto positivo do mundo do crime, no que envolve o acesso a recursos financeiros, assunto sobre o qual já escutei muitos relatos em meu trabalho com jovens em medida socioeducativa⁶⁵.

⁶⁴ Realizei uma busca pelo Google para verificar se a música era publicada ou copiada de outro autor. Utilizei como palavras-chave o título e trechos da letra, mas não encontrei nenhum resultado correspondente.

⁶⁵ Alguns jovens, por exemplo, relatavam que em algumas festas, chegavam a gastar dois mil reais. Evidentemente o volume de recurso financeiro dependia da boca em que trabalhavam (se um local de muito movimento de venda) e o seu cargo na estrutura da organização.

Outro aspecto que interessa à compreensão das narrativas desses jovens é que a letra da música está na primeira pessoa, o que pode dar a sensação, para quem canta, de que aquela vida, por um breve momento, é a sua ou está ao seu alcance.

O título da segunda letra de música que integra a pesquisa é “Ex um 33”. Essa identificação corresponde ao art. 33 da Lei 11343/2006, que descreve as diversas condutas que caracterizam o crime de tráfico de drogas, lei que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, que endureceu as penas para o crime de tráfico. Essa lei é vista por especialistas⁶⁶ como um dos motivos do aumento do encarceramento, principalmente de jovens, no país. O título, então, é uma referência explícita a um sujeito que teria sido enquadrado e punido por essa lei, um ex.

A letra de música conta o dia da prisão e o dilema entre sair ou não do crime. O jovem conta o “dia de terror” em que foi preso: “se corresse, me atiravam”, e como ficou, foi preso e assim ficou durante um ano, mesmo tendo pago advogado. Sua “mulher” pediu para ele sair do mundo do crime, no entanto, seu desejo era ficar. “Se fico perco a família, ainda vou para prisão, se saio desta vida, me chamam de cusão” (sic). O jovem detalha os receios e consequências possíveis em cada escolha, por um lado a pressão da família e esposa, e por outro a traição da confiança dos parceiros. Ser “cusão” não é apenas abandonar a facção ou grupo criminoso (que se confunde com amizade), mas demonstrar medo e covardia perante essa rede de pertencimento, o que pesa muito no âmbito de uma cultura masculina violenta.

O jovem narra em versos que, embora tenha “parado para pensar” na cadeia, ele ainda tinha a intenção de continuar na vida do crime. Sua decisão muda apenas após o nascimento do filho. Em sua narrativa, seu filho pequeno chorando pede para ele parar de traficar, e a letra prossegue: “aí eu entendi que eu era marginal, se eu não parasse ele ia ser igual”. Finaliza escrevendo que agora tem uma casa humilde, trabalha e sua família está feliz e orgulhosa, “por amor de meu filho, eu consegui mudar”. A letra encerra a música com as frases: “Vida do crime é ilusão!” e abaixo “Grato a minha Família”.

Regularmente os jovens se referem ao crime não apenas como uma atividade, utilizam expressões como *mundo do crime* ou *vida do crime*. As evidências nas narrativas é que o mundo

⁶⁶ Ver CAMPOS (2015); JESUS (2011) e GRILLO; POLICARPO; VERÍSSIMO (2011).

do crime é composto por uma complexa rede de relações, um modo de vida, regras próprias, valores morais, afetos e, portanto, uma cultura específica que se relaciona com a cultura nos territórios da periferia. Nesse sentido, o *envolvimento* é um processo, um movimento de mergulhar nessa cultura, de apreendê-la. Uma cultura integrada igualmente pela instituição prisional, assim como as unidades socioeducativas integram e são marcos de passagem importantes.

O jovem narra o conflito que vive entre ficar ou sair do mundo do crime, sendo que o que o mantém são valores morais compartilhados com seus parceiros. Ao final, em uma decisão individual, ele decide sair em razão de um pedido de sua família, e de uma forma singela, “muda de vida”. Inicialmente o pedido de sua companheira não fora suficiente como argumento para a saída do crime. Apenas quando seu filho reforça o pedido, o jovem conta que se opera a mudança. O protagonista da música cede. E então, a saída do crime ocorre com certa relutância e precisa de muita mobilização da família. Assim, é na família que recai a responsabilidade, ela serve de apoio e justificativa para a tomada de decisão de sair do mundo do crime, talvez porque se o jovem apresentasse essa opção como sua decisão, temeria ser visto pelo público como “cusão”. O jovem, por fim, adota a narrativa do sacrifício de sua vontade em prol da felicidade de sua família e para que seu filho não siga seu exemplo.

O título da terceira letra de música é “Sociedade Desigual”. O documento foi escrito em 2004 e caracteriza-se como um Hip-Hop sobre a diferença de tratamento, principalmente da justiça, diante das distintas classes sociais. A música está escrita na primeira pessoa do singular, o jovem se identifica como da “periferia” em contraposição ao “Sr que está sentado atrás da mesa contando dinheiro”. Também se coloca como “um mano da correria” e que sabe que “ficar esperto é a lei para poder parar de pé”. Destaca o Hip-Hop como uma “revolução no dia a dia para melhorar esse país” (projeto Abrindo Caminhos).

Sobre a desigualdade, ressalta “o pobre e o preto na prisão, e o rico maldito na televisão.” Refere-se à favela como oprimida e que pouco se pode fazer, pois o opressor é quem tem os recursos. “Enquanto o pobre na favela cada dia é pior, miséria, doença, fome, violência é causa revolta no coração de quem pensa”. O jovem escreve que tenta “arrumar um trampo” para ajudar a família, “pois o dinheiro que ganha não dá para sustentar”. Destaca que sua mulher e filho não o abandonaram quando ele ingressou no sistema socioeducativo, “caí na FEBEM”.

O jovem segue a elaboração da letra da música citando o sistema como desigual, de não mais querer viver “trancado” e por isso está “regenerado”. Na vida após a prisão, o jovem narra uma vida em que é preciso lutar para sobreviver, “nesse mundo onde a guerra acontece todo dia, na minha, na sua, na nossa periferia”).

O jovem narra uma história de injustiças, desigualdade e dificuldades que enfrenta com sua luta em conjunto com a favela. Assim, em seu discurso, sua prisão está relacionada a sua condição social e uma luta entre opressores e oprimidos. A justiça, escreve, enquanto instituição é “cega”. Ressalta-se que o jovem, em muitos momentos, convoca o leitor/ouvinte para essa luta, “nessa selva de pedras onde eu e você somos oprimidos sem ter o que fazer”. Assim, em vários momentos a escrita se alterna entre a primeira pessoa do singular e primeira pessoa do plural.

As três músicas, *Ostentação*; *Ex um 33* e *Sociedade Desigual*, desenvolvem narrativas distintas sobre a mesma problemática e de certa forma se complementam. São três discursividades que atravessam os jovens em medida socioeducativa. *Ostentação* é uma narrativa romantizada da vida do crime (no sentido que só percebe o aspecto positivo), o que se deseja alcançar. Na música, o jovem busca, individualmente, o respeito dos pares e um lugar de reconhecimento, além de acessar ao consumo que lhe é inalcançável na vida comum, fora do mundo do crime. É uma trama de ascensão, vitória e poder.

A música *Ex um 33*, narra os aspectos mais difíceis na vida do crime, como a possibilidade de ser morto pela polícia, a prisão e o sofrimento da família. Ao referir que a “vida do crime é uma ilusão”, realiza uma crítica exatamente ao discurso narrado na música *Ostentação*, as experiências de festas, luxo e mulheres como uma idealização inalcançável, ou uma realidade efêmera.

Na narrativa da música *Ostentação* o protagonista é individualista e o ingresso na vida do crime é sua escolha, sendo que sozinho busca alcançar a fama e o poder. Contrastivamente, na música *Ex um 33*, o jovem, embora individualista, faz parte de uma família, possui uma rede de afetos e sociabilidades fora do mundo do crime. A narrativa estabelece que ele precisa que esta rede sirva como suporte para a sua saída do mundo do crime e, assim, para que possa mudar de vida. A letra reitera os discursos do campo da justiça penal que reforçam essa ideia de

entra/sair da vida do crime, como se esse fosse um processo individual. Por isso, na letra dessa música, a decisão de estar na vida do crime segue sendo uma escolha pessoal.

Entretanto, na narrativa da música *Sociedade Desigual*, o envolvimento com o mundo do crime não é uma decisão individual, mas uma condição social. A justiça é uma ferramenta dos opressores contra os oprimidos, pois encarcera os sujeitos da periferia. Nesse sentido, independe de decisão pessoal sair ou não da vida do crime, pois os jovens da periferia acabam sendo vítimas na luta de classes. Por isso, nessa narrativa o jovem, por vezes, utiliza a primeira pessoa do plural, pois se entende como um coletivo, como parte de uma comunidade ou classe oprimida.

São três discursos diferentes que atravessam os jovens em medida socioeducativa e os subjetivam. Discursos que estão em disputa e em tensão entre si. Os jovens fazem reverberar três histórias que os narram, o envolvimento com o mundo do crime e o sistema socioeducativo.

Analisando as escritas que foram acessadas, as evidências demonstram que o discurso mais regular nas narrativas dos jovens em medida socioeducativa é o *Ex um 33*. Apresenta a faceta negativa do crime, a ideia de que esse lugar no mundo é uma ilusão, o papel da prisão como um espaço de sofrimento, mas também de reflexão, a perspectiva de ficar com a família e mudar de vida, ter uma casa e trabalho. Dessa forma, a mudança é responsabilidade apenas do sujeito e não de políticas públicas ou da estrutura social.

Cumprido destacar que essa regularidade igualmente se faz presente no contexto de jovens experienciando a internação, ou seja, é o discurso que se apresenta com maior profusão e que é sistematicamente pronunciado, que sofre menos resistências dos dispositivos de controle. Não há evidências para identificar qual desses três discursos, ou outros ainda, possuem maior força fora do sistema socioeducativo, ou mesmo no interior do próprio “mundo do crime”, como assim o designam os jovens.

5.2.5 Poema

São quatro (4) os poemas que fazem parte do corpus da pesquisa. Uma das escritas consiste em um conjunto de poemas escrito por uma mesma jovem. Os poemas encontrados tematizam relacionamentos amorosos e amigáveis, algumas vezes são acompanhados de

desenhos. Conforme explicado no capítulo 4, os poemas não serão abordados de forma aprofundada nesta tese.

5.2.6 Questionários

São quinze (15) os questionários que integram o campo, todos eles respondidos com escritas de próprio punho dos jovens. Entendo que poderiam ser documentos interessantes, pois auxiliam a traçar os quadros de vida dos jovens que realizaram as escritas, por meio de informações como sua cidade, idade, composição familiar, escolaridade, entre outros. Ao mesmo tempo, muitas questões criaram oportunidades de os jovens responderem escrevendo sobre si mesmos de forma mais direta, como seus planos para o futuro; a importância da escola; a profissão que almejam; o que queriam ser quando crianças; trabalhos que já tiveram etc. Dessa forma, as respostas ao questionário se configuram em escritas sobre si e serviram como uma fonte interessante de análise. Outros questionários que tinham como foco leituras de livros ou filmes assistidos não foram incluídos no corpus da pesquisa, pois não se caracterizam como escritas de si, tampouco possuem traços biográficos. Conforme explicado no capítulo 4, os questionários não serão abordados de forma aprofundada nesta tese.

5.3 Conteúdo do Documento

Esta seção na Planilha de caracterização dos documentos volta-se ao conteúdo temático dos registros escritos. Tem como objetivo apreender quais são as temáticas de que se ocupam os jovens ou que se concentram em suas narrativas. As categorias foram sendo construídas de acordo com o interesse de pesquisa e com o avanço na leitura dos materiais. Dessa forma, elas não foram estabelecidas previamente à imersão no campo. As temáticas foram sendo reorganizadas ao longo das leituras das escritas dos jovens, algumas acrescentadas e outras suprimidas, com o objetivo de caracterizar a heterogeneidade dos temas abordados. A classificação por temáticas também teve como função facilitar a navegação pelos documentos, servindo como referência quando da procura por determinado assunto. Abaixo, uma síntese da seção sobre conteúdo da Planilha de Caracterização de Documentos.

Figura 11 - Captura de Tela - Planilha de Caracterização de Documentos (dimensões Tipo de Documento e Conteúdo).

Nº Documento	Tipo de Documento	Conteúdo			
		Principal	Sec. 1	Sec. 2	Sec. 3
VA1	Redação	Lazer	Amizade		
VA2	Poema	Relacionamento afetivo			
VA3	Redação	mundo do crime			
VA4	Redação	Lazer	Amizade		
VA5	Redação	Lazer	Consumo		
VA6	Redação	Lazer	Família	Consumo	
VA7	Música	Consumo	mundo do crime	Lazer	Projetos de futuro
VA8	Redação	Conflitos	mundo do crime	políticas públicas	
VA9	Redação	Família	Cotidiano da medida	Relacionamento afetivo	
VA10	Redação	mundo do crime		Família	
VA11	Redação	Trabalho			
VA14	Redação	mundo do crime	Relacionamento afetivo	Cotidiano da medida	
VA15	Redação	Conflitos	Relacionamento afetivo	Escola	
VA16	Redação	mundo do crime	Lazer	Conflitos	Território
VA17	Redação	Lazer	Amizade	Família	
VA18	Redação	Trabalho	Amizade		
VA19	Redação	Cotidiano da medida	Conflitos		

Fonte: Elaboração do autor.

Ao todo, estabeleci 14 temáticas, sendo que para cada documento defini que o mesmo poderia ser classificado em até quatro dentre essas, como se pode constatar na figura acima.

As escritas abordam muitos assuntos ao mesmo tempo e em algumas situações, inclusive, a escolha de quatro temáticas se mostrou difícil, sendo que algumas não foram quantificadas. Abaixo o quadro síntese expõe as 14 temáticas e a incidência de documentos em que foram identificadas:

Tabela 6 - Incidência das Temáticas nos documentos da pesquisa

Temática	Nº Documentos
Família	57
Mundo do Crime	38
Lazer	34
Trabalho	30

Conflito	25
Medida Socioeducativa	24
Escola	21
Relacionamento Amoroso	21
Amizade	18
Projetos de Futuro	17
Território	15
Espiritualidade	15
Políticas Públicas	7
Consumo	5

Fonte: Elaboração do autor.

Identifiquei uma grande heterogeneidade de temáticas, conforme afirmei antes e como consta no quadro acima. Família é a temática mais abordada, seguida por mundo do crime, lazer, trabalho e conflito. Políticas Públicas e consumo são as categorias menos identificadas.

A seguir, apresento o escopo de cada uma das temáticas na forma de categorias construídas para analisar os documentos.

A categoria **família** foi concebida de forma ampla, estando presentes assuntos relacionados aos pais, avós, tios e filhos. Assim, ela foi utilizada quando estes tinham algum envolvimento na narrativa. A categoria **mundo do crime** também se caracteriza por um espectro amplo, inclusive, inicialmente utilizei o conceito de ato infracional, no entanto, este se mostrou insuficiente para contemplar a diversidade de atividades e relações identificadas. Estão inseridos nesta categoria, os atos infracionais, as relações e atividades que envolvem a cultura da vida no crime.

A categoria **lazer** agrupa referências a passatempos, brincadeiras, esporte e consumo cultural, como músicas, programas de televisão, livros e quadros. Também incluí as diversões, como idas a festas, viagens, praia, lagos, entre outros. Os jovens narram momentos de descontração.

Quanto à categoria **trabalho**, agrupo aquelas narrativas que pontuam de alguma forma as relações e situações em ambientes profissionais, a busca, o desejo ou preocupações com emprego, os estágios e cursos profissionalizantes. A categoria **conflito, por sua vez**, se refere

a situações de confronto, ou de desentendimento, ou ainda de discussão que os jovens vivem em diferentes espaços, como na escola, no mundo do crime, no trabalho, na rua, no cotidiano da medida socioeducativa e na família, entre outros. Em muitas narrativas, os jovens refletem sobre suas atitudes nesses conflitos, constituindo uma categoria expressiva.

Adoto a categoria **medida socioeducativa** para abranger narrativas que apresentam o cotidiano dentro do sistema (englobando delegacia, judiciário, medida de meio aberto e meio fechado) ou refletem sobre o papel da medida socioeducativa.

Na categoria **escola**, foi realizado um esforço para identificar quando a instituição escolar é citada e, inclusive, quando relacionada de forma indireta. Nesses casos, intencionalmente procuro identificar cada pequeno indício relacionado à escola, devido à relevância da política pública de educação para juventude e a relação complexa particularmente com os jovens em medida evidenciada pelos dados de escolarização da população jovem no país.

A categoria **relacionamento amoroso** se refere tanto a uma relação séria e constituição de família com um companheiro ou companheira, quanto a namorados e namoradas ou flertes. Também agrupa narrativas sobre desejos por uma pessoa. A categoria **amizade** reúne documentos em que a relação com amigos ou amigas são destacadas como relevantes, ou escritas que discorrem sobre sua importância.

Projetos de futuro, por sua vez, tem como escopo as projeções que os jovens fazem para a sua vida, seus desejos e sonhos. Também contempla as reflexões sobre possibilidades, desafios e condições que esperam enfrentar no tempo próximo ou mais distante.

A categoria **território** é ampla e se refere a elementos ou características dos territórios que os jovens destacam como sendo os seus em suas narrativas. Mencionam grupos de pertencimento, atividades, espaços percorridos, tais como mercadinhos, esquinas, praças, ruas, paradas de ônibus, entre outras.

A categoria **espiritualidade** faz referência a citações sobre práticas religiosas ou reflexões a esse respeito. Destaco que essa tematização nas narrativas foi uma surpresa e demandou algumas releituras dos documentos para que fosse devidamente identificada. Inicialmente, julguei que haveria poucas escritas em que a questão da espiritualidade estivesse abordada pelos jovens, de forma clara e explícita, citando grupos religiosos ou práticas. No

entanto, a partir das releituras, identifiquei referências à espiritualidade na própria narrativa, através de expressões e reflexões realizadas. Por exemplo, uma das jovens agradece a Deus por ter ido para a FASE, pois foi a partir da intervenção Dele que ela pode mudar de vida.

Na categoria **políticas públicas** encontram-se inseridas as citações dos jovens a respeito dessas políticas, sendo mencionadas CREAS, CRAS, CAPS, Ação Rua, Conselho Tutelar, UBS, SCFV, entre outras. A escola, que também é uma política pública, foi contemplada na categoria específica descrita acima. Inicialmente políticas públicas, na Planilha, estava desmembrada conforme a área de atuação (políticas da saúde; políticas da assistência; políticas da educação; políticas da justiça). No entanto, como esses temas não são abordados pelos jovens, foi preciso reunir todas em uma única categoria. Nesse sentido, o silêncio dos jovens, em suas narrativas, sobre as políticas públicas é uma evidência a ser considerada.

A categoria **consumo** concerne à menção dos jovens ao desejo de possuir bens ou determinados objetos, sendo referidos vídeo game, moto, carro, bebidas, tênis, roupas, entre outros. Dessa forma, ela foi identificada quando esse desejo foi expresso de forma explícita.

5.4 Forma do Documento

A seção sobre Forma, na Planilha de Caracterização de Documentos, tem como objetivo observar e agrupar algumas características das narrativas de si realizadas pelos jovens em medida socioeducativa. Desse modo, a partir da imersão nos textos e observando suas especificidades, defini quatro caracterizações principais, a saber: Tipo de Texto; Tempo; Forma de Apresentação; Narrador. Na sequência, apresento como cada caracterização comparece nos documentos reunidos.

Figura 12 - Captura de Tela - Planilha de Caracterização de Documentos (Dimensão "Forma")

Forma			
Tipologia do Texto	Tempo	Apresentação	Narrador
episódico	Presente	autobiográfico	1° pessoa do Plural
descritiva	Passado	autobiográfico	1° pessoa do Singular
episódico	Passado	autobiográfico	1° pessoa do Plural
episódico	Passado	autobiográfico	1° pessoa do Singular
episódico	Passado	memória	1° pessoa do Singular
descritiva	Presente	Ficcional	1° pessoa do Singular
episódico	Passado	autobiográfico	1° pessoa do Singular
episódico	Passado	autobiográfico	1° pessoa do Singular
História de Vida	Passado	autobiográfico	3° pessoa do Singular
episódico	Presente	autobiográfico	1° pessoa do Singular
História de Vida	Misto	autobiográfico	Misto de 3° E 1°

Fonte: Elaboração do autor.

5.4.1 Tipo do Texto

Sobre os tipos de textos, é importante registrar que todas as escritas podem ser abarcadas como práticas de escrita de si ou produção do eu, conforme conceituam Artières (1998), Larrosa (1994) e Arfuch (2010). Assim, o corpus empírico reunido para a pesquisa apresenta uma diversidade de formas de expressão de si.

Com o objetivo de caracterizar as escritas conforme o tipo de texto adotado pelo escrevente, elenquei quatro categorias: texto episódico; história de vida; texto descritivo e texto argumentativo. Importa ressaltar quatro aspectos a esse respeito: a) o tipo de texto foi categorizado a partir de sua forma textual, estrutura, característica e finalidade; b) as duas primeiras categorias constituem textos narrativos; c) a caracterização baseia-se em minha experiência de leitura desses documentos, como pesquisador, e por isso as designações foram formuladas no contexto da investigação, não tendo sido adotadas, a rigor, classificações de outros estudos ou dos cânones da área de língua portuguesa e literatura (embora tenham servido como inspiração); d) observo, ainda, que nas escritas produzidas pelos jovens em medida

socioeducativa, os tipos narrativo, descrição e argumentação podem, por vezes, compor um mesmo texto, embora um deles, em geral, se sobreponha.

Tabela 7 – Incidência de documentos segundo a caracterização do texto

Tipo	Nº de Documentos
Narrativa - Episódico	67
Narrativa - História de Vida	26
Argumentativa	35
Descritiva	17
Não contempla	19
Total	164

Fonte: Elaboração do autor.

Dentre os 164 documentos que integram a Planilha de caracterização, 92 tem como principal característica o texto narrativo, sendo que 67 são episódicos e 26 são histórias de vida. Com a característica argumentativa agrupei 35 documentos e descritiva reuni 17 documentos. Os 19 documentos não enquadrados correspondem a quatro desenhos e 15 questionários.

a) Texto narrativo

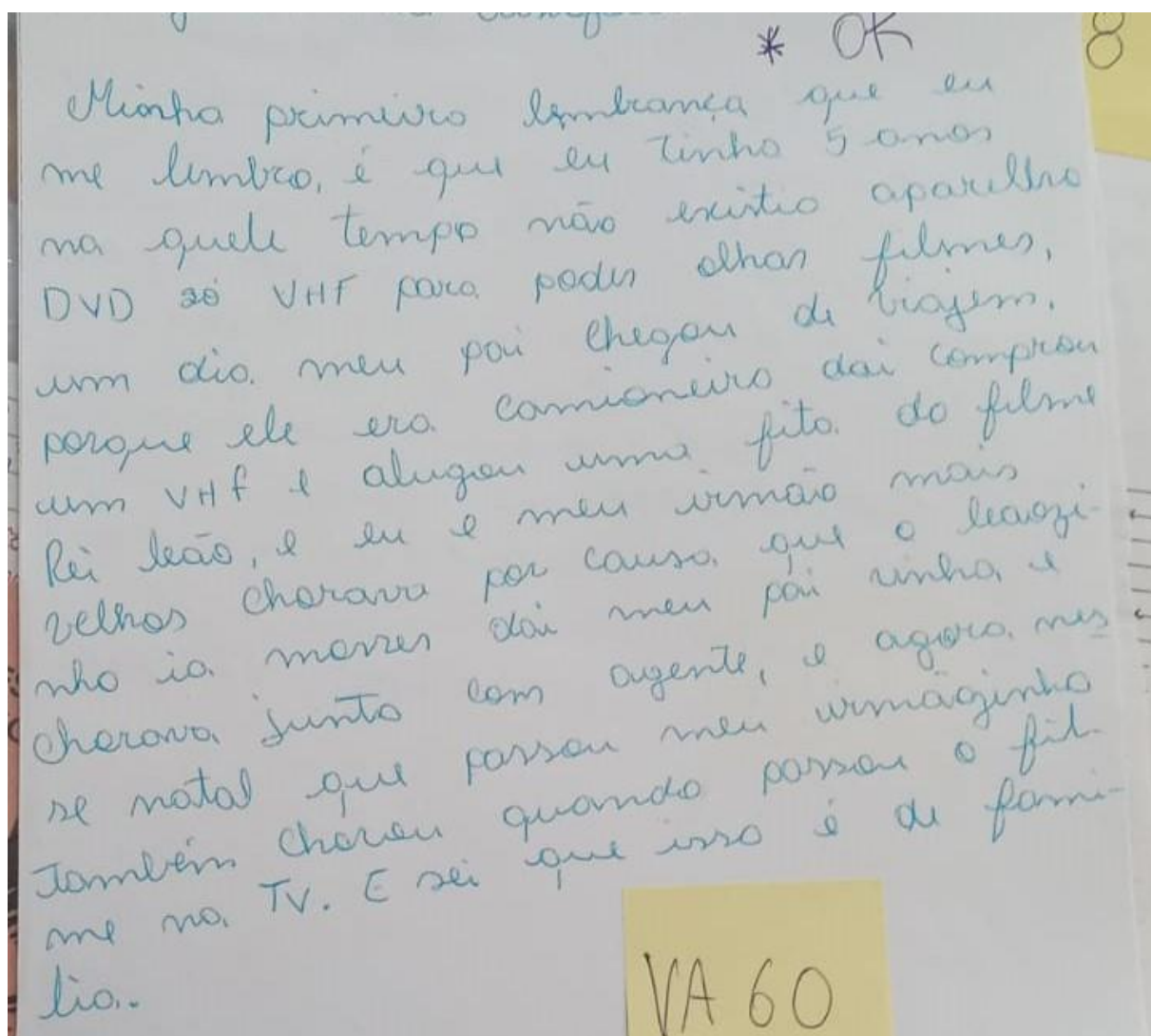
A utilização da narrativa por parte dos jovens tem como função exprimir suas experiências e dar sentido às suas existências. Compreendo a narrativa como uma forma de elaborar o que acontece a sua volta e o que acontece em si mesmo em função da passagem do tempo e da ação. Assim, a narrativa tem como característica um narrador, uma trama e a sucessão de acontecimentos que são articulados de forma coerente sob a perspectiva do narrador, nesse caso os jovens escreventes. As escritas identificadas com a característica mais forte de narrativa foram divididas em duas categorias: narrativa episódica e história de vida.

A narrativa episódica tem como característica principal o curto espaço de tempo narrado, ou a brevidade do acontecido. O jovem se propõe a escrever sobre um determinado

acontecimento ou um período específico de sua vida. Na história de vida o escrevente se dispõe a reportar-se ao tempo transcorrido de sua vida. Dessa forma, o principal marco que diferencia as duas modalidades é a dimensão do tempo. Entretanto, isso estabelece diferentes desafios no momento da escrita, pois na narrativa episódica o esforço daquele que se põe a escrever consiste no desenvolvimento de um acontecimento específico, que faz parte de sua trajetória pessoal. No caso da história de vida, o escrevente precisa selecionar e desenvolver de forma coerente uma narrativa que produza sentido para sua vida.

Abaixo consta exemplificada uma narrativa episódica.

Figura 13 - Exemplo de Narrativa Episódica



No documento acima o jovem narra o que julga ter sido sua primeira lembrança do tempo em que tinha cinco anos. Como encontrei outros documentos sobre a primeira memória, os indícios levam a crer que este tenha sido um tema proposto na oficina do projeto Virando a Página.

O jovem narra um momento de lazer, em que ele e seu pai assistiram juntos o filme Rei Leão e choraram. Essa lembrança foi retomada, pois no ano anterior sua irmã também “viu o filme e chorou”, ao que o jovem afirma tratar-se de “um traço de família”. Em sua escrita o jovem conta dois episódios relacionados ao vínculo afetivo em torno à ligação da família, momentos que unem o narrador com seu pai e a irmã. O choro e o filme Rei Leão funcionam também como elementos simbólicos de uma sensação de pertencimento à família.

Nesse caso observa-se que o jovem narra dois momentos distintos no tempo, estabelecendo uma conexão entre eles. No entanto, sua pretensão é narrar uma questão específica que aproxima os dois momentos, sendo que o segundo serve para reforçar o primeiro. Esse caráter de um momento específico caracteriza a escrita como narrativa episódica.

Abaixo destaco outro excerto, distinto do anterior por se tratar de exemplo de história de vida.

Figura 14 - Exemplo de história de vida

[Redacted] nasceu no dia 20.09.1994 no hospital presidente Vargas, estado do Rio grande do sul. [Redacted] foi uma criança esperta, na sua infância gostava muito de jogar bola com seus amigos. Foi crescendo e com o tempo foi frequentar a escola era um menino muito agitado porém muito dedicado aos estudos e a escola.

[Redacted] passava o dia inteiro brincando com seus amigos, porém numa certa idade ele foi se atrapalhando com as companhias, e os exemplos que tinha em casa. Passou tempos difíceis, mais e mais difícil foi quando teve sua internação na fase, foi um sofrimento para ele e familiares, amigos que gostavam muito dele, foram ficando com saudades, alguns até esqueciam dele, outros não viam a hora dele sair e voltar pra casa, alguns meses passaram na fase e depois foi aprendendo bastante coisas, fez vários cursos como o de, confeitaria.

Hoje [Redacted] se encontra na fase onde se encontra na fase de icpae, São aos fim de semana, pra casa com sua família, e não caminhar mais por linhas tortas. Seu pai e sua mãe estão se orgulhando muito dele, da vida nova que ele quer levar o futuro que ele planeja.

Fonte: Arquivo – Projeto Virando a Página

No documento acima o jovem registra sua história de vida iniciando pelo nascimento em 1994, e se estende até o período em que produziu a escrita. A narrativa passa pela infância, brincadeiras e amigos; ressalta que gostava de estudar e da escola. Depois refere que em “uma certa idade ele foi se atrapalhando com as companhias e os exemplos que tinha em casa”. E parte dessa espécie de fio explicativo para narrar o processo de envolvimento com o crime, que tem como pontos de acesso os amigos e a família. Após o período descrito, o jovem relata que foi preso, o que caracteriza como um momento muito difícil e escreve sobre a saudade dos amigos e da família. Ao mesmo tempo, descreve o período em internação na FASE como de aprendizado, inclusive porque realizou vários cursos, como o de confeitiro. O jovem destaca, ao final de seu texto, “não caminhar mais por linhas tortas” e que seus pais estão orgulhosos da “vida nova que quer levar”.

Assim, observa-se a construção da narrativa que se propõe a contar uma história de vida⁶⁷. Em geral, percebe-se que os jovens, assim como boa parte dos narradores de histórias pessoais, constroem uma narrativa que possui um fio de sentido, em geral um encadeamento, uma história linear, em que os períodos narrados se assemelham a etapas humanas estabelecidas socialmente, passando do nascimento para infância e posteriormente para a adolescência. Outro ponto é que os acontecimentos são selecionados a fim de produzir um efeito de coerência com o destino já conhecido, em boa medida afirmado em discursos que interpelam os jovens, que muitas vezes neles se reconhecem e os reproduzem, em especial quanto ao fato de estarem cumprindo medida socioeducativa. Assim, o enredo é costurado a partir de um olhar do presente para o passado, com a intenção de produzir um sentido. No caso da trama, percebe-se uma história de superação, de aprendizado, de um sujeito que cai, mas se levanta apoiado por sua família, e que aponta um futuro de esperança.

Ao observar a Planilha de Caracterização de Documentos, percebe-se que as narrativas tratam de temas diversos, sendo que todas as categorias construídas durante a pesquisa são abordadas, de alguma forma, nos 92 documentos correspondentes. No entanto, relativamente à seleção apenas das histórias de vida, o tema “mundo do crime” sobressai, sendo que dentre os 26 documentos, 19 foram identificados com essa temática. Do mesmo modo, o tema família foi identificado em 19 documentos. São duas temáticas que se articulam na estrutura do enredo construído pelos jovens nas histórias de vida. Assim, a família aparece no princípio, em que os jovens narram seu contexto de infância, o mundo do crime é referido no desenvolvimento da narrativa, como momento de conflito, mencionado pelos jovens, em geral, como um desvio de caminho, com a posterior “queda”. A família retorna no desfecho do enredo em grande parte dos documentos, e se apresenta como motivação e apoio para a mudança de vida, registrada literalmente pelos jovens.

b) Texto argumentativo

⁶⁷ A categoria de História de Vida é aprofundada no capítulo 7.

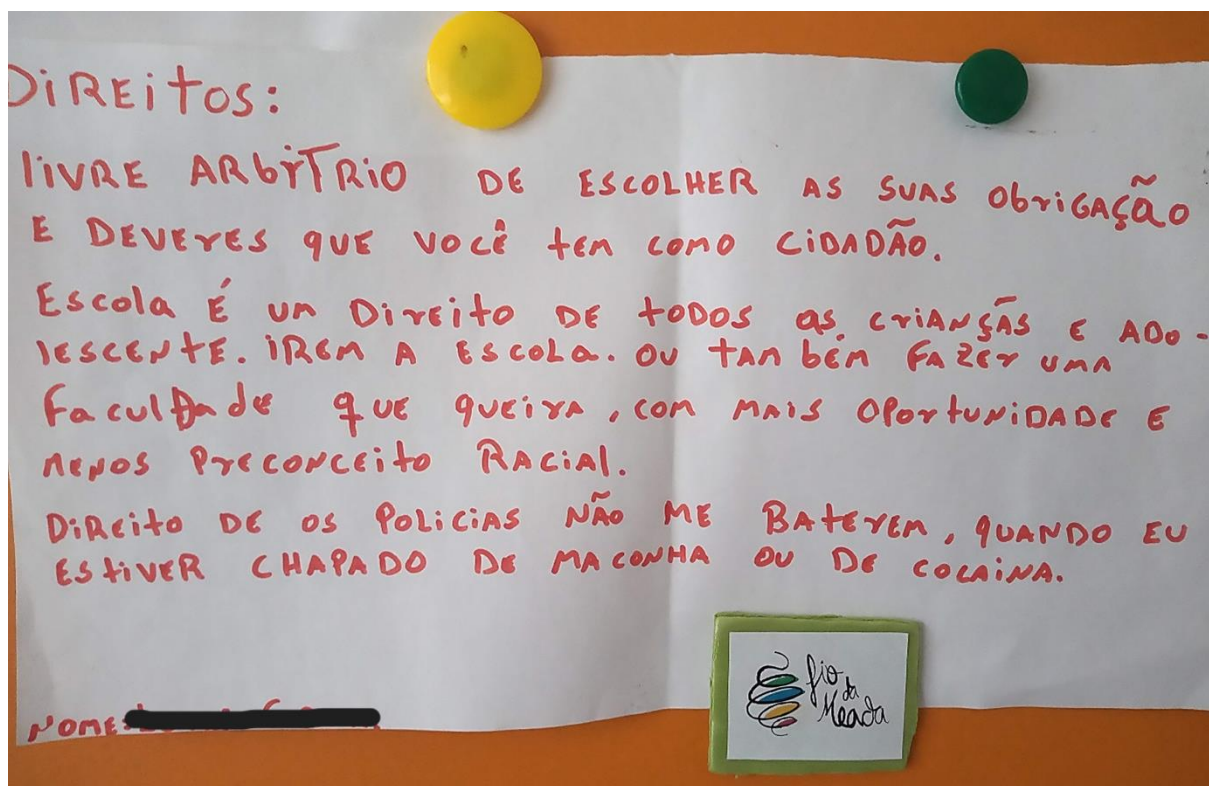
O texto argumentativo tem como característica o desenvolvimento de uma ideia, a defesa de uma posição a partir de argumentos. Nas escritas examinadas, os jovens formulam críticas sociais, expõem seus pensamentos sobre determinado tema e, em geral, se valem da própria experiência para dar força aos argumentos apresentados. O principal tipo de documento que utiliza a forma argumentativa nessa pesquisa são as cartas. Nelas, os jovens enviam notícias suas e refletem sobre sua condição.

São 35 escritas identificadas com uma característica mais argumentativa. Os temas variam muito. Trabalho é a temática mais identificada, presente em 14 documentos, seguido do segundo mais abordado, o tema projeto de futuro, registrado em dez documentos. Outro destaque é a temática da política pública, que foi muito pouco abordada pelos jovens de forma geral, apenas em sete registros, mas os textos argumentativos reúnem cinco documentos destes. E embora haja uma frequência do tema família nos demais tipos de documentos, nas cartas está identificado em apenas seis registros.

Em síntese, percebe-se nos textos argumentativos, em que os jovens defendem suas ideias, que os assuntos abordam as políticas públicas, a preocupação com o emprego e as projeções de futuro. Além disso, as escritas argumentativas foram produzidas, em geral, a partir de temáticas propostas nas oficinas, portanto dirigidas pelos educadores, que sugeriram escritas sobre direitos, sobre seus sonhos para o futuro, entre outros.

Abaixo destaco uma das escritas argumentativas que constam no corpus da pesquisa.

Figura 15 - Exemplo de Escrita Argumentativa - PPSC



Fonte: Arquivo - PPSC

A escrita do jovem estava afixada na parede do PPSC/UFRGS quando realizei a pesquisa junto aos prontuários do Programa. Pode-se observar que o jovem registra com caneta vermelha e escolhe os deveres como cidadão, a escola, como um direito de todos, assim como “fazer uma faculdade”. O jovem também destaca a importância de ter mais oportunidade e menos preconceito racial. Ao final cita o “direito de os policiais não me baterem, quando eu estiver chapado de maconha ou cocaína”. Provavelmente, a partir da temática proposta sobre direitos, o jovem registra suas experiências e como concebe o mundo.

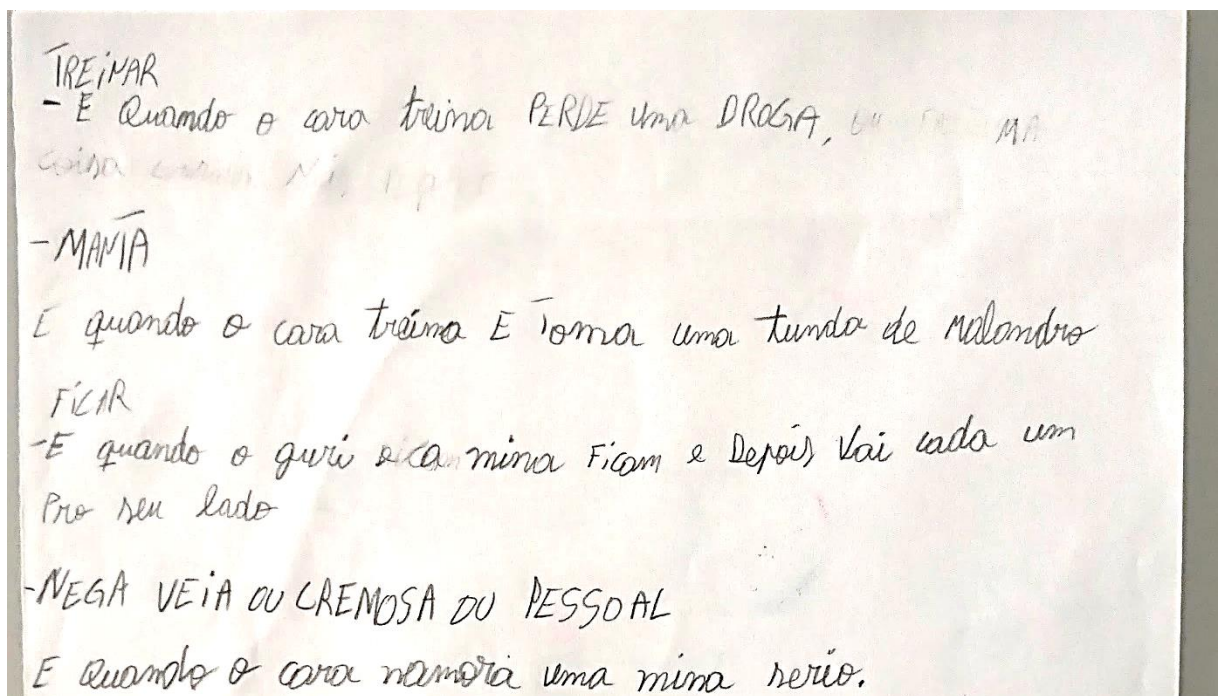
c) Descritivo

As escritas caracterizadas como do tipo descritivo caracterizam-se pela exposição de observações e apreciações sobre detalhes de alguma experiência ou acontecimento. São escritas que se concentram mais na descrição do que no desenvolvimento da ação ou em um enredo. Dessa forma, têm como um dos aspectos a suspensão do transcurso do tempo, pois o foco é a

descrição do momento, do espaço, das pessoas, entre outros. Identifico 17 escritas descritivas, sendo que três dos quatro poemas do corpus empírico se encontram entre elas. A temática que mais se destaca nesse tipo é o lazer, principalmente porque oito documentos são descrições de algumas expressões utilizadas pelos jovens (como kit; força; trabalho; cultura; cupincha, entre outras) produzidas nas oficinas do PPSC.

Abaixo segue um exemplo de escrita do tipo texto descritivo.

Figura 16 - Exemplo de escrita do tipo descritiva



Fonte: Arquivo PPSC

No exemplo, o jovem escreve sobre como entende o significado de quatro expressões: treinar, manta, ficar e nega véia ou cremosa ou pessoal. A partir das descrições sobre essas expressões, é possível observar alguns indícios de aspectos culturais que são vivenciados pelos jovens em medida socioeducativa. Observa-se que as primeiras duas expressões são usadas no que designam “mundo do crime”, e indicam algumas pistas de como a linguagem utilizada pelos jovens pode estar atravessada por este aspecto.

5.4.2 Tempo

Para a caracterização das escritas segundo a dimensão tempo, procuro observar como se apresenta a temporalidade que estrutura a narrativa escrita. Para isso, realizo a identificação a partir do tempo verbal que prevalece em cada documento. Assim, estão estabelecidas quatro categorias: passado, presente, futuro e misto. A designação *misto* se refere a uma divisão na narrativa em que é utilizado tanto o verbo no passado, como no presente. Segundo consta na planilha, dentre os 164 documentos inseridos, 70 utilizam o tempo verbal no presente, 54 utilizam o passado, 19 são mistos, dois utilizam o futuro e outros 19 foram classificados como “não se aplica”. O tempo futuro é utilizado em apenas dois documentos em que os jovens descrevem um mundo ideal no qual eles gostariam de estar, e foram escritos em uma oficina⁶⁸, em 2012, no PPSC/UFRGS. Dentre os 19 que “não se aplica a categoria” tempo, quatro constituem os desenhos e outros quinze são os questionários. Estes 21 documentos não foram adicionados ao quadro abaixo.

Os dois quadros abaixo apresentam a dimensão tempo conforme consta nas escritas dos jovens por tipo de documento (excluindo os desenhos e questionários) e forma do texto (excluindo o tempo futuro, que totaliza dois documentos). Dessa forma, os quadros registram o total de 143 documentos.

Tabela 8 - Dimensão tempo segundo o tipo de documento nas escritas dos jovens

Tempo	Tipo de Documento				Total
	Redação	Carta	Música	Poesia	
Presente	47	16	3	4	70
Passado	54	0	0	0	54
Misto	18	1	0	0	19
Total	119	17	3	4	143

Fonte: Elaboração do autor.

⁶⁸ A oficina se inspira na poesia “Vou me embora para Pasárgada” de Manuel Bandeira.

Na tabela acima apresento a intersecção da dimensão tempo segundo o tipo de documento. Redação é o único tipo de documento que utiliza outras notações de tempo além do presente. Isso ocorre provavelmente pela variedade de formatos de textos que esse tipo contempla. Música e poesia (com baixa representatividade na documentação) se apresentam apenas no tempo presente. As cartas, como exposto anteriormente e segundo os indícios apurados na documentação reunida, são utilizadas como forma de comunicação sobre o momento em que se encontram, utilizando o tempo presente. A única carta que possui tempos diversos (passado e presente), é porque em seu conteúdo o jovem também narra sua história de vida, e dessa forma reporta-se a seu passado.

Tabela 9 - Dimensão Tempo segundo a forma do texto

Tempo	Forma do texto			História de Vida	Total
	Argumentativa	Descritiva	Episódica		
Presente	34	10	24	2	0
Passado	0	5	42	7	4
Misto	1	0	1	17	9
Total	35	15	67	26	43

Fonte: Elaboração do autor.

Acima, nota-se que as escritas argumentativas, inclusive devido a sua característica, utilizam o tempo presente. Estão tabuladas as cartas, textos de reflexões pessoais ou críticas sociais. A forma descritiva é utilizada principalmente no presente, embora cinco documentos utilizem o tempo verbal no passado.

Quanto à forma de texto narrativa episódica, diferente das anteriores, os jovens utilizam principalmente o passado, pois, em geral, são escritas sobre acontecimentos que concernem às suas memórias, consideradas como passado, embora sejam elaborações do presente. Muitos dos textos versam sobre o último aniversário, a primeira lembrança, um momento em que experimentaram o medo, um presente que gostaram muito, entre outros. Nas histórias de vida os jovens utilizam, principalmente, um misto entre passado e presente. Assim, eles iniciam a narrativa contando sobre momentos do passado, em geral desde o nascimento. Mas, quando

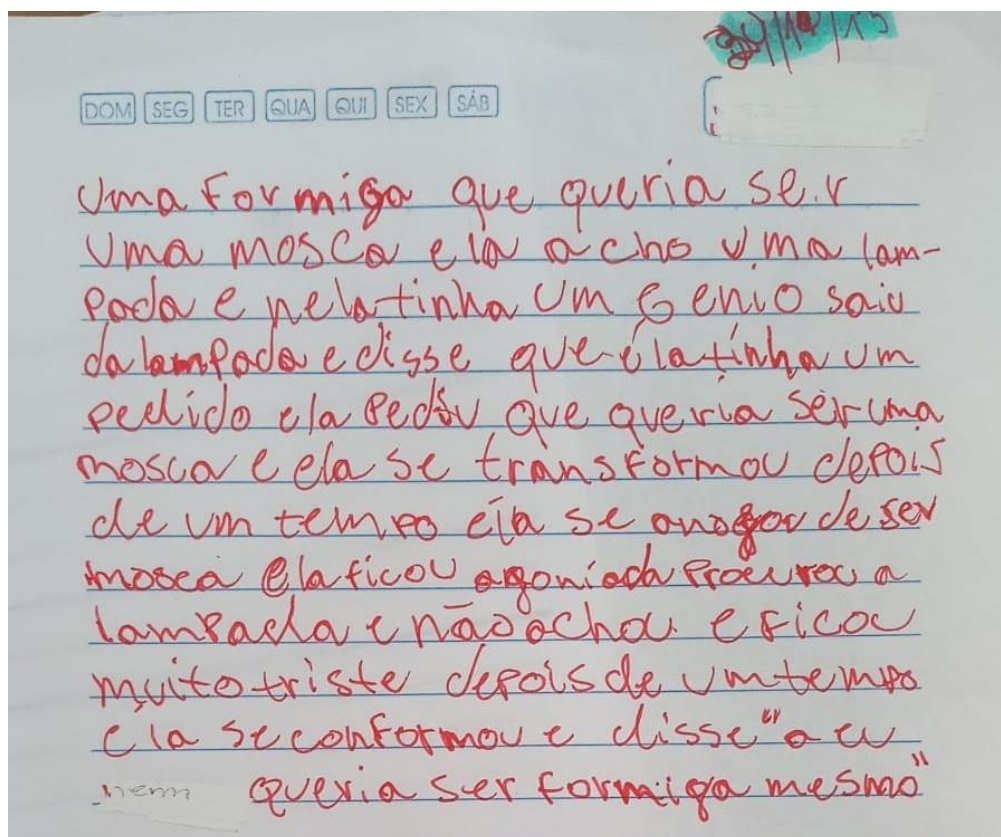
avançam no tempo até o momento atual, mudam o tempo verbal para o presente. Por esse motivo as histórias de vida ficam marcadas pelo tempo verbal misto, de passado e presente.

5.4.3 Relação Escrevente/Texto

Esta seção observa como os jovens escreventes apresentam suas escritas ou quais as relações que estabelecem com suas produções. Para este tópico, a partir da leitura de todos os registros escritos reunidos, delimitarei quatro categorias de textos: abstrato; ficcional; memória; autobiográfico.

Abstrato concerne às produções que se valem da linguagem não verbal, sobretudo o desenho, ou seja, em que sua apresentação principal não é sob a forma de produção textual verbal. Como **ficcional** são consideradas as escritas que utilizam a imaginação ou elementos que não guardam relação com um suposto real, como forma de expressão. Os principais documentos que foram caracterizados como ficcionais são as fábulas e contos em que os jovens utilizam animais e insetos como personagens e concluem com uma moral da história. Abaixo está reproduzido um exemplo de texto ficcional produzido pelos jovens.

Figura 17 - Exemplo de texto ficcional



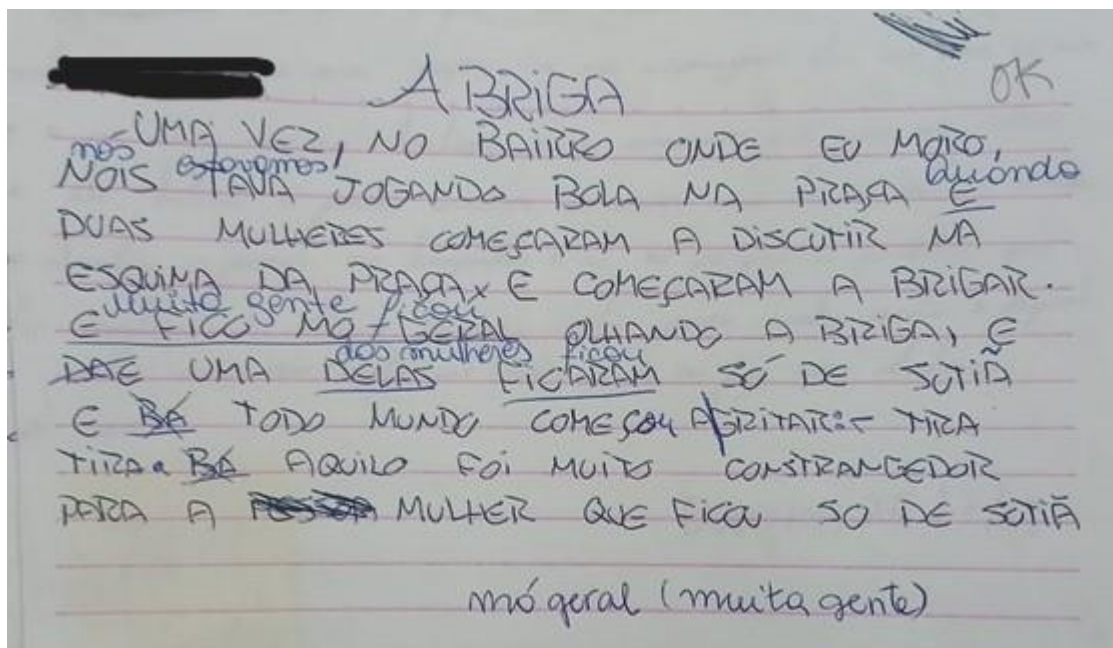
Fonte: Arquivo – Projeto Virando a Página

Este documento foi escrito em oficina realizada no dia 24/10/2013, com a temática de fábulas em que os personagens são animais ou insetos. Foram quatro escritas produzidas nesta oficina com essa temática. No documento acima, o jovem narra a história de uma formiga que gostaria de ser uma mosca. Ao conseguir se transformar em mosca, graças a intervenção de um Gênio da Lâmpada, depois de um tempo, “ela se anojou de ser mosca”, e gostaria novamente de ser formiga. Ao final a personagem principal teve de se conformar em permanecer enquanto mosca. Pode-se interpretar que o jovem está narrando sobre as escolhas de caminho durante a experiência juvenil. De certa forma, durante este período, muitas decisões são entendidas como permanentes (embora não seja), como a decisão por uma profissão ou talvez o envolvimento no mundo do crime.

As escritas caracterizadas como **memória** englobam aquelas em que o jovem se faz presente como participante do enredo principal da narrativa, mas apenas na condição de

observador. Dessa forma, a narrativa é sobre uma memória coletiva que o jovem narra a partir de seu ponto de vista, embora não participe diretamente da ação descrita. São poucas as escritas sob essa modalidade de texto e apresento abaixo a reprodução de uma dessas como exemplo.

Figura 18 – Exemplo de escrita como memória



Fonte: Arquivo – Projeto Virando a Página

O documento acima discorre sobre a briga entre duas mulheres na esquina da praça onde mora o jovem. Ele estava “jogando bola na praça” quando as duas mulheres discutiram e começaram a brigar. Segundo o narrador, muitas pessoas se reuniram para ver, “ficou mó geral”. Uma das mulheres acabou ficando só de sutiã, então todos gritaram “tira, tira”. O jovem finaliza a narrativa concluindo que foi muito constrangedor “para a mulher que ficou só de sutiã”. Dessa forma, percebe-se que o jovem é o narrador da história, mas é apenas um observador da trama que se desenrola com outros personagens.

Outro destaque é a praça como local importante de lazer no território, este espaço também está presente em outras narrativas, assim como as esquinas, a rua e o mercadinho. A partir da escrita do jovem não sabemos o que motivou a briga entre as mulheres, apenas que muitas pessoas se juntam para assistir, mas ninguém se mobiliza para interromper. Em princípio, aparentemente, o mobilizador para a escrita do jovem é o fato dele ter visto a

confusão, em que uma das mulheres ficou de sutiã e de ser uma situação constrangedora. Momentos similares foram narradas por outros jovens, em que situações de conflito, em que alguém se machuca ou que são constrangedoras, são percebidas, por alguns jovens, como situações engraçadas.

Outro apontamento sobre o documento, é a dificuldade na escrita de acordo com as regras formais. Além disso, percebe-se que alguém, provavelmente a oficina, faz algumas intervenções no texto, com uma caneta diferente, escrevendo acima da frase original, corrigindo alguns erros gramaticais. Nesse movimento de intervenção para adaptar a escrita à norma técnica, pode se observar que alguns termos são retirados e outros acrescentados, modificando a escrita realizada pelo jovem. Assim, aproveita-se este exemplo para reiterar a opção nesta tese de priorizar as escritas de jovens que ainda não foram editadas, pois percebe-se que as intervenções modificam o texto.

As escritas categorizadas como **autobiografias** são as que utilizam elementos do atributo autobiográfico como recurso. O autor, o narrador e o personagem principal, aquele que move a trama, são o mesmo sujeito. As escritas autobiográficas representam a maioria, como se pode observar na tabela abaixo.

Tabela 10 - Relação escrevente/texto e número de documentos

Categoria	Nº de Documentos
Abstrata	4
Ficcional	5
Memória	5
Autobiografia	135
Não se aplica	15
Total	164

Fonte: Elaboração do autor

Quase a totalidade dos documentos, um conjunto de 135, pode ser considerado como textos autobiográficos, querendo dizer com isso que possuem muitos traços que caracterizam o conceito. O registro de incidência de “não se aplica” corresponde aos quinze questionários, que por suas especificidades não poderiam ser classificados neste tópico.

5.4.4 Narrador

O último tópico da forma do texto na Planilha corresponde ao narrador. Quando presente, é aquele que conta a história e que como tal é identificado, em especial a partir do uso da pessoa gramatical. Essa caracterização, assim como as demais, decorreu do que foi encontrado nos documentos e que consiste em: texto impessoal; primeira pessoa do singular; texto na terceira pessoa do singular; na primeira pessoa do plural; misto de primeira pessoa do singular e primeira pessoa do plural e misto de primeira e terceira pessoas do singular.

Tabela 11 - Incidências de tipo de narrador nas escritas dos jovens

Narrador	Nº de Documentos
Impessoal	12
1ª pessoa do singular	105
3ª pessoa do singular	18
1ª pessoa do plural	4
1ª pessoa do singular e plural	3
1ª e 3ª pessoas do singular	3
Não se aplica	19
Total	164

Fonte: Elaboração do autor.

A narrativa em primeira pessoa consta na grande maioria dos documentos. É a principal forma de narrativa nas redações e na quase totalidade das cartas, músicas e poemas, assim como principal característica nas escritas de si, embora possa apresentar-se de outras formas, como destaque abaixo.

A narrativa realizada apenas em terceira pessoa do singular, por sua vez, foi identificada em 18 documentos. Todos esses documentos, exceto um, são histórias de vida, o que reforça o indício de que a terceira pessoa foi uma orientação nas oficinas do projeto Virando a Página, quando o objetivo foi o desenvolvimento de uma escrita sobre a vida pessoal. É provável que essa orientação tenha tido como objetivo o exercício da escrita e o desenvolvimento de outras

formas de narração. Foram identificados também três documentos que mesclam a primeira e a terceira pessoas do singular, igualmente histórias de vida em que os jovens iniciam narrando o passado na terceira pessoa e quando chegam no tempo presente, a narrativa muda para a primeira pessoa.

A narração realizada apenas em primeira pessoa do plural foi identificada em quatro documentos. Dois deles se caracterizam por reflexões sobre a vida, em que o jovem utiliza o plural para se referir a eventos que todos os indivíduos vivenciam. Nos outros dois documentos, os jovens narram um momento vivido com amigos e por isso utilizam a primeira pessoa do plural. Em três documentos que mesclam a primeira pessoa do singular com a primeira pessoa do plural, os jovens utilizam sua experiência pessoal para desenvolver uma reflexão coletiva. Dessa forma, se apresentam como pertencentes a coletivos específicos que são vulneráveis e realizam uma análise sobre essa sua condição⁶⁹.

Ademais, constatei que há três formas diferentes que os jovens utilizam para narrarem a si mesmos utilizando a primeira pessoa do plural. Na primeira os jovens se narram como pertencentes à espécie humana, quando desenvolvem reflexões sobre a vida que atravessam, assim como todos nós. Na segunda forma os jovens se identificam como parte de um grupo social e narram sobre seus desafios e sobre essa condição, expondo uma crítica social. Na terceira forma, os jovens narram a si mesmos como parte de um grupo de amigos que vivencia uma situação comum.

As 19 ocorrências de “não se aplica” correspondem aos desenhos e questionários. E a narrativa impessoal concerne aos casos em que o narrador se situa fora do enredo do texto, apenas como observador. Esta característica foi identificada em 12 documentos, principalmente as fábulas, escritas argumentativas e alguns documentos que consistem em descrições de expressões juvenis.

5.5 Materialidade

⁶⁹ Um exemplo já apresentado é a música Desigualdade Social

A dimensão na Planilha correspondente à materialidade das escritas tem como foco o suporte utilizado e a forma como se apresentam as escritas aqui examinadas. Essa dimensão se atém aos aspectos materiais e visuais de cada documento e é a partir do suporte, enfim de sua materialidade, que o texto pode ser manuscrito e assumir determinadas características e, afinal, chegar até o leitor.

Para a atenção dirigida à materialidade foram observados cinco aspectos: extensão do texto; tipo de papel; letra (traçado); habilidade de escrita e outros elementos. Abaixo uma imagem dessa dimensão da Planilha.

Figura 19 - Captura de Tela – Planilha de Caracterização de Documentos (Dimensão Materialidade)

Materialidade			
Extensão ▼	Papel ▼	Letra ▼	Habilidade ▼
Curto	Caderno grande	Forma	Muita dificuldade
Curto	Caderno grande	Cursiva	Dificuldade
Curto	Caderno grande	Cursiva	Dificuldade
Curto	Caderno grande	Cursiva	Dificuldade
Curto	Caderno grande	Cursiva	Dificuldade
Médio	Caderno grande	Forma	Dificuldade
Médio	caderno pequeno	Cursiva	Dificuldade
Curto	Folha A4 Organizada	Cursiva	Muita dificuldade
Longo	Folha A4 Reutilizada	Cursiva	Facilidade
Médio	Lauda A4	Forma	Facilidade
Curto	Lauda A4	Cursiva	Dificuldade

Fonte: Arquivo próprio

A dimensão material dos registros escritos diz muito, tanto quanto o texto verbal que está registrado. Ao leitor, e ao escrevente, articula-se à atribuição de sentido juntamente ao próprio texto, e assim o escrevente se faz presente no registro material, na ocupação do espaço do papel que tem diante de si, na letra que utiliza, nos estilos da grafia, nas rasuras, na forma de linguagem e na expressão da própria competência formal que se manifesta na produção textual. São todos elementos ou rastros materiais que apresentam indícios sobre os sujeitos

escreventes. Nesse sentido, Chartier (2002) afirma que a produção de um texto implica diferentes processos, como o gesto da escrita, as técnicas utilizadas, as intervenções, as memórias de outros textos lidos ou escritos e, enfim, a materialidade do suporte. Assim, os textos só podem ser registrados e atingir seus leitores a partir de uma materialidade e das práticas de escrita que acolhem, elementos importantes na análise de qualquer produção textual.

5.5.1 Extensão

Esta classificação se refere à extensão ou volume da produção textual dos documentos analisados. Uma comparação, para definir a extensão, foi realizada considerando apenas o conjunto da documentação reunida, não tendo procedido à comparação com outras escritas ou utilizado outros critérios para determinar essa extensão, porque os considero exteriores ao campo empírico, como aqueles que figuram em manuais de redação ou as normas literárias. Assim, partindo das próprias escritas dos jovens, estabeleci três categorias: registros curtos, médios e longos. O texto curto se refere a escritas que possuem até meia página, mais breves, enquanto o texto médio concerne àquelas de meia até uma página completa. A produção textual longa ou extensa refere-se às escritas com mais de uma página. Essas referências foram construídas, vale insistir, a partir da própria documentação e tem como objetivo levar em consideração o volume de cada produção escrita. A extensão ou volume de escrita de um texto podem apontar os interesses, motivações, satisfação ou investimentos que os jovens decidiram mobilizar ou não em suas práticas de escrita.

Tabela 12 - Incidência da extensão dos textos escritos dos jovens

Extensão	Nº de Documentos
Curto	65
Médio	53
Longo	27
Não se aplica	19
Total	164

Fonte: Elaboração do autor.

Pouco mais de um terço dos documentos, ou seja, 65, possui até meia página A4 preenchida com a produção textual, nesse caso considerada curta. Trata-se de escritas principalmente episódicas, embora bem variadas quanto ao tipo e temáticas. Os documentos entre meia página e uma página A4 inteira perfazem 53 documentos e se caracterizam por uma variedade de acordo com os tipos de documentos e formas de escrita. Os documentos longos, ou seja, cujas produções textuais são mais extensas, tal como mais de uma página, perfazem 27, portanto em menor número e constituídos, principalmente, por cartas e histórias de vida.

O fato da maioria das escritas serem de extensão curta, portanto muito breves, pode ser uma decorrência do escasso uso dessa competência e reflexo da baixa escolarização dos jovens.

5.5.2 Suporte

Essa classificação se refere ao tipo de suporte utilizado pelos jovens para registro de suas escritas. A maior parte dos documentos foi produzida em oficinas pedagógicas e os tipos de folhas de papel foram fornecidos pelas iniciativas. Dessa forma, o suporte não decorreu necessariamente da escolha dos jovens, mas ao que lhes foi disponibilizado pelos projetos. Do mesmo modo, as escritas realizadas na FASE, como cartas, músicas, poemas e outros, se valeram dos suportes oferecido aos jovens pela instituição. Abaixo, o quadro apresenta o número de documentos pelo tipo de suporte.

Tabela 13 - Número de documentos por tipo de suporte

Suporte	Nº de Documentos
Caderno Grande	33
Caderno Pequeno	8
Folha A3	1
Folha A4	48
Folha A4 organizada	25
Folha A4 reutilizada	21
Lauda	25

Tampa de Caixa	1
Inconclusivo	2
Total	164

Fonte: Elaboração do autor.

A folha A4 foi o suporte mais utilizado, representando 94 documentos. No quadro acima a caracterização distingue: Folha A4 (folha em branco); Folha A4 organizada (folha impressa com orientação para a escrita); e Folha A4 reutilizada (folha impressa, na qual os jovens reutilizam seu verso). O segundo suporte que mais comparece consiste nas folhas de caderno grande (dimensão A4), 33 ocorrências, seguido pelas folhas de lauda, que perfazem 25. Os suportes menos aproveitados foram as folhas de caderno pequeno, oito registros e um apenas em folha A3. Também integra o conjunto documental uma produção coletiva realizada em uma tampa grande de caixa de papelão forrada com papel amarelo. Outros dois documentos foram inconclusivos⁷⁰ quanto ao tipo de suporte.

5.5.3 Letra (grafia)

Um dos objetivos da descrição e caracterização dos documentos observa o tipo de letra adotado pelos jovens nas escritas que compõem o corpus empírico. Constatou-se a frequência de três formas de escrita: letra cursiva; letra de forma e texto digitado. O quadro abaixo apresenta o número de documentos por tipo de letra utilizada.

Tabela 14 – Incidência de documentos segundo o tipo de letra

Tipo de Letra	Nº de Documentos
Letra Cursiva	78
Digitado	24
Letra de Forma	60

⁷⁰ Os documentos eram cópias das escritas dos jovens e nessa cópia ficava difícil determinar o suporte utilizado. São dois documentos do Projeto Abrindo Caminhos.

Não se aplica	2
Total	164

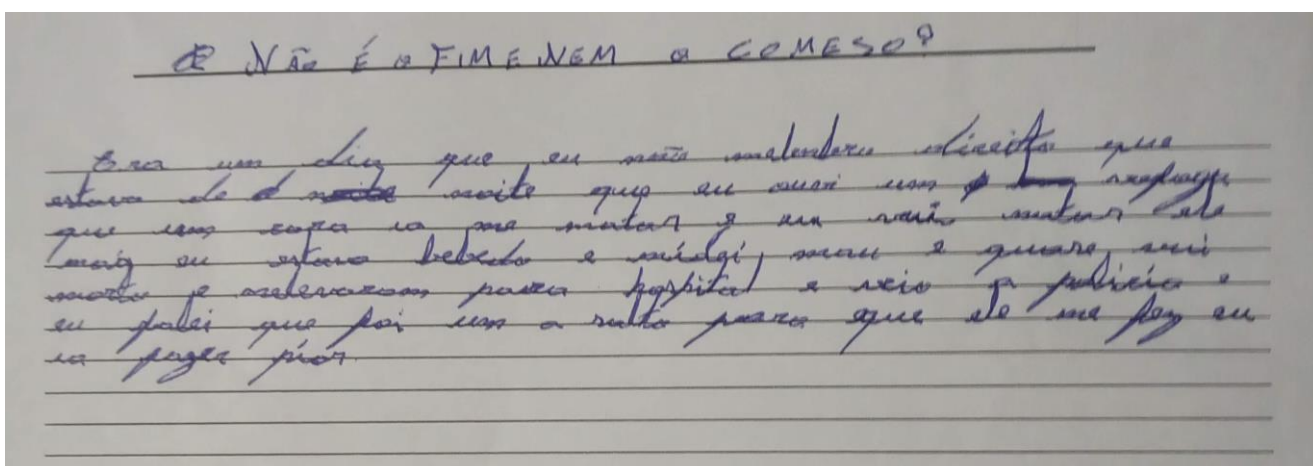
Fonte: Elaboração do autor.

Nos documentos examinados, tanto a letra cursiva quanto a letra de forma são muito utilizadas. Com a letra cursiva constam 78 documentos, superior aos 60 documentos em que os jovens utilizam a letra de forma.

As escritas digitadas constam em 24 documentos e são compostas por textos realizados pelos jovens em um computador e alguns outros são escritas dos jovens digitadas posteriormente para a edição do livro (no caso do Projeto Virando a Página). “Não se aplica” corresponde aos dois desenhos que não possuíam nenhuma escrita acrescida à ilustração.

Uma prática identificada na escrita dos jovens que utilizam a letra cursiva é o uso da letra de forma como modo de destacar alguma informação em diferentes segmentos da narrativa do texto. Identifiquei que não apenas acontece uma mudança no recurso da letra utilizada como também se amplia o seu tamanho como forma expressiva e modo de chamar a atenção do leitor. Abaixo, algumas ocorrências dessa prática:

Figura 20 - Escrita com mudança de grafia como forma de destaque (1)



Fonte: Arquivo – Projeto Virando a Página

Figura 21 - Escrita com mudança de grafia como forma de destaque (2)

Vão

~~ERA UM~~ Era uma vez,
 Era um dia que estava eu e o meu amigo estavam
 rematado fumando um cigarro quando passou uma mulher
 com uma máquina e veio um senhor e rubira a máquina e nós
 VIMOS TUDO QUE TINHA QUE VER ~~de dentro~~ do vidro.
 quando veio para.

Fonte: Arquivo – Projeto Virando a Página

Figura 22 - Escrita com mudança de grafia como forma de destaque (3)

De: [redacted]

PARA: MEUS GRANDES E NOVOS AMIGOS!

Parado meu amigo e grande amigo sei que esse papel
 não tem o mesmo valor que você me ajudou com
 amor sei que não tem preço o valor do sentimento
 e alegria que as pessoas que me ajudaram a mim

Sei que não é obrigação de vocês mas vocês
 foram fundamentais para mim.

Por isso vem ser como a amizade a todos
 Valéria, comua, Tatiana Ha, Anderson, Rafael, Fernando R. D., Ricardo
 Dória, Sérgio, Edson e três pessoas que não consegui
 escrever mas eu e minha família agradecemos a todos
 pelo o que fizeram por nós e que todos nos todos
 com a bênção de ninguém de ~~SEJA~~ MUITO OBRIGADO!
 MUITO OBRIGADO! E QUE TODOS VIVAM POR MUITOS E MUITOS
 ANOS SEM PALAVAS!, isso quer dizer AMO, AMORO E
 AMIZADO A TODOS MESMO SEM CONHECER A TODOS.
 E ME DISCULPE POR DEMORA PARA MINHA SATISFAÇÃO
 PARA TODOS.

Fonte: Arquivo – Projeto Virando a Página

Figura 23 - Escrita com mudança de grafia como forma de destaque (4)

Minha mãe, muito brava comigo e com
 todos aqueles, ~~to~~ se dirigiu até a sala am
 de a mesa estava comigo e chamou-a até
 o seu quarto e disse: "O que você quer com
 meu filho, ^{hum, sua filha velha?} meu filho e nascido e
 não quer se separar com nega vêia velha
 ma", ~~pois minha mãe na época tinha 31~~
 anos e a mãe 28, e eu 17 anos.
 depois de ouvir tudo que minha mãe
 falou a mesa desobedeceu ~~ela se~~
~~ela se~~ e depois que mi
 nha mãe chamou ela de nega vêia ela
 disse chorando MAS A GENTE TRÁNSOU!
 aí por ali acabou a discussão até que
 a mesa foi embora de casa com ela até
 o quarto para me despedir e trancou a
 porta, aí a mesa falou amim para mim
 bebê mostra para tua mãe que ela está es
 tava e chorando foi embora. Subi para minha
 cama vendo a tua deitei ao lado de minha
 mãe e dormi como um anjo em meu primar
 do final de semana.

LEMBRANÇAS QUE FICOU DE MINHA
 MÃE E DA MESA PORÉM AS DUAS
 HOJE FIZERAM UMA VIAGEM MAS EU AINDA

Fonte: Arquivo – Projeto Virando a Página

Figura 24 - Escrita com mudança de grafia como forma de destaque (5)

Um dia e
da casa e
outros de
caçador? oo

Como um jovem
de família, um dia
vão encontrar
emprego, sem alguma
experiência.

Mas ele pode
roubar, que seria
vamos como
de irou sustentar
sua família, se
mas de dois
emprego de

Qual seria
a sua alternati
va?

Por isso existe
a criminalidade.

Se abrir
alguém pergunto
para saber o
por que as
pessoas matam,
roubam, traficam,
muitos outros coisas
que a de
vado.

É RIA CERTEZA

QUE TODOS
DIRAN QUE
NUMCA ~~SEJA~~
TIVERÃO UMA
CHANCE
DE EMPREGO

OS JOVENS
E SE PORTO ALEGRE
QUE ESTÃO
NO CRIME
NÃO IRÃO
LARGAR
PORQUE

ELES
GANHARÃO
MUITO
MAIS DO
QUE UM
SALARIO

MINIMO
POR SEMANA.
AGORA
PARA ELES
PARAREN
SÓ.

MORTOS
OU
MORTOS

MAS
O
MUNDO
AINDA
TEM UMA

CHANCE
OS
MAIS
JOVENS

QUE
EU
E
TODOS
NÓS

ENTÃO
~~VÃO~~
VAMOS

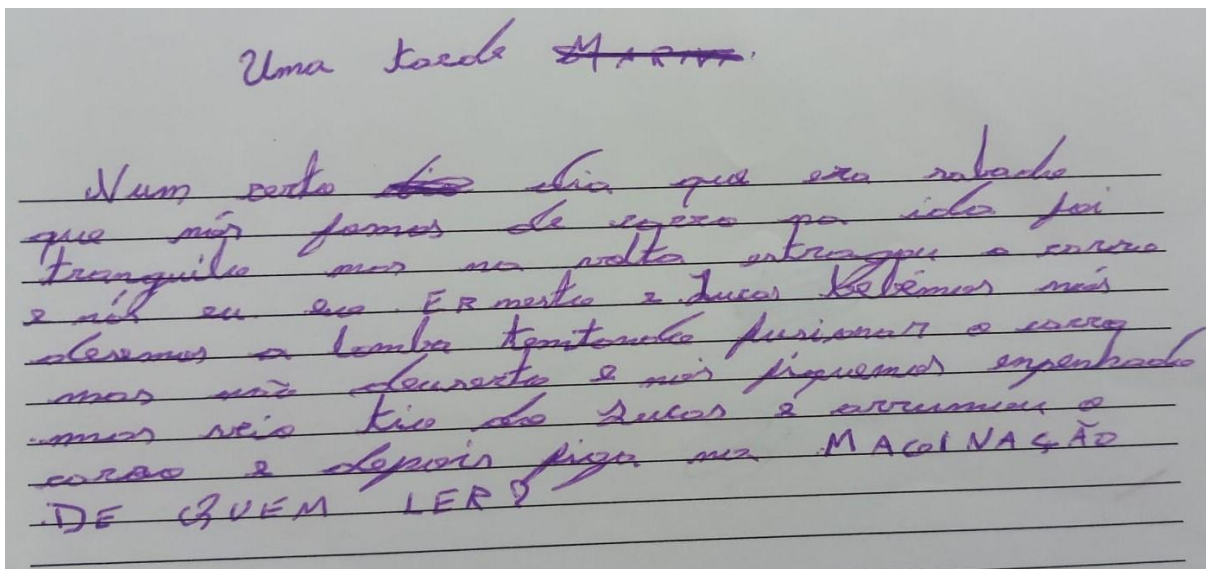
ACABAR
COM
ESTAS
BUROCRACIA

PARA
ENCONTRAR
EMPREGO
NO

MUNDO

Fonte: Arquivo – Projeto Abrindo Caminhos

Figura 25 - Escrita com mudança de grafia como forma de destaque (6)



Fonte: Arquivo – Projeto Abrindo Caminhos

Assim, a partir da caracterização dos documentos percebe-se que a letra de forma é utilizada na prática de escrita dos jovens como forma de enfatizar algum aspecto ou ideia do texto, alertar o leitor quanto à ênfase que supostamente a expressão oral atribuiria ao texto. Na **Figura 20** observa-se que o título do texto, por exemplo, é um dos espaços de destaque em variadas escritas, pois alguns jovens utilizam a letra de forma como recurso gráfico com essa finalidade. Em outros textos, como na imagem de **Figura 21**, percebe-se que o título, embora não esteja em letra de forma, está sublinhado.

O modo de registrar no texto uma ênfase intencional também é utilizado ao longo da escrita. No caso do exemplo **Figura 21** o jovem utiliza esse recurso para enfatizar que conseguiram ver muita coisa por baixo da saia da moça que havia passado. Para o leitor fica uma sensação de exaltação do narrador neste segmento do texto, o intento de transmitir a intensidade do momento. A utilização desse recurso parece ampliar, no imaginário, os significados do texto para além do que está escrito como linguagem verbal.

O recurso gráfico é utilizado de forma muito similar no documento da **Figura 25**. Nele, o jovem narra, em escrita cursiva, um sábado com dois amigos, quando estavam voltando de

algum lugar e o carro estragou. Não conseguiram resolver e chamaram o tio de um dos amigos que conseguiu consertar o problema do carro. Ao final, o jovem utiliza a letra de forma como recurso gráfico de destaque ao se comunicar com o leitor: “depois fica na IMAGINAÇÃO DE QUEM LER!”. Intencionalmente, o jovem utiliza a letra de forma para ressaltar que algo de importante ou interessante aconteceu depois, mesmo que a narrativa apresente poucos indícios sobre essas possibilidades. Dessa forma, como no exemplo anterior, o recurso é utilizado para se referir a aspectos que estão além do texto e só podem ser imaginados. Talvez seja algo que o jovem verbalizou na oficina para os colegas e oficinairos, durante a escrita, mas decidiu não compartilhar com o leitor, a quem delega a possibilidade de imaginar. De certo modo, tal recurso fornece pistas acerca das práticas de escrita dos jovens e de que estes possuem um certo controle dos aspectos da vida narrados, bem como, selecionam o que desejam compartilhar. Interdições, conveniências, contextos, espaços de dizer ou calar, entre outras possibilidades, podem ter delimitado as escritas dos jovens aqui examinadas.

No caso do documento **Figura 23**, ao contrário do recurso gráfico utilizado para destacar o que vai além do texto, o registro enfatiza o que está sendo informado. Neste caso o jovem narra a fala da moça que dialoga com ele e com sua mãe após um jantar. A letra de forma é utilizada para distinguir a fala da moça, e como recurso para enfatizar sua indignação diante do fato de que somente por terem transado, um compromisso sério deveria ser assumido.

Do mesmo modo, no documento **Figura 24**, o jovem utiliza a letra de forma juntamente com o aumento de seu tamanho, não apenas para destacar, mas para criar o efeito de um clamor ou grito de quem quer ser escutado. O recurso não é utilizado em uma palavra ou frase para se sobressair entre as outras, mas como destaque em uma parte do discurso que o jovem escreve. A partir da segunda metade do texto, a letra, além da mudança na grafia, vai aumentando de tamanho cada vez mais, até que as palavras quase não cabem no espaço da folha. O recurso é muito expressivo e singular.

Em todos os casos acima descritos, também se observa que o recurso gráfico pode ser uma característica de escrita pautada na oralidade. Dessa forma, percebem-se dois aspectos: a ampliação e destaque das letras sugerindo o aumento do tom de voz, o grito, o clamor, a expressão enfática; e ainda, o domínio das competências de escrita, sendo que naquelas escritas menos desenvolvidas, figura um acento no registro de como se fala ao invés do como se escreve,

distinção que é consenso entre os especialistas do estudo do português praticado em nosso país. Assim, quando acontece a mudança na grafia para letra de forma, é como se mudasse o tom da fala, em geral agregando maior ênfase, ou sugerindo ao leitor uma maior atenção.

5.5.4 Habilidade na Escrita

Quanto à habilidade na escrita, ou seja, quanto à competência formal na produção textual dos jovens, cumpre ressaltar que os textos não puderam ser cotejados com dados mais detalhados sobre seus escreventes, como o nível de escolaridade ou o tempo de permanência na escola, por exemplo. Dessa forma, a ortografia pode servir como parâmetro para caracterizar as escritas, inferir sobre os níveis de escolaridade e verificar as competências do escrevente quanto à produção escrita.

Segundo Petrucci (1999), para realizar uma análise mais complexa dos testemunhos escritos é importante ter em conta a tipologia gráfica, “o grau de fluidez do escrito, o nível de execução dos elementos gráficos complementares (pontuação, maiúsculas, abreviações, símbolos técnicos, etc.), a capacidade do registro do sistema linguístico”. A partir de tais características, se poderia alcançar indícios do nível gráfico, educacional e cultural dos escreventes (PETRUCCI, 1999, p. 46). Assim, uma atenção às tipologias da escrita dos jovens, no caso desta tese, aprofunda o conhecimento sobre os sujeitos, sobre suas práticas de escrita e formas de se narrar.

No entanto, me concentro muito mais no conteúdo dos textos, não apenas pelo maior interesse, já que o principal objetivo é perceber como os jovens em medida socioeducativa se narram, mas também pelo reconhecimento de que seriam necessários determinados conhecimentos técnicos para estabelecer claramente uma distinção quanto aos níveis das habilidades escritas. Nesse sentido, opto por me valer de alguns critérios para determinar níveis de dificuldade de escrita de forma ampla, que são utilizados para gerar alguns dados que servem para contextualizar os escreventes e para caracterizar a materialidade dos documentos da tese.

Para isso, adoto dois critérios ortográficos principais, a saber: grafia correta das palavras e uso da pontuação. Caso a escrita do texto não faça uso da norma formal quanto a esses dois aspectos, o documento consta como “muita dificuldade”. Caso apenas um dos aspectos seja

observado, considero haver alguma dificuldade. E, quando o texto apresenta o uso da norma quanto à ortografia e pontuação, atribuo a caracterização “facilidade”. Embora relativamente grosseiras, essas palavras expressam algumas evidências quanto aos usos dos recursos expressivos da língua e apontam para as experiências de escrita dos jovens. Abaixo consta o quadro com as incidências segundo a classificação de habilidades por número de documentos.

Tabela 15 - Incidência de documentos segundo habilidades na escrita

Habilidade	Nº documentos
Dificuldade	58
Muita dificuldade	49
Facilidade	30
Não se aplica	27
Total	164

Fonte: Elaboração do autor.

A maioria dos jovens, face aos aspectos estabelecidos para caracterização, possuem dificuldade ou muita dificuldade na produção textual formal, segundo as regras ortográficas. Apenas 30 documentos foram classificados com “facilidade”. Os outros 27 documentos “não se aplica”, que consistem em desenhos ou textos que foram submetidos à revisão e foram digitados.

Outro aspecto relevante é a constatação de que mesmo com dificuldades diversas quanto à ortografia, na maioria dos casos os jovens produziram muitos textos nas oficinas e projetos. O que se percebe na prática de escrita dos jovens é que frequentemente estruturam suas escritas tendo como referência a linguagem oral. Dessa forma, uma maior dificuldade no texto formal, possivelmente devido à escolaridade dos jovens que cumprem medida socioeducativa, pode ser observada em relação à aproximação da produção escrita com a oralidade. Inclusive, lançam mão de recursos gráficos, como a mudança de letra cursiva para letra de forma em algumas palavras ou frases, com o objetivo de demarcar a ênfase da escrita (como na fala) em determinado momento, como analisado no tópico anterior.

Tais indícios vão ao encontro dos estudos sobre a cultura escrita das classes populares. Castillo Gómez (2003) indica que as escritas dos sujeitos à margem, em geral transitam entre a

oralidade e a escrita pouco atenta às normas da língua, pois se trata de escreventes que possuem pouca escolaridade. Para o autor, o grande valor de seus registros são as formas de expressão de si e do mundo, que carregam rastros de uma variedade de culturas populares. Além disso, pontua que nesses escritos podemos entrever a desigualdade histórica da difusão social da técnica da escrita e da leitura e sua apropriação efetiva pelas camadas populares. A partir dessas considerações, a tese busca contribuir com o campo de estudos da cultura escrita, tendo como foco as escrituras de sujeitos que ocupam posições vulneráveis nas relações de poder e na estrutura social e que deixam poucos registros escritos sobre suas vidas.

5.6 Perfil do Escrevente

O objetivo desta dimensão na Planilha de Caracterização de Documentos é apreender o perfil dos jovens em medida socioeducativa, escreventes dos documentos analisados. Adoto, para esse propósito, quatro tópicos de identificação, a saber: nome, gênero; cor/raça; e idade, como se pode observar abaixo na imagem da planilha.

Figura 26 - Captura de Tela - Planilha de Caracterização de Documentos (Dimensão Perfil do Escrevente)

Perfil do(a) Escritor(a)			
Nome	Gênero	Cor/Raça	Idade
██████████	Masculino	Não Identificado	Não identificado
Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
██████████	Feminino	Não Identificado	Não Identificado
██████████	Masculino	Não Identificado	Não Identificado
██████████████████	Masculino	Não Identificado	Não Identificado
██████████████████	Masculino	Não Identificado	Não Identificado
██████████████████	Masculino	Não Identificado	Não Identificado

Fonte: Elaboração do autor.

Na primeira coluna, referente ao nome, a intenção principal foi identificar jovens que realizaram mais de uma escrita dentre aquelas que integram o corpus da pesquisa e como elas podem estar interrelacionadas. Quanto à caracterização racial dos jovens, não consta

praticamente nenhuma sinalização nos textos ou nos questionários. Em suas escritas é surpreendente constatar que os jovens silenciam sobre a dimensão racial, seja nas histórias de vida, seja nas outras narrativas. O único indício forte nos documentos é um dos jovens que refere seu apelido como “Negão”. Embora tenha sido empreendida uma busca nos detalhes das escritas para identificar alguma referência à questão racial dos jovens, não houve achados a esse respeito.

Desse modo, as categorias que foram possíveis analisar são as estabelecidas em gênero e idade. No entanto, mesmo para estas, foi difícil realizar a identificação, como consta no quadro abaixo.

Tabela 16 - Número de documentos por gênero e idade

Idade	Masculino	Feminino	Não identificado	Total
16	1	3	0	4
17	4	1	1	6
18	8	1	0	9
19	4	0	0	4
20	1	0	0	1
21	1	0	0	1
Não identificado	92	29	18	139
Total	111	34	19	164

Fonte: Elaboração do autor.

No quadro acima foram cruzados os dados de idade e gênero identificados nas escritas dos jovens. No caso da idade, nota-se que não há identificação possível de ser deduzida nas escritas. Apenas 25 documentos referem essa informação no texto, e a grande maioria, 139 documentos, não possuem esses dados. Dentre os 25 documentos com a informação da idade, 12 constituem histórias de vida. Em geral, observa-se que nas narrativas de histórias de vida os jovens marcam acontecimentos importantes a partir da idade que possuem. Assim, após a narrativa transcorrer do passado para o presente alguns jovens identificam sua idade no momento da escrita, enquanto descrevem seu contexto atual.

Quanto à identificação do gênero, observa-se que se avançou muito mais. Isso ocorreu devido à característica da língua portuguesa, que possui flexões diferentes em substantivos e adjetivos conforme o gênero, assim como a diferente utilização de artigos. A observação dessas regras nas escritas dos jovens permitiu a identificação em quase todos os documentos, chegando a 145 produções escritas. No entanto, em 19 registros não foi possível identificar a flexão de gênero.

O quadro apresenta que a maioria dos escreventes são jovens masculinos, presentes em 111 documentos, sendo que as jovens escreveram 34 documentos. No contexto da socioeducação a presença masculina é efetivamente muito maior que a feminina, como apresentado no Capítulo 3, e em geral elas perfazem em torno de 6% dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa. Daí que a obtenção de 34 documentos de jovens escritoras é bem considerável.

Em relação à idade, os jovens possuem, principalmente, entre 16 e 19 anos. Apenas um com 20 anos e um com 21 anos. Dentre os 164 documentos, em apenas 25 foram identificadas as idades, e dessa forma, temos indícios muito frágeis sobre essa característica do perfil dos escreventes.

6 NARRAR-SE NAS HISTÓRIAS DE VIDA

Em que pese a impossibilidade de comunicar a existência, cada eu tem, sem dúvida, algo que comunicar de si mesmo (...) um lugar de enunciação único, em que dá testemunho de sua identidade. Testemunho de si que é também lugar de absoluta solidão (ARFUCH, 2010, p.101).

Narrar histórias, narrar a própria vida. Escrever sobre a própria existência no mundo. Traçar, como afirma Leonor Arfuch (2010), uma narrativa de vida em que estão em jogo o tempo da vida, o tempo do relato e, nesta tese, o tempo da escrita. As escritas de jovens estão repletas de referências de temporalidade. E, como afirma a autora, “o tempo torna-se humano na medida em que é articulado sobre um modo narrativo” (ARFUCH, 2010, p. 87). De certa forma, o ato de narrar é impor uma temporalidade particular (de quem narra) aos acontecimentos, construindo um sentido próprio a determinada cadeia de eventos. Os jovens escreventes deparam-se com a possibilidade de estruturarem suas vidas quando desafiados, em diferentes propostas aqui contempladas, a escreverem sobre elas, a estruturarem fragmentos de suas existências através de alguns traços que escolhem de acordo com seus interesses, a partir de como se veem ou orientados por educadores. Escrever e narrar não é simplesmente verter nas palavras e frases registradas o imediatamente vivido, mas constituir na linguagem as experiências, as subjetividades. Nossas histórias, diz Alberto Manguel (2008), são nossas memórias, podem vir em nosso socorro, podem curar, iluminar, apontar caminhos, e quando pensamos que haverá leitores dessas histórias, almejamos “o reconhecimento dos outros que percebemos e nos percebem” (MANGUEL, 2008, p.19). Acrescenta o autor o excerto que diz muito para esta tese e os jovens escreventes:

Sonhar histórias, contar histórias, **redigir histórias**, ler histórias são artes complementares que dão voz à nossa percepção da realidade e podem servir como conhecimento vicário, transmissão de memórias, instrução ou advertência. (MANGUEL, 2008, p.19, grifos nossos).

Dentre as escritas de si de jovens que cumpriram medida socioeducativa e que compuseram o corpus de análise, as narrativas caracterizadas como histórias de vida se destacam e nos provocam a pensar sobre os sentidos da produção de escritas das histórias pessoais, da busca de reconhecimento, do desejo em formular caminhos. Nos documentos escritos o movimento dos escreventes tem como intenção contar uma sucessão de acontecimentos que consideram importantes para representar a sua trajetória de vida, mas igualmente explicitar aprendizados, advertências, sonhos. Diferente das escritas que narram um episódio vivido, ou as lembranças de um acontecimento específico, como a primeira lembrança da infância, ou como passaram o último aniversário, ou ainda um momento de conflito experienciado ou o primeiro dia que passaram na FASE, as histórias de vida registradas mostram-se como uma espécie de exame geral do percurso vivido até aquele momento e, muitas vezes, uma formulação sobre como percebem a realidade em que seus percursos se deram dessa ou daquela maneira.

A pergunta que parece guiar a narrativa de história de vida dos jovens é: Como cheguei até aqui? Quais acontecimentos me conduziram até a privação de liberdade? Como posso contar o que aconteceu em minha vida até este momento? Impõe-se considerar, primeiramente, que o olhar retrospectivo dos jovens às suas vidas tem como referência o fato de estarem cumprindo medida socioeducativa. O destino final conduz a forma como os escreventes elaboram suas histórias. Observa-se que a intenção, quando da rememoração de episódios da vida, busca produzir uma coerência que explique – e justifique – o desfecho em que se encontram no tempo da escrita.

Além das ideias de Arfuch (2010) antes exploradas, mostra-se importante retomar alguns pontos conceituais e metodológicos utilizados para a análise das escritas. Primeiro que a escrita de si é uma produção de si. Os jovens, quando escrevem sobre a história pessoal, não estão apenas descrevendo seu interior ou como percebem sua trajetória de vida, mas produzindo a si mesmos nesse processo, no presente, em suma, produzindo a subjetividade (LARROSA, 1994; ARTIÈRES, 1998; JOSSO, 2007). A escrita de si é um exercício que busca tecer um sentido à vida utilizando como linha um emaranhado de discursos que nos atravessam. Dessa forma, investigar as escritas de si dos jovens em medida socioeducativa é investigar a produção de suas subjetividades em contextos e tempos determinados.

Como segundo ponto, conforme destaca Artières (1998), nas práticas autobiográficas o narrador escolhe os acontecimentos, ordena a narrativa e determina um sentido ou uma direção (1998, p.11). Quando escreve sobre sua própria história de vida, pode tentar construir um destino para si mesmo, relacionar diferentes acontecimentos, muitas vezes ligando-os como causa e efeito, de forma a conferir uma coerência racional ao desenvolvimento da trama. No entanto, o escrevente de sua história é aquele que se encontra ciente do final da jornada daquela trama e por isso sua perspectiva pode consistir em demonstrar o caminho, a sequência de eventos determinantes que levaram até sua situação atual, que no caso dos jovens escreventes é a medida socioeducativa.

Gusdorf (1991) reforça essa ideia e argumenta que a experiência vivida une o fio da narração do passado com o futuro de forma insuperável. A escrita sobre si, mais propriamente como história de vida, ou escrita com traços autobiográficos, é uma confissão sobre o passado e, portanto, como memória que parte de um olhar do presente. O escrevente reconstrói sua memória e faz prevalecer determinada versão revisitada de seu passado de acordo com seus interesses, angústias, desejos e realidade no momento.

Dessa forma, as escritas de si não são neutras, são oportunidades de os sujeitos expressarem como se veem e como gostariam de ser vistos. Artières avança esse ponto associando o ato de arquivar a própria vida com o de organizar o próprio processo de defesa perante a sociedade. “Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo” (ARTIÈRES, 1998, p. 31). No caso dos jovens em medida socioeducativa, talvez seja uma das raras oportunidades de defenderem, não apenas suas escolhas e suas trajetórias, mas a sua história e existência.

O terceiro ponto é que ao mesmo tempo que transcorre a investigação das singularidades na escrita de histórias de vida, inexoravelmente estudam-se os discursos sociais. A escrita de si não é apenas autorreferente, somos sujeitos sociais e dessa forma nos referenciamos nos outros (ARFUCH, 2010). Os discursos que nos atravessam e subjetivam têm como emissários ativos os sujeitos que nos rodeiam, que se importam e nos importam, mas também a quem somos indiferentes. Partindo da produção de si de jovens da periferia, que ocupam as margens da história, em geral identificados no lugar de inimigos da sociedade ou pessoas que precisam ser punidas e reeducadas, tem-se uma perspectiva interessante sobre o

contexto cultural e social que os abriga, sobre as experiências juvenis possíveis e como (re)existem, como mobilizam estratégias discursivas de existência.

O quarto ponto a ser ressaltado é a concepção da história de vida não como verdade absoluta, mas como uma produção de si que está atravessada pelo momento e pelo contexto. Entende-se, conforme Larrosa (1994), os sujeitos enquanto “confessantes”, ou seja, sujeitos ativos na produção de verdades sobre si mesmos, verdades essas que também são produzidas tendo como pano de fundo as histórias que os narram. Assim, as escritas de si são processos de subjetivação, estão em movimento, selecionam “verdades” que fazem mais sentido naquele instante, naquele contexto, mas que após a conclusão podem ter sido superadas. Josso (2007) destaca que na análise e interpretação das histórias de vida escritas é importante que a identidade seja tomada como “processo permanente” de definição de si mesmo (JOSSO, 2007, p. 416). Dessa forma, o processo de arquivar a própria vida nunca é definitivo, sempre está sendo reorganizado e reescrito, seja por fatores pessoais ou externos (ARTIÈRES, 1998, p. 32).

Ao mesmo tempo, a intenção desta tese não é discernir o que é verdadeiro e o que é falso nas histórias contadas. Mas analisar como os jovens apresentam suas histórias, como constroem suas percepções e representações a partir da narrativa escrita, como testemunham suas vidas e o mundo.

6.1 As Estruturas e o Caráter das Narrativas

As estruturas das narrativas nas escritas de histórias de vida guardam semelhanças entre si, em especial quanto aos marcos e etapas da vida estabelecidas socialmente. Em geral, iniciam indicando a data e local de nascimento, percorrem rapidamente a infância e suas condições, passam pela entrada no mundo do crime, depois o período na prisão e, por fim, formulam caminhos que almejam ou consideram possíveis para o futuro. O fato de os jovens estarem cumprindo medida socioeducativa no momento da escrita estabelece essa condição como destino final para o percurso construído pela narrativa, mas essa nem sempre é interrompida nesse acontecimento.

Paul Ricoeur (1994) afirma existir uma correlação cultural entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana. O enredo, diz ele, tece e configura a

nossa experiência temporal de mundo, medeia e integra acontecimentos individuais em uma história, um ato configurante que sintetiza o heterogêneo: “compreender uma história é compreender como e por que os episódios sucessivos conduziram a uma conclusão” (RICOEUR, 1994, p. 105). Um tempo que escoo do passado em direção ao futuro.

Assim, nas histórias de vida sobressai a necessidade dos jovens de apresentarem os marcos que os conduziram ao envolvimento com o mundo do crime e, conseqüentemente, à medida socioeducativa. Dessa forma, são dois elementos relevantes identificados na estrutura da narrativa: o fato de a história seguir, em geral, um tempo linear das etapas da vida⁷¹ e dos acontecimentos; e de ter como referência para a narrativa o destino, no momento da escrita, da privação de liberdade.

Escrever lembranças pessoais é sempre produzir (conscientemente ou não) uma representação de si mesmo que constrói um passado imaginado, desejado, que não corresponde necessariamente ao que aconteceu realmente. Não se trata de desmascarar mentiras ou falsificações intencionais, mas de localizar as imprecisas recordações do passado na imagem que cada um tem de si mesmo ou quer que os outros tenham dele ou dela. A "ego-história" está sempre ameaçada pelas lembranças das experiências, não como foram, mas como deveriam ter sido para adequar-se ao presente do indivíduo. (CHARTIER, 2020, p. 148-149).

Como exprime Chartier (2020), a circunstância de os jovens estarem em medida socioeducativa no momento da escrita faz com que realizem um esforço para adequar a narrativa da história de vida a este presente, estabelecendo relações e conseqüências entre os acontecimentos de forma a conferir um sentido coerente.

Outro aspecto marcante observado nessas narrativas é o seu caráter de testemunho. Segundo Artières (1998) à propósito de diários e escritas autobiográficas, o desejo de testemunhar é uma das características das práticas de arquivar a própria vida.

Sempre arquivamos as nossas vidas em função de um futuro leitor autorizado ou não (nós mesmos, nossa família, nossos amigos ou ainda nossos colegas). Prática íntima, o arquivamento do eu muitas vezes tem uma função pública. Pois arquivar a própria vida é definitivamente uma

⁷¹ Dois documentos de histórias de vida não seguem uma ordem linear. Os dois iniciam no presente, embora depois venham a perpassar a infância.

maneira de publicar a própria vida, é escrever o livro da própria vida que sobreviverá ao tempo e à morte. (ARTIÈRES, 1998, p.32).

Como expus anteriormente, as vidas dos jovens são precárias e incertas, o encontro com a morte ronda o cotidiano das periferias urbanas e as escritas intentam testemunhar a existência, além de transmitir uma instrução ou advertência. Castillo Gómez (2003), assim como Manguel (2008), referido antes, também destaca que os sujeitos, em geral, estão conscientes do valor da escrita como um suporte para a memória, ou pelo menos o desejo de se fazer reconhecer e perpetuar através dela. A escrita do gênero carta que integra esse conjunto de escritas de histórias de vida exemplifica com nitidez o desejo de testemunhar. Os jovens expressam esse objetivo para a narrativa de suas vidas nas seguintes palavras:

(...) to escrevendo porque eu quero contar o que eu aprendi com esse tempo que eu fiquei aqui.

(Jovem do gênero masculino, Arquivo PPSC).

(...) se for preciso eu pretendo mostrar para os outros que o crime não é tudo.

(Jovem do gênero masculino, Arquivo PPSC).

(...) é tri ruim ficar aqui não façam coisas para vir parar aqui (...).

(Jovem do gênero masculino, Arquivo PPSC).

(...) então se ligam aí na rua... VIDA LOKA.

(Jovem do gênero masculino, Arquivo PPSC).

Em sua carta para uma técnica que realizava o acompanhamento de seu caso durante a permanência em medida de internação, o jovem, em vários momentos, se dirige a outros possíveis leitores, presumivelmente outros jovens que teriam o desejo ou estariam em processo de entrada na vida do crime. Ou seja, ainda que a carta tenha uma destinatária específica, uma profissional do meio aberto, o jovem tem como propósito de sua escrita oferecer um testemunho que vai além do primeiro interlocutor. Propõe-se escrever porque deseja “contar o que eu aprendi com esse tempo que eu fiquei aqui”. A escrita de sua experiência de vida, vale ressaltar, tem como pretensão “mostrar”, servir de ensinamento para outros jovens não entrarem para o

mundo do crime. Os indícios apontam que o testemunho assume o principal objetivo de ensinar a partir do exemplo.

O mesmo intuito comparece nas histórias de vida do projeto Virando a Página. Diferentemente da carta, o projeto propôs escritas de si em que os jovens sabiam de antemão a possibilidade de publicização das mesmas. Dessa forma, os jovens construíram suas narrativas apontando ensinamentos, seja diante de seus erros, como o envolvimento com o crime, ou frente aos seus acertos, como a mudança de vida. Abaixo estão reproduzidos excertos dessas escritas em que expressam de forma direta o objetivo de manifestarem um testemunho.

Digo pra todos que estão começando ou já estão no mundo do crime. Não acabe com sua vida e nem a dos outros, a vida não tem volta, nem precisa bate de cara no muro pra vê olha só meu depoimento. Viva a vida enquanto pode porque meus amigos não podem mais e só a saudade fica (Jovem do gênero feminino, Arquivo Virando a Página).

(...) tenho 18 anos e vou escrever um pouco sobre minha vida pra vocês (Jovem do gênero feminino, Arquivo Virando a Página).

(...) que apresentou o Virando à Página que é uma oficina de leitura e produção textual em que as pessoas podem contar sobre suas vidas para dar exemplo para outros adolescentes, para que eles não sigam exemplos errados (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página).

Algumas pistas nas escritas apontam que na oportunidade de poder dizer de si os jovens escrevem sobre o que consideram seu principal aprendizado na vida até aquele momento, e que consiste na entrada e superação da vida no mundo do crime.

Nos raros espaços que os jovens em medida socioeducativa experimentam e percebem que sua trajetória individual é considerada relevante, parecem entender que eles têm sobre o que escrever, querem narrar e contribuir com outros jovens. Suas narrativas afirmam os marcos que os distinguem, que compõem suas identidades e aqueles que escolhem como mais relevantes para tornarem públicos. Nesse sentido, o envolvimento com o crime, a passagem pela prisão e a superação dessa condição se destacam como tramas em suas narrativas escritas. De fato, reverberam os discursos de verdade que condenam os crimes e exortam a conversão, e

apesar disso os testemunhos nos dizem com expressividade que os jovens almejam continuar suas vidas.

6.2 Narrativa do Anti-Herói

Outra característica das escritas analisadas é a construção de uma narrativa sobre a jornada dos jovens enquanto *anti-heróis*, personagens muito utilizados contemporaneamente seja na literatura, no cinema ou outras produções socioculturais. Conforme estudos consolidados na literatura, o herói clássico, inaugurado nas poesias épicas de Homero⁷², vive um processo⁷³ de desconstrução sendo substituído por personagens ambíguos, muito mais próximos do ser humano comum (ESCRIBANO, 1981; LUKACS, 2000; BROMBERT, 2004; ARANTES, 2008).

Segundo Lukacs (2000), a característica do herói é “elevar-se acima do que é simplesmente humano, seja da massa que o circunda ou dos próprios instintos”, e, no entanto, aos poucos o heroísmo se torna “polêmico e problemático”. A idealização do herói como ser mítico não é mais a forma natural de representar a existência. O drama contemporâneo coloca em cena “seus heróis como homens vivos, em meio a uma massa circundante presa simplesmente à vida”. Um personagem do cotidiano em permanente confronto com o mundo (LUKACS, 2000, p. 41).

O herói contemporâneo, individualista e falho, se aproxima do real e das adversidades humanas. Fruto da modernidade, rompe tanto com a cultura tradicional e coletiva, quanto com a “perfeição” e incorporação de valores aristocráticos e elitistas (cf. LUKACS, 2000). Dessa forma, o desenvolvimento do anti-herói tem como um dos principais fatores o processo de ruptura com o herói clássico.

Segundo Arantes (2008), anti-herói é a figura que contrapõe o modelo tradicional de herói, “lança dúvidas sobre valores que vêm sendo aceitos ou que foram julgados inabaláveis”.

⁷² Me refiro as obras *Ilíada* e *Odisseia* de Homero.

⁷³ “De fato, a figura do herói e sua representação na literatura não mudaram repentinamente, mas passaram por um processo que refletiu a história da transformação do próprio homem na sociedade” (ARANTES, 2008, p. 24).

Assim, anti-herói é antes de tudo um personagem “subversivo”, suas ações na trama “contestam pressupostos aceitos socialmente” e dessa forma, em geral a “sociedade o rejeita” (ARANTES, 2008, p. 26).

O anti-herói carrega características de um perturbador e de um agitador, seu modo subversivo o coloca à margem, contrariamente ao modelo do herói tradicional que é louvado e aclamado por todos, já que defende interesses de um grupo específico que domina e no qual também está inserido. (ARANTES, 2008, p. 26).

Este movimento na literatura, em que as pessoas comuns e as das margens podem começar a assumir protagonismo nas tramas, acompanha um processo amplo no ocidente, apresentado no capítulo 2, em que a própria história, enquanto ciência, deixa de priorizar as grandes personalidades e poderosos para estudar também o cotidiano e os esquecidos. Como foi discorrido, a escrita de si também faz parte deste movimento, quando sujeitos comuns começam a sentir que suas vidas também são importantes de serem registradas.

Nas narrativas sobre suas histórias, percebe-se que os jovens utilizam muitos dos elementos que identificam a figura do anti-herói na produção de si mesmos como personagens. Nasceram de famílias humildes e vulneráveis, deixam-se cair em “tentação”, frequentam festas, adotam a ostentação, praticam a violência, o roubo, fazem uso de drogas, até que caem na prisão, quando procuram uma redenção a partir de sentimentos nobres vinculados aos familiares (filhos, esposa, mãe, avó). Nas escritas de si os jovens estabelecem como antagonista da trama a própria realidade, suas ações são em confronto com o mundo, as problemáticas enfrentadas são aquelas do cotidiano de muitos jovens nas periferias brasileiras. Abaixo destaca-se uma das histórias de vida que apresenta os elementos gerais aqui expostos.

Figura 27 - Escrita narrativa extensa de jovem do Projeto Virando a Página

Virando a Pagina VA93

Meu nome é [REDACTED]
 tenho 18 anos e sou sereno um pouco
 sabe a minha vida pra vocês.
 Na minha infância eu sofri bastante
 de pois tenho pais separados e então
 a minha mãe teve que trabalhar
 para sustentar tudo nós que eramos
 os 4 em casa e meu pai era
 muito difícil ir lá em casa
 por na época ele tinha cara matar-
 na e não correndo pra lá e pra
 cá com o carro cheio de mulhe-
 res que trabalhava para ele na
 (cidade) longe dele dias de então
 a minha mãe nunca mais quis
 sair dele. Por meus 10 anos eu vi

meu pai bate na minha mãe
 e aguilão me marcou por dentes
 e fui para mim mesmo que
 meu pai nunca mais veio logo
 a mãe nela depois disso meu pai
 foi na lei e tentou me pega
 pra ele mais o juiz falou pra
 minha mãe e meu pai em audiência
 que eu e meu irmão iríamos pra
 casa dele de 15 em 15 dias mes
 final de semana, mais eu não gostava
 de ir pra casa dele pois ele tinha um
 quintal no fundo da casa dele que
 tinha 2 piscina e achava de putado lá
 e eu não gostava, no meu aniversário de
 13 anos eu fui na piscina dele e o
 meu irmão levou todos os amigos dele
 que a metade era rido loka e
 meu pai quis bater no meu irmão
 por que ele falava que não queria
 que nós andasse com os amigos e

que ele preferia ver meu irmão
 morto do que na rido do crime
 mais foi ele que deu a pri-
 meira arma pro Jonas quando ele
 fez 16 anos pra ele se defender mais
 pra que os 17 anos o Jonas foi morto
 e quando eu vi o meu irmão no caixão
 eu prometi pra ele que eu iria
 cuidar da mãe e virar a morte
 dele, no meu aniversário de 15 anos
 meu pai me deu uma BIZ 125 preto e
 eu comecei a sair por toda parte
 de moto foi ai que conheci o rato
 com quem convivi 8 meses morando com
 ele ai eu vendi a moto para compra
 meus móveis pra dentro de casa, e quando
 me separei dele eu fui morar sozinho
 por 3 meses ai voltei morar com minha

ai a minha rido tava virando um
 inferno ele não me ameaçava que
 iria matar os caras que traficavam
 pra ele me matar ai eu botei na
 minha cabeça que eu tinha que
 comprar uma arma peguei e vendi
 todos os meus móveis e comprei um
 38 pra mim eu andava pra cima e
 pra baixo com ele na cintura, só que
 pelo agax no dia dos mãe de 2011 o
 meu irmão negro ligou com meu pai
 e o meu pai botou a arma na casa
 do meu irmão eu pensei que ele iria
 atirar nele ai eu peguei a arma e
 atirei pra cima quando meu pai correu
 eu atirei em direção dele e corri pra
 ele chamei a polícia que entrou na minha
 casa mais eu tinha deixado a arma com
 meu primo ai foi que minha família
 foi sabe que eu tinha arma e fugiu
~~o rato~~

um tempo já que eles andaram desconfiados que eu tava no mundo.

Foi tarde o certo coisa prezo, e daí eu comeci a retomar minha vida de volta foi onde eu conheci o fabrico que namorei 1 ano com ele, e foi aí que eu comeci a trafico com ele e pratica avalto ai eu comeci a gostar e foi onde eu vai prezo fui eu e mais 4 homens avalto uma religiao no centro de avazio avaltamos e daí fomos para uma casa e cada um de nós ficamos com uma machila de foios meros 2 que pegozom em dinheiro e eu fui esconde os foios mais leri pra minha casa comigo alguns anel case a policia fosse la em casa eu tinha pego só aquilo e os 7 do norte cai prezo mais a pier coisa foi só minha mãe rebando umilhao nos rezo pra poder no rezo

na minha ultima audiencia peguei avolto mais quando eu io pra casa no final de semana eu num deles eu não voltei mais fiquei 2 dias em casa e voltei pra fosse e continuei no avolto ai fugi de volta pra resolver um caso no minha casa e apos 9 dias eu reserbi uma ligao da fosse e voltei.

Hoje estou aqui fazendo minha vida diferente tentando voltar atrás do tempo em que perdi no mundo do crime e pode faz minha mãe feliz como ela nunca foi, e tento muda meu jeito eu sou muito negativo não gosto que me tire pra treca e nem me enganem, porisso que até psicologa eu reserbi foze para eu poder me trata por que não pode ser certo isso eu sou te que muda eu sou te que opendo que nem tudo dá gente resolve

na base da liga a gente tem que ter consciencia das consequencia que trás os mesos atos as rezas não lea eu não espero não cometo nem um ato errado por que não quero faze minha familia sofrer mais, mais uma coisa eu digo se algum dia eu tiro de escola entro a minha mãe chora eu se da outro pessoa eu avolto pra cima mais eu continue tira e minha mãe não chora mais.

Mais com o minha passagem na fosse eu aprendi ~~coisa~~ muito, mais também aprendi que falsidade existe até no meio de pessoas que se consideram de porte certo, por as rezas até avolto que estou numa casa que só tem politico que só falam e prometem tudo e não cumpre nem um tempo do que falam, então eu luto no peito e falo de cabeça erguida que sou o que sou hoje por que eu quiz muda de vida e me orgulho de se quem eu sou por que não lido com falsidade.

É pra ensina só um errado que não cheguei até aqui pra desisti dos meus sonhos, por que pelo que eu quero eu sou até o fim.

Fonte: Arquivo Virando a Página.

Como se depreende da leitura do documento acima, a jovem narra sua história de vida com muito fôlego, exercita a descrição detalhada de passagens e reviravoltas. Dentre o conjunto de documentos, sua escrita é uma das que apresenta com maior intensidade os acontecimentos e a complexidade das relações que vão sendo construídas pela jovem com seu entorno. Comparecem em sua escrita algumas expressões que são recorrentes nas narrativas juvenis analisadas, como “mundão”, em referência a “mundo do crime”; ir à “lei”, como acessar a justiça; “vida loka”, para pessoas associadas ao crime; “vida do crime”; “cair”, para reportar-se a ir preso. Assim, muitas expressões que comparecem nas narrativas apontam para um léxico compartilhado, fruto das relações socioculturais dos contextos e tempos nos quais os jovens escreventes estão inseridos e que caracterizam sua condição e situação, como expus anteriormente.

A jovem reporta-se ao período da infância, em um contexto difícil, com poucos recursos financeiros e tendo os pais separados. Sua mãe é apresentada como uma mulher batalhadora que labuta para sustentar a casa com quatro filhos. Seu pai, descrito com características violentas, sendo que batia em sua mãe e tinha um “inferninho” (boate com profissionais do sexo). O fato de trabalhar com profissionais do sexo e estar envolvido com outras mulheres o tempo todo é indicado pela narradora como motivo principal da separação do casal.

Ainda durante a infância, a narradora discorre sobre a violência doméstica sofrida pela mãe quando ela, narradora, tinha dez anos, “o que me marcou por dentro”. A jovem escreve, em seguida, que prometera a si mesma que nunca mais seu pai iria “botar a mão” em sua mãe. A partir desse momento, registra a sequência do fato: uma disputa judicial pela guarda dos filhos entre seus pais. O pai, escreve a jovem, consegue na justiça que seus filhos tenham de ir para sua casa nos finais de semana a cada 15 dias. A jovem manifesta na escrita o fato de que não gostava de ir, pois era lá que funcionava a boate.

O irmão da jovem é apresentado com algum envolvimento com o crime, pois em seu aniversário de 13 anos levava alguns amigos “vida loka”. Acrescenta que seu irmão ganhou uma arma do pai aos 16 anos e aos 17 anos foi assassinado. A jovem prometeu em seu enterro, se

vingar do assassino e cuidar da mãe. A narradora aponta a incoerência do seu pai ter dado uma arma ao irmão uma vez que “não queria que nós andasse com criminosos” (sic).

Aos 15 anos, ganhou uma moto do pai; passou a usá-la para se locomover na cidade. Nesse momento, saiu de casa para morar com o primeiro companheiro, que denomina “Rato”. A jovem acrescenta ter vendido a moto para mobiliar a casa em que moravam, e, no entanto, o relacionamento durara oito meses e quando se separaram a narrativa informa ter ido morar sozinha por três meses antes de voltar para casa de sua mãe. A narradora traça o contexto difícil daquele momento definindo-o como “inferno”, pois “Rato” era um traficante e a ameaçava de morte, aterrorizava dizendo que iria enviar seus comparsas. Nessa situação, a jovem afirma ter vendido seus móveis para comprar uma arma, um 38, para se defender. Com medo, andava armada em todo lugar, o que quase teria causado uma tragédia.

No Dia das Mães, quando a jovem tinha 16 anos, narra ter presenciado uma cena de briga entre um de seus irmãos e o pai, que terminara com o último sacando a arma e colocando-a na cabeça do próprio filho. A jovem, que já tinha prometido para si mesma que seu pai não colocaria mais a mão em sua mãe, escreve que resolveu agir: “pensei que ele iria atirar nele aí eu saquei a arma e atirei para cima quando meu pai correu eu atirei em direção dele e corri para casa (...)”. A reação de seu pai teria sido a de chamar a polícia para pegá-la. A jovem deixa sua arma com um primo e foge, enquanto a polícia invade a sua casa. A narradora explica que foi nesse momento que sua família soube que ela andava armada e teve certeza de que ela estava no “mundão”, embora já houvesse desconfiança. Também é neste momento da narrativa que o leitor entende que ela estava envolvida com o crime, embora a narrativa possua alguns indícios anteriores. O fato de ter ido morar com “Rato”, que, aparentemente, era dono de uma boca, provavelmente represente o momento de seu ingresso no “mundo do crime”.

Após esse momento de muita tensão, “Rato caiu preso”, o que possibilitou que a jovem retomasse sua vida. Na escrita, logo o momento seguinte é quando a jovem conhece seu novo companheiro, com quem namorou durante um ano. A narrativa é de que começa a traficar e praticar assaltos junto com o novo companheiro e afirma ter passado a gostar do que faziam juntos. No entanto, após um assalto a uma relojoaria, em uma cidade pequena, junto com quatro parceiros (não sabemos se seu companheiro estaria incluído), a jovem é presa em casa às sete da noite. A narrativa, então, se detém no período em medida socioeducativa. Segundo ela, “a

pior coisa foi vê (sic) minha mãe sofrendo humilhação nas revistas para poder me visitar”. A jovem é condenada a medida de ICPAE⁷⁴ (Internação com possibilidade de atividade externa), relata que fugira duas vezes, mas voltou por decisão própria.

A narrativa chega, por fim, ao momento presente da escrita, e a jovem destaca seu aprendizado e intenções para o futuro: “hoje estou aqui fazendo minha vida diferente tentando voltar atrás no tempo em que me perdi no mundo do crime e pode fazer minha mãe feliz como ela nunca foi”. A jovem também escreve sobre sua reflexão quanto ao fato de ser muito vingativa e que inclusive teria falado sobre isso com uma psicóloga, pois “não pode ser certo isso”. Acrescenta que precisa aprender a resolver os problemas sem brigar. Nesse momento da escrita, a jovem materializa algumas reflexões ao olhar para sua história de vida. Dessa forma, percebe-se o exercício da escrita de si servindo como instrumento para reelaborar e pensar sobre si mesmo.

Ao final da narrativa, que ganha características mais argumentativas, a jovem ressalta ao leitor que entende que os atos trazem consequências e que espera “não comete nem um ato errado porque não quero fazer minha família sofrer mais”. E acrescenta que se for para se manter viva, prefere que a mãe de outra pessoa chore do que a sua. A jovem escreve que aprendeu muito na passagem pela Internação, embora também afirme que falsidade tem em todo lugar. Conclui escrevendo que quis mudar de vida e se orgulha de quem se tornou, que não irá desistir dos seus sonhos, “porque pelo que eu quero eu vou até o fim”.

A jovem narra uma história acelerada, tensa e violenta tendo apenas 18 anos de vida. Alguns homens que a cercam são violentos a ponto de correr risco de vida de fato e ter se sentido como uma posse devido ao tratamento que lhe era dispensada. Contudo, precisa enfrentá-los para seguir sua vida. Ao mesmo tempo, não se vitimiza, diferente de outras histórias de vida. Ao contrário, sua narrativa é uma história de afirmação e sobrevivência. A figura de seu pai é um elemento mobilizador da trama, enquanto sua mãe, ao invés de ocupar o lugar de quem cuida, é alguém a ser cuidada e protegida. A jovem, assim, experimenta em todos

⁷⁴ Na ICPAE, os jovens podem ter atividades externas como cursos, escola e outros atendimentos. Além disso também pode ir alguns fins de semana para casa.

os sentidos, o conceito de vida precária (BUTLER, 2015), exposta e vulnerável, pois, pelo menos desde os 15 anos, precisa se cuidar sozinha em um contexto complexo e perigoso.

Na narrativa acima pode-se perceber alguns elementos que recorrentemente compõem nas histórias de vida. Em primeiro lugar o tempo do mundo da vida, como menciona Arfuch (2010), que se estabelece conforme a cronologia percebida pelos jovens, que vai da infância até a juventude, seguindo as etapas construídas socialmente. Em segundo lugar a estrutura da trama que inicia com uma infância humilde, em geral abordada de forma acelerada (embora no documento acima a jovem aprofunde esse momento mais que outras narrativas), segue para a entrada (como se fosse um lugar distinto) na vida do crime, logo a queda na prisão e, pôr fim, a mudança de vida no presente. Como terceiro ponto a elaboração sobre a medida socioeducativa como destino concreto de uma trajetória, o presente, sendo que a narrativa é construída de modo a apresentar-se coerente com esse acontecimento, que é a condição do tempo da narrativa (ARFUCH, 2010). Outro aspecto é o testemunho, de forma que narra-se a trajetória e seus aprendizados de modo que se apresente como exemplo para outros jovens.

Além disso, a personagem principal é apresentada como uma espécie de anti-heroína, que vive nas margens da sociedade, realiza ações, para enfrentar os problemas da vida, por vezes que pode soar questionável para os leitores, como andar armada, atirar no seu pai, traficar, assaltar, havendo hesitação inclusive da narradora, que por fim sugere estar imbuída de motivações nobres. Estas são características comuns das histórias em que o anti-herói é o protagonista conforme Escribano (1981). Dessa forma, em nenhum momento a jovem escreve sobre si como uma vilã da história, mas justifica suas ações em função das violências do seu entorno.

Na narrativa da jovem, antes destacada, assim como de outros jovens, percebe-se essa mesma dinâmica, o escrevente possui os mesmos valores de seu público, já o personagem principal se desvia do caminho e assume atitudes controversas, baseado em um sistema de valores diferente. No entanto, ao final da jornada, após a queda na prisão e a reflexão sobre sua história, a protagonista orienta-se pelo mesmo sistema de valores compartilhado pela narradora e leitores, em seu momento de redenção. Dessa forma, os jovens, enquanto narradores, escrevem a partir da posição em que estão transformados e consideram a vida pregressa com

valores e ações equivocadas. Por vezes essa dinâmica se expressa no movimento de querer fazer crer os leitores no desfecho da história como sendo de amadurecimento durante o percurso juvenil.

As escritas dos jovens em medida socioeducativa, em geral, discorrem sobre a jornada do protagonista que, principalmente por motivações externas, acaba entrando no mundo do crime, tem muitas relações afetivas, está exposto a vulnerabilidades e violências, mas após a sua queda (aprisionado), está submetido a sofrimento pessoal e da família, busca o amadurecimento e a redenção na promessa social da cidadania, que pode emergir com a dissociação frente à figura simbólica de “infrator”.

Dessa forma, o personagem principal não busca subverter a ordem ou realizar nenhuma crítica social de forma direta ou consciente, ao contrário, assume individualmente a responsabilidade por sua trajetória, busca justificar seu envolvimento no crime como decorrente de questões pessoais ou familiares. Sua vitória (se é que podemos afirmar desse modo) ao final da narrativa, é a vitória do sistema normativo, que regula a moral, da qual o sistema socioeducativo faz parte. O protagonista não consegue subjugar o sistema ou driblá-lo, nem evidenciar suas contradições (não por vontade, não diretamente), ao contrário, se rende e assume os discursos de verdade instituídos pelo exercício do poder.

Contudo, é importante ressaltar que, quando os jovens escrevem suas histórias de vida, dentro do sistema socioeducativo, assumir o discurso da socioeducação e do arrependimento, pode ser exatamente um movimento estratégico para a conquista da liberdade. Assim, assumir o discurso de verdade acerca dos jovens no campo da socioeducação, pode ser uma forma de desviar do poder punitivo que recai sobre si. Ao mesmo tempo, embora a personagem principal não aponte o entorno social que limita algumas escolhas, a narrativa expõe o contexto de vulnerabilidade e violência que a envolve a todo momento.

E neste contexto de violência e condição precária (BUTLER, 2015), os jovens encontram na figura do anti-herói a possibilidade de contar a sua história enquanto protagonistas. De outra forma, pode-se levantar a questão: como deveria ser um herói nessa conjuntura? Quais seriam suas ações frente aos desafios cotidianos destes jovens?

Outro ponto importante é que a partir das narrativas de vida dos jovens, percebe-se os discursos que circulam com força entre as grades e muros do sistema socioeducativo, que

identificam na trajetória individual dos jovens a motivação para o desvio social ou a trajetória infracional. Nas histórias aqui examinadas praticamente inexistente problematização do contexto social vivido, assim como das políticas públicas, que deveriam agir na defesa de direitos e proteção integral, estas quase inexistentes, à exceção da escola, da polícia e do sistema socioeducativo. A mudança que se busca alcançar não está, portanto, no exterior, mas deve consistir na conversão interior do jovem que supostamente cometeu alguma infração, pois o problema é individualizado.

Pode-se afirmar, assim, que as narrativas dos jovens, em que buscam identificar em suas histórias os marcos que os levaram ao mundo do crime e à internação, estão atravessadas pelos discursos da justiça moderna, que de certa forma tem objetivo similar. Na modernidade, Misse (2008)⁷⁵ aponta que, com o desenvolvimento da “racionalidade da ação” e do “autocontrole”, o objeto que ganha maior ênfase como base de acusação no sistema de justiça é o próprio sujeito e sua subjetividade ao invés da transgressão⁷⁶. Assim, o aparato jurídico não olha apenas para o ato infracional, mas principalmente para o contexto e a história do sujeito que o cometeu. O autor destaca que de certa forma o transgressor e a transgressão se unem perante os olhos da justiça, que busca “através da razão instrumental identificar no transgressor motivos e explicações que o levaram à transgressão” (MISSE, 2008, p.2). Dessa forma, ao se reconstituir na conduta pregressa do réu uma série, que Foucault⁷⁷ designa como “faltas sem infração”, ou “defeitos sem ilegalidades”, tenta-se mostrar “como o indivíduo já parecia com seu crime antes de o ter cometido” (FOUCAULT, 2010. p. 24).

Na produção de si dos jovens em medida socioeducativa observa-se que o atravessamento dos discursos que individualizam o delito como, apenas, produto de suas escolhas, da trajetória pessoal e do contexto familiar, pode ter como efeito a cristalização do crime na identidade juvenil desses sujeitos.

⁷⁵ MISSE, M. “Sobre a construção social do crime no Brasil”. In: MISSE, M. (org.). **Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

⁷⁷ FOUCAULT, Michel. **Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 330 p.

A análise das histórias de vida dos jovens em diálogo com a figura do anti-herói, como mencionei antes, é uma tentativa de compreender como os jovens se narram a partir de uma lente diferente. Esse conceito permitiu construir relações com perspectivas interessantes para investigar como os jovens em medida socioeducativa escrevem sobre si, assim como identificar a relação dos protagonistas com a trama, seu narrador e leitores. Também é importante situar, que esta construção histórica na literatura do anti-herói, talvez seja uma importante representação cultural que permite que os jovens da periferia possam contar suas histórias assumindo um lugar de protagonistas. Pois existem muitas histórias em que os personagens principais estão às margens da sociedade e enfrentam as vicissitudes do mundo, nas quais os jovens podem se identificar.

Destaco algumas das regularidades identificadas nas escritas. Os jovens parecem ter encontrado na figura do anti-herói, presente no arcabouço cultural contemporâneo, uma forma possível de representação de sua história. Um tipo de personagem que permite às pessoas comuns e das margens serem protagonistas em suas histórias, em que não existe um vilão evidente, que simboliza o mal, mas um mundo hostil no qual é necessário sobreviver e tentar viver. Ao mesmo tempo, é importante considerar o que os jovens sentem que é possível dizer, o que é permitido e como é possível narrar a sua história estando dentro do sistema socioeducativo.

6.3 Marcos nas Histórias de Vida

Nesta seção o objetivo é apresentar os marcos que estruturam as histórias de vida narradas nas escritas de jovens em medida socioeducativa. Antes, afirmei que comparece nessas escritas uma certa regularidade no desenvolvimento da trama das histórias pessoais, uma vez que os jovens estabelecem uma estrutura pautada por determinados marcos temporais que permitem que a narrativa avance numa linha do tempo. Essa estrutura também condiz com os períodos construídos socialmente acerca do desenvolvimento humano. Dessa forma, em geral, foram identificados três principais marcos: infância (nascimento, apresentação da família e contexto social); transição para a juventude (trabalho, constituição de família, independência,

envolvimento no mundo do crime) e medida socioeducativa (relação com a institucionalização, mudança de vida, experiência juvenil, projeção de futuro).

Uma maior compreensão desses marcos sugere comparar e aproximar as experiências narradas nos documentos. Os marcos são analisados abaixo, buscando identificar as regularidades e singularidades nas histórias de vida que os jovens em medida socioeducativa construíram sobre si.

6.3.1 Como Se Narram na Infância

Em geral, a infância é apresentada brevemente, com a indicação do dia e ano do nascimento, algumas vezes a cidade ou bairro, ou o apelido recebido e com o qual se identifica, assim como uma apresentação da família e sua condição social. Alguns dos jovens desenvolvem um pouco mais e narram algumas dificuldades vividas nesse período, como doença da mãe, morte do pai, violência doméstica, abandono, falta de condições; outros se aventuram no tempo da escola ou no divertimento com amigos. No entanto, em geral, a infância é narrada como um período difícil, marcado pelo contexto de pobreza e vulnerabilidade social. Abaixo alguns trechos sobre a infância:

Jonathas, ou Diou filho de Pedro e Tânia. Nasceu em 8 de março de 1994 em uma comunidade muito carente (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página – VA104).

Diego ou Diguinho, filho de João e de Vera. Diego nasceu em 31.10.1992 na Vila Lupicínio Rodrigues famosa por ser um grande ponto de tráfico no bairro Menino Deus (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página – VA113).

No dia 28.12.1994, nasceu um garoto chamado Rafael, no Paraná, na cidade de Dois Vizinhos. Aos seus 2 anos de idade, veio para o Rio Grande do Sul, por que aqui para seus pais tinha mais oportunidade de emprego (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página – VA119).

Alguns jovens, como consta acima, escolhem apresentar o contexto do território e a dificuldade financeira vivenciada para caracterizar sua infância. Outros, como destacado abaixo, narram acontecimentos ocorridos na família e rememorados como significativos quando retomam sua infância.

Seu nome é Luciano conhecido como Ninho para os mais chegados a mãe dele e a Tânia o pai Luis o batera era chamado pela vizinhança porque era músico tocava bateria na banda, o pai de Luciano era uma pessoa que ele gostava muito mas veio a falece (...) (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página – VA120).

Dionatas: uma família com quatro irmãos contando comigo, filho de Ademir e Maria eu tive uma infância bem difícil com minha mãe com alguns problemas na cabeça (Tumor) (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página – VA87).

Em 05 de março de 1997 nasceu uma menina que cresceu em uma família pobre criada pelos avós porque tendo os pais morando perto mal via eles tendo que ir ver aos 6 anos de idade sua mãe na cadeia e ver seu pai apanhar da polícia por andar tarde da noite bêbado nas ruas brigando com sua mulher (Jovem do gênero feminino, Arquivo Virando a Página - VA98).

Jeferson, mais conhecido como B..., é filho de Nair e José, ambos trabalhavam fora. O rapaz de Porto Alegre nasceu dia 29 de janeiro de 1992, na cidade de Progresso que se localiza no interior do RS. Sua infância foi bem vivida era da hora, até a ausência do seu pai que de casa foi embora (...) (jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página – VA10).

Luana, ou Lu como é conhecida, filha de mãe solteira, guerreira e batalhadora, conheceu o pai com três anos de idade, não muito próximo e nem dos mais amorosos e apoiadores, mas sempre a ajudou com o que pode. Aos sete anos de idade foi matriculada na escola, onde começou na primeira série (Jovem do gênero feminino, Arquivo Virando a Página – VA14).

Desde pequena sofri, quando minha mãe estava com oito meses de mim, meu pai morreu. Ele salvou duas crianças que estavam na barragem de Camaquã. Minha mãe começou a beber depois que meu pai morreu. Ela me batia quando estava bêbada e ela nunca lembrou disso. Quando fiz 11 anos entrei no mundão (Jovem do gênero feminino, Arquivo Virando a Página – VA124).

Nos casos apresentados percebe-se a existência constante de um aspecto negativo na infância, seja o contexto do território ou a condição social, seja o abandono ou a perda do pai ou da mãe. No entanto, também há outras formas de narrar a infância nas histórias de vida, embora em menor número, como nos excertos abaixo.

Rodrigo nasceu no dia 20/09/1994 no hospital Presidente Vargas, estado do Rio Grande do Sul. Rodrigo foi uma criança esperta na sua infância gostava muito de jogar bola com seus amigos. Foi crescendo e com o tempo foi frequentar a escola era um menino muito agitado, porém muito dedicado aos estudos e a escola (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página – VA100).

Alessa, nascida em 1994, foi adotada por Alécio e Nadia logo que nasceu. Cresceu em uma cidade pequena do interior, onde foi matriculada na escola, inseriu-se no time de futebol de salão, na qual adquiriu muitas conquistas (Jovem do gênero feminino, Arquivo Virando a Página – VA112).

Desde pequeno é poeta na sua escola, inclusive uma saiu no Diário Gaúcho, enviada por uma professora de matemática sua (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página – VA101).

Nos três excertos acima, pode-se constatar a elaboração de narrativas mais positivas, onde incluem-se referências a amizades, às relações e atividades na escola e inclusive algumas conquistas. Embora constem elementos muito similares na forma de narrar a infância, também é possível ler as singularidades de cada trajetória, os detalhes da história de cada um.

O nascimento, a infância e a família inauguram quase todos os textos de histórias de vida dos jovens. Há indícios de que a preocupação em ressaltar as dificuldades durante esse período da vida, pelo contexto social e financeiro ou familiar, funciona para justificar e indicar uma suposta direção inevitável dos acontecimentos na transição para a juventude, em especial para o envolvimento com o mundo do crime, conforme analisado na seção seguinte.

6.3.2 Como Se Narram Quanto ao Envolvimento no Mundo do Crime

Nesta seção abordo o segundo marco recorrente nas histórias de vida, o momento em que os jovens narram a transição e início da juventude. Nessas narrativas, muitos delimitam alguns acontecimentos associados à indicação da idade à época do ocorrido. São situações que rompem com alguns marcadores que estabelecemos socialmente como próprios da infância e inclusive da juventude. Identifica-se nessas a afirmação de que no início de sua juventude, os escreventes experienciavam muito cedo elementos identificados com a vida adulta, atravessados pelo mundo do crime.

Esse envolvimento, por sua vez, é narrado com intensidade em quase todas as histórias de vida (exceto três documentos)⁷⁸. Visto que o destino do cárcere é um acontecimento inevitável, os jovens se atêm ao seu presente no sistema socioeducativo para organizar a história de vida de forma coerente. Dessa forma, a entrada no mundo do crime e a prática de atos infracionais acabam sendo marcos importantes e imbricados na trama desenvolvida. Dessa forma, a experiência juvenil aparece atrelada, na maioria das escritas, ao envolvimento com atividades delitivas.

Nos documentos foram identificadas três chaves explicativas narradas pelos jovens com muita regularidade (em quase todos os documentos) e apresentando-se como marcos no envolvimento com o mundo do crime. São elas: fragilidade na relação com a família; experimentação de relações afetivas no mundo do crime; e presença de substâncias psicoativas. Estes marcos não se apresentam isolados ou exclusivos nas narrativas dos jovens, mas ao contrário, cada história apresenta uma composição distinta destes elementos, inclusive, em alguns casos, todos eles estão contemplados.

Outros dois marcos também foram identificados, entretanto com menor regularidade, são eles: fragilidade na relação com a escola; e necessidade de obtenção de recurso financeiro.

⁷⁸ Dois documentos são de jovens do gênero feminino que não abordam o ato infracional e nem o período na unidade de internação. O outro documento é de um jovem do gênero masculino que possui elementos diferentes dos demais em sua narrativa pois, ele não chega a se envolver em atividades criminosas. Ele narra sua história através do trabalho, seja de seus pais (a mãe era auxiliar de serviços gerais e seu pai vigilante), ou os que ele exerceu. O jovem narra que passou pelo trabalho em um supermercado, onde foi demitido por brigar com um colega, e depois, já com uma família, esposa e filho, ele vai trabalhar numa lavagem. No entanto, “ao discutir com um vizinho acaba brigando e o executa. Para ele o mundo tinha acabado como ia poder viver longe de seu filho?” O jovem procura a Defensoria Pública e assume o crime. Fica em medida de internação durante dois anos. (Arquivo Virando a Página).

Embora não tenham sido amplamente citados, considera-se que estes dois marcos têm relevância na discussão da experiência juvenil de jovens em medida socioeducativa, tanto a partir dos dados, principalmente no caso da escolaridade, quanto de pesquisas realizadas sobre a temática.

Importa pontuar que os marcadores identificados nas narrativas não são absolutos e menos ainda determinantes. Comparecem regularmente nas histórias expressas pelos próprios jovens como reverberações de discursos que estão legitimados à explicação para seu envolvimento no mundo do crime.

Como argumentado à exaustão na tese, a narrativa dos jovens mostra-se atravessada por muitos discursos que os narram; suas escritas são composições e apropriações que fazem a partir de um interesse pessoal e de motivos diversos, dentro do sistema socioeducativo. Dessa forma, o que temos são indícios sobre como os jovens, em medida socioeducativa, se narram no envolvimento com o mundo do crime no contexto de Porto Alegre, nas primeiras duas décadas do século XXI.

A intenção na análise da seção que segue é percorrer como cada um destes marcadores de envolvimento no mundo do crime apresenta-se nas escritas e como se relacionam com os eventos que servem de referência para pensar a transição para a vida adulta e a experiência juvenil.

a) Fragilidade da relação com a família: “Fui embora de casa”

Este primeiro marcador foi identificado em quase todas as narrativas dos jovens em medida socioeducativa. No entanto, são muitos os fatores que compõem o que foi nomeado como fragilidade da relação com a família: a sensação de abandono por parte da mesma, a situação de violência entre os pais, a violência doméstica, a morte de um dos responsáveis ou a separação, quando, geralmente, o pai sai de casa.

Este primeiro marcador trata da fragilização do reduto familiar como espaço protetivo e de confiança. De certa forma, esse estremecimento na relação com o núcleo familiar, espaço da primeira socialização, demarca, na narrativa dos jovens, algumas condições para a sua saída de casa, a intensificação de sua condição de vulnerabilidade e risco, além de um possível envolvimento com o mundo do crime.

Abaixo trechos de algumas narrativas dos jovens:

Virou a cabeça, por seus pais terem se separado. Quando morou na rua, sem dinheiro, passou fome e então entrou na vida do crime, onde foi preso 4 vezes por tráfico de drogas” (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página – VA101).

Minha mãe começou a beber depois que meu pai morreu. Ela me batia quando estava bêbada e ela nunca lembrou disso. Quando fiz 11 anos entrei no mundão. Fui embora de casa. (Jovem do gênero feminino, Arquivo Virando a Página – VA124).

(...) ele sempre via a sua mãe e pai se discutirem e as vezes até brigaram e quando ele fez 12 anos eles não conversavam mais ele para esquecer dos problemas resolveu ir para esquinas para fumar maconha e com tempo ele começou assaltar e para se defender acabou matando um homem (...) (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página – VA94).

Mal eles [pais] sabiam e nem ela que o destino não preparava coisas boas para ela aos 9 anos tendo que trabalhar virar a noite para poder comprar um material escolar desde nova tendo responsabilidade, mas a convivência com sua avó não era boa, mandava ela ir embora seguir sua vida. (Jovem do gênero feminino, Arquivo Virando a Página – VA98).

A perda do reduto familiar como um espaço de proteção pode causar consequências como as narradas nos excertos acima, motivando os jovens a saírem de casa, ou permanecerem nesta o mínimo de tempo possível. A rua ou as esquinas são apresentados como os locais de fuga. É muito delicado lançar algumas interpretações e simplesmente atribuir a causa, ou pior, a culpa às famílias dessas histórias. De fato, o âmbito familiar precisa constituir-se como um espaço de proteção⁷⁹, conforme estabelecido na Constituição de 1988⁸⁰, conjuntamente com o Estado e a sociedade. No entanto, em muitas histórias, identifica-se a vivência da violência doméstica ou da violência contra a criança no contexto da família, como o relato de uma mãe que bate na filha depois de beber. Na sequência (que não está transcrita) dessa última situação, a jovem conta que a avó a expulsou de casa quando tinha 12 anos, empunhando uma faca. Tais

⁷⁹ A Doutrina de Proteção Integral, inaugurada pelo ECA, foi um marco que fundamentou a concepção atual de atuação, considerando a violência um fenômeno social e compartilhando a responsabilidade sobre crianças e adolescentes entre família, Estado e sociedade.

⁸⁰ Artigo 227 (Brasil, 1988)

histórias não são apenas dramáticas, mas expõem a gravidade da situação de muitas crianças e jovens expostos às violências no seio das famílias.

Ao mesmo tempo, nas narrativas dos jovens, há um silêncio sistemático acerca das políticas de proteção. Os escreventes sofrem diversas violências e muitas vezes vivem em situação de rua e, no entanto, nos registros não constam indícios a respeito da atuação do Conselho Tutelar, de uma escola, do CRAS, do CREAS ou da Promotoria da Criança e do Adolescente.

Dessa forma, como consta nos trechos reproduzidos acima, muito cedo alguns jovens saem de casa (são mencionados alguns casos cujas idades variam entre 11 e 12 anos), mas ao invés da busca pela independência, conforme um dos eventos referenciais na transição para a vida adulta, mostram-se fugindo de uma situação de violência ou de um espaço em que prevalecem as relações fragilizadas. Contudo, estes são eventos, muitas vezes, revertidos. Alguns jovens retornam para casa, por vezes aí permanecem durante períodos curtos, inclusive com o objetivo de ajudar no sustento da mãe. No caso das jovens, elas saem, em geral para casa de um companheiro, e algumas vezes retornam para a família quando a relação com o companheiro termina. Outra situação identificada nas narrativas é o retorno à família depois da conclusão do cumprimento da medida socioeducativa de internação.

b) A experimentação de relações afetivas no “mundo do crime” (família, amigos, companheiros, território): “acabava com traficante por tudo que era lado”

Este talvez seja o principal marco identificado nas escritas para o ingresso dos jovens no que eles próprios designam como “mundo do crime”. Este conceito nativo foi amplamente abordado por Feltran (2008) e definido como o “conjunto de códigos e sociabilidades estabelecidas, prioritariamente no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos e furtos” (FELTRAN, 2008, p.93). O autor aborda como o “mundo do crime” entra em tensão com as dinâmicas sociais consideradas legítimas e dentro da normatividade, como o trabalho, a família, a religião, as políticas públicas, entre outros. As fronteiras que se

estabelecem entre o “mundo do crime” e o legítimo⁸¹, não são definidas e tão pouco definitivas, senão marcadas por trocas e uma regulação de fluxos e relações (FELTRAN, 2008).

A construção de uma rede de relações afetivas e uma assimilação cultural associadas a esse contexto do crime são literalmente expressas nas escritas dos jovens. Em suas narrativas, as atividades delitivas não iniciam repentinamente. A prática de crimes não é apenas uma ação isolada no cotidiano, ao contrário, a ação em si é apenas uma parte inserida em um contexto cultural específico, regularmente denominado pelos jovens em suas narrativas como *mundo do crime*. Assim, é possível conceber um jovem na periferia que utiliza símbolos estéticos ligados ao crime, escuta músicas que ecoam seus discursos, transita em espaços caracterizados por esse mundo ou em que atividades ilícitas acontecem, possui amigos e familiares em coletivos criminais, se expressa com gírias utilizadas no crime e conhece os códigos morais que regulam as relações nesse mundo, sem nunca ter cometido um ato infracional.

Dessa forma, a vivência da condição de sujeito que ingressa no “mundo do crime” mostra-se complexa, ao mesmo tempo que não acontece repentina ou isoladamente, como mencionei acima. Identifica-se nas narrativas que existe um processo que leva tempo de inserção, geralmente denominado de *envolvimento*. Ou seja, é difícil determinar quando se é “envolvido” ou não com o “mundo do crime”. Há uma fronteira muito tênue, flexível e borrada, em que se estabelecem graus de “envolvimento”. Sobre o conceito nativo “envolvimento”, Cipriani e Koerich (2020) desenvolvem um estudo interessante em que definem:

(...) o envolvimento surge como categoria que afirma, mas também borra fronteiras entre as sociabilidades mais amplamente partilhadas em periferias e as sociabilidades que irradiam de grupos criminais – assumindo significados que são contingentes e variáveis de acordo com o contexto e com os usos nos quais é recursivamente reproduzido. (CIPRIANI; KOERICH, 2020, p.2).

⁸¹ Zaluar (1985) em sua obra clássica identifica essa tensão na periferia entre “trabalhadores” e “bandidos”, dois grupos polarizados, mas que compartilham uma condição social de pobreza.

Dessa forma, possuir relações ou adotar marcadores culturais e sociais do mundo do crime não significa que o sujeito está “envolvido”⁸², ou que integra uma organização criminosa, tampouco que pratica delitos. São características culturais que convivem, que estão em tensão na periferia, assim como tantas outras. Tais elementos, em determinados contextos sociais, deslizam entre os diferentes sujeitos, implicados ou não, fazendo-se presentes na linguagem, na forma de vestir, na estética dos corpos, nas práticas de sociabilidades, como as festas, nas preferências musicais, assim como nas redes de cooperação e interações diversas. Trata-se de símbolos ou signos identificadores que se consolidam no imaginário social, na composição de um personagem e se tornaram alvo da segurança pública⁸³. Em minha dissertação (2014) discuto este aspecto a partir do conceito de estigma:

“(...) coloca-se toda a região da periferia sob suspeita. Justifica-se tanto a invasão da vida privada das famílias que lá vivem, como a vigilância feita pelos médicos, assistentes sociais, professores e policiais. No caso do estigma do “menor infrator”, todos os jovens da periferia acabam sendo vistos como criminosos em potencial. Alguns mais, outros menos, dependendo de seu comportamento. Essa suspeição sustenta a permanência da polícia nessas regiões. O fato de a polícia aprisionar alguns destes jovens, sejam culpados ou não, impulsiona a necessidade de se manter a vigilância e a repressão, ao mesmo tempo em que se fortalece o estigma do “menor infrator”, com as características ou informações sociais idênticas às do jovem da periferia. É um ciclo por

⁸² “Dessa forma, compartilhar certos códigos de conduta, e mesmo alguns marcadores identitários e de sociabilidade juvenil, pode borrar as fronteiras entre o ser e o não ser envolvido, tornando o processo de envolvimento mais abrangente do que a prática de atividades ilícitas ou a vinculação com um grupo criminal. Apontamos que, quando essa distinção não deriva da autoidentificação, sua indeterminação pesa com maior proeminência sobre a juventude moradora de periferias, para quem há o agravante de ser vista como alvo preferencial tanto pelos agentes estatais quanto pelos contras. Tal tipificação, como visto, decorre da semelhança dos jovens com o crime ou com os contras – o que faz com que sejam enquadrados como “tipos incrimináveis” ou “tipos contra” devido a signos corporais, hábitos e comportamentos” (CIPRIANI; KOERICH, 2020, p.18).

⁸³ Na dissertação eu discuto este aspecto a partir do conceito de estigma: “(...) coloca-se toda a região da periferia sob suspeita. Justifica-se tanto a invasão da vida privada das famílias que lá vivem, como a vigilância feita pelos médicos, assistentes sociais, professores e policiais. No caso do estigma do “menor infrator”, todos os jovens da periferia acabam sendo vistos como criminosos em potencial. Alguns mais, outros menos, dependendo de seu comportamento. Essa suspeição sustenta a permanência da polícia nessas regiões. O fato de a polícia aprisionar alguns destes jovens, sejam culpados ou não, impulsiona a necessidade de se manter a vigilância e a repressão, ao mesmo tempo em que se fortalece o estigma do “menor infrator”, com as características ou informações sociais idênticas às do jovem da periferia. É um ciclo por onde o poder flui e reforça tanto o estigma quanto os mecanismos de controle por ele legitimado” (VIDAL, 2014, p.111).

onde o poder flui e reforça tanto o estigma quanto os mecanismos de controle por ele legitimado” (VIDAL, 2014, p.111).

Cipriani e Koerich (2020) observam que o conceito “envolvimento” tem um caráter polissêmico⁸⁴, sendo utilizado de diferentes formas de acordo com o ator social (integrante de organização criminosa; jovens próximos de organizações criminosas; moradores da periferia; polícia; habitantes de fora da periferia), principalmente quando a expressão é empregada para definir outra pessoa (CIPRIANI; KOERICH, 2020). Nesta tese me detenho nos usos da expressão de acordo com seu uso pelos jovens em suas escritas sobre si.

Um dos impulsionadores no aprofundamento do “envolvimento”, identificado nas escritas das histórias de vida, são as relações afetivas instauradas, como as amizades ou as relações amorosas (em especial no caso das jovens), ou até aquelas já estabelecidas anteriormente, como no caso de familiares.

Alguns trechos das narrativas dos jovens são expressivos:

Mas ao progredir, já fraca, para o primeiro ano do ensino médio, e ainda perturbada com a mudança de escola, começou a decair cada vez mais. Festas, Baladas, namorados, amigos, tudo foi um passo para uma mudança repentina de caminho. Casou-se aos 15 para os 16 anos e teve envolvimento com o mundo do crime. Uma porta para as drogas, e para a decisão de largar tudo que tinha, família, casa, namorado enfim tudo. Os envolvimento foram se tornando cada vez maiores. (Jovem do gênero feminino, Arquivo Virando a Página – VA14).

⁸⁴ Sobre essa dificuldade de determinar, tanto as fronteiras do *mundo do crime* na periferia, quanto a noção de *envolvido* ou *envolvimento*, gostaria de narrar um atendimento realizado em 2016. O jovem atendido tinha 19 anos, já o acompanhava há uns quatro anos, tinha cumprido medida em meio aberto e duas vezes no fechado. No momento do atendimento o jovem estava fazendo um curso profissionalizante pelo qual recebia uma bolsa, tinha um filho pequeno que morava com sua mãe. Estava casado a menos de um ano com uma mulher mais velha que trabalhava e também tinha um filho. Os dois haviam se mudado a pouco tempo para zona norte da cidade em uma região de ocupação. O jovem contava para mim que não estava mais envolvido, que o patrão do território em que morava já havia o procurado algumas vezes para ele *fazer uma mão*, mas ele negava. Dessa forma, o jovem identificava que não estava no *crime*. Ao mesmo tempo, o jovem participava da defesa do território, defendendo-o dos *contras*, que neste caso eram os *Balas na Cara*. O jovem contava que era uma organização muito cruel e que não respeitava os moradores, dessa forma ele atuava em conjunto com o coletivo criminal local na defesa de sua casa. Segundo o jovem, mesmo ele não estando *envolvido* com o *mundo do crime*, os *contras* o tinham como alvo e em uma tentativa de invasão já haviam alvejado ele, que conseguiu se proteger pulando para dentro de uma casa pela janela. O jovem, então conta que para dar o troco, atuou junto a uma caçada aos invasores, obtendo sucesso na incursão ao capturar, supostamente, três deles. Os supostos invasores são torturados, mortos e deixados como aviso aos *contras*. Assim, o jovem identificava essa situação como uma *guerra* justa por sobrevivência (defesa de sua família e dos moradores) e não uma atividade criminosa, não entendia como se estivesse *envolvido*, embora para os *contras* e possivelmente para polícia ele fosse visto dessa maneira.

(...), mas aos poucos foi se desiludindo pois os exemplos que tinha em sua volta não eram nada agradáveis isso vinha de dentro de casa com um pai alcoólatra e um irmão drogado e acabava com traficante por tudo que era lado. Então aos 14 anos começou a traficar (...) (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página – VA113)

Tudo começou quando eu vi e ouvi meu vizinho falando sobre meu vô. Eu tinha 12 anos.” O jovem conta a história que escutou, que seu vô tinha ajudado uma família que teve a casa que destruída. “Seu avô respeitava todo mundo na vila ajudava, dava remédio, rancho, etc. Seu vô o João Loko era um traficante de palavra. E depois dali eu só ouvia história do meu vô. Comecei a querer ser igual a ele e virei traficante. Conheci tudo de ruim. Mas não usava drogas porque meu avô não usa (Jovem do gênero masculino, Arquivo Abrindo Caminhos – MP19).

Nasceu (...) em uma comunidade muito carente. Ao passar do tempo foi se envolvendo com más companhias até um dia que lhe fizeram o convite para trabalhar numa boca de fumo. Aceitou o convite e passava dias fora de sua casa cometendo diversos delitos. (Jovem do gênero Masculino, Arquivo Virando a Página – VA104).

(...) até que uma certa idade foi se atrapalhando com as companhias, e os exemplos que tinha em casa passou tempos difíceis (...) (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página – VA100).

Sua infância foi bem vivida, era da hora, até a ausência do seu pai que de casa foi embora. Ficou muito rebelde em meio a adolescência, começou a usar drogas por más influências. Começou a aprontar muito aos 15 anos e aos 16 anos, já estava envolvido com coisas que nunca deveria ter se aproximado (armas, drogas, más amizades etc.). Sua vida de bandidinho durou pouco, aos quase 17 ele foi preso por apronta demais na sua adolescência (...). (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página – VA10).

No primeiro marco apresentado, os jovens narram a fragilização na relação com a família como um dos marcadores para o “envolvimento”. Contudo, as histórias de vida, é que muitos elementos do mundo do crime estão presentes nas famílias. Alguns detalhes vão sendo observados, como o irmão que tem amigos *vida loka*, que ganha uma arma do pai e é assassinado; a mãe que está presa; o avô que era traficante; o acesso a armas e drogas em casa. Assim, constam nas escritas vestígios de que a vida de muitas famílias nas periferias das grandes cidades as obriga a conviver com muitas relações e elementos da cultura do mundo do crime.

Esses indícios foram observados por Feltran (2008)⁸⁵ que em seu estudo identifica uma expansão da fronteira do mundo do crime nas periferias urbanas. Práticas de sociabilidade e elementos culturais extrapolam as organizações criminosas, se expandem e ocupam o cotidiano das cidades.

Nos trechos transcritos acima, alguns jovens identificam em membros da família uma relação que os impulsionou ao envolvimento com o crime. Um dos jovens narra que vai se “atrapalhando” devido aos seus amigos e exemplos de casa; outro narra que os exemplos que têm a sua volta não são “nada agradáveis” e se diz cercado por traficantes por todos os lados, referindo-se ao território em que residia. Dessa forma, família, amigos e território, nas narrativas analisadas, expõem elementos ou relações identificados com o mundo do crime.

A partir das escritas pode-se conceber que está instituída uma certa naturalização ou convivência com a cultura ligada ao “mundo do crime” presente na vida dos jovens escreventes, em maior ou menor grau, desde a infância, e que se acentua no início da transição para a juventude, quando os jovens também vivem um período de maior independência da família. Nesse momento de início da juventude, o pertencimento a um grupo de pares, como um coletivo criminal, possibilita atender às necessidades afetivas, de reconhecimento de si e de comunicação. Dessa forma, há uma intensidade emocional, uma gratificação psicológica e social com o fato de pertencer a uma rede de iguais. Nesse sentido, a procura por um sentimento de pertencimento a uma rede de pares é comum a todos os sujeitos, e no caso que das narrativas aqui examinadas, está explicitada uma fragilidade nas relações com a família e com a escola, que de certa forma compõem o mundo “legítimo”, ao mesmo tempo que se envolvem de modo mais intenso no “mundo do crime”.

Destaca-se que são movimentos complexos e, portanto, não são binários, sair da escola ou cortar relações com a família não significa automaticamente o início de uma trajetória de delitos. Tanto na própria família, quanto na escola, podem se fazer presentes elementos da cultura do mundo do crime, em maior ou menor grau. Ao mesmo tempo, o envolvimento, mesmo que de forma intensa, nesse mundo não significa a saída de um domínio “legítimo”,

⁸⁵ FELTRAN, Gabriel de Santis. Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

pois o trabalho, o comércio formal, as políticas públicas, a religião, a escola, a família, entre outros, seguem fazendo parte da vida dos jovens, estabelecendo tensões com o “mundo do crime”. Estas tensões ecoam nas ações e formas como os jovens veem a si mesmos.

Outro elemento identificado nas escritas, especificamente das jovens, é a recorrência à menção das relações amorosas como aspecto de aproximação ao mundo do crime. Nessas narrativas de “envolvimento”, regularmente referem um companheiro que atua em uma abertura e acesso ou que intensifica o processo. Assim, nas histórias de vida das jovens, os companheiros possuem papel destacado quando a trama desenvolve o envolvimento e a atuação no mundo do crime, em alguns momentos como parceiros nas atividades e em uma vida em conjunto, em outros se transformam em agressores e antagonistas, sendo identificados como mais um marcador de risco à vida das escreventes. No caso dos jovens de gênero masculino, neste marco do envolvimento, em suas escritas, não são incluídas personagens como companheiras ou relações amorosas de forma geral. Uma única exceção é representada por uma escrita em que o jovem tem um filho e, após uma tentativa para o relacionamento “dar certo”, ele se separa. No entanto, sua companheira não está associada ao mundo do crime.

c) Substâncias Psicoativas: “para esquecer dos problemas resolveu ir para esquinas para fumar maconha”.

A questão das “drogas”, conforme citado pelos jovens nas escritas, foi identificada com regularidade nas escritas que descrevem o envolvimento no mundo do crime, variando as situações descritas. De fato, uma discursividade que prevalece e está difundida socialmente, via de regra associa rapidamente a violência e a criminalidade ao uso de substâncias psicoativas⁸⁶. Dessa forma, o uso e a dependência química aparecem no imaginário social de forma reducionista como uma das principais portas de acesso ao mundo do crime (RIBEIRO, 2004; OLIVEIRA e DIAS, 2010; CONTE et al, 2007).

⁸⁶ “Circula no imaginário social a ideia de que há um laço, ou melhor dizendo, um nó, entre crime e drogas. Imaginário que incide sobre todas as instituições que lidam com adolescentes. A ponto de que qualquer modificação do comportamento corre o risco de ser interpretada como sintomática do uso. Aqui se coloca outra especificidade, que não será abordada, embora fundamental: a distinção entre uso, abuso e dependência” (RIBEIRO, 2004).

Nas narrativas dos jovens, as drogas foram identificadas em diferentes situações e configurações na vida dos escreventes e embora se possa afirmar que estão associadas ao mundo do crime, observa-se que constituem parte das experiências juvenis na contemporaneidade. Assim, quais são as linhas, tênues, que separam a presença das substâncias psicoativas da condição juvenil e do mundo do crime? Uma resposta aligeirada pode incorrer na excessiva associação entre ambos. Abaixo, alguns trechos de escritas dos jovens que contemplam essa temática (embora possa ser identificada também em trechos apresentados anteriormente).

(...) lhe fizeram o convite para trabalhar numa boca de fumo. Aceitou o convite e passava dias fora de sua casa cometendo diversos delitos. Até que um dia seus pais vieram a se separar. Então começou a usar drogas usava frequentemente então passou a roubar para manter seu vício (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página – VA104).

Casou-se aos 15 para os 16 anos e teve envolvimento com o mundo do crime. Uma porta para as drogas, e para a decisão de largar tudo que tinha (...) (Jovem do gênero feminino, Arquivo Virando a Página – VA14).

(...) para esquecer dos problemas resolveu ir para esquinas para fumar maconha e com tempo ele começou assaltar (...) (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página – VA94).

Um humilde garoto aos 13 anos de idade se envolveu no tráfico de drogas. (...) Tempos depois tive uma fama que o patrão tinha morrido por mim, meu pai Jorge e minha mãe Maria souberam desse fato e como eu era usuário de drogas resolveram me internar numa clínica. (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página – VA125).

Consegui para de usar Crack sem ajuda de ninguém, foi a primeira droga que usei, usei até os 15 anos e perto dos 16 anos e parei. Fumava maconha quando dava vontade de usar crack precisava de dinheiro e comecei a vender drogas pra um cara e ele me dava em troca crack. Fui diminuindo a maconha e colocando o cigarro no lugar. (Jovem do gênero feminino, Arquivo Virando a Página – VA124).

Comecei a querer ser igual a ele e virei traficante. Conheci tudo de ruim. Mas não usava drogas porque meu avô não usa (Jovem do gênero masculino, Arquivo Abrindo Caminhos – MP19).

A partir dos excertos acima e outros apresentados, observa-se que as narrativas se reportam a diferentes experiências com as “drogas”. No primeiro trecho, o jovem destaca que já estava traficando e o que ocasionou o início de um uso abusivo teria sido a separação dos

pais. Ou seja, não é o envolvimento e o trabalho em uma “boca de fumo”, em sua narrativa, que deflagra seu uso intenso e sim uma questão familiar. No entanto, o uso abusivo e desorganizado muda a sua relação com o coletivo criminal e suas atividades dentro do mundo do crime. Ao invés do trabalho, para o qual havia sido convidado (na “boca”), o jovem passa a “roubar para manter seu vício”, o que parece mudar a forma de envolvimento que ele estabelece no contexto das relações no crime. Dessa forma, alguns indícios apontam a não existência de um vínculo direto entre o uso ou abuso de substâncias psicoativas com o crime, talvez muito mais como um traço presente na experiência juvenil. Mas o uso ou abuso pode impactar na relação com o mundo crime, inclusive causando maior vulnerabilidade e precarização das condições de vida.

As experiências sobre a temática foram variadas, seja na justificativa para o uso, quanto na relação com o mundo do crime. No segundo trecho, identifica-se uma inversão na configuração comum do discurso social, ao invés das “drogas” atuarem como porta de acesso ao crime – conforme abordado no terceiro trecho – a jovem narra que o “envolvimento” apresentou-se como “uma porta para as drogas”. No quarto trecho excerto, o jovem escreve que seus pais o internam em uma instituição devido ao uso de substâncias psicoativas, como forma de tirá-lo do mundo do crime. No seguinte, a jovem narra estratégias de redução de danos para um maior controle do uso. Ao mesmo tempo, observa-se a vulnerabilidade da jovem que cedo inicia (aos 12 anos) a traficar para o consumo de crack.

Assim, em seu conjunto, os jovens abordam o envolvimento no crime, situação que parece convocá-los a falar sobre suas relações com as “drogas”, inclusive para dizer que não usam, conforme um dos trechos. Seja por serem jovens e mais ainda por estarem cumprindo medida socioeducativa, este tema aparece como quase incontornável, e os discursos sociais, que vinculam substâncias psicoativas ao crime, ecoam e tensionam elementos a serem contemplados em suas narrativas.

d) Fragilidade na relação com a escola: “Nunca mais voltei a estudar”.

Se a família é o primeiro reduto de socialização e proteção, a escola é o segundo. O sistema educativo é a principal instituição pública por onde todas as crianças e jovens passam, compondo grande parte do cotidiano e da vida. Nas escritas aparecem trechos sobre a fragilidade da relação com a escola. Embora essa fragilidade não seja apontada mais

diretamente pelos jovens como algo que os tenha aproximado do envolvimento no mundo do crime, exceto pelo sistema socioeducativo, é a única política pública que é citada nas narrativas. Algumas vezes é destacada de forma positiva, em outras negativamente, como nos excertos abaixo. Entretanto, conforme estudos realizados na área da socioeducação (apresentados no capítulo 3), existe uma forte relação entre a evasão da escola ou a alta distorção idade-série e os jovens que cumprem medida socioeducativa, o que torna crucial pontuar as formas negativas através das quais os jovens se narram no tempo de escola.

Comecei a vender droga por mim mesma acabei sendo pega na escola com drogas. Chamaram a polícia e fui para na delegacia, não fizeram ocorrência me deram uma chance, pois tinha apenas 12 anos, mas fui expulsa da escola. Nunca mais voltei a estudar. (Jovem do gênero feminino, Arquivo Virando a Página – VA124).

Estudava, mas não completava o ano letivo. Começava a estudar, mas não acabava. Aos 15 anos começou a trabalhar no primeiro serviço, em uma mecânica, e aí trabalhou até os 16 anos. Aos 17 anos, conheceu a vida do crime e começou a roubar. Rafael queria ter dinheiro, carrão, só a parte boa, mas ainda não havia ficado preso e não sabia que isso nada valia a pena (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página – VA119).

Comecei a me tornar um guri rebelde e como não gostava da escola parei de frequentá-la. Com o tempo fui andando com gente envolvida no tráfico. (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página, 2014).

Identificam-se três situações distintas nas narrativas. Em uma delas, a jovem é expulsa da escola por ser flagrada com drogas. A ação da escola, segundo relata, consistiu em “chamar a polícia” e não permitir que a jovem (com 12 anos à época) retornasse a frequentar a instituição. A segunda situação é a repetência de ano, onde o jovem relata que iniciava o ano letivo, mas não conseguia passar para o próximo ou desistia de frequentar a escola. A terceira situação é do jovem que, por não gostar da escola, decide não mais frequentá-la.

Na primeira situação, a própria escola rompe a relação com a jovem. Ao invés de acompanhá-la, buscar a escuta, aproximar-se, acolher, ou devido à situação de posse de drogas, acionar sua família, o Conselho Tutelar ou outra rede de apoio, a escola decide pela ação burocrática e excludente, e a jovem tem seu direito à educação violado. A segunda situação é identificada pela desistência do aluno, em que ele ressalta dois elementos. De um lado a

distorção idade-série e uma trajetória de idas e vindas na escola, e por outro, o início do trabalho em uma oficina mecânica. De certa forma, o jovem interrompe os estudos para trabalhar, inicialmente de forma legítima e posteriormente no mundo do crime. Na terceira situação, o jovem decide interromper os estudos a partir de uma questão afetiva, a escola não mais fazia sentido.

Nas três situações acima, fica o questionamento de como agiram as políticas do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), quais as providências da escola, do Conselho Tutelar, do Ministério Público, da Assistência Social e, por fim, da família.

e) **Recurso Econômico:** “eu entrei pro crime com 15 anos pensando que ia me dar bem na vida”

O argumento de busca de recurso econômico como motivador para o “envolvimento” mostrou-se pouco referido, embora esteja contemplado em algumas narrativas. De certa forma, a caracterização geral de uma infância humilde e com dificuldades financeiras, poderia significar que a motivação econômica teria maior incidência nas justificativas que os jovens tramam para narrar o envolvimento, mas isto só se configurou em algumas escritas.

Em outras pesquisas (LYRA, 2020; ANDRADE, 2020; COSCIONI, et al. 2019) a motivação econômica tem presença importante, não apenas sob um aspecto financeiro, mas também como dimensão simbólica⁸⁷. Assim, os jovens adquirem, muitas vezes, maior respeitabilidade, além de materiais de consumo de marcas importantes que antes eram de difícil acesso (relógios, bonés, tênis, roupas, joias, bebidas, bicicletas, motos etc.) e que lhes conferem melhor status social.

⁸⁷ “Em primeiro lugar, é o primeiro trabalho potencialmente estável que encontram. Um trabalho também de caráter eminentemente doméstico, no sentido de que geralmente é realizado dentro dos territórios onde são nascidos e criados, e executado ao lado de rostos conhecidos, como vizinhos, amigos da escola e parentes. Na firma, a sensação de subalternidade absoluta experimentada em outras atividades, cede espaço à ideia de uma gradativa ascensão pelo talento, intrepidez e comprometimento - algo raro quando, por exemplo, ganha-se a vida engraxando sapatos. Uma vaga na firma também aumenta o status social no mundo de horizontes restritos da favela. É a porta de entrada para uma classe dirigente, que determina os rumos da vida de um grupo grande de pessoas” (LYRA, 2020, p.102).

Por um lado, a baixa regularidade em abordar a motivação econômica para o envolvimento no mundo do crime, pode significar que aspectos simbólicos e as relações afetivas e familiares possuem maior importância. Por outro lado, os jovens, no contexto da medida, ao avaliarem os eventuais leitores de suas escritas, podem ter priorizado alguns aspectos mais afetivos para o envolvimento, ao invés de ganhos financeiros ou bens de consumo.

Abaixo estão reproduzidos os trechos que mais abordam a questão econômica como marco para o envolvimento.

Até que um dia comecei a me envolver com os malandros mais velhos do bairro. Malandros nada, mó ilusão, mas eu queria ser como eles, com aqueles carros e aquelas minas. Roupas de marcas e relógio e corrente e o mais importante para quase todos nós: dinheiro. Eram os caras do momento, e eu pensava: quero ser assim como eles. Já que minha mãe não podia me dar, eu ia entrar para o mundo do crime. (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página 2014).

(...) o pai de Luciano era alguém que ele gostava muito, mas veio a falecer e aí ele não penso mais na vida pra ele o pai era tudo. Ao passar do tempo veio a se envolver com a criminalidade, com 11 anos veio a fazer o primeiro assalto gosto de ganhar dinheiro fácil e assim continuou. (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página – VA120).

Eu vou contar um pouco sobre minha vida eu entrei pro crime com 15 anos pensando que ia me dar bem na vida. (Jovem do gênero masculino, Arquivo PPSC – PSC47).

Então aos 14 anos começou a traficar e conseguir os objetos que eram de um adolescente “querer e poder” (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página – VA113)

A partir das narrativas, alguns jovens referem que no início tinham a impressão de que as atividades dentro do mundo do crime rendiam um “dinheiro fácil”. Essa renda, supostamente, possibilitaria ajudar a família e ter acesso a bens materiais da moda e prestigiados pela juventude. Talvez, na busca por pertencimento e reconhecimento, considerando a cultura marcada pelo consumo, ou por necessidades materiais (como no caso de um jovem em situação de rua), ou ainda pela busca por independência financeira, entre outros fatores, observa-se que o dinheiro é mobilizado por alguns jovens como motivo para intensificar o envolvimento com o mundo do crime.

6.3.3 Como Se Narram na Medida Socioeducativa

Nesta seção⁸⁸ é abordado o último período identificado nas histórias de vida de jovens em medida socioeducativa. Os jovens⁸⁹ discorrem sobre a sua prisão e o período vivido durante o cumprimento da medida socioeducativa até o momento em que escrevem a narrativa.

Foram identificados quatro elementos importantes que atravessam com regularidade as narrativas dos jovens nesse período: 1) a família como apoio; 2) a medida socioeducativa como instituição que opera a mudança de vida (amadurecimento ou aprendizado); 3) as atividades no âmbito do que consideram o mundo legítimo (cursos, trabalho, estágio e estudos), com o qual estão vinculados ou desejam se vincular; 4) por fim, uma perspectiva positiva para o futuro, ligada a objetivos ou sonhos dentro da normativa. Abaixo, está reproduzida a produção escrita de uma jovem que exprime esses quatro elementos.

⁸⁸ Alguns aspectos desta seção são aprofundados no capítulo 8.

⁸⁹ No conjunto dos documentos de histórias de vida, duas jovens do gênero feminino não abordam o envolvimento no crime e nem o período na unidade de internação. Elas narram sua infância, sobre sua família e atividades na escola e depois passam rapidamente para o momento atual, quando discorrem sobre as atividades que realizam no momento da escrita.

Figura 28 - Escrita "História da Minha Vida! Liberdade"

História
 da
 Minha
 Vida!
 Liberdade

Em 05 de março em 1997 nasceu uma
 menina que cresceu em uma família pobre
 criada pelos avós porque tendo os pais
 morando perto, mas via eles tendo que
 ir ver aos 6 anos de idade sua mãe
 na cadeia e ver seu pai apanhar da
 polícia por andar tarde da noite bêbado
 nas ruas brigando com sua mulher,
 Mas o tempo passou não passou com
 sua mãe, seu pai tinha outra família
 que cada ano de idade que ela fazia
 era mais um ano que seu pai tinha
 abandonado ela para viver outra vida.
 Mas eles sabiam e nem ela que o
 destino não preparava coisas boas
 para ela aos 9 tendo que trabalhar
 virar a noite para poder comprar um
 material escolar de novo tendo
 responsabilidade, mas a convivência
 com sua avó não era boa, mandava
 ela ir embora seguir sua vida, aos
 12 conheceu um rapaz primo do marido
 de sua irmã ficaram um tempo só namo-
 rando com ele até um dia sua avó pegou
 uma faca e mandou ela embora, e aos
 14 já estava casada voltando para
 a vida do crime se embolando mais ainda
 porque aos 12 já tinha fumado maconha
 dando uns tencos para ficar mais mulher
 para roubar e traficar nas esquinas

Se criou na vida creseu no meio de malandro que trataram ela como uma, mais a rouinha se envolveu em outras bocas arrumou seu marido mas mal sabia ele que teria uma moça metida a malandra. eles eram pra todas caminhadas, ela não abandonava ele, ele que tinha se dado bem pegou uma rouinha virgem que sabia a malandragem tocou a troca da boca pra frente com ele mais esse namoro não durou mais de três anos eles se separaram, aos 15 anos ela voltou para a vila arreces tinha perdido um de seus avós, sem apoio de alguns parentes, ela estava morando sozinha na casa de seu avô que estava trabalhando na praia. ela tinha que correr de atrás de seu sustento. no começo ela tinha um dinheiro a baixado, mais depois de um mês ela já não morava sozinha sua irmã tinha brigado com o marido e foi embora para casa dela com sua filha, aí se apertaram as contos, já era mais duas bocas para comer e só ela que corria de atrás do dinheiro. acabou, voltando para a vida do crime que não demorou a cair sua casa. o seu assalto.

nao deu certo. pela 1ª vez já foi parar na fase.

Hoje eu tenho 16 anos, já estou a 6 meses no cativeiro, no começo foi bem difícil, mais quando eu percebi que podia mudar de vida, eu aceitei um novo futuro. Com 1º buscar, eu tenho a agradecer a Deus por ele ter me ajudado a ter minha família perto de mim, agradecer pelas muitas vezes que minha avó me ajudou a eu nunca desistir de meus sonhos, isso foi muito bom para eu ver que eu poderia estar longe eu estou mais não seria o fim, que posso mudar. Hoje eu estou trabalhando no trf meu primeiro dia e u ja vi que eu teria mais que chefes e colegas teria amigos que estão querendo me ajudar a mudar. É eu quero mudar de vida e ser alguém, estudar, trabalhar, ter minha liberdade, ajudar minha família, e deixar de ser uma menor infratora para uma grande Trabalhadora, mas ainda tenho um tempo para cumprir.

Que Deus me ajude
e minha família não me deixe
Só.
LIBERDADE

Fonte: Arquivo – Projeto Virando a Página

O documento consiste em uma história de vida escrita a lápis, para a qual a jovem atribui o título “História da Minha Vida! Liberdade”. A escrevente elabora uma espécie de uma capa, com as próprias páginas, onde registra o título em letras garrafais, sendo que cada palavra ocupa uma linha. A jovem narra sua vida desde o nascimento, em uma família pobre, tendo sido criada pela avó. Tem de trabalhar desde cedo, enquanto sua mãe está presa e seu pai tem outra família. Em sua narrativa, o último traço familiar de cuidado é cortado pela sua avó ao mandá-la embora com uma faca, momento em que seu envolvimento com o mundo do crime, que já existia, se intensifica. A jovem, então, viveu durante três anos com seu “marido”, dos 12 aos 15 anos, com quem chefiava uma “boca”, “eles eram para todas as caminhadas”. Quando eles

se separaram, ela volta para seu território, para a “vila”, mas afirma que não teve “apoio” de ninguém da sua família e que, então, foi morar sozinha. Ao final, acaba exercendo o papel de cuidadora com sua irmã que tinha um filho pequeno e foi morar com ela. Com tantos abandonos e precariedade, a jovem necessita ser “malandra” para sobreviver, sendo que muito cedo precisa assumir responsabilidades, uma experiência juvenil muito diferente do que se imagina para juventude.

Para sustentar a si, a irmã e o sobrinho, a jovem escreve que “acabou voltando para a vida do crime”. Foi parar na FASE depois de um assalto malsucedido. O momento da prisão é referido como “caiu sua casa”, um termo comum na escrita dos jovens, que em sua maioria utilizam apenas o verbo “cair”. Na trajetória do personagem principal, narrado pelos jovens, o momento da queda parece ser um momento em que é necessário se confrontar com as consequências de suas ações. Cair é uma interrupção do movimento, não por vontade própria, mas devido a ações externas que forçam uma parada. A queda também força o personagem, que está de pé, a ir ao chão, a perder o equilíbrio e metaforicamente deslocar-se do alto ou de cima para baixo. Dessa forma, na narrativa dos jovens, a queda suspende e cria a possibilidade de reavaliar o percurso, um momento difícil e de sofrimento, mas que permite uma eventual mudança de vida, a partir da tutela do sistema socioeducativo.

A jovem narra que o início na unidade de internação foi difícil, “mas quando eu percebi que podia mudar de vida, eu aceitei um novo futuro”. Em sua escrita agradece a Deus por ter sua família perto e a sua avó que a apoia. A partir da narrativa, não sabemos se a avó evocada nessa passagem é a mesma que, anteriormente no texto, a expulsa de casa. Essa é uma possibilidade concreta, pois na justiça juvenil e no sistema socioeducativo é exigida a presença e acompanhamento dos responsáveis pelos jovens, que legalmente são menores de idade. Inclusive muitas famílias são constrangidas ou obrigadas a participar, pois tem o temor de serem de alguma forma responsabilizadas. Desse modo, a família, que em vários momentos na trama descrita, abandona a jovem, retorna quando a mesma está no sistema socioeducativo, e é mencionada como apoio. Observa-se que a presença da família ou a falta dela é um elemento muito forte de referência e mobiliza a jovem em vários momentos da trama.

Ao final de sua história de vida, a jovem expressa seus desejos de mudança, “eu quero mudar de vida e ser alguém, estudar, trabalhar, ter minha liberdade, ajudar minha família e

deixar de ser uma menor infratora para ser uma grande trabalhadora (...).” Se o momento da prisão, simbolicamente, assume na trama a queda da personagem, o período em medida socioeducativa é narrado como uma parada forçada no movimento da vida, para realizar uma reflexão sobre si e para efetuar uma mudança de rota no caminho trilhado. Como abordei na seção anterior, os jovens narram que essa transformação de vida é uma decisão do sujeito, um movimento interno que depende de si mesmo, embora os jovens sinalizem a importância do apoio da família e de profissionais que os acompanham (em geral dos projetos externos à unidade de internação). Dessa forma, os jovens narram a decisão de sair do “mundo do crime” e entrar no mundo “legítimo”. O novo caminho trilhado é o da normativa (família, trabalho, curso, escola), que cumpre a expectativa social para os jovens se prepararem para o futuro. O que a jovem parece buscar, é constituir-se como alguém que importa (BUTLER, 2015), ser reconhecida como sujeito cidadão e para isso, descreve para o leitor os desejos que estão em conformidade com a norma social e o “mundo legítimo”.

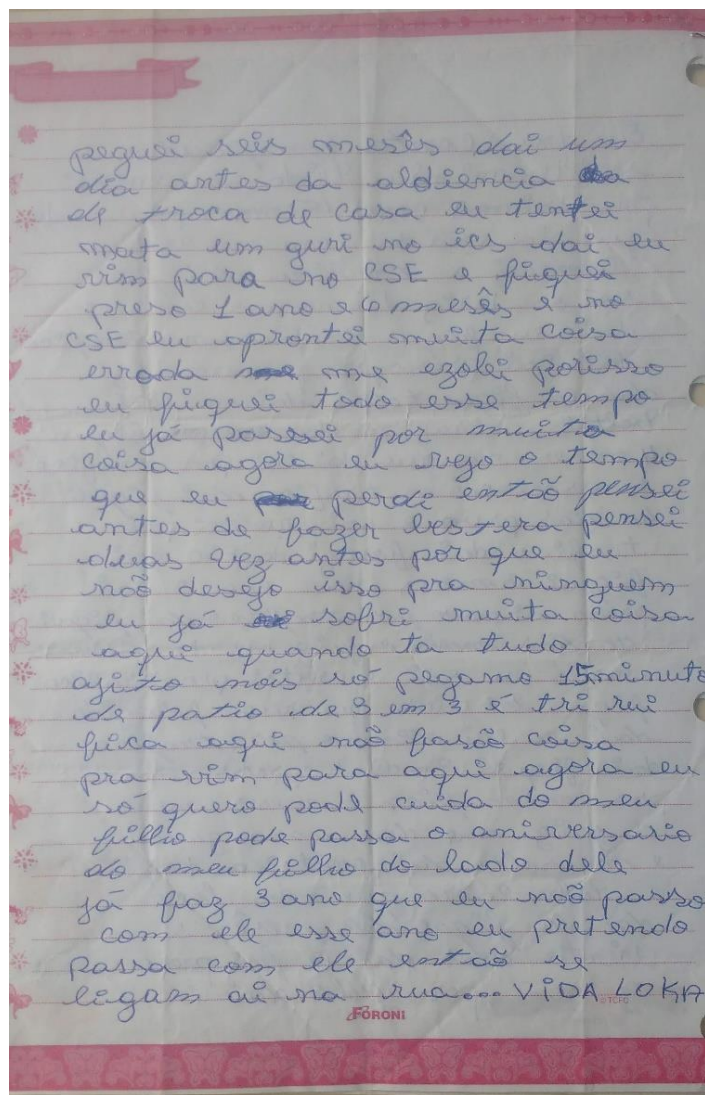
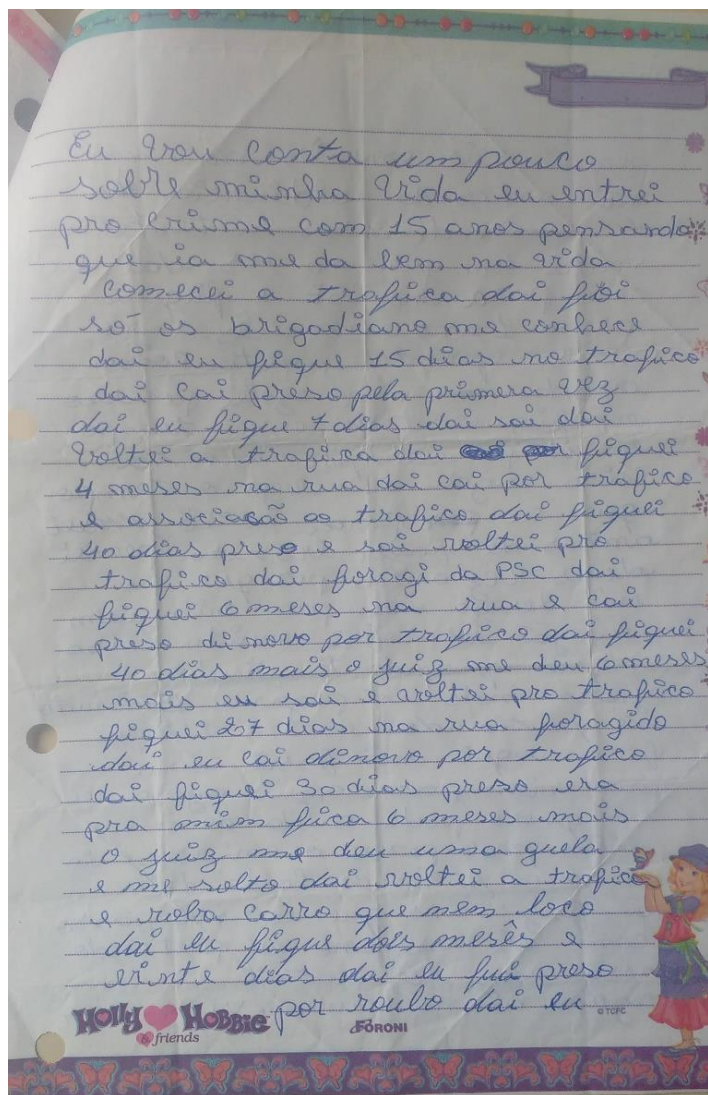
Desse modo, as narrativas dos jovens finalizam com uma perspectiva positiva para o futuro, em que a queda na socioeducação resultou em uma reflexão sobre si e, conseqüentemente, uma reestruturação de vida. Nessa finalização, os jovens descrevem sonhos ou objetivos gerais, seja de estarem com a família, seja aqueles de estudo e trabalho, e sinalizam para o leitor que, depois de tantas dificuldades, o futuro é promissor e longe do “mundo do crime”. A pergunta que não quer calar diante dessas narrativas é: mesmo que o jovem expresse o intuito de manter-se longe do “mundo do crime”, o “mundo do crime” estará longe do jovem?

Assim como na narrativa acima, em outras histórias de vida também se fazem presentes os quatro elementos – apoio da família; mudança de vida; vinculação a atividades dentro da normativa e perspectiva positiva para o futuro – no marco temporal final das escritas, embora cada um a partir de sua singularidade, conforme é explorado abaixo.

Poucos documentos de histórias de vida exploraram o cotidiano da medida, apenas alguns elementos são descritos e o que se destaca é a marcação e a contagem do tempo entre saídas e entradas. Dessa forma, o período decorrido nas unidades de internação é narrado, muitas vezes como um tempo de parada ou de espera de que o tempo passe, ambos como um tempo de suspensão do curso da vida. Os procedimentos relatados são os que mudam o jovem

dentro do espaço da instituição ou de medida, já a passagem do tempo⁹⁰ parece medida pela espera. Abaixo a imagem de uma carta, onde o jovem narra sua experiência juvenil a partir das entradas e saídas na unidade de internação.

Figura 29 - Trecho de Carta escrita por jovem do PPSC



Fonte: Arquivo PPSC

⁹⁰ Essa questão me fez lembrar de uma conversa com um jovem que atendia, ele estava em medida de internação na FASE e avaliava que o tempo era a principal moeda de barganha na instituição. Assim, se o jovem infringia alguma regra ele perdia tempo de pátio ou tempo na escola ou até tiravam o tempo de saída no final de semana. Ao mesmo tempo o bom comportamento poderia obter ganho de tempo.

O documento acima é uma carta escrita por um jovem que estava cumprindo medida de internação na FASE dirigida à coordenadora do PPSC. A carta está organizada em duas partes bem distintas. Na primeira o jovem escreve notícias suas e agradece o acompanhamento realizado pela equipe. Ao final o jovem chega a se despedir, mandando beijos e abraços, “eu vou ficando por aqui”. No entanto, em outras duas folhas (apresentadas nas imagens acima), escreve uma segunda parte, em que narra sua história de vida a partir de sua inserção no mundo do crime e na socioeducação, projetando seu futuro e aconselhando outros jovens.

O jovem narra sua história de vida através da prática de crimes e as muitas entradas e saídas no sistema socioeducativo. Depreende-se que ele experimenta uma condição juvenil contraditória e complexa, que ora é ditada pelas regras da justiça juvenil e instituições de controle, ora pelo mundo do crime (embora a fronteira entre esses dois seja borrada). Duas esferas sociais e culturais, que em alguns pontos se contrapõem, mas em muitos outros se assemelham, certamente com um trânsito cultural comum, que a todo momento está em permuta de espaços, através da entrada e saída dos jovens.

O jovem descreve com muita precisão em dias e meses as entradas e saídas do sistema, sugerindo que o tempo encarcerado possui um peso importante e uma marca na memória. Segundo o relato, o jovem foi preso cinco vezes entre os 15 e 18 anos e meio. Nesse período, que totaliza três anos e cinco meses, o jovem ficou em liberdade, no total, um ano e dois meses e dois anos e três meses internado em uma unidade de privação de liberdade⁹¹. Pode-se constatar o agravamento dos delitos cometidos, pois o jovem inicia com o tráfico, que em si é um crime de comércio ilegal e sem violência contra a pessoa. Mais tarde o jovem realiza roubos, crime mais grave e que necessita do emprego da violência, e ao final, o último crime referido, é tentativa de homicídio dentro do sistema socioeducativo, delito de alta gravidade. Ao mesmo tempo, as medidas também vão se agravando.

Quanto aos últimos anos de vida, o jovem escreve sobre o “tempo que eu perdi” ao ficar mais tempo preso do que em liberdade durante sua juventude. Narra o sofrimento dentro da instituição, os períodos em isolamento ou quando perdia o tempo de pátio.

⁹¹ Estes cálculos foram realizados de acordo com as informações escritas pelo jovem.

Abaixo transcrevo outros excertos de jovens que relatam a contagem de tempo e as práticas nas unidades de internação.

VA120 – (...) muitas pessoas querendo ajudar mais passava o tempo e nada do Luciano sair de lá até que um dia depois de ter passado 1 ano e 6 meses que ele veio ganhar a liberdade mas não era o suficiente pra ele porque era ECPAI tinha que sai só os fim de semanas e depois volta, pra mãe dele aquilo era muito triste te que ta entregando seu filho, mas ele superou (...) (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página - VA120).

No dia 24/09/2013 (...), foi preso em um roubo sozinho e foi levado a delegacia. Chegando lá passou o dia, aí ficou sabendo que seria levado para a FASE. Na primeira casa, ele esperou por 45 dias. Chegou lá de noite, tava muito frio e ele tava só de bermuda e chinelo. Desceu para o pátio, estava chovendo, e ali já bateu o arrependimento. Fechando um mês, ele foi na audiência e pegou ISPAE, voltou abalado porque ia ficar mais um tempo preso (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página - VA119).

Há uma escassez de referências aos acontecimentos dentro da instituição, circunscrevendo-se àquelas que reportam as passagens de tempo e espera. De igual modo, a situação de espera ou congelamento (suspensão do fluxo) da vida é narrada pelos jovens como importante para uma mudança de rumo, ou seja, a saída do “mundo do crime”. Os jovens sinalizam, de forma geral, que a medida socioeducativa tem um impacto positivo em suas vidas e agradecem o apoio da família e das pessoas que permaneceram junto deles.

(...) hoje estou aqui fazendo minha vida diferente tentando volta atrás do tempo em que perdi no mundo do crime e pode faze minha mãe feliz como ela nunca foi e tenta muda meu jeito (...) (Jovem do gênero feminino, Arquivo Virando a Página - VA93).

Foi para a FASE ficou um ano e nove meses internado até que começou a ver o outro lado da vida um lado mais alegre, teve boas oportunidades de emprego um grande apoio da família para largar as drogas (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página - VA104).

Parei com tudo no crime. Vi que já tinha perdido tudo amigos e quase minha vida. E depois de um tempo fui presa por homicídio e exime aqui pra fala, a FASE mudou minha vida. (...) Peço OBRIGADO a todos que me ajudaram a mudar de vida e peço PERDÃO a quem magoei ou fiz sofrer (Jovem do gênero feminino, Arquivo Virando a Página - VA124).

Hoje 20/05/2018 sou uma nova pessoa. Tenho 18 anos trabalho estagiando no MPF de Porto Alegre. Tenho uma namorada, vivo com minha mãe e irmãs.

Não tenho o Dinheiro de antes, mas tenho uma vida livre. (...) as vezes precisamos cair para levantar. Há males que vem para o bem. Eu tive que passar por tudo isso para saber que nasci para ser livre, livre, livre... (Jovem do gênero masculino, Arquivo Abrindo Caminhos - MP19).

Percebe-se que durante a medida alguns dos jovens referem que o período durante o envolvimento no crime é de perdas, tanto de tempo, de momentos com a família, como perda (morte) de amigos. Ao mirar o passado alguns jovens fazem um discurso forte de que a vida no crime não vale a pena. De certa forma parece que não fica nada construído daquele período. No último trecho da escrita acima, o jovem repete enfaticamente o desejo de liberdade. É como se, para além das normativas, o jovem dissesse que o que importa é estar livre, mesmo que as condições não sejam boas, faz tudo pela condição de liberdade. Dessa forma, um dos discursos que se insinua é que não vale a pena a vida no crime, se o resultado for a perda da liberdade.

No entanto, embora a medida socioeducativa possa ser apresentada com uma conotação positiva (fazer um exame de consciência, dar-se conta, rever os caminhos trilhados), também é narrada como um momento de intenso sofrimento. E é a partir do sofrimento experienciado entre grades nesta parada forçada e perda de liberdade que alguns jovens creditam seu amadurecimento e aprendizado. Além disso, expressam na escrita que esse sofrimento é igualmente vivido pela família, o que lamentam explicitamente.

(...) com 15 anos de idade veio a cair na FASE pra ele aquilo era muito ruim ver a mãe chorando em todas as visitas daí ele penso bem que aquela vida não era pra ele (...) (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página - VA120).

Passou tempos difíceis, mas o mais difícil foi quando teve sua internação na FASE, foi um sofrimento para ele e seus familiares, amigos que gostavam dele, foram ficando com saudades, alguns até esqueceram dele, outros não viam a hora dele sair e voltar pra casa, alguns meses passaram na FASE e Rodrigo foi aprendendo bastante coisas, fez vários cursos como o de confeitaria (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página - VA100).

(...) em um crime que o menino e seus amigos praticaram acabou dando errado e no final foram enquadrados, ficou 2 anos e um mês sofrendo e aprendendo na FEBEN, lá ele amadureceu bastante ao ver sua família sofrendo junto a ele como se tivesse presa as grades que o trancava e cercada pelos poucos monitores que lá prestava... (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página - VA10).

Ficou dois anos e um mês trancado na FASE, lá ele amadureceu bastante ao ver sua família sofrendo por sua causa. (...) (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página - VA105).

Como já mencionado, a família tem um papel de destaque quando os jovens narram esse período durante medida socioeducativa. Observa-se que a família, como instituição, representa uma das razões citadas pelos jovens para sua mudança de vida, em especial são evocados as figuras femininas, mães, esposas, avós, mas também os filhos. Dessa forma, a família, mas principalmente essas figuras femininas, desempenham um papel de apoio durante a internação - a partir de visitas e acompanhamento do processo, inclusive compartilhando esse sofrimento junto aos jovens – de acolhimento após o desligamento ou nas saídas nos fins de semana e, por fim, apresentam-se como referência moral e motivação para a decisão de sair do envolvimento com o crime.

(...) acabamos o namoro por dois meses, fui preso e ela, soube e foi me fazer uma visita fiquei surpreso achei que nunca mais ia ver. Comecei a notar que ela gostava de verdade, daí comecei a gostar dela, hoje estamos juntos e ela mudou completamente minha vida e meus pensamentos e me incentiva a não desistir dos meus objetivos e está junto comigo lutando para mim ter uma vida nova (...) (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página - VA125).

Não estou com o pai do meu filho, mas tenho um curso, um trabalho no TRF, quem diria, estudo consegui o amor de minha mãe de volta e de meus dois irmãos (...) e tenho um filho lindo e sorridente meu mundo não acabou, mas sim começou (Jovem do gênero feminino, Arquivo Virando a Página - VA124).

(...) o tempo foi se passando e eu caí de novo e até agora estou preso já faz 1 ano e 9 meses, consegui um estágio no TRF4 que está me ajudando a buscar meus objetivos eu não consegui ver meu filho crescer, mas agora quero dar toda minha Atenção para ele e Curti a Vida (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página - VA87).

(...) agora eu só quero pode cuida do meu filho pode passa o aniversário do meu filho do lado dele, já faz 3 anos que não passo (...) (Jovem do gênero masculino, Arquivo PPSC - PSC47).

Hoje vive em uma casa simples, junto com mulher e filho. Na sua casa tem 4 crianças, que são seus cunhados e também mora a sua sogra, que o ajuda como se fosse mãe. Seu pai está sempre do seu lado e ele só tem a melhorar (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página - VA101).

Hoje Rodrigo se encontra na FASE (...), sai aos fins de semana, pra casa com sua família e não caminha mais por linhas tortas. Seu pai e sua mãe estão se orgulhando muito dele, da vida nova que ele quer levar o futuro que ele planeja (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página - VA100).

Além da família, outro elemento identificado em algumas narrativas como motivadores na mudança de vida é a espiritualidade. Dessa forma, seja pela religião ou pela crença individual em um Deus, alguns jovens entendem, inclusive, que “cair” na unidade de internação possa ser obra divina, pois os obriga a parar e refletir sobre o caminho trilhado.

Em agosto de dois mil e onze, ingressou na FASE de Porto Alegre, onde achou que ali havia acontecido uma desgraça em sua vida. E foi muito pelo contrário. No cumprimento de um ano de medida socioeducativa, prestes a extinguirem sua medida, percebeu o quão importante foi ter parado na unidade. E relata, “Acho que foi Deus que me fez parar”, hoje, literalmente outra pessoa, com méritos, desejos e objetivos totalmente diferentes, agradece a todos que lhe ajudaram e estiveram ao seu lado (Jovem do gênero feminino, Arquivo Virando a Página - VA14).

Logo após internado na Fundação de Atendimento Sócio Educativo – FASE. Estando ele no seu primeiro mês internado, apelou seguir Jesus pelo convite de sua mãe com a proposta de que Jesus transformaria sua vida. Ao aceitar sua proposta, começou a participar de reuniões dirigidas por grupos de obreiros da Igreja Universal. E por esta iniciativa teve de fato, sua vida transformada. Graças a sua transformação, recebeu muitas oportunidades (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página - VA).

(...) ficou um ano na fase longe de todos apenas com Deus. Saiu da prisão com emprego, então começou a querer outro tipo de vida. Muitas pessoas o ajudaram e acreditaram nele (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página - VA109).

Para assegurar ao leitor a “saída da vida do crime” e “entrada no mundo legítimo”, observa-se que os jovens expressam a necessidade de apresentar as atividades que estão realizando e aquelas a que pretendem se vincular, como estudo, curso, estágio e trabalho. Essas atividades, além de posicionarem os jovens dentro da normativa social, também apontam para a estruturação de um futuro promissor, de acordo com o imaginário social.

(...) está cursando a escola não com muita frequência mais está indo, faz estágio no TRF e o mais importante de tudo, não fuma mais maconha e está

lutando para ter uma vida melhor (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página - VA10).

VA 103 - Atualmente Negão trabalha na Renner faz curso de administração e estágio no TRF e à noite estuda, aos finais de semana é garçom, mas esta história apenas tá começando... (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página - VA103).

Hoje ele está terminando o ensino fundamental fazendo um estágio no TRF4 e um curso profissionalizante (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página - VA104).

Atualmente está estudando fazendo estágio, cursos profissionalizantes querendo uma vida melhor (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página - VA109).

Hoje a sete meses depois, ainda estagiando, muito feliz segue sua vida trabalhando e estudando. E nos seus momentos de lazer, junto com um grupo de jovens da “força jovem Brasil”, dedica-se a ajudar adolescentes que estão passando por problemas parecidos (...) (Jovem do gênero masculino, Arquivo Virando a Página - VA).

(...) ele está feliz lá de cima de ver no que me tornei, um cara que trabalha e dá duro para ter suas coisas. (Jovem do gênero masculino, Arquivo Abrindo Caminhos – MP19).

Outra observação que cumpre ressaltar nesses excertos é, de certo modo, a forma como os jovens respondem ao discurso social do ócio como um risco e como acesso ao mundo do crime. Assim, os jovens assumem esse discurso quando afirmam estar realizando muitas atividades e como forma de apresentar de forma concreta a mudança de vida a que se referem, inclusive para conseguirem a progressão de medida ou a liberdade. Além disso, soa como forma de demonstração do que estão pensando para o futuro, por exemplo, se qualificando para buscar melhores profissões.

As narrativas dos jovens encerram de forma ascendente, depois da queda na unidade de internação. Discorrem de forma positiva sobre as possibilidades do futuro num mundo legítimo e junto à família. De certo modo, a finalização das histórias de vida apresenta um novo começo, que, diferente do início da trama, é apresentado como promissor.

6.4 Então se Ligam Aí Na Rua... Vida Loka.

Como finalização da seção, resalto mais alguns pontos. Existem muitas possibilidades para analisar as histórias de vida produzidas pelos jovens. A identificação de marcos ou chaves interpretativas nas escritas permite constatar as regularidades, através dos indícios do que existe em comum, nos modos como os jovens em medida socioeducativa narram a experiência juvenil, assim como a estrutura da narrativa de si. Ao mesmo tempo, as escritas, antes expostas através de excertos ou na íntegra, demonstram que há singularidades experienciadas, apesar dos marcos recorrentes em quase todos os documentos examinados.

Como afirma Arfuch (2010), existe uma certa contradição, pois embora os sujeitos possam realizar um relato sobre si, como um testemunho único a partir de sua experiência, também dizem de um lugar social, de uma classe, de uma geração, de uma determinada época e dos discursos que os atravessam e narram suas vidas. E isso parece refletir também na forma e na estrutura da narração.

Nunca devemos esquecer que os discursos mais pessoais mobilizam necessariamente o saber, as fórmulas retóricas ou estruturas narrativas disponíveis num tempo dado. A ilusão biográfica conduz o indivíduo a pensar-se como irredutivelmente único e singular, contudo, seu discurso ou sua memória só podem plasmar-se retomando modelos amplamente compartilhados. (CHARTIER, 2020, p. 150-151).

Assim como aponta Chartier (2020), percebe-se nas escritas dos jovens estruturas narrativas comuns que estão relacionadas com concepções e períodos de vida estabelecidos culturalmente. A própria possibilidade da escrita de si, a exposição do privado ao fórum público e a referência como protagonista à figura do anti-herói, são fenômenos da modernidade.

Em suas narrativas de vida os jovens selecionados pela justiça juvenil estruturam a experiência de vida em três principais períodos, a infância, o envolvimento com o mundo do crime e a passagem pela socioeducação. Os dois últimos períodos estão atrelados à experiência juvenil. Dessa forma, é frente a esse processo vivido que referem o amadurecimento e a construção de si quando escrevem. Essa estrutura e elementos podem ser relacionados com pesquisas da transição para a vida adulta.

Os estudos de transição para a vida adulta (PAIS, 2001; CAMARANO, 2006; PIMENTA, 2007) utilizam cinco eventos importantes que podem ser tomados como marcos no processo de entrada no mundo adulto: a saída da escola; a entrada no mercado de trabalho (que em alguns casos pode consolidar a independência financeira); a união conjugal (início da

formação de uma família); a saída da casa dos responsáveis legais; e a experiência da parentalidade (ter filhos). Tais marcos são considerados pelos autores apenas como parâmetros orientadores, pois não constituem um percurso fixo e estável, invariavelmente percorrido pelos ou por todos os jovens até a vida adulta. Dessa forma, existe uma multiplicidade de experiências nas quais estes marcadores apenas servem como referências dos processos. De fato, a transição entre juventude e adultez, na contemporaneidade, se tornou um processo labiríntico e reversível.

Os cinco marcadores indicados pelas autoras, de alguma forma comparecem nas narrativas dos jovens aqui examinadas, movimentando a trama e a análise desta seção como referências na percepção de regularidades.

Os marcos identificados nas narrativas dos jovens para a entrada no mundo do crime, em algumas histórias de vida parecem se confundir com a marcação da transição entre a infância e a juventude, pois percebe-se que acontece muito cedo, muitas vezes entre os 9 e 14 anos. Após a narrativa da infância, com muita frequência os jovens marcam o início da juventude, associando-a à entrada no mundo do crime, chegando a registrar a idade de início do envolvimento, o que se mostra uma regularidade.

Dessa forma, além dos marcos do envolvimento no crime, identificam-se elementos desenvolvidos em suas narrativas de vida que são também similares aos marcos referenciais na transição da juventude para a vida adulta. Iniciar nas atividades junto aos coletivos criminais pode possibilitar a experiência de trabalho (dentro de um mercado ilegal), a independência financeira, a saída da casa dos responsáveis, a interrupção dos estudos, a união conjugal e, algumas vezes, a constituição de família com parentalidade. Entretanto, no caso destes jovens tais estes elementos parecem acontecer muito precocemente, muitas vezes como transição entre a infância e a juventude, sendo que, aparentemente, a entrada no crime também é um marcador importante de finalização do período da infância.

Mas os marcos não são narrados pelos jovens como definitivos e estáveis. De certa forma, o ingresso na medida socioeducativa parece desempenhar um papel importante ao interromper alguns processos iniciados no envolvimento com o mundo do crime. O trabalho no tráfico, por exemplo, pode ser interrompido devido à prisão; a saída da casa dos responsáveis pode ser revertida após o cumprimento da medida de internação, pois os jovens expressam o desejo de voltar ao convívio familiar, assim como a escola que retorna como obrigação para

que venham a ter um emprego no futuro. Mesmo os relacionamentos amorosos parecem ser atravessados pelo período na socioeducação, no caso das jovens do gênero feminino o encarceramento foi identificado como momento de interrupção porque os parceiros se afastam. No caso dos jovens do gênero masculino, o período em medida socioeducativa parece construir a possibilidade da consolidação da relação estável com uma parceira, assim como a retomada no exercício da parentalidade.

Outra questão interessante de ser pontuada é a forte presença da família que atravessa toda narrativa de história de vida dos jovens. De certa forma a família também passa por uma trajetória de redenção junto com os jovens. Inicialmente é apresentada como humilde e com conflitos, parte das relações são fragilizadas e isto é utilizado em geral pelos jovens como justificativa para explicar a entrada no mundo do crime. Ao final, a família, seja a mesma, parte dela ou uma nova configuração, é apresentada como apoio imprescindível para a mudança do jovem e como uma instituição a quem querem orgulhar. A família parece atuar de forma contraditória na trama tecida pelos jovens, ela atua tanto para o envolvimento dos jovens no mundo do crime, quanto como um apoio para a sua saída.

As histórias de vida contadas pelos jovens em medida socioeducativa sobre si mesmos expressam muito do desejo pessoal, do quanto querem expressar aos leitores acerca de como veem a si mesmos e como querem ser vistos. Mas é importante lembrar que o desejo sobre o que escrever é limitado pelo que é possível assumir na forma escrita, ou tornar público, principalmente devido ao contexto do sistema socioeducativo. Dessa forma, há de se ponderar que existe um frágil equilíbrio entre desejo e possibilidade, que permanecem em tensão nas escritas de si.

Ao mesmo tempo, os jovens expõem em suas narrativas de vida muitas histórias íntimas e sensíveis, que marcam suas trajetórias. Essa característica vai ao encontro de estudos de Calligares (1998) e Arfuch (2010) de que nas escritas de si existe uma forte convocação de relatar a verdade, não necessariamente a verdade factual, mas a “sinceridade”. Dessa forma, o sujeito moderno encontra nas escritas de si a possibilidade de construir uma imagem para o olhar dos outros, buscando dar consistência a si mesmo.

7 ESCRITAS HETEROGÊNEAS: CONSTRUÇÃO DE ANÁLISE EM DIFERENTES TEMÁTICAS

A investigação acerca das escritas de jovens em medida socioeducativa se mostrou um exercício frutífero e que abre muitas possibilidades. Por um lado, as escritas apresentam uma diversidade de temáticas e histórias, talvez à exceção das escritas mais protocolares (ou burocráticas) das autoavaliações, e por outro lado um mesmo documento pode ser visto de diferentes perspectivas e suportes teóricos.

Nesta seção a intenção consiste em analisar três conjuntos de documentos com temáticas diferentes, de modo a promover o aprofundamento de temáticas específicas que comparecem nos registros escritos pelos jovens e diferentes formas de narrarem-se.

A primeira seção investiga as narrativas sobre como os jovens passaram o seu último aniversário. São seis documentos que tratam sobre as possibilidades e sentimentos de experienciar o aniversário em medida socioeducativa, dentro e fora das unidades de privação de liberdade. A segunda seção apresenta a análise sobre as autoavaliações, principalmente a partir da utilização da Planilha de Caracterização de Autoavaliação enquanto instrumento de investigação. O conjunto analisado possui 43 escritas de jovens no momento da autoavaliação, documento oficial que é remetido ao judiciário, estabelecendo um contexto distinto das escritas realizadas em oficinas ou projetos pedagógicos. A terceira e última seção investiga as escritas sobre os projetos de futuro dos jovens em medida socioeducativa. Dessa forma, se selecionou trechos em que os jovens escrevem sobre suas perspectivas para o período após a medida socioeducativa, quais caminhos buscam trilhar e os desafios que os esperam.

7.1 NARRAR-SE NO ANIVERSÁRIO EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

Neste conjunto de documentos as narrativas giram em torno da temática aniversário. Nas oficinas do projeto Virando a Página, esse foi um tema trabalhado com os jovens, que gerou seis produções escritas, sendo cinco de jovens do gênero masculino e uma do feminino. Alguns indícios apontam que possivelmente foram produzidas entre os meses de maio e junho de 2013. Pode-se, igualmente, supor que a equipe do projeto propôs aos jovens que escrevessem sobre

como festejaram seu último aniversário. O que sobressai nessas narrativas é a importância simbólica atribuída à passagem da data e sua comemoração, sobretudo a vontade de estar em família.

Nos documentos observam-se duas perspectivas distintas, os que relatam terem passado o dia do aniversário dentro da unidade de privação de liberdade e os que puderam comemorá-lo em casa. Isso é possível devido à diferença entre as medidas no meio fechado no Rio Grande do Sul. A medida de internação se divide em duas modalidades, Internação Sem Possibilidade de Atividade Externa (ISPAE) e Internação Com Possibilidade de Atividade Externa (ICPAE). Na ISPAE, como o nome já adianta, os internos não podem realizar atividades fora da instituição, como escola, cursos ou trabalho. Dessa forma, a rotina transcorre toda dentro das unidades, e as saídas, quando podem ocorrer, são muito pontuais. A ICPAE é uma medida de internação, mas que permite saídas para atividades regulares fora da instituição. Ela também contempla a possibilidade de os jovens passarem alguns fins de semana em casa ou alguns dias específicos, como a data do aniversário.

Todas as escritas foram publicadas no livro do Projeto Virando a Página publicado em 2013. Este é um importante elemento, considerar que os jovens estavam cientes de que suas escritas poderiam ser publicadas, e assim temos em suas narrativas aspectos de como gostariam de se apresentar ao público. Vale registrar, no entanto, que aqui a análise foi realizada tendo em mãos as primeiras versões escritas, feitas de próprio punho pelos jovens.

No documento apresentado na **Figura 30**, Rodrigo narra seu aniversário, quando e completava 18 anos e que passou com a família. O documento é de maio de 2013. O título é "Meu Último Aniversário", escrito com as iniciais maiúsculas, denotam a relevância das palavras escolhidas, e está sublinhado, constando acima do texto reproduzido abaixo.

Figura 30 - Escrita Narrativa de Jovem do Projeto Virando a Página

11.05.2013

Meu último Aniversário

No meu último aniversário passei junto com minha família, achei que não ia conseguir passar essa data junto com minha família, porque estava lá na fase, Felizmente eles me liberaram e eu fui direto para minha casa para fazer um churrasquinho para as coisas para fazer um churrasquinho e daí eu liguei para minha mãe para ela vir me ver, daí veio ela e meus irmãos, fiz eu mesmo o churrasquinho primeiro vez, todos gostaram do meu churrasquinho, tomei umas cervejas com minha mãe depois mais tarde estava exultando umas músicas que meu pai gostava, acabei chorando com saudades dele fui para o quarto para mi acalmar e minhas mulheres vão e perguntar porque estava chorando e eu disse que eu queria que ele estivesse com mim no meu 18 anos daí minhas mulheres conversaram com mim e disse que ele estava muito orgulhoso de mim porque eu mudei. FIM

Fonte: Arquivo Virando a Página

Neste primeiro documento, o jovem narra ter sido liberado para passar o aniversário em casa. Percebe-se que manifesta uma insegurança, se poderia passar seu aniversário fora da instituição e que essa definição aparentemente foi realizada proximamente à data, o que, segundo o escrevente, gerou ansiedade. Nessa escrita, a narração expõe um pouco da dinâmica familiar do jovem, que mora com sua “mulher” (como o jovem se refere) e a chama, juntamente

com seus irmãos, para comemorarem seu aniversário, aos quais oferece um churrasco, que ele mesmo assou pela primeira vez. Se destacam em sua narrativa alguns elementos que marcam a transição para a vida adulta. Ricardo⁹² mora com sua companheira, tem constituído um núcleo familiar distinto de seus pais e assume, representativamente, um lugar de responsabilidade e independência, pois oferece o churrasco, faz as compras no mercado e prepara a refeição.

Na narrativa do jovem, podemos identificar alguns aspectos de como a transição para a vida adulta pode ser diferente nas camadas populares⁹³. Ao completar 18 anos, o jovem está casado, mora em sua casa, já esteve preso e parece ter alguma renda independente (como frequentava o projeto Virando a Página, sabemos que recebia a bolsa do estágio no TRF). Quanto aos aspectos culturais, também parece assumir um papel da vida adulta, como oferecer e assar o churrasco. No entanto, legalmente, está cumprindo medida socioeducativa, política que é voltada apenas para "adolescentes".

Em sua narrativa, o jovem lembra de seu pai (possivelmente falecido) e parece referir-se ao fato de ter-se inspirado nele quanto à essa prática de oferecer e assar o churrasco para a família. O texto descreve que foi ao quarto chorar a lembrança do pai, e que sua esposa o acalmou, dizendo que o pai teria orgulho porque o filho mudou. Outro destaque é o peso que os julgamentos morais da família podem representar para os jovens. Este escrevente parece querer escrever para o seu pai o quanto sente falta dele, o quanto mudou e procura estar perto da família. Essa mudança de vida, que o jovem indica explicitamente, consiste na passagem do mundo do crime ou das atividades delitivas para uma vida de trabalho formal e perto da família, discurso presente com regularidade nas escritas dos jovens em medida, o registro da transformação individual a partir da reflexão e maturidade.

⁹² Todos os nomes são fictícios.

⁹³ "(...) no contexto brasileiro, a transição para a vida adulta é marcada por profundas disparidades sociais, que imprimem padrões diferenciados de transição. Essas desigualdades baseiam-se em distinções de gênero, origem socioeconômica e cor, que interferem de maneira contundente no acesso à educação, na conformação das trajetórias escolares, na idade de início da vida ativa, na articulação entre estudo e trabalho, na importância atribuída ao curso superior e à escolha de carreira, na idade ao estabelecer união conjugal e ter o primeiro filho" (PIMENTA, 2007, p. 449).

No documento apresentado na **Figura 31**, Diana escreve sobre o "Meu dia", título que atribui ao seu texto, onde aborda o dia de seu aniversário. A jovem narra como foi este dia desde o momento em que acordou. Encontra amigas na rua, sua mãe compra no mercado as coisas para o churrasco e seu padrasto assa o churrasco à noite na comemoração com os amigos e a família.

Figura 31 - Escrita "Meu dia"

Meu Dia.

No dia do meu aniversário 26/maço
 de levantei fui ad banheiro fiz minha
 higiene tomei meu café. ~~quente, quente~~

Depois a tarde eu dei uma volta na
 rua uns amigos me deram parabéns
 fiquei um pouco na rua e depois eu
 entrei minha mãe foi ao mercado comprou
 umas coisas para a festa chamei uns amigos,
 meu primo e meu padrasto foi fazendo o
 fogo para fazer um churrasco para comemorar
 meu ^{aniversário} ~~aniversário~~.

A noite caiu o churrasco ficou pronto
 meus amigos ali família presente cantaram
 parabéns pra mim foi muito bom.

FIM

A jovem em nenhum momento refere a unidade de privação de liberdade ou o fato de ter tido permissão para passar o aniversário em casa. Podemos supor que foi desligada da medida ou ainda a cumpria, mas em meio aberto. No texto, sua condição fica evidente: mora com a mãe e o padrasto, depende deles para a compra e organização do aniversário. Assim, nota-se um contraste com a condição de Rodrigo, cujas pistas no texto indicam que assume a condição de adulto.

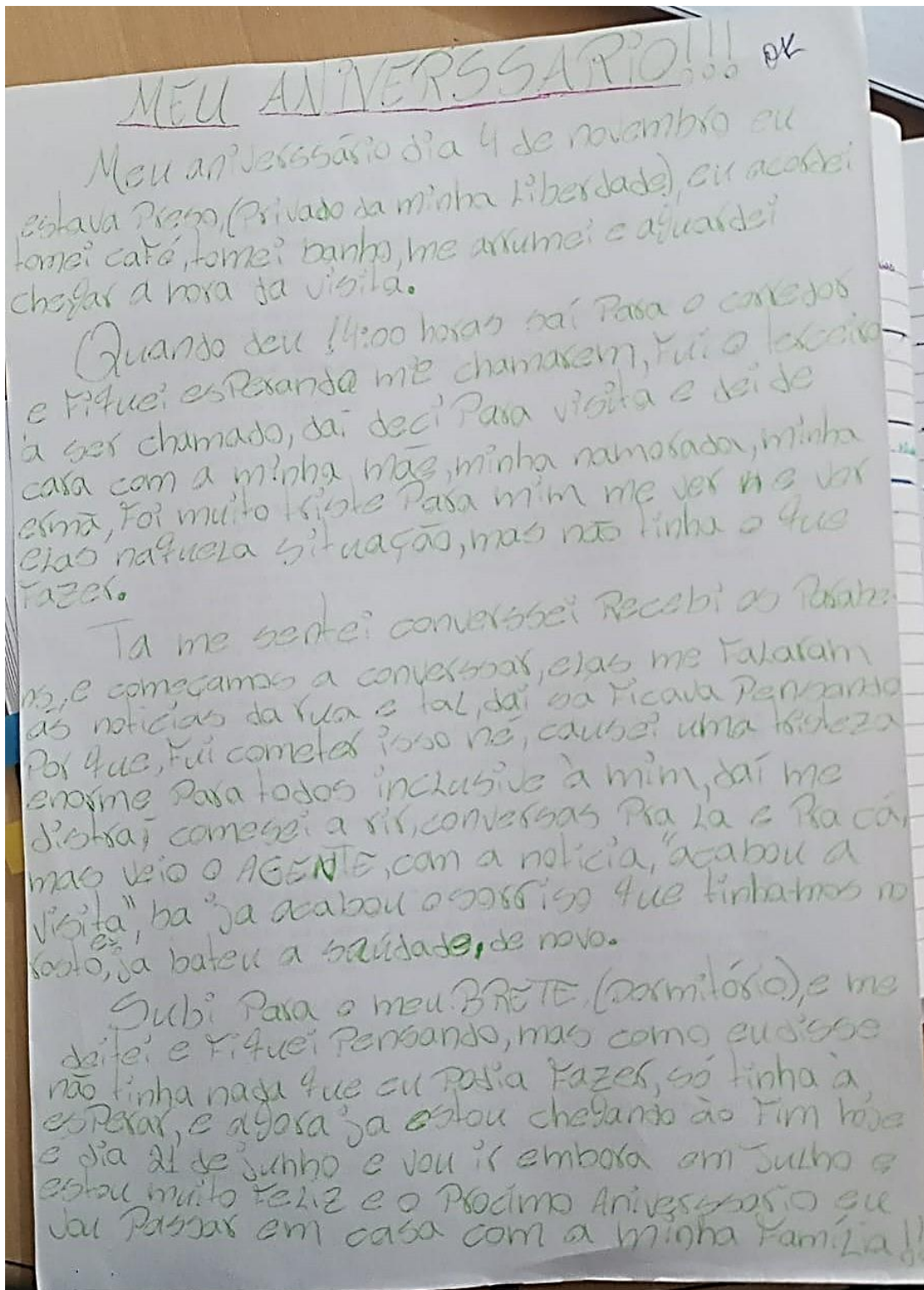
Tanto Diana quanto Ricardo estão em momentos diferentes em relação à entrada para o mundo adulto, passagem que opera na biografia desses jovens de forma muito dinâmica e não necessariamente estável ou definitiva⁹⁴. Por exemplo, em pouco tempo Diana poderia iniciar um trabalho e se mudar para um local independente da família, enquanto Ricardo poderia se separar da companheira e voltar a morar com seus pais.

Podemos perceber a referência ao churrasco como atividade importante na comemoração de dias especiais, quando a família, em especial, e amigos próximos podem ser reunidos num momento de celebração. Em todos os relatos que tratam do tema aniversário, os jovens narram o desejo de estar com a família nesse momento.

No documento **Figura 32** o jovem narra como viveu seu aniversário dentro da unidade de privação de liberdade e a visita que recebeu de sua mãe, da namorada e irmã. Conta sua organização e expectativa pela manhã, à espera da visita, que ocorreu no turno da tarde.

⁹⁴ Segundo Pais (2016) essa inconstância nas gerações atuais (trajetórias ioiô) tem como motivadores a precarização do mercado de trabalho e a possibilidade de experimentações da juventude, entre outros fatores.

Figura 32 - Escrita "Meu Aniversário" produzida por jovem do Projeto Virando a Página



Mesmo em um dia de celebração e com a expectativa de receber a visita, a primeira reação registrada pelo jovem em sua narrativa é de sentir tristeza por ver-se (deparar-se) e ver sua família naquela situação. O jovem se culpa por ter causado "tristeza enorme para todos". E enquanto a visita com familiares está acontecendo, todos estão rindo, o que é interrompido, segundo o jovem, quando o agente entra na sala e avisa que acabou o tempo. O jovem relata que o sorriso que antes estava estampado no rosto de todos termina e a saudade bate novamente. Ao final, escreve que se apegava à esperança de sair logo da instituição e poder passar o próximo aniversário em casa. Uma questão é que o jovem, em dois momentos, ao relatar a tristeza e dificuldades da situação, se apegava à constatação de não ter o que fazer, que a situação está dada e fora do seu controle. Mesmo assim, esboça um projeto de futuro: comemorar o próximo aniversário com a família!

Considero importante contextualizar uma das motivações que possivelmente deixava o jovem triste em ver sua família “naquela situação”. Naquele ano de 2013, a FASE ainda realizava a revista vexatória⁹⁵, ou seja, as pessoas que visitavam os jovens na instituição, tinham que despir toda ou parte de suas roupas, se agachar algumas vezes, tossir e, em algumas situações, inclusive as genitálias ou outras cavidades corporais eram inspecionadas. O objetivo oficial consistia em verificar se algum visitante não estaria entrando com algum objeto ilícito na unidade. Caso a pessoa se negasse a realizar os procedimentos, não poderia entrar. Assim, muitas vezes, os familiares (na grande maioria mulheres) precisavam tomar essa difícil decisão, de suportarem passar por um procedimento indigno para poderem ver os seus jovens internos. Essa inspeção também acontecia sistematicamente com os internos (não tenho informações se ainda acontece). Em um dos documentos, o jovem narra a vergonha de ficar nu diante de outras pessoas e que o constrangimento era ainda maior porque os monitores mandavam agachar.

Retomando o documento anterior, o jovem escreve o quanto o momento da visita mostrava-se difícil, seja para relaxar ou conseguir efetivamente aproveitar a troca com quem era visitante. Narra que seus pensamentos se perdem na tristeza que provocou a sua família e a si mesmo. Talvez sejam esses os momentos que provocam nos jovens a consciência de que a

⁹⁵ Termo utilizado institucionalmente é revista íntima. Essa prática segue em grande parte do país.

vida segue fora dos muros e grades da instituição, momentos em que recebem as notícias do que está acontecendo “lá fora” e percebem o que estão perdendo por estarem privados de liberdade. Apesar desse sentimento, o escrevente, ao final, registra que conseguiu se distrair e se divertir com sua família e namorada, até a chegada do “AGENTE” (escrito com letras maiúsculas) que interrompe a visita.

Ao escrever sobre a memória de seu último aniversário, o jovem relata ao leitor muito mais que a data supostamente festiva, mas suas vivências no internamento institucional, desde as visitas, que são um grande contato dos internos com o exterior da instituição, pois são portadoras das notícias de toda família, dos amigos, até os acontecimentos do território. Dessa forma, em torno às visitas os jovens expressam como elas representam o que o jovem pode esperar quando de sua saída da internação, trazendo esperança e expectativa de liberdade. Ou seja, sugerem que elas podem funcionar como uma espécie de renovação de força e resistência enquanto aguardam o desligamento. No caso do texto reproduzido acima, o jovem escreve que, deitado no BRETE (escrito pelo jovem com letras maiúsculas), estava feliz ao pensar que o próximo aniversário passaria em casa.

Outro ponto interessante a ser ressaltado e que perpassa os documentos da pesquisa, é como as visitas são referidas como sendo quase sempre realizadas pelas mulheres (a mãe, uma namorada, irmã, avó), seja para visitar uma jovem ou um jovem. São as mulheres que funcionam como apoio do exterior para os jovens e assumem esse lugar de responsabilidade diante da instituição e da justiça. E, muitas vezes, são aquelas que aceitam se submeter aos constrangimentos e humilhações para se manterem constantemente presentes junto aos jovens.

No documento **Figura 33**, o jovem narra com detalhes como passou o seu aniversário, intitulado seu texto como "O dia que eu queria esquecer".

Figura 33 - Escrita "O dia que eu queria esquecer". Jovem do Projeto Virando a Página

No dia 5 de Janeiro ~~de estava~~ o senhor Douglas estava
 de universitário de ~~o~~ seu a trabalhar ~~de~~ ele para tomar
 café e de pois foi para estudar com demais até 11 horas
 e depois foi para o dormitório ate beber para
 jantar e de pois ele retornou para seu dormitório
 até 14 horas ele foi para o patio jogar bola depois
 tomou banho e foi ver malhação na TV e quando
 acabou ele ~~foi~~ foi de volta para seu dormitório
 e ficou até 19 horas foi ao banheiro e depois
 foi a tomar e ficou no patio até as 22 horas
 depois foi para o dormitório dormir até outro dia
 esse foi o dia que ele queria esquecer.

Fonte: Arquivo – Projeto Virando a Página

Primeiro aspecto que chama a atenção é que o jovem escreve na terceira pessoa, inclusive referindo a si mesmo como "senhor Douglas". Narrar a si mesmo na terceira pessoa aparece em algumas ocasiões nos documentos da pesquisa e pode ser um recurso para escrever sobre momentos difíceis, que são lembrados como lembranças dolorosas. Assim, sugerir, mesmo que em um jogo de linguagem, que aquele acontecimento é com outra pessoa, talvez torne menos penoso narrar os momentos que o escrevente gostaria de esquecer, como sugere Douglas.

As escritas em terceira pessoa permitem instaurar o "personagem" como sujeito da ação, e essas escritas, de certo modo, operam como metamemórias, envolvem um balanço de vida, os processos de avaliar, repensar, analisar as ações do "personagem". A narrativa do jovem não se reporta diretamente a si mesmo, mas ao personagem, um eu do passado que já não representa quem sou. Efetivamente, podemos constatar esse recurso de apresentar-se na terceira pessoa

como um jogo com o outro. Contudo, em algumas situações específicas, os indícios apontam tratar-se de escrita em terceira pessoa devido a uma orientação dos educadores.

O dia do aniversário narrado por Douglas parece caracterizar a rotina de todos os dias dentro da instituição. O texto apresenta uma rotina de poucos acontecimentos, detalha os momentos em que mudam de ambiente de acordo com determinados horários do dia e as atividades que correspondem. O personagem sabe as horas exatas, porque vive isso todos os dias. A leitura do relato leva à impressão de que a instituição funciona como se fosse um relógio, de forma mecânica, provoca a movimentação dos sujeitos conforme o tempo e segundo uma velocidade constante. O jovem formula um relato burocrático, não expressa emoção no decorrer do dia que passa, apresenta uma rotina de repetição em que o dormitório aparece como o local de início e de fim do enredo, ou de ligação entre os outros espaços (pátio, corredor, banheiro e refeitório). A escrita aproxima-se da oralidade, não adota qualquer pontuação, também transparece a sensação de um dia que segue sem interrupções, novidades ou surpresas.

Interessante também que o único personagem que invocado na trama, além do jovem, é o "seu", termo usado para designar o socioeducador ou monitor, e este só aparece para despertá-lo, de modo a iniciar o funcionamento da engrenagem e depois se integrar a ela. Na narrativa do documento **Figura 32**, o AGENTE, como se refere o jovem, não aparece para acordá-lo, mas apresenta uma função semelhante de intervir para o retorno à rotina repetitiva da instituição. Assim, ele (AGENTE) surge no relato para interromper a conversa com os familiares (que traziam sorriso, contavam os movimentos e ares das ruas – do exterior) e sua ação representa a realidade da instituição, que conduz o jovem novamente à rotina da unidade socioeducativa.

Embora o escrevente manifeste desejo de esquecer o dia relatado, seu próprio texto da conta de que não logrou êxito. Douglas registra e aceita publicar sua lembrança dolorosa e a experiência de estar preso em uma instituição de privação de liberdade. Há, pelo menos, dois movimentos instigantes nessa escrita de si. Por um lado, ela pode proporcionar um efeito terapêutico e pedagógico, conforme aponta Larrossa (1994). Nesse caso, Douglas examina uma marca em sua vida e ressignifica uma experiência dolorosa em que foi esquecido, em que não se sentiu olhado, não foi digno de ser parabenizado por seu aniversário. O jovem, então, a partir de sua escrita, revisita e reelabora essa reminiscência, não para esquecer, mas para recordar.

Dessa forma, a prática de falar ou escrever sobre, pode servir como apoio para compreender os sentimentos, ou uma situação vivida e se posicionar perante a mesma.

Por outro lado, a escrita de si (ainda mais quando produzida sabendo-se que poderá ser publicada) também tem como efeito a produção da memória coletiva, o sentido de testemunho⁹⁶. Castillo Gómez (2003) e Artières (1998) destacam que a escrita do campo autobiográfico também é uma batalha contra a morte e o esquecimento.

Assim, trata-se de analisar as escritas dos jovens como práticas de produção de si mesmos, não apenas de sujeição, mas que provocam a subjetivação produtiva e um gesto que pode ser de resistência (ARTIÈRES 1998, p.32). O personagem Douglas integra aqueles grupos sociais que têm pouca ou nenhuma oportunidade de se expressar, poucas brechas para se defender. Sua dor, compartilhada na narrativa, é ser esquecido, é não se sentir alguém singular. A escrita, com o objetivo de publicação no contexto do Projeto Virando a Página, mostra-se uma estratégia de resistência ao processo de esquecimento porque distante do mundo exterior à internação. E, ao invés de silenciar e aceitar a condição de sujeito esquecido, grita através das linhas o que sente, testemunha sua condição, sua existência e sua singularidade. Enfrenta o processo que o condena ao esquecimento materializando suas memórias na escrita. De certa forma sua narrativa assume um aspecto de denúncia, insurgência, testemunho do que lhe causa sofrimento, a indiferença, a exclusão e a privação de liberdade. Douglas se recompõe em sua humanidade perante o coletivo e enfrenta outros discursos que o narram, reescreve seu lugar e traça sua existência.

No documento **Figura 34**, assim como no anterior, o jovem narra o aniversário que passou internado na unidade de privação de liberdade, e registra: "foi uma situação muito difícil para mim pois estava sem a minha liberdade". Expressa ter imaginado como seria se estivesse livre e como estaria a sua família sabendo que hoje era o seu aniversário. Escreve ao final que naquele dia passara por pessoas que nunca tinha visto e que ninguém se importara com o dia dele. O isolamento, a reclusão, a indiferença são ideias que apontam o temor do esquecimento.

⁹⁶ "(...) arquivar a própria vida é querer testemunhar" (ARTIÈRES, 1998, p. 28).

Figura 34 - Narrativa de aniversário - Projeto Virando a Página

No dia de meu aniversário 5 de outubro de 2011
 foi uma situação muito difícil para mim pois
 estava sem o minha liberdade fiquei imaginando
 como seria esse dia se estivesse com a minha
 liberdade fiquei imaginando como estava o minha
 família, sabendo que esse dia era muito especial
 para mim. Além de estar com pessoas que eu
 nunca tinha visto na vida que não se importam
 com o dia de meu aniversário.

Fonte: Arquivo – Projeto Virando a Página

Como expus antes, esse registro se soma ao documento anterior e reforça a dolorosa sensação de se sentir esquecido e invisível. O aniversário é um marco de celebração da singularidade de uma pessoa, um dia em que somos lembrados e cujos rituais permitem que a família e os amigos celebrem a nossa presença, um dia de reconhecimento e de sentir-se pertencendo. Toda a expectativa em torno a esse dia “especial” parece estar em choque frontal com a rotina impessoal e a forma de funcionamento das unidades de privação de liberdade, que geram a sensação de invisibilidade. A política e as técnicas que buscam individualizar quando se trata de aspectos considerados negativos, como o ato infracional ou indisciplina na instituição, parecem não conter o mesmo entusiasmo quando uma situação envolvendo os jovens é positiva, como o aniversário. Quais são os significados e as consequências desses modos de realização da internação na vida dos jovens internos?

Assim como os dois documentos antes reproduzidos, a **Figura 35** se soma ao tema do último aniversário dentro da unidade de internação. O jovem escreve que passou "o dia todo abalado" e como estratégia para suportar esse sentimento desolador, decidiu “pedir remédios

para que eu pudesse passar o dia todo dormindo e não ver o tempo passar". O jovem finaliza a breve narrativa afirmando que gostaria que fosse diferente, tinha o desejo de estar com a família e a namorada.

Figura 35 - Narrativa de aniversário (2) - Projeto Virando a Página

NO DIA DO MEU ANIVERSÁRIO 4 DE JANEIRO. JK
 EU ESTAVA NA FASE PACHECO NA TUDO ASALADO
 LONGE DA MINHA FAMÍLIA A MAIS DE OITO MESES ENTÃO
 PEDI REMÉDIOS PARA QUE EU PODESSE PASSAR A MINHA
 TUDO DORMINDO PARA EU VER O TEMPO PASSAR.
 MAS EU QUERIA QUE FOSSE DIFERENTE DE TODOS
 QUE EU ESTIVELE COM A MINHA FAMÍLIA E
 COM A MINHA NAMORADA E COMEHOVAR
 O MEU ANIVERSÁRIO DE BEM DIFERENTE.

Fonte: Arquivo – Projeto Virando a Página

Os processos de desumanização dos grupos marginalizados muitas vezes fazem perder de vista que todos somos uma só humanidade, que um jovem da periferia urbana é um sujeito de direitos tanto quanto qualquer outro jovem de nosso tempo/lugar. Um momento como o dia do aniversário pode soar trivial, sem significado diante da dramaticidade de sua condição social, do enfrentamento das violências ou do próprio emprego das mesmas. Entretanto, os jovens surpreendem em suas escritas quando relatam o que sentem quando são lembrados ou esquecidos nessa data que assume uma importância expressiva, sobretudo quando estão privados de liberdade. É como afirmar que o dia do nascimento representa, de fato, o marco de uma existência, e apagá-lo é como ignorar essa vida que é reatualizada a cada ano no reconhecimento de sua família e amigos que celebram a presença. Assim, o relato do documento acima é forte, pois o jovem afirma ter preferido se medicar para conseguir suportar a passagem do tempo do dia em que esperava que sua existência fosse comemorada, reconhecida.

Ademais, é preciso problematizar a presença da medicação nas instituições socioeducativas, em especial quando representa uma forma de controle. Na narrativa, parece evidente que o jovem é bem-sucedido em obter a medicação e aponta alguns indícios de como a medicação circula no cotidiano das instituições fechadas.

Outro destaque importante sobre os relatos que narram o último aniversário é representado pelos significados atribuídos a esse dia. Além da celebração da vida do aniversariante junto aos seus, culturalmente é um marco temporal de passagem do tempo e das etapas da vida. Esse fato parece mobilizar os jovens de diferentes formas dependendo se o dia do aniversário é vivenciado fora ou dentro da instituição fechada. É uma marca que ao mesmo tempo que finaliza o ciclo de um ano, em geral marcado pela suspensão da vida cotidiana, pode significar o início de um novo ciclo por um igual período. Estar isolado dos seus e não poder comemorar esse momento, reforça o sentimento de uma vida suspensa, pois se o festejo do aniversário faz refletir sobre o passado tanto quanto sobre futuro, como isso é percebido se o jovem está esquecido na instituição? O passado do delito se sobrepõe e parece não haver expectativas de um novo ciclo, um futuro a ser celebrado. Talvez isso explique, em parte, o quanto estar com a família nesse evento aparece como a principal reivindicação dos jovens.

Desse modo, o dia do aniversário se apresenta como um rito importante, envolve reconhecimento e sociabilidades. Em todas as escritas a esse respeito, estar com a família é referido, seja pelos jovens que saíram ou já estavam fora da instituição, e então se expressa de forma evidente o contentamento e a importância simbólica de estar com a família; seja pelos jovens que não puderam sair da instituição, e para esses a tônica é o vazio, que não pode ser preenchido por ninguém. Impera o sentimento de solidão, e a vontade de expressar ao leitor o sofrimento experienciado nesse dia, a ausência dos ritos de reconhecimento e celebração. De alguma forma, a sensação é de que os procedimentos administrativos de uma unidade fechada ocorrem em detrimento ou anulação dos ritos sociais exercidos em liberdade.

A realidade das instituições fechadas na socioeducação é de superlotação, tanto no Brasil, quanto nas unidades de Porto Alegre, que não são exceção no período em que foram realizadas as escritas dos jovens. Nesse contexto, apesar de haver tantos jovens na instituição, destaca-se o sentimento de solidão, pois em suas escritas, os jovens que passaram o aniversário dentro das unidades, em especial nos documentos **Figura 33**, **Figura 34**, **Figura 35**. Mesmo

nos deslocamentos entre diferentes espaços, quando os jovens se reportam ao pátio, ao local das visitas, ao “brete”, a escrita denota que o narrador está sozinho, que a instituição funciona com pouca intervenção humana (dos profissionais). As ações dos profissionais da instituição aparecem apenas para iniciar ou interromper processos. E, é importante destacar, mencionado é o “seu”, o agente socioeducador, responsável pelo deslocamento dos jovens dentro e fora da unidade, que abre as grades e os cadeados e possui um contato direto com os mesmos.

A partir das escritas dos jovens, é possível perceber de forma evidente as características de uma instituição total como assim as designa Goffman⁹⁷ (2001). Instituições que são responsáveis por fazer a gestão de indivíduos afastados da sociedade mais ampla, por algum período de tempo, com um cotidiano de reclusão e formalmente administrado. São instituições que têm tendência a criar barreiras ao mundo externo, fortalecendo uma cultura própria. Foucault (2010) aponta a disciplina dos corpos como uma das principais tecnologias de poder dessas instituições, por meio da rotina formal, da administração dos tempos, da distribuição dos corpos nos espaços, dos exames e regras padronizadas que classificam os sujeitos de acordo com a norma.

Nas escritas sobre o aniversário, por fim, os jovens ressaltam a importância das visitas das famílias ou as breves saídas em que encontram os familiares, como tempos de respiros e contato humano. As famílias, conforme Pimenta (2007), são instituições de reconhecimento, socialização e afeto, referências importantes durante a juventude. Sua presença no acompanhamento da medida socioeducativa, nas visitas e breves saídas, parece interromper um pouco a engrenagem da máquina institucional e amenizar os momentos de solidão, pois representa o afeto e um olhar singular aos jovens, além dos sentidos de reconhecimento e de pertencimento. Sopram ventos externos com notícias do mundo além da instituição e esses alimentam os desejos de liberdade dos jovens e renovam suas energias para resistir ao período da internação. Da mesma forma, conforme referido no capítulo 7, de acordo com as escritas dos jovens, a família (principalmente as mulheres - mães, companheiras, avós - e filhos) se

⁹⁷ GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 7. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

estabelecem também como motivadores para uma mudança de vida e saída do “mundo do crime”.

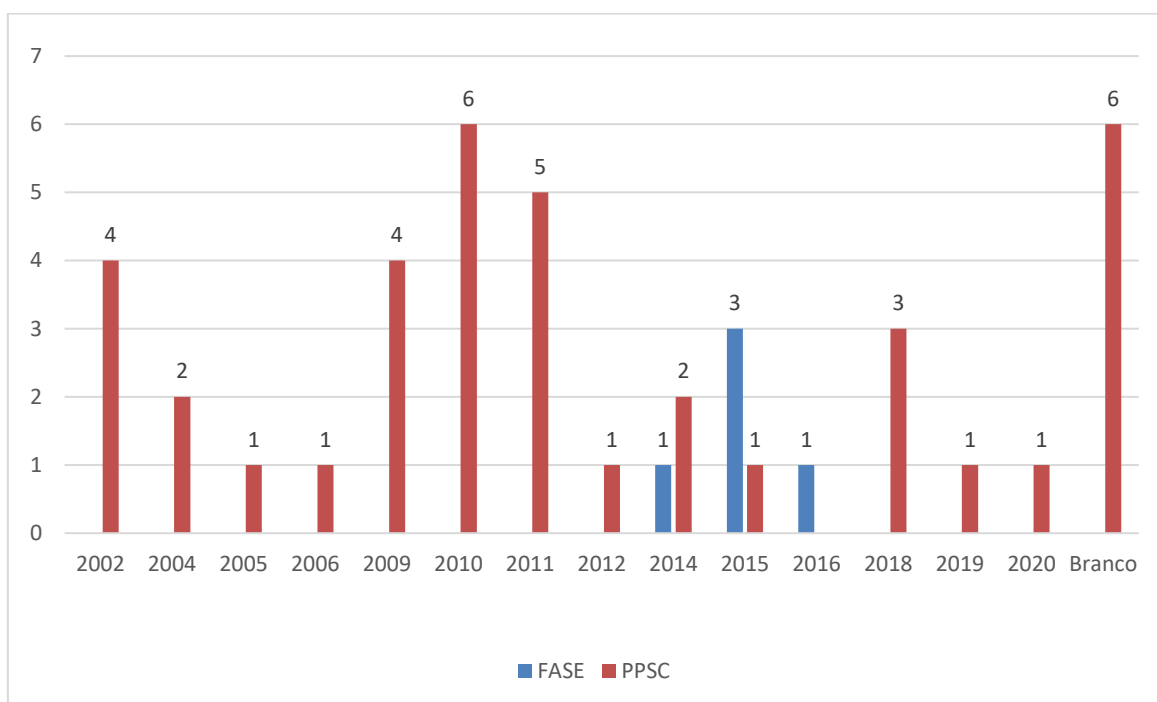
7.2 NARRAR-SE NAS AUTOAVALIAÇÕES

Nesta seção a atenção se volta ao conjunto de documentos que consistem nas autoavaliações realizadas nas medidas socioeducativas. Trata-se de documento produzido no contexto do sistema judicial, presente no Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento das medidas socioeducativas. A autoavaliação não tem previsão legal e não é uma prática constante dentro do sistema, aparentemente sendo implementada em poucos locais no país. A autoavaliações fazem parte do PIA no meio aberto em Porto Alegre, como procedimento de desligamento da medida socioeducativa. No meio fechado, são realizadas no período de reavaliação da medida de internação, sugerindo que não consistem em procedimento padrão nas unidades de medida de internação do Rio Grande do Sul. Reitera-se que esses são documentos oficiais elaborados para serem enviados ao sistema de justiça para a homologação. Nestes, os jovens são convocados a refletir sobre o seu período em medida socioeducativa e a expressarem uma avaliação de si mesmos produzindo uma escrita de próprio punho.

Este conjunto de documentos contém 43 autoavaliações e será analisado, principalmente, a partir da Planilha de Caracterização de Autoavaliações. Essa Planilha elaborada para registro das autoavaliações, contempla cinco dimensões, sendo elas: Período; Conteúdo; Forma; Materialidade; Perfil do escrevente. Essas dimensões são utilizadas como fio condutor para explorar as características das escritas dos jovens nas autoavaliações. Destaca-se que um dos documentos foi preenchido inteiramente por um orientador, e por esse motivo não está contabilizado nas dimensões Conteúdo, Forma e Materialidade.

7.2.1 Período; Forma do Documento e Perfil dos Escreventes

Quanto ao período de registro na autoavaliação, à forma das escritas e o perfil dos jovens em medida socioeducativa escreventes, o Gráfico a seguir é ilustrativo.

Gráfico 3 - Período das Autoavaliações

Fonte: Elaborado pelo autor

Observa-se que a documentação preenche o intervalo entre 2002 e 2020, seguindo caracterizada na Planilha de Caracterização de Documentos⁹⁸ produzidos em atividades pedagógicas e cartas, sendo que a maioria dos documentos de autoavaliação concerne ao período entre 2009 e 2015. Tal período tem como principal característica a consolidação na municipalização das medidas de meio aberto e a elaboração e promulgação da lei do SINASE, em 2012, que orienta a execução das medidas socioeducativas em todo país. Quanto à origem das autoavaliações, são ao todo 43 documentos, sendo cinco dos arquivos da FASE e 38 dos arquivos do PPSC.

Quanto à apuração do perfil dos jovens escreventes dos documentos de autoavaliação, foi possível obter apenas a informação do gênero, a partir do nome assinado na mesma página da autoavaliação. No momento de reunir a documentação, não foi realizada uma captura fotográfica dos dados pessoais dos jovens, contidas na primeira folha do PIA, no prontuário que

⁹⁸ A Planilha de Caracterização de Documentos é analisada no capítulo 5 e 6.

possui dados como, idade, cor/raça de acordo com o técnico e escolaridade. Dessa forma, um melhor detalhamento do perfil ficou prejudicado. Abaixo segue a tabela com os dados agregados dos jovens conforme o gênero.

Tabela 17 - Incidência de gênero pelo nº de documentos

Gênero	Nº de Documentos
Masculino	31
Feminino	7
Não se aplica	5
Total	43

Fonte: Elaboração do pesquisador.

Observa-se que os jovens do gênero masculino são a grande maioria dos escreventes, compondo 31 dos documentos de autoavaliação analisados, enquanto as jovens do gênero feminino escrevem em sete desses documentos. A categoria não se aplica foi utilizada em documentos em que na foto não foi possível visualizar a assinatura do jovem e nem perceber na escrita do texto a inflexão de gênero.

A forma da autoavaliação determina qual a pessoa e o tempo verbal utilizados pelos jovens no registro escrito. No primeiro caso, todas as escritas foram realizadas na primeira pessoa do singular, principalmente por ser exigência do próprio enunciado da documentação e do contexto de finalização que solicita uma reflexão sobre si mesmo. Ao mesmo tempo, as escritas possuem uma característica argumentativa mais presente frente à descrição e à narração.

Quanto ao tempo verbal, foram identificadas duas situações diferentes que se referem ao tipo de medida socioeducativa. No caso das autoavaliações nas medidas de PSC, no meio aberto, todas as 39 autoavaliações reportam-se ao passado. A explicação é que a escrita ocorre ao final da medida, dessa forma os jovens avaliam o período anterior já cumprido.

No caso das quatro autoavaliações do meio fechado, mais especificamente na internação, os jovens se referem ao presente, pois como a autoavaliação ocorre no período da reavaliação, eles estão em cumprimento de medida. Desse modo, os jovens escrevem sobre como estão se comportando durante a medida. Destaca-se, também, um aproveitamento

diferente por parte dos jovens em medida de internação do espaço destinado à autoavaliação, utilizando-o para se comunicar com o juiz.

Abaixo estão reproduzidas duas imagens que exemplificam a utilização do tempo no presente⁹⁹ e o espaço da autoavaliação como meio de comunicação com o poder judiciário.

Figura 36 - Exemplo de escrita na Autoavaliação (1)

Fundação de Atendimento Sócio-Educativo
CASE POA I
AUTO-AVALIAÇÃO

PROCESSO Nº _____ DATA: 6/09/16

Este espaço é teu para que tu coloques da forma como achar melhor (escrita, desenhada, etc), tua auto-avaliação. Este documento servirá para a equipe da Casa fazer acompanhamento do teu plano individual de atendimento. Para te ajudar nesta tarefa propomos algumas idéias para colocares no papel: como chegaste nesta instituição? Como te vês hoje? Como te sentes em relação aos demais adolescentes? Como está tua participação nas atividades? E na Escola? Como está andando teu projeto de vida? Diz tudo o mais que considerares importante...

EU QUERO TAMBÉM NÃO BRIGAR NÃO FUGIR
QUANDO SAIR DA QUI VO ISTUDA. E VO SAI DO CRIME VO
FAZE CURSOS PARA GANHAR DINHEIRO
PARA AJUDAR MINHA FAMÍLIA EU JA SEI O QUE
EU FAZIA NA RUA É TRABALHANDO EU ME ARREPEN-
DO. MUITO MAS ACHO QUE TO AQUI NO POA I
EU QUERO AJUDAR VO FICAR TRANQUILO PARA
DE EU VO EMBORA MAIS RAPIDO OU PEQUENA
MEDIDA DE ESCRAI PARA VER A BUA

Fonte: Arquivo FASE

⁹⁹ Neste momento destacam-se as autoavaliações específicas que estão no tempo presente (e que correspondem ao meio fechado) e se distinguem do conjunto da documentação, as autoavaliações que utilizam o tempo no passado (e correspondem ao meio aberto) são melhor exemplificadas e aprofundadas nos tópicos seguintes.

Figura 37 - Exemplo de escrita na Autoavaliação (2)

Fundação de Atendimento Sócio-Educativo
CASE POA I

AUTO-AVALIAÇÃO

PROCESSO Nº _____ DATA: _____
NOME: _____

Este espaço é teu para que tu coloques da forma como achar melhor (escrita, desenhada, etc), tua auto-avaliação. Este documento servirá para a equipe da Casa fazer acompanhamento do teu plano individual de atendimento. Para te ajudar nesta tarefa propomos algumas idéias para colocares no papel: como chegaste nesta instituição? Como te vês hoje? Como te sentes em relação aos demais adolescentes? Como está tua participação nas atividades? E na Escola? Como está andando teu projeto de vida? Diz tudo o mais que considerares importante...

ben dia do me. Mas eu queria ter
uma coisa se que eu lotice
mes que sem pq eu quero
largar o crime e as drogas
quero passar o natal com
minha família e a minha
também.

Fonte: Arquivo FASE

Cumpra ressaltar que no caso dos documentos do meio fechado, temos muito poucos exemplares, assim é difícil sustentar uma afirmação consistente, ou seja, neste caso são apenas apontamentos gerais aqui registrados.

Nos dois exemplos acima, os jovens formulam pedidos para poder sair para a rua e expõem suas promessas de “sair do crime, largar as drogas e estudar”. Percebe-se uma escrita baseada na oralidade, pois os jovens praticamente procuram estabelecer um diálogo com a

autoridade judiciária, expondo uma argumentação que aponta os motivos que justificam a obtenção da liberdade. Um dos jovens abre esse diálogo com uma saudação de “Bom dia” e nomeia especificamente a juíza de execução das medidas socioeducativas que realiza as reavaliações. Dessa forma, há indícios de que o espaço para escrita de autoavaliação no PIA, no caso do meio fechado, pode ter sido utilizado pelos jovens como uma oportunidade de se expressar diretamente à autoridade que poderia determinar a manutenção da medida, sua progressão ou desligamento.

Os discursos dos jovens no meio fechado se assemelham com aqueles elaborados pelos jovens do meio aberto. São mobilizados o arrependimento, a promessa de saída do mundo do crime, o aprendizado, a atitude ou comportamento durante a medida e a mudança de vida, com a interrupção de uma trajetória delitiva com vistas à uma trajetória conforme à norma social estabelecida (escola, curso profissionalizante, trabalho).

7.2.2 Materialidade

Quanto à materialidade das autoavaliações, alguns elementos auxiliam a caracterização das práticas de escrita dos jovens em medida socioeducativa. Aqui são considerados três aspectos: suporte, letra e habilidade. No caso do suporte, em todas as autoavaliações ele é o mesmo e consiste em folhas brancas de tamanho A4, impressas com espaços delimitados para a escrita tanto do jovem em medida quanto do orientador.

O documento de avaliação final da medida de meio aberto é organizado com espaços para registros do orientador¹⁰⁰ da medida, da referência no CREAS e apresenta um espaço para escrita do jovem, todos os registros num só documento, como descrevo a seguir. O orientador assinala alguns tópicos onde pode avaliar determinados aspectos do cumprimento da medida pelo jovem, tais como: a pontualidade; a organização pessoal e da rotina; a atenção aos combinados; o relacionamento com usuários dos serviços e funcionários; uma reflexão sobre o seu papel na comunidade e projetos de futuro. Em outro espaço, o orientador descreve qual a atividade desenvolvida pelo jovem e a qual unidade de execução este pertence. O orientador

¹⁰⁰ Orientador da medida é o profissional que acompanha o jovem no setor de trabalho.

também tem um espaço delimitado por um retângulo com o título “Processo de Cumprimento e parecer conclusivo do Orientador/Referência EU”, em que pode redigir de próprio punho a sua avaliação. O jovem em finalização de medida possui um espaço delimitado como um retângulo, a exemplo do Orientador, intitulado “Autoavaliação do Adolescente”, reservado para que escreva sobre sua experiência de medida. Outro espaço delimitado é reservado ao técnico de referência do CREAS e consiste em retângulo com o título “Parecer Conclusivo do Técnico Referência/CREAS”, onde deve registrar sua avaliação final.

Ao final da folha, sob o título “De Acordo”, está organizado o espaço para as assinaturas, em ordem horizontal. Primeiramente a data, logo a assinatura do adolescente, depois do responsável, e pôr fim do técnico de referência do CREAS. Apresento abaixo a Figura que reproduz esses campos do formulário e os espaços referidos.

Figura 38 - Formulário de Avaliação Final PIA - PSC

UNIDADE DE EXECUÇÃO: <u>Cerâmica</u>			
ATIVIDADE DESENVOLVIDA: <u>ORLAÇÃO DE COM CERÂMICA, TRABALHOS MANUAIS E SERVIÇOS GERAIS NA SALA DE CERÂMICA</u>			
EXERCÍCIO DA ORGANIZAÇÃO DA ROTINA E RESPEITO A COMBINAÇÕES DE HORÁRIOS E DATAS.	X		ESSEVE DISPONIVEL PARA MUDANÇAS DE HORARIO CASO NECESSARIO.
PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES COM DISPONIBILIDADE, RESPONSABILIDADE E INTERESSE.	X		
RESPEITO A REGRAS DA UE E COMBINAÇÕES REFERENTES AO CUMPRIMENTO DA MEDIDA JUDICIAL.	X		
RELACIONAMENTO COM USUÁRIOS DOS SERVIÇOS E FUNCIONÁRIOS DA U.E. DE FORMA RESPEITOSA.	X		APESAR DE SER MELO FECHADO ELE NUNCA MOSTROU DESRESPEITO EM RELAÇÃO A EU.
REFLEXÃO SOBRE O SEU PAPEL NA COMUNIDADE E PROJETOS FUTUROS.	X		
AUTOAVALIAÇÃO DO ADOLESCENTE			
FOI ALGO BEM INTERESSANTE, UMA EXPERIÊNCIA DIFERENTE NA MINHA VIDA. NUNCA ME IMAGINARIA FAZENDO PEÇAS DE ARTERSA NATO (CERÂMICA) NÃO SO AS AULAS DE CERÂMICA, MAS TAMBÉM AS OFICINAS, NO QUAL OS PASSEIOS, ATIVIDADES E CONVERSAS FORAM BEM LEGAIS E ME PROPORCIONARAM REFLEXÕES EM MINHA VIDA.			
PROCESSO DE CUMPRIMENTO E PARECER CONCLUSIVO DO ORIENTADOR/REFERÊNCIA U.E.			
ALESSANDRO CUMPRIO TODAS AS EXIGÊNCIAS FALTAS PELA U.E, ESTEVE DISPONIVEL NOS HORARIOS EXIGIDOS, NUNCA MOSTROU FALTA DE VONTADE PARA TRABALHAR. APESAR DE SER UM MEMBRO INTROVERTIDO, ELE MOSTROU INTERESSE EM VOLTAR A ESTUDAR E PROCURAR UM EMPREGO.			
Matheus			ASSINATURA U.E.
PARECER CONCLUSIVO DO TÉCNICO REFERÊNCIA/CREAS:			
ANEXO			
DE ACORDO:			
25/02/2025	x A. G. U		
DATA	ADOLESCENTE	RESPONSÁVEL	TÉCNICO REFERÊNCIA/CREAS
Em tempo: Caso o técnico tiver informações que julgue importantes, após o momento das assinaturas, referir e assinar.			

Fonte: Arquivo PPSC

O conjunto das autoavaliações de PSC reunidos pela tese correspondem ao período entre 2002 e 2020. Nesse espaço de tempo, a disposição dos elementos no documento padronizado (formulário) não se manteve constante, tendo sido diversa quanto ao formato e quanto à

organização dos campos de escrita. Contudo, as informações apresentam-se, em geral, conforme a Figura 3 apresentada acima.

O importante para esta tese é a escrita do jovem no espaço destinado à sua manifestação. No entanto, para uma melhor compreensão, é essencial nos aproximarmos do contexto das escritas, seja aquele relativo à disposição da escrita no documento, seja quanto às circunstâncias e motivações.

Destaca-se que a escrita nesse formulário é realizada no último dia de cumprimento da medida socioeducativa, na presença do orientador ou da pessoa referência na unidade de execução. É de conhecimento do jovem que irá registrar suas palavras e que se trata de um documento oficial, que ele assina e posteriormente é dirigido ao CREAS, onde é analisado pelo técnico referência no órgão, e por fim entregue ao juiz que despacha e homologa o término da medida. Após esse percurso, o documento fica anexado no arquivo do jovem no judiciário. Assim, existe uma certa tensão no ato de escrever e sobre o que dizer, pois há ciência de que a manifestação poderá ser lida e avaliada pelo magistrado. Legalmente, o papel do juiz é de apenas homologar, pois a medida de PSC não pode ser renovada ou acrescida em semanas. De fato, os documentos de finalização das medidas são homologados de forma rotineira e dificilmente são lidos pelos juízes.

No caso da autoavaliação produzida na internação, o contexto da escrita é distinto daquela do meio aberto devido a alguns elementos decisivos. Primeiro é o fato de o jovem estar internado em uma instituição socioeducativa, o que difere substancialmente do meio aberto, medida que possibilita circular livremente e ir para casa, ao contrário da internação. Segundo elemento é que a autoavaliação não é escrita no último dia da medida, mas antes da reavaliação que será decidida pelo magistrado. Faz-se importante destacar que nos documentos obtidos, a autoavaliação compõe o PIA do interno, material em que os técnicos escrevem seu parecer, e que é destinado ao juiz que pode determinar a progressão, desligamento ou manutenção da medida. Assim, o espaço da autoavaliação se configura como um campo em que o jovem pode se comunicar com o juiz com suas próprias palavras. A autoavaliação na internação é mais expressiva, ao invés de se configurar como uma ação de caráter meramente protocolar, como no meio aberto quando é produzida no fechamento da medida socioeducativa. De fato, na

internação a escrita autoral da autoavaliação constitui um registro de maiores consequências e, portanto, de maior tensão.

Abaixo consta os dados obtidos na dimensão materialidade que compõe a Planilha de Caracterização de Autoavaliação.

Figura 39 - Captura de Tela - Planilha de Caracterização de Autoavaliação (Materialidade)

Materialidade		
Letra ▾	Habilidade ▾	Outros elementos ▾
Forma	Facilidade	
Forma	Muita dificuldade	
Forma	Facilidade	
Cursiva	Dificuldade	
Forma	Dificuldade	
Cursiva	Facilidade	
Forma	Dificuldade	
Forma	Muita dificuldade	

Fonte: Elaboração do autor.

Dessa forma, um dos aspectos observados nos documentos é quanto o tipo de letra utilizado pelos jovens nas autoavaliações escritas que compõem o corpus empírico, observando-se a frequência de duas formas de escrita: letra cursiva e letra de forma. O quadro abaixo apresenta o número de documentos por tipo de letra utilizada.

Tabela 18 - Incidência autoavaliações segundo de tipo de letra

Letra	Nº autoavaliações
Cursiva	25
Forma	17
Total	42

Fonte: Elaboração do autor.

Quanto aos dados agregados sobre o tipo de letra, percebe-se que a letra cursiva é levemente mais utilizada que a letra de forma. Esta informação é similar¹⁰¹ àquela identificada na Planilha de Caracterização de Documentos.

Entretanto, enquanto nas redações ou cartas em que os jovens que utilizam a letra cursiva também fazem uso da letra de forma como modo de enfatizar algum aspecto ou ideia do texto, nas autoavaliações esse recurso gráfico não foi observado. Nas autoavaliações a utilização da letra de forma pode representar um recurso de escrita pautado na oralidade, sendo que quando ocorre a mudança na grafia da letra, é como se mudasse o tom de fala, em geral agregando maior ênfase, sugerindo ao leitor uma maior atenção.

No caso das autoavaliações, o caráter burocrático e oficial do suporte, assim como do contexto da escrita dirigida à leitura de uma autoridade judicial, possivelmente tenha inibido a utilização dessa prática identificada em outros tipos de documentos. Essa observação também aponta para um maior controle e atenção na escrita, incidindo em um cuidado maior tanto com a estética quanto com o conteúdo, o que sugere uma tentativa de maior formalidade. Esses indícios reforçam a ideia de que os discursos que ecoam nas escritas dos jovens no momento da autoavaliação, correspondem menos a uma avaliação de si mesmos e mais a como querem ser percebidos pelos agentes da socioeducação.

Outro aspecto observado quanto à materialidade das autoavaliações fé a habilidade na escrita, ou seja, a competência formal na produção textual dos jovens. Cumpre ressaltar, mais uma vez, que os textos não puderam ser cotejados com dados mais detalhados sobre seus escreventes, como o nível de escolaridade, ou o tempo de permanência na escola, por exemplo. Dessa forma, a ortografia foi utilizada como forma de caracterizar as escritas e verificar as competências do escrevente quanto à produção textual formal.

Para essa verificação, dois critérios ortográficos, por escolha do próprio pesquisador, consistiram em observar a grafia correta das palavras e a pontuação. Quando a escrita do texto

¹⁰¹ Na Planilha de Caracterização de Documentos, com a letra cursiva constam 78 documentos, levemente superior aos 60 documentos em que os jovens utilizam a letra de forma.

não demonstrou o conhecimento dessas regras formais, o documento consta como “muita dificuldade”. Caso apenas um dos aspectos compareça, considera-se haver “dificuldade”. E quando o texto apresenta o uso da norma correta quanto à ortografia e à pontuação, atribui-se a caracterização “facilidade”. Abaixo consta o quadro com as incidências quanto à habilidade sobre o número de documentos.

Tabela 19 - Incidência de autoavaliações segundo habilidades na escrita

Habilidade	Nº de autoavaliações
Facilidade	6
Dificuldade	14
Muita dificuldade	22
Total	42

Fonte: Elaboração do autor.

Observa-se que as escritas com menor competência na ortografia e pontuação formal representam a maioria na autoavaliação. Essa constatação é novamente similar à habilidade na escrita na documentação produzida nas oficinas pedagógicas ou nas cartas. A diferença é que nesta última, o maior número de documentos foi caracterizado com *dificuldade*, seguido pelos com *muita dificuldade* e com menor regularidade as escritas com *facilidade*. Outra similaridade é a prática de escrita referenciada na oralidade. Desse modo, os jovens buscam estruturar a ordem das frases e selecionar as palavras utilizadas, principalmente, a partir da expressão oral.

Os indícios da competência na escrita formal confirmam a baixa escolaridade dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa. Este indicador ratifica a constatação consolidada em diversas pesquisas realizadas, conforme apresentado no capítulo 3, em que a grande maioria dos jovens, quando são condenados à medida socioeducativa, estão fora da escola, ou, quando estão matriculados, possuem uma expressiva distorção idade-série.

7.2.3 Conteúdo na autoavaliação

Quanto ao conteúdo da autoavaliação foram construídas sete categorias de acordo com as escritas realizadas pelos jovens. São elas: aprendizado em relação ao trabalho; aprendizado

de vida; avaliação da medida; pagamento à sociedade; postura durante a medida; relação com a equipe da medida; e não cometer mais infração.

As categorias formuladas para esta tese partem dos diferentes discursos expressos nas escritas no momento de finalização da medida socioeducativa. Destaca-se que as autoavaliações dos jovens possuem uma composição dessas categorias, poucas se limitaram à utilização de apenas uma delas. Por isso, a planilha elaborada na pesquisa possui três espaços para a classificação dos conteúdos. Abaixo uma imagem da mesma e como se desdobra.

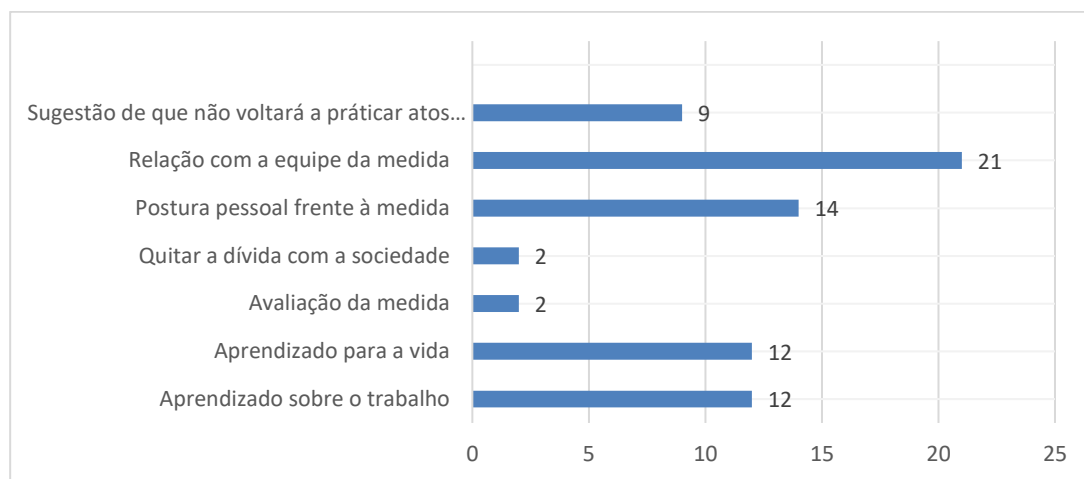
Figura 40 - Captura de Tela - Planilha de Caracterização das Autoavaliações - Conteúdo

N do DOC	Ano do Doc	Origem do DOC	Conteúdo		
N.	Ano	Origem	1	2	3
PSC1		PPSC	aprendizado vida	relação com equipe	sugere não cometer infração
PSC2		PPSC	relação com equipe		
PSC3	25/02/2015	PPSC	relação com equipe	aprendizado trabalho	aprendizado vida
PSC4	24/08/2010	PPSC	Postura frente a medida	aprendizado trabalho	
PSC5	09/12/2014	PPSC	Medida experiência positiva	Avaliação da medida	
PSC7	25/11/2009	PPSC	aprendizado vida	relação com equipe	
PSC8	01/07/2009	PPSC	Postura frente a medida		
PSC9	16/02/2012	PPSC	relação com equipe		
PSC10		PPSC	Medida experiência positiva	aprendizado vida	relação com equipe

Fonte: Elaborado pelo autor.

As autoavaliações são realizadas, em geral, com a presença do orientador da medida e o jovem tem conhecimento de que o documento se dirige ao judiciário. Este contexto da escrita, como espaço de enunciação, tende a estabelecer um horizonte que o jovem supõe consistir no que os atores do sistema socioeducativo querem identificar em seu registro escrito. Portanto, esse aspecto se soma à própria estruturação do documento de autoavaliação, conforme apresentado no capítulo 3.

Abaixo, o gráfico apresenta o número de documentos para cada categoria relativa ao conteúdo abordado, sendo que em um documento podem constar até três conteúdos.

Gráfico 4 – Conteúdos presentes nas autoavaliações

Fonte: Elaboração própria

A medida socioeducativa como um espaço de *aprendizado* foi o enunciado mais utilizado pelos jovens. O aprendizado durante a medida, por sua vez, apresenta-se especificado pelos jovens em dois contextos, *o aprendizado de vida* e *o aprendizado profissional*. Dessa forma, mostra-se dividido em duas para uma apreensão mais específica do que afirmam os jovens. Abaixo estão transcritos alguns exemplos de autoavaliações que destacam o aprendizado.

Figura 41 - Autoavaliação destacando o aprendizado da medida socioeducativa (1)

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

UEC 004 | EMISSÃO: 15.03.99 | REVISÃO: 04 | DATA: 20.08.01 | 3ª VARA DO JRIJ DE PORTO ALEGRE

AUTO-AVALIAÇÃO DO ADOLESCENTE:

Foi uma aprendizagem em muitos aspectos como em responsabilidade cumprimento de tarefas e horários.
Foi uma experiência construtiva e de reflexão

30/10/02
DATA

ASSINATURA DO ADOLESCENTE

PARECER CONCLUSIVO DO TÉCNICO DA COORDENAÇÃO DO PEMSE:

Fonte: Arquivo PPSC

Figura 42 - Autoavaliação destacando o aprendizado da medida socioeducativa (2)

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

UEC 004 | EMISSÃO: 15.03.99 | REVISÃO: 04 | DATA: 20.08.01 | 3ª VARA DO JRIJ DE PORTO ALEGRE

AUTO-AVALIAÇÃO DO ADOLESCENTE:

Eu acho que ~~eu~~ aproveitei o serviço comunitário para aprender coisas novas, na gráfica eu aprendi a ter responsabilidade, coisa que eu não tinha lá eu aprendi a mexer nas máquinas ou até aprendi uma profissão.

3, 9/09
DATA

ASSINATURA DO ADOLESCENTE

Fonte: Arquivo PPSC

Figura 43 - Autoavaliação destacando o aprendizado da medida socioeducativa (3)

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

UEC 004 | EMISSÃO: 15.03.99 | REVISÃO: 04 | DATA: 20.08.01 | 3ª VARA DO JRIJ DE PORTO ALEGRE

AUTO-AVALIAÇÃO DO ADOLESCENTE:

Eu estive de tratamento no protocolo que ser vai como um internado para mim apesar de eu chegar atrasado mas por necessidades os dias passaram e para mim foi como um ensino para parar e pensar na vida.

26/04/2002
DATA

ASSINATURA DO ADOLESCENTE

Fonte: Arquivo PPSC

Figura 44 - Autoavaliação destacando o aprendizado da medida socioeducativa (4)

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

UEC 004 | EMISSÃO: 15.03.99 | REVISÃO: 04 | DATA: 20.08.01 | 3ª VARA DO JRIJ DE PORTO ALEGRE

AUTO-AVALIAÇÃO DO ADOLESCENTE:

Neste período que comprei o curso comunitário na central de Produções que fica na Faculdade de Educação foi bom por que aprendi coisas que vão me ajudar na vida profissional, e também para que eu amadurecesse cada vez mais.

15/10/02.
DATA

ASSINATURA DO ADOLESCENTE

Fonte: Arquivo PPSC

Como observa-se no conjunto das autoavaliações que se referem ao aprendizado que as escritas abordam aspectos gerais, aparece muitas vezes a expressão “aprendi coisas novas” e contam referências ao aproveitamento desse aprendizado relacionado ao trabalho ou à vida. Dessa forma, aprendizado se vincula ao amadurecimento, à mudança de trajetória e, portanto, à interrupção da prática de atos infracionais. Assim, a medida socioeducativa tem sentido e cumpre a sua função de socioeducar, ou ao menos é isso que se espera que os jovens registrem com vistas a atender ao que deles se espera.

O período da medida socioeducativa é referido por alguns como um momento de parada, de interrupção, mas importante para que se possam aprender e mudar de postura perante a vida. Jovens que dificilmente têm oportunidades para realizar cursos ou oficinas, a em decorrência do ato infracional passam a ter a chance de aproveitar uma possibilidade e uma experiência de trabalho. Da mesma forma, os jovens ressaltam a apreensão de valores, como responsabilidade, pontualidade, disciplina, assim como a realização de tarefas, elementos relacionados ao trabalho. O trabalho, nesse caso, tem uma dimensão simbólica importante, pois os jovens procuram destacar que depois da medida, eles estão prontos para conseguir recursos financeiros de forma legal, ao invés de prosseguir no mundo do crime.

Desse modo, a ênfase no aprendizado consiste, provavelmente, no fato de que os jovens estão expressando aos demais atores do sistema, que a medida socioeducativa funcionou, que mudaram de vida e se sentem instrumentalizados para o trabalho formal. Isso é o que os registros expressam.

A segunda categoria que foi mais observada nas autoavaliações consiste no destaque à *relação positiva com a equipe da medida socioeducativa*. Alguns exemplos destacam-se abaixo.

Figura 45 - Autoavaliação destacando a relação com a equipe da medida socioeducativa (1)

AUTOAVALIAÇÃO DO ADOLESCENTE

Existe de trabalhar e que aprend. muitas coisas a pessoal é bastante atencioso com os problemas que a gente apresenta. Ter. Procuram uma solução para ajudar ~~o~~ que a gente apresenta a eles.

Fonte: Arquivo PPSC

Figura 46 - Autoavaliação destacando a relação com a equipe da medida socioeducativa (2)

AUTOAVALIAÇÃO DO ADOLESCENTE:

Eu me senti muito bem trabalhando em um setor em que todos me trataram igual e me deram muitos conselhos que deixei para vida toda. Por um lado foi bem ter acontecido isso comigo porque depois que eu cumpei minha pena aqui me senti mais medusa.

Amei tudo e todos, se eu pudesse ficaria aqui por mais uns anos, todos foram muito bons comigo.

26/04/11
DATA

[Redacted]
ADOLESCENTE

Fonte: Arquivo PPSC

A terceira referência mais utilizada concerne à *postura frente à medida socioeducativa*, em que os jovens ressaltam o seu desempenho durante esse período, especificam a experiência que viveram durante a PSC e realizam uma autoavaliação acerca de como se comportaram frente à medida, escrevem sobre sua participação, comprometimento, assiduidade, respeito com os colegas e cumprimento das regras. Em alguns momentos, também descrevem desafios e problemas que enfrentaram.

Figura 48 - Autoavaliação destacando a postura frente à medida (1)

AUTOAVALIAÇÃO DO ADOLESCENTE

Eu Não Faltei Respeitei os orientadores os outros alunos acho que fui bem!!

Fonte: Arquivo PPSC

Figura 49 - Autoavaliação destacando a postura frente à medida (2)

AUTOAVALIAÇÃO DO ADOLESCENTE:

Me considero uma pessoa assidua e participativa com as atividades onde tento fazer o meu melhor e cumprir as regras do melhor jeito possível além de conseguir ter um relacionamento muito bom com os integrantes do projeto. Acho que fui um bom integrante e me atresei algumas vezes e outros cheguei mais cedo, contudo acho que cumpi a medida de uma forma boa e tranquila.

19/08/10
DATA

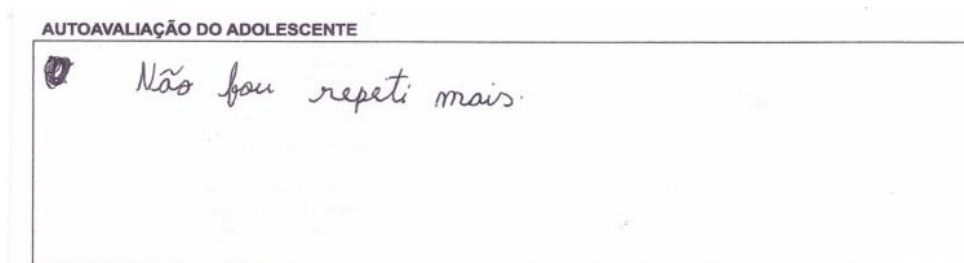
ASSINATURA DO ADOLESCENTE

Fonte: Arquivo PPSC

As outras categorias aparecem com menor incidência nas autoavaliações. A categoria *não cometer novas infrações* se refere à menção dos jovens de que “aprenderam a lição” e não voltarão a cometer atos infracionais. Sugerem arrependimento e escrevem diretamente sobre o objetivo da medida, entendendo que a função do sistema socioeducativo é a não reiteração dos crimes. Uma das categorias menos utilizadas é *pagamento à sociedade*, na qual, em duas oportunidades, os jovens se referem à medida como uma forma de retribuição à sociedade. Assim, o efeito dessas narrativas é exemplar: o jovem teria uma dívida com a sociedade, devido ao delito cometido e a medida se mostraria como o que poderia “quitar” sua dívida, como um deles escreveu, ou seja, ter sua dívida quitada. A outra categoria com pouca incidência, utilizada em dois documentos é a *avaliação da medida*. Os jovens, ao invés de realizarem uma autoavaliação, invertem a situação e desenvolvem uma avaliação da medida socioeducativa, inclusive sugerindo mudanças na execução da política que entendem ser mais eficazes.

Abaixo destacam-se imagens das autoavaliações dos jovens que correspondem às categorias acima, conforme a ordem apresentada.

Figura 50 - Autoavaliação destacando o compromisso em não cometer novas infrações



Fonte: Arquivo FASE

Figura 51 - Autoavaliação destacando o “pagamento à sociedade”

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

UEC 004 | EMISSÃO: 15.03.99 | REVISÃO: 04 | DATA: 20.08.01 | 3ª VARA DO JRIJ DE PORTO ALEGRE

AUTO-AVALIAÇÃO DO ADOLESCENTE:

TENTEI SER O MÁXIMO RESPONSÁVEL,
APESAR DE TER FALTADO ALGUNS
DIAS ESTOU QUITES COM A SOCIEDADE.

12/06/02
DATA

ASSINATURA DO ADOLESCENTE

Fonte: Arquivo PPSC

Figura 52 - Autoavaliação voltada à avaliação da medida em si

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

UEC 004 | EMISSÃO: 15.03.99 | REVISÃO: 04 | DATA: 20.08.01 | 3ª VARA DO JRIJ DE PORTO ALEGRE

AUTO-AVALIAÇÃO DO ADOLESCENTE:

maminka o piniaã que quando fosse alguém
preso guardia que não tinha creio sim
um curso.

maminka PSC arrumli amigos

18/12/06
DATA

ASSINATURA DO ADOLESCENTE

Fonte: Arquivo PPSC

Ao analisar todas as autoavaliações em conjunto percebe-se três principais características presentes nas escritas dos jovens em medida socioeducativa. A primeira é a preocupação em destacar a experiência da medida como positiva. Os jovens, em quase todos os documentos, constroem uma argumentação que destaca o quanto o cumprimento da medida foi benéfico, uma oportunidade proveitosa para a trajetória e um período positivo.

A segunda característica, presente na maioria das autoavaliações é uma composição burocrática no conteúdo da escrita. Os jovens utilizam como recurso protocolar a reificação de discursos genéricos, “foi bom”, “aprendi coisas novas”, “fui bem recebido”, muitas vezes expresso em uma escrita brevíssima, para realizar o mínimo exigido no momento. A motivação para uma escrita burocrática pode ter relação com o próprio suporte, um documento também burocrático, organizado com espaços delimitados, em que o jovem possui uma pequena janela para escrever e depois assinar. O momento da escrita também se configura protocolar, uma finalização do cumprimento da medida, com a exigência do preenchimento de um documento oficial que irá para o judiciário. Embora muitas escritas sejam burocráticas, foi possível identificar pequenos elementos de discursos, muitas vezes genéricos, que os jovens utilizaram para construir suas autoavaliações.

A terceira característica identificada no conjunto é a regularidade dos jovens em apresentar na escrita uma mudança em si, seja a partir de uma reflexão, de um aprendizado, expressando concretamente a saída do crime ou afirmando que não pretendem mais realizar delitos. Dessa forma, a autoavaliação parece ter como objetivo proporcionar que os jovens reflitam sobre a experiência vivida e seu impacto em suas vidas. Seja sob um caráter mais burocrático ou com escritas singulares, os jovens utilizam o espaço que lhes é reservado para afirmar uma mudança de si em algum nível ou expressar que a experiência na medida agregou algo positivo. Assim, os jovens identificam que é importante destacar que a medida provoca uma reflexão sobre si, que possui um caráter individual, e é importante para interromper a trajetória delitiva.

7.3 NARRAR-SE NOS PROJETOS DE FUTURO: Entre sonhos e sobrevivência¹⁰²

O objetivo desta seção é analisar, a partir das escritas de si dos jovens em medida socioeducativa, como se narram em seus projetos de futuro. Para esse propósito, saliento diversos trechos em que os jovens escrevem sobre as perspectivas de futuro após a medida socioeducativa, seus desejos e os desafios que vislumbram enfrentar. Também observo como reverberam os discursos do sistema judiciário e da socioeducação sobre a transformação de vida esperada dos jovens e sua adequação à norma social.

Como referi diversas vezes nesta tese, as medidas socioeducativas são políticas desenvolvidas para a juventude que supostamente cometeu um ato infracional e estaria em uma condição de risco. Os objetivos das medidas socioeducativas inscritos na legislação são a responsabilização do adolescente quanto ao ato infracional cometido; a sua integração social; a garantia de seus direitos e o cumprimento da medida socioeducativa como desaprovação da conduta infracional (BRASIL, Lei 12.594). Dessa forma, são políticas que exigem dos jovens um novo projeto de futuro provocando uma mudança no curso atual de suas vidas e na suposta trajetória de infração.

No conjunto de escritas de si analisado, constatei que o período experienciado em medida socioeducativa pelos jovens produziu um momento de pausa, reflexão e avaliação de possibilidades de futuro, como referi anteriormente. De certa forma, o sistema socioeducativo segue a diretriz de políticas para juventude que prioriza a preparação para o mundo adulto, isto é, a noção de juventude como um momento de transição. Tal diretriz se soma a instituições como a escola, que separam a juventude do mundo adulto com o objetivo de formar esse sujeito como um adulto responsável e que deve se adequar à norma estabelecida.

Nesta tese, projeto de futuro dos jovens é concebido como as projeções realizadas acerca do tempo vindouro, assim como sobre desejos e desafios que vislumbram após o período em medida socioeducativa. Koerich (2018) destaca que os projetos de futuro de jovens

¹⁰² Esta seção é baseada em um artigo apresentado na ANPOCS, em dezembro de 2020 e serviu como primeiro exercício de exploração do corpus empírico. <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/44-encontro-anual-da-anpocs/gt-32/gt21-26>

articulam principalmente dois elementos, os desejos em diferentes esferas da vida e as possibilidades concretas. As duas dimensões se articulam construindo um “modelo de prioridade” que orienta a tomada de algumas decisões. No entanto, o projeto de futuro não é estático, ele pode mudar conforme se revisita a própria biografia, com o aumento ou diminuição do campo de possibilidades, uma socialização com um conjunto de novos valores, ou ainda uma nova forma de se reconhecer no mundo. A autora estudou em sua dissertação os projetos de futuros de jovens de medidas socioeducativas e ressalta o quanto a política da socioeducação investe em mecanismos de reflexão sobre o futuro, mas que muitas vezes isso acontece sem a autoria dos jovens:

Alguns momentos das trajetórias desses jovens são emblemáticos dessa projeção alheia, dentre eles, enfatizo as audiências e a construção do Plano Individual de Atendimento. Se durante a realização das audiências é comum observarmos as autoridades jurídicas dizendo como o jovem deveria agir e o que deveria desejar, na construção dos PIAs e dos Planos de Vida, não é raro encontrarmos uma ausência de espaço para o jovem pensar seus próximos passos e protagonizar a construção de suas novas expectativas. (KOERICH, 2018, p. 42)

Importa ressaltar, conforme afirmam Leccardi (2005), Melucci (2004) e Koerich (2018) que essa projeção de si no tempo produz repercussões, reflexões importantes na subjetividade dos sujeitos. Ao mesmo tempo que o futuro está contido no passado e se constrói a partir de seus acontecimentos, quando projetamos possibilidades de futuro “o passado modifica-se, sofre uma releitura e adquire um novo significado” (MELUCCI, 2004, p. 23). Desse modo, o exercício de projeção de si no futuro reverbera internamente, definindo de que forma o passado é narrado, quais projetos envolvem o que se almeja ser no futuro, conforme as decisões do presente.

Nessa perspectiva, o futuro é o espaço para a construção de um projeto de vida e, ao mesmo tempo, para a definição de si: projetando que coisa se fará no futuro, projeta-se também, paralelamente, quem se será. (LECCARDI, 2005, p.36)

O momento de vislumbrar os próximos passos após a medida socioeducativa repercute na reflexão sobre si, seja como o jovem se vê no presente, mas também como deseja ser (visto) no futuro. Ao mesmo tempo, como venho insistindo, a reflexão sobre si mesmo é atravessada

por discursos diversos, sociais, morais, religiosos, políticos, sobre os jovens em geral e discursos mais específicos que circulam no campo das medidas socioeducativas.

Os jovens sinalizam em suas escritas a afirmação recorrente de que a experiência do cumprimento da medida socioeducativa provocou mudanças em si, e, portanto, que tiveram algum aprendizado¹⁰³. Registros como “o tempo da medida me trouxe bastante coisas positivas”; “a lição foi tomada”; “aprendi muitas coisas”; “me proporcionaram reflexões em minha vida”; “aprendi que com o erro a gente aprende”; “depois que cumpri minha pena aqui me senti mais madura”; “aprendi que não devo mais cometer nenhuma infração”, constam em grande parte das autoavaliações, das escritas produzidas nas oficinas ou nas cartas que abordam o período experienciado na socioeducação. As narrativas dos jovens, para os operadores do sistema socioeducativo ou educadores, de transformação e aprendizado, coincidem com os discursos e objetivos da socioeducação.

No período de cumprimento da medida acontecem várias intervenções dos operadores do sistema socioeducativo, os jovens têm sua vida e condutas questionadas e a exigência de refletir sobre um projeto de futuro é prescrita como modo de romper com a trajetória infracional. Nas escritas dos jovens percebemos um padrão recorrente de respostas quando o assunto é o futuro, que se concentra, nas palavras dos jovens, no trabalho, estudo e família.

Eu quero mudar de vida e ser alguém, estudar, trabalhar e ter minha liberdade e ajudar minha família e deixar de ser uma menor infratora para ser uma grande trabalhadora, mas ainda tenho tempo para cumprir. (Arquivo Projeto Virando a Página).

Quero construir minha casa, montar minha família e viver feliz ao lado deles. Quero montar o meu comércio e viver a minha vida honestamente. (Arquivo Projeto Virando a Página).

Meu sonho é poder construir uma família, alcançar meus objetivos, que são arrumar um bom emprego e poder fazer uma faculdade. (Arquivo Projeto Virando a Página).

¹⁰³ Conforme explorado na seção 7.2 que analisa as escritas de autoavaliações de jovens em medida socioeducativa.

Uma das compreensões é que tais escritos são indícios de um atravessamento eficiente dos discursos de governo da socioeducação, que insidiosamente interpelam os sujeitos jovens, embora a mobilização dos enunciados sobre os jovens da periferia esteja longe de ser um monopólio da socioeducação. Ao mesmo tempo, as escritas dos jovens podem ser compreendidas segundo uma utilização dos enunciados discursivos do poder como estratégia para serem exitosos na extinção da medida socioeducativa, ou como modalidade positiva de projetarem-se para os outros¹⁰⁴. O fato é que a mobilização de determinadas palavras – como estudo, família, trabalho – nas escritas de uma jovem parece ter como objetivo demonstrar uma mudança de identidade, superar a identificação, pelos outros, da condição de “menor infratora”, e passar a ser reconhecida como “uma grande trabalhadora”.

Outra compreensão a partir das escritas é o quanto algumas são protocolares e esboçam um projeto de futuro a partir de discursos sociais gerais e esperados, que estão dentro da norma (estudo, trabalho, constituição de família). Aos jovens paira uma questão permanente sobre seu futuro, e no caso dos jovens em medida socioeducativa essa questão fica mais pesada e mais urgente. A ela se agrega a expectativa de mudança na trajetória e a saída do “mundo do crime”. Dessa forma, não basta traçar um plano para o futuro, este deve condizer com uma mudança de rota, de transformação de vida do sujeito.

A forte mobilização de determinadas palavras como centrais para uma “nova vida” e o investimento de energia dos jovens para se adequarem ao padrão normativo, que no caso deles exige muito esforço, talvez escassamente dimensionado pelos operadores da socioeducação e pelos pesquisadores do assunto, identifico como um movimento para além da busca por liberdade (outra palavra muito utilizada) e suponho que para muitos possa ser uma busca pelo reconhecimento da condição de cidadãos, como indivíduos que importam, que têm valor ou que são parte da sociedade. O plano de um futuro que envolve possuir uma casa, uma família, estudo e trabalho, mostra-se como um imaginário da vida comum, uma vida em consonância com a norma e, portanto, uma vida que importa (BUTLER, 2015).

¹⁰⁴ Lembrando que, no caso das escritas produzidas no projeto Virando à Página, na maioria delas havia uma expectativa de que pudessem ser publicadas posteriormente em livro.

Vale repetir, quando os jovens narram uma transformação pessoal e suas expectativas de futuro, de alguma forma estão buscando o reconhecimento social como cidadãos e que sejam percebidos como vidas que importam, ou vidas passíveis de luto (BUTLER, 2015). Adequar-se à normativa é também uma tentativa de sair de uma *condição precária*, um movimento de sobrevivência.

As medidas socioeducativas têm como um de seus objetivos restituir direitos, abrir portas para cursos ou trabalhos, promover a retomada da escola, a aproximação com os programas da assistência social e da saúde, todos requisitos avaliados pelo aparato judiciário para determinar se o jovem pode progredir de medida ou ser “liberado”. Tais direitos, durante muito tempo negligenciados, paradoxalmente retornam, devido à condição de sujeito em medida socioeducativa, afinal como uma imposição, uma inscrição legal que pressiona o sujeito a enquadrar-se nos limites estritos da norma. Alguns jovens sentem na medida socioeducativa a oportunidade de serem reconhecidos como cidadãos e vislumbram a possibilidade de concretizar uma mudança em sua vida, diante do que findam por realizar um grande esforço.

Em muitos escritos se faz presente um anseio por reconhecimento e inclusão, ambos caracterizados como um sonho. Embora apareçam elementos como cursar a faculdade de Direito ou ser cantor de rap, o sonho está fortemente atado aos planos de trabalho, estudo, casa e família. De alguma forma, esses marcadores próprios a uma normatividade social, implicam tornar-se um entre outros cidadãos comuns. E, para esses jovens, assumem a forma de “sonho”, algo distante da realização.

Os jovens estão reivindicando a norma porque foram excluídos da normalidade social, entre rabiscos e traços, afirmam que não integram sequer essa normalidade. Ter trabalho, estudo e uma casa se transforma em um “conto de fadas”. Alguns excertos produzidos pelos jovens são emblemáticos e dramáticos a esse respeito:

Virar a página para melhor que nem uma história de contos de fadas. (Arquivo Projeto Virando a Página).

Eu como adolescente nunca vou desistir de viver, de correr atrás dos meus sonhos, mesmo que a vida seja dura comigo eu vou ser forte perseverante continuar a luta que é obter responsabilidade, dignidade (...). (Arquivo Projeto Abrindo Caminhos).

Meu sonho é estar vivo porque a vida é difícil. eu não sonho em ter carro, moto ou uma casa enorme, para mim já serve uma casa humilde, ter um filho ou uma filha (...). (Arquivo Projeto Virando a Página).

Aí no mundão, eu tô por aqui, cada dia que passa reflito sobre aquilo que eu acreditava ser meu sonho e vejo ele se afastando cada vez mais da minha realidade, mas mesmo desse lado do muro sempre há uma saída, um simples e essencial caminho que me leva a acreditar que é necessário sempre acreditar que o sonho é possível. (Arquivo Projeto Abrindo Caminhos).

Ao projetar a vida enquanto realização da cidadania e ao mesmo tempo caracterizá-la como sonho, de certa forma fica definido um projeto difícil de ser alcançado, distante ou abstrato. Nos excertos acima observo que, em lugar de uma escrita protocolar, os jovens reconhecem muitos desafios concretos e que é preciso muita luta e perseverança para alcançar seus sonhos.

Enquanto alguns jovens afirmam sonhar com uma vida em consonância com as promessas da norma (ou pelo menos a identificam enquanto sonho), outros entendem que no território em que vivem e com os marcadores sociais que possuem, a sobrevivência é o melhor que podem projetar, não há lugar para sonhos.

Às vezes a gente não sonha ou não tem sonhos. Vive só por viver. Ou sonhamos com o que os outros esperam da gente. (Arquivo PPSC/UFRGS).

Só que não sei o que vai ser de mim, (...) pois não tenho nenhuma expectativa de trabalho. Lá fora, tenho muito medo o que possa acontecer comigo. (Arquivo Projeto Virando a Página).

No mais vivo um dia após o outro, no jogo da vida onde a regra principal é sobreviver mantendo meu espaço físico e psicológico sadio. (Arquivo Projeto Abrindo Caminhos).

Larguei aquela vidinha e resolvi aprender, como é que se faz para sobreviver. Nesse mundo onde a guerra acontece todo dia na minha, na sua, na nossa periferia. (Arquivo Projeto Abrindo Caminhos).

Hoje eu reconheço os meus erros, sei que não posso errar, porque se não tudo o que fiz foi de nada, apesar de ter só 17 anos sei que corro riscos. (Arquivo Projeto Virando a Página).

Mas ele pode roubar, que seria errado, mas como ele irá sustentar sua família se não lhe dão emprego e dignidade. Qual seria sua alternativa. Por isso existe a criminalidade. Se houvesse alguma pesquisa para saber o por que as pessoas

matam, roubam, traficam e muitas outras coisas que há de errado, teria certeza que todos diriam que nunca tiveram uma chance de emprego. Os jovens de Porto Alegre que estão no crime não irão largar porque eles ganham muito mais que um salário mínimo por semana. Agora para eles pararem só mortos ou mortos. (Arquivo Projeto Abrindo Caminhos).

A preocupação com a sobrevivência escapa em escritas mais livres e aparece de forma consistente, seja como uma das motivações para “mudar de vida” e diminuir o risco (embora não haja garantias), seja como dificuldade de elaborar um projeto de futuro, pois a possibilidade da morte torna o horizonte muito incerto. Pode ser que os jovens considerem que um projeto de futuro envolva estudar muitos anos (pelo menos até a conclusão do Ensino Médio), enquanto se trabalha em um emprego precário e de baixa remuneração para conseguir um trabalho melhor (que pague mais) e poder constituir família, expectativas vistas como um esforço muito grande para uma parte de jovens que podem ter o seu caminho interrompido antes de conseguirem colher os resultados do seu esforço.

Nas escritas dos jovens, fica evidente também que o mundo do crime se mantém presente. Segundo Feltran¹⁰⁵ (2008), o “mundo do crime” é um domínio que os jovens das periferias precisam lidar cotidianamente. Existe uma “coexistência entre o “mundo legítimo” dos trabalhadores, e o “mundo do crime” dos bandidos é uma condição instituída em suas vidas” (FELTRAN, 2008, p.122). Dessa forma, os jovens precisam saber conviver de uma outra forma na relação com a cultura e a sociabilidade do “mundo do crime” presentes no seu território. Do mesmo modo que o “envolvimento” precisa de tempo e tem muitas camadas, a saída do mundo do crime também é um processo que envolve diferentes âmbitos da vida.

Nesse sentido, as escritas apontam dois fatores principais para o que estabelecem como mudança de vida e saída do crime: por um lado, algum membro da família é utilizado como motivação dessa mudança (filho(a), namorada, esposa ou mãe) e, por outro, a oportunidade de trabalho é identificada pelos jovens como o meio que pode concretizar a possibilidade de “largar o crime”. De certo modo, um trabalho “legítimo” mobiliza, não apenas uma fonte de renda para o sustento, mas também o acesso a outras redes de sociabilidade e relações afetivas.

¹⁰⁵ FELTRAN, Gabriel de Santis. O legítimo em disputa: As fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, 2008.

Entretanto, a convivência com o mundo do crime, embora possa ser mais distante, ainda pode permanecer em muitos aspectos, além da prática de atos ilícitos. Abaixo uma narrativa de um jovem em um momento de distância da prática de crimes que exemplifica como outras relações podem ser acionadas para uma nova aproximação.

Figura 53 - Escrita "Um momento de raiva"

Um Momento de Raiva.

~~Era~~ eu tive um momento de Raiva, não faz nem um mês, Mataram um dos meus melhores amigos, e foi uns cara que eu conhecia, eles não gostavam muito de mim também, mais foi bem assim Ho - Era 12:00 quando eu recebi uma ligação do meu amigo [redacted] dizendo que [redacted] matou o meu outro amigo [redacted]. No momento eu comecei a rir não acreditei ba e mentira o [redacted] não tem nada a ver com nada. Ele trabalhava numa farmacia ligaram pra ele e pediram uma entrega de deram varios tiro nas costas e na cara dele. Meu momento de Raiva - Na hora que me contaram eu percei em matar vingar a morte do meu amigo mais se [redacted] tinha que manter a calma porque eu não podia voltar pra fase, eu não posso jogar tudo fora que eu consegui, trabalho, escola tudo eu ia ter que começa tudo do zero. Dai eu tive que bota tudo pra fora como? se fosse a um tempo atrás eu ia me encarnar em alguém para brigar mais eu preferi chorar e chorei muito, e o meu amigo morreu e quem matou ta solto mais se quem matou morrer não va, ser pelas minhas mãos. É isso.

O documento foi escrito por um jovem do sexo masculino em julho de 2012. O jovem narra um momento de raiva e vontade de vingança ao ter notícias do assassinato de um amigo. Ao meio-dia, o jovem conta que recebeu uma ligação de um amigo contando que “tinham matado o meu outro amigo Bob¹⁰⁶”. Este tinha ido fazer uma entrega para a farmácia em que trabalhava e “deram vários tiros nas costas e na cara dele”.

O jovem narra o conflito de escolha que experimenta diante da notícia. Sua primeira vontade, vingar o amigo, é dissipada em parte porque também pesa a possibilidade de voltar para a FASE e “jogar tudo fora que eu consegui, trabalho, escola tudo ia ter que começar tudo do zero”. Assim, a forma que encontrou para colocar sua dor para fora foi chorar muito. Finaliza a narrativa destacando que se o assassino de seu amigo morrer, não será pelas suas mãos.

Nessa narrativa, o jovem, aparentemente, já foi desligado da FASE e está estudando e trabalhando, tentando cumprir a normativa social apontada por muitos jovens como vimos acima. No entanto, o assassinato do amigo aciona laços de sociabilidade, assim como de honra e justiça, e está diante do dilema de voltar ao “envolvimento”. A ligação de seu outro amigo, inclusive pode ter sido, um movimento para organizar a vingança para os “contras”. Dessa forma, mesmo após um distanciamento do “mundo do crime”, muitos acontecimentos podem provocar um retorno. As fronteiras do mundo do crime parecem muito flexíveis, com fendas que se misturam com o cotidiano dos jovens da periferia.

O jovem escreve como resistiu à pressão de voltar a se envolver e ao invés de vingar a morte do amigo, conforme as regras do mundo do crime, “chorou muito”, sentiu a perda de uma pessoa querida, mas conseguiu “botar tudo pra fora”. Estar na *vida do crime* ou não, também está relacionado ao modo como os jovens respondem a um cotidiano violento, nas ações e atitudes frente a essas situações limite.

Mas é importante ressaltar que a condição de estar *envolvido* não tem relação apenas com a atitude individual de cada jovem. Em algumas situações, ser identificado como *envolvido* pode ter mais relação com a forma como alguns marcadores sociais são classificados do que as atitudes do jovem. Na narrativa apresentada acima, uma dose extra de sensação de injustiça é vivenciada pelo jovem na afirmação de que o amigo que foi morto nem era “envolvido”, mas

¹⁰⁶ Apelido alterado no sentido de não gerar identificação

estava trabalhando no momento. Não sabemos, a partir da narrativa, de que forma o jovem que foi morto encarava o futuro, quais eram suas aspirações e desejos. O que sabemos é que seus projetos de futuro não se tornaram realidade. No jogo entre sonhos e sobrevivência, a não sobrevivência foi determinante sobre o futuro.

Em linhas gerais, nas escritas sobre o futuro produzidas por jovens em cumprimento de medida socioeducativa estão presentes duas narrativas principais, que se elaboram em tensão: a primeira consiste na mudança de vida, a busca de um novo caminho através dos estudos, do trabalho, o desejo de possuir uma casa e uma família segundo o discurso pautado pela norma; o segundo aponta uma evidente incerteza acerca do futuro a partir das muitas dificuldades impostas; aposta na sobrevivência do dia a dia como única possibilidade do momento. Na primeira narrativa os jovens identificam um futuro melhor a partir de uma transformação de si e de um esforço pessoal; na segunda narrativa o contexto social se apresenta como grande desafio e limitador de qualquer projeto de futuro. Em ambos os casos, percebemos os jovens registram um grande esforço para se tornarem merecedores de se tornar sujeitos políticos e vidas reconhecidas. Seus direitos foram negligenciados anteriormente, mas retornam como uma obrigação para que esses jovens possam “merecer” sua cidadania e, por fim, como apostam e projetam entrar na norma social, esta constitui uma forma de serem reconhecidos enquanto vidas que importam, embora a marca social da infração e o território onde moram concorram para um efeito contrário.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS: Existe Vida Nestes Jovens, Existe História

As pesquisas e investigações científicas carregam uma grande responsabilidade social sobre o que é produzido. Seus resultados e afirmações têm um grande efeito de convencimento e realidade. Essa responsabilidade aumenta quando, como no caso desta tese, a investigação é realizada com grupos sociais das margens (CASTILHO GÓMEZ, 2003) ou que vivem uma condição precária (BUTLER, 2015), pois têm poucos espaços para se expressarem ou se defenderem, na vida social e igualmente no território acadêmico.

Em respeito a suas trajetórias escriturísticas, capturadas por esta tese, e que não necessariamente pediram para estar aqui (FARGE, 2009), optei por uma pesquisa com abordagem indutiva e a possibilidade de olhar o campo sem muitas amarras, distante de estratégias analíticas de um monolitismo teórico, porque busquei permitir que as escritas emergissem e ajudassem a traçar as narrativas possíveis sobre o conjunto de documentos. Dessa forma, os documentos foram encarados, primeiro em seus termos próprios, para só então, como pesquisador, impor os meus (GADDIS, 2003).

Para isso, os instrumentos metodológicos foram fundamentais. O Diário de Campo impôs a necessidade de me debruçar sobre cada um dos documentos, lendo, relendo e registrando cada detalhe, eu mesmo elaborando uma narrativa sobre cada uma das escritas dos jovens. As Planilhas de Caracterização Documental e de Autoavaliação por sua vez, possibilitaram perceber as características dos documentos como conjunto, de modo a formular diferentes caracterizações que ressaltaram uma variedade de aspectos, como a materialidade, o tempo, as habilidades na escrita, as temáticas abordadas, as formas de escrita, os recursos gráficos utilizados para clamar, chamar atenção, sublinhar ênfases, entre outros.

De certo modo meu fazer como pesquisador nesta tese foi reunir e indagar os registros que os jovens escreveram sobre si mesmos, no esforço de compreender os indícios e os dados obtidos, um sentido que acaba por ressignificar essas escritas como rastros de vidas a partir de uma narrativa (CERTEAU, 1982).

O objetivo central da tese foi investigar a diversidade dos modos através dos quais os jovens em medida socioeducativa narram a si mesmos e experimentam sua condição juvenil, a partir de fragmentos de escritas encontrados, realizadas durante o período vivido na

socioeducação. Busquei identificar e compreender, na singularidade e regularidade de suas narrativas, a presença das políticas públicas, da realidade que denominam “o mundo do crime”, suas relações com família, trabalho, os desafios que apontam, as saídas que registram ou que escolhem como possíveis, enfim, os projetos de futuro e a relação com o passado.

Ao mesmo tempo, entendo que uma das maiores colaborações desta tese consistiu em reunir e dar visibilidade às escritas, e às próprias existências, de jovens que passaram pela medida socioeducativa, buscando seus possíveis significados. Em uma realidade em que os registros escritos são produzidos em grande volume pelas elites, intelectuais e agentes do Estado, é importante resgatar escritas que estão nas margens, que dificilmente são arquivadas ou preservadas (CASTILLO GÓMEZ, 2003), escritas dos esquecidos, de vidas que não importam (BUTLER, 2015).

Acrescento que os sujeitos que têm as escritas analisadas nesta tese, estão relacionados aos infames, histórias esquecidas que só chegam até nós a partir do seu encontro com o poder (FOUCAULT, 2003). Muito se produz sobre estes jovens nas delegacias, no judiciário, na assistência social, nas unidades de medida socioeducativa, tendo como premissas o crime, a violência, o desrespeito às regras, a passagem pelo cárcere, a desordem e o ócio. Ou seja, o que os torna evidentes para a história é a sua infâmia, diferente das elites que possuem mecanismos que possibilitam escrever sua própria versão.

No entanto, esta pesquisa se propôs a encontrar as escritas dos próprios jovens, que de certa forma, também só foram possíveis a partir do choque com o poder. Essas escritas que a pesquisa recolheu e analisa são traços breves, algumas vezes inseguros, em outros momentos ensurdecedores, que em geral não seguem a norma técnica da língua e são muito próximos da oralidade, mas que possuem como grande valor as diferentes formas de expressão de si por parte de jovens de difícil apreensão na sociedade. São escritas que um dia expressaram sentimentos, desejos, angústias, decepções, violências sofridas. Foram estratégias para fazer-se ver, escapar do poder, não ser esquecido. São rastros em papéis guardados, mas possivelmente muito efêmeros, que logo seriam perdidos, esquecidos, mas são registrados nesta tese, num tempo/espço distinto, sem que o pesquisador tenha conhecido os rostos dos escreventes, mas suas dores e angústias transpiram nas pequenas notícias que nos chegaram.

Registra-se nesta investigação a vida de sujeitos invisibilizados, temidos, que se deseja eliminar, não ter notícias, pois suas vidas não têm valor e, mais ainda, sequer acreditamos que escrevam.

Como uma resposta geral para a pergunta central da tese, ou seja, como os jovens em medida socioeducativa narram a si mesmos em rastros de escritas que resistiram esquecidas em arquivos, registro que a pesquisa identificou alguns indícios importantes. A partir da leitura e compreensão das práticas de escrita dos jovens constatei que há narrativas muito diversas, dependendo do contexto em que os escreventes estão inseridos, o tipo de documento em que escrevem, seus interlocutores ou leitores e a forma como querem ser vistos. Nas autoavaliações, por exemplo, as escritas mostram-se protocolares, ressaltam o papel educativo da medida; nas histórias de vida os jovens elaboram narrativas de redenção, assumem (confessam) a entrada no “mundo do crime” e utilizam a figura do anti-herói como personagem principal, mas também uma perspectiva de futuro; nas cartas, percebe-se a diferença quando são endereçadas a uma técnica ou quando se dirigem a outro jovem. Ou seja, existe uma heterogeneidade das formas de narrar a si mesmos, embora seja perceptível o atravessamento dos discursos sociais, principalmente da justiça nas afirmações que os jovens expressam em seus textos. Assim, as diferentes formas de narrar-se são selecionadas estrategicamente de acordo com o interesse do jovem, o contexto e o interlocutor.

Dessa forma, os indícios apontam que, para além dos jovens adaptarem suas formas de narrar, utilizam essa possibilidade como forma de defesa e resistência, de acordo com o contexto e seus interesses, por exemplo a obtenção da liberdade. Reitero que narrar-se não significa estar preso à ideia de verdade, mas ao empenho em apresentar uma determinada verdade de si. As narrativas são estratégias frente a um contexto complexo da justiça juvenil e da socioeducação.

A pesquisa realizada também contribui ao apresentar um campo rarefeito, mas muito fértil para ser explorado, das escritas que restam ou que resistem de jovens em privação e restrição de liberdade, estudos que podem acrescentar outras perspectivas para pensar as políticas públicas, as dinâmicas sociais e culturais e os sujeitos. As escritas de si revelaram-se documentos com grande heterogeneidade e riqueza de informações.

Por fim, gostaria de retomar brevemente alguns elementos identificados na investigação e que são desenvolvidos ao longo desta tese.

Contrariando o “senso comum”, e apesar dos desafios relacionados aos processos de escolarização, os jovens escrevem e se narram de formas diversas, alternando elementos como a vida afetiva e familiar, suas práticas de lazer, memórias de infância, passagem pela medida socioeducativa, trabalho, a relação com o “mundo do crime”, entre outros.

Embora a narrativa construída sobre a história pessoal seja realizada de forma individual, ficam evidentes os atravessamentos sociais nas escritas dos jovens, seja na estrutura da história de vida, seja em alguns sentidos que ecoam nas escritas.

Muitas das escritas emergem em espaços pedagógicos ou terapêuticos, onde a própria medida cumpriu o papel de gerar reflexões. As narrativas escritas dos jovens apresentam-se cifradas em muitos níveis, são produzidas a partir de um emaranhado de discursos, o que as torna irredutíveis a uma única definição. Os jovens se narram a partir de diferentes tipos de documentos e formas de escritas, apontando para um repertório variado de ferramentas de narração sobre si e sobre suas trajetórias.

A Carta apresenta-se como um importante meio de comunicação dos jovens privados de liberdade com o “mundo exterior” e podem adquirir caráter de sistematizar as reflexões e angústias vivenciadas pelo cotidiano da execução das medidas, o que é reforçado pelo fato de o tempo verbal predominante nesse tipo de documento ser o presente e possuir uma apresentação de cunho autobiográfico, com narração em primeira pessoa do singular.

Em termos de conteúdo das escritas, é possível observar uma predominância da temática “família”, apontando para o papel que as relações familiares possuem na vida dos jovens, tanto em sua dimensão afetiva, quanto na relação com o mundo de maneira geral, um indício que representa um elemento de grande importância durante a juventude.

Sobre a relação escrevente-texto, foi possível identificar que a maioria das escritas possuem traços autobiográficos. De forma similar, a maioria das escritas foram escritas em primeira pessoa do singular, reforçando o processo de individualização da escrita.

Outro aspecto relevante é a constatação de que, mesmo com dificuldades diversas quanto à ortografia, na maioria dos casos os jovens produziram muitos textos em oficinas e projetos. O que se percebe na prática de escrita dos jovens é que frequentemente estruturam

suas escritas tendo como referência a linguagem oral, e diante de uma maior dificuldade no texto formal, possivelmente devido à escolaridade dos jovens que cumprem medida socioeducativa, pode ser observada em relação à aproximação da produção escrita com a oralidade. Inclusive lançam mão de recursos gráficos, como a mudança de letra cursiva para letra de forma em algumas palavras ou frases, com o objetivo de demarcar a ênfase da escrita em determinados momentos.

Na análise do conjunto de escritas sobre as histórias de vida figura a necessidade dos jovens de apresentarem os marcos que os conduziram ao envolvimento com o mundo do crime e, conseqüentemente, à medida socioeducativa. Desse modo, são dois elementos relevantes identificados na estrutura da narrativa: o fato de a história seguir, em geral, um tempo linear das etapas da vida e dos acontecimentos; e de ter como referência para a narrativa o destino, no momento da escrita, da privação de liberdade.

Outra característica das histórias de vida é o desejo de testemunhar. Os jovens também constroem suas narrativas apontando ensinamentos, seja diante de seus erros, como o envolvimento com o crime, ou frente aos seus acertos, como a mudança de vida.

Nessas histórias, ademais, os jovens parecem ter encontrado na figura do anti-herói, presente no arcabouço cultural contemporâneo, uma forma possível de representação de sua história. Um tipo de personagem que permite às pessoas comuns e das margens serem protagonistas em suas histórias, em que não existe um vilão evidente, que simboliza o mal, mas um mundo hostil no qual é necessário sobreviver e tentar viver.

Outro ponto importante é que a partir das narrativas dos jovens os discursos que circulam com força entre as grades e muros do sistema socioeducativo comparecem, de modo que os levam a identificar em suas trajetórias a motivação para o desvio social ou a infração. Nas histórias aqui examinadas praticamente inexistente uma problematização do contexto social vivido, assim como das políticas públicas que deveriam agir na defesa de direitos e proteção integral. Os jovens confirmam que a mudança que buscam alcançar não reside no contexto social e institucional, mas depende da conversão interior, na vontade e resiliência pessoal.

Os marcos estruturais de vida são regulares nas narrativas; a infância é narrada em uma alternância entre memórias felizes e momento de dificuldades, sobretudo relacionados à condição econômica e violência. As experiências de adolescência/juventude são narradas a

partir de elementos relacionados ao envolvimento no “mundo do crime”, aspecto responsável pela demarcação da transição da vida infantil para uma vida já marcada por responsabilidades e riscos típicos da vida juvenil e, em algumas situações, da própria vida adulta. E o momento do cumprimento da medida socioeducativa adquire nessas narrativas um tom de oportunidade de repensar escolhas e caminhos, quase como uma intervenção ocorrida nas histórias com o propósito de alterar as rotas de vida em um processo de “redenção”.

Na análise do conjunto de escritas sobre os aniversários, emblematicamente foi possível estabelecer uma diferenciação entre aqueles que relatam terem passado o dia do aniversário dentro da unidade de privação de liberdade e os que puderam comemorá-lo em casa. Em todos os relatos que tratam do tema aniversário, os jovens narram o desejo de estar com a família, ou receber sua visita se permaneceram reclusos. Nesse último caso, contudo, mesmo em um dia de celebração, os registros são de tristeza e frustração por vivenciarem esse momento em uma situação de ausência de liberdade, também marcado pela rotina da instituição de internação e até mesmo pela sensação de terem sido esquecidos e invisibilizados.

Na análise do conjunto das autoavaliações destacam-se as escritas que reforçam a relação que os jovens estabeleceram com a equipe de execução da medida, com pistas de que os jovens não estão acostumados a serem acolhidos e tratados de forma respeitosa. O segundo assunto mais abordado pelos jovens é um processo de avaliação de suas atitudes durante a execução da medida, reforçando os desafios e o esforço durante esse processo. Há também um número significativo de autoavaliações que se dedicam a representar a medida socioeducativa como um momento de aprendizado para a vida e para a realização de futuros trabalhos. Ou ainda, como um momento de parada, de interrupção, importante para que possam aprender e mudar de postura perante a vida. Jovens que dificilmente têm oportunidades para realizar cursos ou oficinas, em decorrência do ato infracional passam a ter a chance de aproveitar uma possibilidade e uma experiência de trabalho. Desse modo, a ênfase no aprendizado consiste, provavelmente, no fato de que os jovens estão expressando aos demais atores do sistema que a medida socioeducativa funcionou, que mudaram de vida e se sentem instrumentalizados para o trabalho formal.

Na análise do conjunto sobre as projeções de futuro, identificam-se duas narrativas principais, que se constroem em tensão: na primeira os jovens identificam um futuro melhor a

partir de uma transformação de si e de um esforço pessoal; na segunda o contexto social se apresenta como grande desafio e limitador dos projetos de futuro. No entanto, em ambos os casos, os jovens registram um grande desejo de se tornarem merecedores, ou melhor, de se tornarem sujeitos políticos e vidas reconhecidas. Direitos que foram negligenciados anteriormente retornam como uma obrigação para que esses jovens possam “merecer” sua cidadania e, por fim, apostam e projetam entrar na norma social como forma de serem reconhecidos como vidas que, apesar da marca social da infração e do território onde moram, superem os efeitos contrários e sejam vistos e tenham um valor reconhecido socialmente.

9 REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. (2005). O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In M. V. Freitas. (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais** (pp. 19-35). São Paulo: Ação Educativa.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- ALVAREZ, Marcos César. **A criminologia no Brasil ou Como tratar Desigualmente os Desiguais**. Dados. Rio de Janeiro, v.45, n.4, 2002.
- ARANTES, Aldinéia Cardoso. **O estatuto do anti-herói: estudo da origem e representação, em análise crítica do Satyricon, de Petrônio e dom quixote, de Cervantes**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.
- ARFUCH, Leonor. **O Espaço Biográfico dilemas da subjetividade contemporânea**. Ed. UERJ: Rio de Janeiro, 2010.
- ARTIÉRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: Arquivos pessoais, **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), v. 11, n. 21, p. 9-34. 1998.
- ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1978.
- BATISTIA, Ruth. **Encontros narrativas na cidade-internação: vidas contadas por adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional). Universidade Federal do Espírito Santo, 2012.
- BERNARDO, Renata. **A construção da ameaça: Juventude, delinquência e educação nos primeiros tempos da república do Brasil**. 2008. Dissertação – Universidade São Francisco. Itatiba, 2008. Disponível em: <http://www.saofrancisco.edu.br/itatiba/mestrado/educacao/uploadAddress/RenataBernardo%5B10461%5D.pdf>
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas. Volume I. SP: editora Brasiliense, 1987.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BOURDIEU, Pierre. A "juventude" é apenas uma palavra. IN: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.
- BOCCO, Fernanda. **Cartografias da infração juvenil**. Dissertação. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

BRASIL. Decreto N. 847 – de 11 de outubro de 1890. **Promulgação do Código Penal**. Ministério da Justiça. Rio de Janeiro, 1890.

BRASIL. Decreto Lei Nº 6.697 de 10 de outubro de 1979. **Código de Menores**. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1979.

BRASIL. Decreto Nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927. **Código de Menores**. Discorre da consolidação das leis de assistência e proteção aos menores. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Rio de Janeiro, 1927.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**., 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente** e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16. julho 1990.

BRASIL. Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. **Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)**. Dispõe sobre a regulamentação das Medidas Socioeducativas. Diário Oficial da União, Brasília, 19 janeiro 2012.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Governo do Rio Grande do Sul. Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos. Fundação de Atendimento Sócio – Educativo do Rio Grande do Sul. / **PEMSEIS: Programa de Execução de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade do Rio Grande do Sul**. – Porto Alegre: SDH; FASE, 2014.

BROMBERT, Victor. **Em louvor de anti-heróis**. São Paulo: Ateliê, 2004.

BUENO, Silveira. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 3.ed. São Paulo: FTD, 2016.

BURKE, Maria Lucia Garcia Pallares. *Educação das massas: uma sombra no século das luzes*. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lucia Spedo (Orgs.). **Brasil 500 anos: tópicos em história da educação**. São Paulo: Edusp, 2001.

BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Editora UNISSINOS, 2003.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BUTLER, Judith. **Vida precária: el poder del duelo y la violencia**. Buenos Aires: Paidós, 2006.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?** RJ: Civilização Brasileira, 2015.

CALDEIRA, Michele de Castro. **Xia Xia Liberdade: uma abordagem sócio-histórica dos processos de subjetivação de meninas em cumprimento de medida socioeducativa de internação em Belo Horizonte (MG)**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2020.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de Autobiografias e Diários Íntimos. Rio de Janeiro: **Revista Estudos Históricos**, n. 21, 1998. p. 43-58.

CAMARANO, Ana Amélia (ORG.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** – Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

CAMPOS, Marcelo S. **Pela metade: as principais implicações da nova Lei de Drogas no sistema de justiça criminal em São Paulo.** 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A República, a escola e os perigos do alfabeto.* In: VIDAL, Diana Gonçalves; PRADO, Maria lígia Coelho (Orgs.). **Brasil 500 anos: tópicos em história da educação.** São Paulo: Edusp, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano, Artes de fazer.** Editora Vozes: Petrópolis, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial.** São Paulo. Cia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHARTIER, Roger. **Escutar os mortos com os olhos.** São Paulo: Estudos Avançados, USP. Volume 24. Nº69, 2010.

CHARTIER, Roger. **O que é um autor? Revisão de uma genealogia.** São Carlos: EDUFSCar; 2012.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor.** São Paulo: UNESP, 2014.

CHARTIER, Roger. **Um mundo sem livros e sem livrarias?** São Paulo: Letraviva, 2020.

CIFALI, A. C.; CHIES-SANTOS, M.; ALVAREZ, M. C. Justiça Juvenil no Brasil: continuidades e rupturas. Dossiê - Sociologia e Criminologia: Sobreposições, Tensões e Conflitos. **Tempo Social.** 32 (3), 2020.

CIPRIANI, Marcelli; KOERICH, Bruna Rossi. Envolvimento no crime e modos de vivência juvenil: reflexões a partir de trajetórias nas periferias de Porto Alegre. Anais. GT 21 - Infâncias, Adolescências e Juventudes – pesquisas acadêmicas e políticas públicas do **44º Encontro Anual da ANPOCS**, 2020.

COIMBRA, C. C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. Subvertendo o conceito de adolescência. IN: **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005.

CONANDA. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo -SINASE/** Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF, 2006.

CONTE, Marta et al. Consumismo, uso de drogas e criminalidade: riscos e responsabilidades. **Psicologia ciência profissão**, Brasília, v. 27, n. 1, p. 94-105, mar. 2007.

COSCIONI, Vinicius et al. Significados do mundo do crime para adolescentes em medida socioeducativa de internação, Brasil. **Rev.latinoam.cienc.soc.niñez juv**, Manizales, v. 17, n. 2, p. 318-338, Dec. 2019.

COSTA, Ana Paula Motta. **Garantias processuais e o Direito Penal Juvenil como limite na aplicação da medida socioeducativa de internação.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

CORBIN, Alain. O Prazer do Historiador. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, 2005.

CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental.** São Paulo: CIA das Letras, 1989.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação [online]**. 2003, n.24, p.40-52.

DEL PRIORI, M. A criança negra no Brasil. In JACÓ-VILELA, AM., and SATO, L., orgs. **Diálogos em psicologia social [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 232- 253.

DELORY-MONBERGER, Christine. Fundamentos epistemológicos da pesquisa: biográfica em educação. Dossiê. **Educação em revista.** 27 (1), 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982011000100015>

DOSSE, François. **A História.** Bauru, SP: EDUSC, 2003.

ELIAS, Norbert. JUNGSMANN, Ruy. RIBEIRO, Renato Janine. **O processo civilizador: Uma história dos costumes.** 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 2011. 2 v.

ESCRIBANO, José Luis González. **Sobre los conceptos de héroe y antihéroe en la Teoría de la Literatura.** Archivum, Revista de la Facultad de Filología, Tomo 31-32, 1981-1982, p. 367-408, 1981.

ELIAS, Norbert. SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro, RJ: J. Zahar, 2000. 224 p.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo.** São Paulo: EDUSP, 2009.

FARGE. Arlette. **Lugares para a História.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 136 p.

FEIXA, Carles. **De Jóvenes, Bandas y Tribus.** Ed Ariel, 2006.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

FELTRAN, Gabriel de Santis. O legítimo em disputa: As fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. São Paulo, 2008.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Jovens em conflito com a lei. **Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar**, v.3, n.1, jan.-jun., p.259-267, 2011.

FERRARO, Alceu Ravanello. **Analfabetismo no Brasil: desconceitos e políticas de exclusão**. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 22, n. 01, p. 111-126, jan./jun, 2004.

FLORES, Paula e SZUCHMAN, Karine. Rodopios de uma pipa a voar: princípios e fazeres. In: CRAIDY, Carmem Maria; SZUCHMAN, Karine (Org.). **Socioeducação: Fundamentos e práticas**. Porto Alegre: Evangraf, 2015.

FLORES, Paula S.; OLIVEIRA, Magda M. O Programa de Prestação de Serviços à Comunidade da UFRGS. In: CRAIDY, Carmem Maria; LAZZAROTTO, Gislei D. R.; OLIVEIRA, Magda M. (ORG). **Processos Educativos com Adolescentes em Conflito com a Lei**. Mediação; Porto Alegre, 2012.

FOUCAULT, Michel. A Escrita de Si (1983). In: _____. O que é um autor? Lisboa: Veja, Passagens, 1992. p. 129-160.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: _____. **Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 330 p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FOUCAULT, M. **O governo de si e dos outros**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010(b).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2012.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, Escrever, Esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006. 224 p. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/69297360/GAGNEBIN-Jeanne-Marie-Lembrar-Escrever-Esquecer>.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 7. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

GÓMEZ, António Castillo. Al otro lado del espejo. Resenha. **Boletín de la Unidad de Estudios Biográficos**, n. 5, Universitat de Barcelona, 2001.

GÓMEZ, António Castillo, Das mãos ao arquivo. A propósito das escritas das pessoas comuns. **PerCursos**; V4. Nº1. Florianópolis, 2003.

GRILLO, C. C.; POLICARPO, F.; VERÍSSIMO, M. A “dura” e o “desenrolo”: efeitos práticos da nova Lei de Drogas no Rio de Janeiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 135-148, 2011.

GUSDORF, Georges. Condiciones y límites de la autobiografía. **Suplemento Anthropos**, Nº 29. 1991.

HEISSLER, Simone Zanotelli. **Escrevendo por entre muros e paredes: psicanálise, vida loka e experiência de escrita com adolescentes que cumprem medida socioeducativas de privação de liberdade**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2018.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. SP: Martins Fontes, 2001.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/ Daniel Cerqueira et tal. **Atlas da Violência**. Brasília: IPEA/FBSP/IJSN, 2021.

JERUSALINSKY, Alfredo Nestor. Adolescência e Contemporaneidade. in Conselho regional de Psicologia 7ª Região. **Conversando sobre Adolescência e Contemporaneidade**. Porto Alegre: Libretos, 2004.

JESUS, M. G. M. (Org). **Prisão provisória e Lei de Drogas: um estudo sobre os flagrantes de tráfico de drogas na cidade de São Paulo**. São Paulo: Núcleo de Estudo da Violência/USP, 2011.

JOSSO, Marie-Christine. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. **Educação**. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 413-438, set./dez. 2007.

KOERICH, Bruna Rossi. **Entre trajetórias, desejos e (im)possibilidades: projetos de futuro na socioeducação de meio aberto**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. PUCRS. Porto Alegre, 2018.

LARROSA, Jorge. “Tecnologias do eu e educação”. In: Silva, Tomaz Tadeu. **O sujeito da educação**. Petrópolis: Vozes, 1994, p.35-86.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**. Nº 19, 2002.

LAZZAROTTO, Gislei D.R. **Pragmática de uma Língua Menor na Formação em Psicologia: um diário Coletivo e políticas juvenis**. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

LAZZAROTTO, G.D.R. (Org.); COSTA, A.P.M. (Org.); CRAIDY, C.M. (Org.); OLIVERIA, M.M. (Org.); LUCHESE, S. (Org.); CHAVES, T. S. (Org.); SZUCHMAN, K. (Org.). **Medida Socioeducativa entre A & Z**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2014. 279p.

LECCARDI, Carmem. Para um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**. V. 17, n.2, 2005.

LEJEUNE, Philippe. O guarda-memória’. **Estudos Históricos**, v. 10, n. 19, p. 111-120, 1997.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau a Internet**. Tradução Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LUKACS, Georg. **A teoria do romance**. São Paulo: Editora 34, 2000.

LYRA, Diogo. Operários da Firma: Mundo do Trabalho no Mundo do Crime. **Revista Antropolítica**, n. 50, Niterói, p. 84-106, 3. Quadri., 2020.

MANGUEL, Alberto. **A cidade das palavras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventude es más que una palabra. In: MARGULIS, Mario (org.). **La juventude es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 2000.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, n. 32, dezembro, 2016.

MELUCCI, Alberto. **O Jogo do Eu: A mudança de si em uma sociedade global**. Editora UNISINOS, São Leopoldo, 2004.

MENDEZ, Emílio Garcia. **Por uma reflexão sobre o arbítrio e o garantismo na jurisdição sócio-educativa**. Buenos Aires – Belo Horizonte, fevereiro de 2000.

MISSE, M. “Sobre a construção social do crime no Brasil”. In: MISSE, M. (org.). **Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

NARDI, Fernanda L.; JAHN, Guilherme e DELL'AGLIO, Débora. Perfil de adolescentes em privação de liberdade: eventos estressores, uso de drogas e expectativas de futuro. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 116-137, abr. 2014.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo. N.10, dez. 1993.

OLIVEIRA, GOLGHER E LOUREIRO, “Trajetórias de local de moradia, estudo e trabalho dos jovens brasileiros entre 2003 e 2011: uma análise de entropia” **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v.33, n.1, p.31-52, jan./abr. 2016.

OLIVEIRA, D. C., & DIAS, M. H. Os jovens usuários de crack e a rede de cuidados: problematizações a partir de uma experiência. In L. M. B. Santos (Org.), **Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas**. (pp. 27-42). Porto Alegre, RS: Ideograf, 2010.

PAIS, José Machado (org.). **Traços e Riscos de vida: uma abordagem qualitativa a modos de vida juvenis**. Porto: AMBAR, 2000.

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro**. Porto: AMBAR, 2001.

PERONDI, Maurício e STEPAHANOU, Maria. Juventudes na atualidade abordagens e conceitos. IN: CRAIDY, Carmem Maria e SZUCHMAN, Karine (ORGs). **Socioeducação Fundamentos e práticas**. Porto Alegre: Evangraf, 2015.

PETRUCCI, Armando. **Alfabetismo, escritura, sociedad**. Editorial Gedisa: Barcelona, 1999.

PETRUCCI, Armando. Escrituras marginales y escribientes subalternos. **Revista de Historia de la Cultura Escrita**: 7. Universidad de Alcalá, 2000. pp. 67- 75.

PIMENTA, Melissa de Matos. **Ser jovem e ser adulto: identidades, representações e trajetórias**. Tese (Doutorado) em Sociologia; Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2007.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana. **Avaliação do programa municipal de execução de medidas Socioeducativas em meio aberto (PEMSE)**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2010.

PRIULI, Roseana Mara Aredes; MORAES, Maria Silvia de. **Adolescentes em conflito com a lei**. Ciência e saúde coletiva, vol.12 no.5 Rio de Janeiro, 2007.

RIBEIRO, Marcia Helena de Menezes. Crimes, drogas, adolescentes diante da lei. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, v. 29, p. 1-1, 2004.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e Ideologias**: organização, tradução e apresentação de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro. Ed. F.Alves. 1990.

RIO GRANDE DO SUL. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **Lei nº 11.800, de 28 de maio de 2002**. 2002. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%C2%BA%2011.800.pdf>.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

SARAIVA, João Batista Costa. **Compêndio de direito penal juvenil**: adolescente e o ato infracional. Porto Alegre, Livraria do Advogado ED., 2006.

SCHERER, Giovane Antônio (Org.) **Juvenicídio, Território e Políticas Públicas**: Rastros de Sangue na cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: Cirkula, 2022.

SCHUCH, Patrice. **Práticas de justiça**: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVA, Carla Regina e LOPES, Roseli Esquerdo. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. IN: **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, Jul-Dez 2009, v. 17, n.2, p 87-106.

SILVA, Ana Cláudia de Oliveira da. As escritas de si e a emergência da autoficção: um campo de indefinições. **Literatura e Autoritarismo**, Santa Maria, Dossiê nº 20: Ressignificando histórias, p. 158-174, jul. 2017.

STECANELA, Nilda (ORG.) **Ler e escrever a vida: trajetórias de jovens em privação de liberdade**. EDUCS; Caxias do Sul, 2012.

STEPHANOU, Maria. Discursos médicos, educação e ciência: escola e escolares sob exame. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 33-64, 2006.

TELLES, Camila Thomaz (ORG.) **Virando a Página 2015: coletânea de textos dos estagiários do PET**. Tribunal Regional Federal da 4.^a Região; Porto Alegre, 2015.

TRANCOSO, Alcimar Enéas Rocha; OLIVEIRA; Adélia Augusta Souto. Aspectos do conceito de juventude nas Ciências Humanas e Sociais: análises de teses, dissertações e artigos produzidos de 2007 a 2011. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 11, São João del-Rei, 2016.

UNICEF - FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto**: dicas e orientações. 2014. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unicef/municipalizacao_das_medidas_socioeducativas_em_meio_aberto.pdf.

VARELA, Julia e URIA, Fernando Alvarez. **Maquinaria escolar**. In: Teoria e Educação, n.6 p. 68-96, Porto Alegre, 1992.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Interesses difusos e direito da criança e do adolescente**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

VIDAL, Alex da Silva. **Adolescentes em medida socioeducativa**: um estudo sobre estigma. Dissertação de Mestrado. Faculdade de educação. UFRGS, 2014.

VIDAL, Alex da Silva. Os jovens em conflito com a lei: construindo vidas descartáveis. In: CRAIDY, Carmem Maria; SZUCHMAN, Karine (Org.). **Socioeducação: Fundamentos e práticas**. Porto Alegre: Evangraf, 2015.

VIDAL, A. DA S.; KOERICH, B. R. Entre rupturas e continuidades: percurso da legislação para adolescentes e jovens no Brasil. **Conversas & Controvérsias**, v. 7, n. 1, p. e35319, 19 ago. 2020.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar**. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Violência Letal Contra as Crianças e Adolescentes do Brasil**. Relatório de pesquisa – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), Brasil, 2015.

YOKOY DE SOUZA, Tatiana. **Adolescência e juventude**: questões contemporâneas. Escola Nacional de Socioeducação. Curso: núcleo básico de socioeducação. 2016.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1985.